

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**EXPANSÃO URBANA E FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE POBREZA
EM RIBEIRÃO PRETO: OS BAIROS SURGIDOS A PARTIR DO
NÚCLEO COLONIAL ANTÔNIO PRADO (1887)**

Adriana Capretz Borges da Silva

SÃO CARLOS
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**EXPANSÃO URBANA E FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE POBREZA
EM RIBEIRÃO PRETO: OS BAIROS SURGIDOS A PARTIR DO
NÚCLEO COLONIAL ANTÔNIO PRADO (1887)**

Adriana Capretz Borges da Silva

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do Título de Doutora em Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo M. Serra Truzzi

SÃO CARLOS
2008

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

S586eu

Silva, Adriana Capretz Borges da.

Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto : os bairros surgidos a partir do núcleo colonial Antônio Prado (1887) / Adriana Capretz Borges da Silva. -- São Carlos : UFSCar, 2008.
270 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2007.

1. Planejamento urbano. 2. Planejamento urbano - história. 3. Ribeirão Preto (SP) - história. 4. Exclusão social. 5. Segregação espacial. 6. Cidades. I. Título.

CDD: 711 (20^a)



BANCA EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO

Adriana Capretz Borges Da Silva

26/11/2007

Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Profa. Dra. Maria Inês Rautter Mancuso
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Prof. Dr. José Francisco
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Profa. Dra. Marili Peres Junqueira
Universidade de Uberaba (UNIUBE)

Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar
Universidade de São Paulo (USP)

Aos meus pais, **Marina e José Otavio**,
raros exemplos de responsabilidade,
disciplina e competência para iniciar e –
principalmente - finalizar projetos.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta tese foi difícil e solitária. Agradeço a orientação de Oswaldo Truzzi; às importantes contribuições de José Francisco, Maria Inês e Marili; às inúmeras e carinhosas formas com que Jarryer, Moniquinha, Sibila e Marcos me ajudaram; aos meus familiares – papai, mamãe, Lane e Dai – pelo estímulo e serenidade para trabalhar; e ao Max, pela espera.

Entretanto, com todas as dificuldades, devo meu esforço aos moradores do Núcleo Colonial Antônio Prado. Infelizmente, presenciei as comemorações dos 150 anos de minha cidade e vi que, 120 anos depois de sua fundação, ele continuou esquecido...

RESUMO

Este trabalho consiste do estudo dos bairros originados a partir do Núcleo Colonial Antônio Prado, criado em Ribeirão Preto, no ano de 1887. Atendendo aos interesses do complexo cafeeiro, o núcleo colonial ocupou as terras devolutas ainda existentes na cidade e teve como objetivo abastecer a população com gêneros de subsistência, atrair e fixar "braços para a lavoura" por meio da aquisição do lote, mas também de modificar o perfil do morador urbano. Entre as exigências para se adquirir um lote, era necessário que o candidato fosse estrangeiro, que possuísse profissão urbana e condições para construção de moradia ou estabelecimento comercial, bem como era obrigatório que mantivesse o cultivo efetivo e arcasse com a manutenção e construção de benfeitorias em seu lote, sob pena de perda do mesmo em caso de descumprimento das normas. Os duzentos lotes que compunham sua área foram imediatamente ocupados e em 1892, após o pagamento das dívidas pela maior parte dos primeiros proprietários, passaram a ser subdivididos e entraram no mercado de terras local. Naquela época, Ribeirão Preto começava a assistir ao desenvolvimento gerado pela monocultura cafeeira, que motivou a construção da infra-estrutura urbana, a chegada da ferrovia e a instalação de uma rede de serviços relacionados ao complexo cafeeiro. O urbanismo sanitalista vigente, pautado pelos "Códigos de Posturas", afastava da população os focos de contaminação como hospitais, cemitérios, fábricas e matadouros, mas também "protegia" a cidade de pessoas "indesejáveis" à manutenção da nova elite republicana: pobres, ex-escravos, imigrantes, infratores e doentes. Assim, a área do Núcleo Colonial Antônio Prado correspondeu ao depositário de tudo o que deveria ser "invisibilizado", entre seres humanos e construções. Diante da segregação imposta pelas elites, para quem os imigrantes eram desejáveis para o trabalho, mas não para o convívio social, o estudo mostrou algumas das estratégias de sobrevivência dos moradores e as formas pelas quais moldaram uma imagem de si próprios e para a cidade, tendo o espaço como definidor das ações. Para isso, foi mostrada desde sua produção hortifrutigranjeira, passando pelo desenvolvimento dos ofícios, da indústria, do comércio e prestação de serviços, até as atividades religiosas e associativas, meios pelos quais os imigrantes puderam estabelecer com mais intensidade laços de união entre si. Passados 120 anos, e como efeito daquela segregação, a maior parte dos bairros resultantes do antigo Núcleo Colonial não se verticaliza nem seus lotes adquirem melhores preços, embora localizados geograficamente próximos ao centro.

Palavras-chave: imigração; núcleos coloniais; expansão urbana; segregação social

ABSTRACT

This paper is aimed at studying the neighborhoods that originated from the Antônio Prado Colonial Nucleus in the city of Ribeirão Preto in 1887. Meeting the needs of the coffee complex, the colonials occupied the vacant lands still available in the city. The purpose of the colonial nucleus was to supply the population with subsistence goods, attract and set the workforce for the agriculture by means of allotment, but also to modify the profile of the urban inhabitants. Among the demands to acquire a plot of land, the candidate should be a foreigner who had an urban job and also be able to construct his/her own commercial or residential establishment. It was also demanding that the candidate kept an effective cultivation of the land and afforded the maintenance and construction of the improvements in his/her plots of land, under the penalty of losing it in case of breach of the norms established. The two hundred plots that formed the colonial nucleus were immediately occupied and in 1892, after the payment of the debts by most of the previous owners, they were subdivided and got into the market of local lands. At that time, Ribeirão Preto started to testify the development generated by the coffee monoculture, which stimulated the construction of the urban infrastructure, the arrival of the railway, and the installation of a network of services related to the coffee complex. The current urbanism and public health policies, regulated by the "Codes of Conduct", kept away from the population focuses of contamination such as hospitals, cemeteries, industries and slaughterer houses, but it also "protected" the city from "undesirable" people against the maintenance of the new republican elite: poor and sick people, former slaves, immigrants and transgressors. Thus, the area of Antônio Prado Colonial Nucleus corresponded to a deposit of everything that should be "made invisible" regarding human beings and constructions. In face of the segregation imposed by the elites, for whom the immigrants were desirable for work, but not for social relationships, this study showed some of the living strategies of the colonial nucleus inhabitants and the ways by which they modulated an image of themselves and of the city, having the physical space as the definer of the actions. For that, this paper presents the colonials' horticulture production, the development of the jobs, industries, commerce, and the rendering of services, and also religious and associative activities. These were means through which the immigrants could establish more intensely a brotherhood among themselves. After 120 years, as a consequence of the segregation, most of the neighborhoods originated from the former Colonial Nucleus neither grows vertically, nor its plots acquires better prices, although they are located next to downtown.

Keywords: immigration; colonial nucleus; urban expansion; social segregation

LISTA DE ABREVIATURAS

AESP – Arquivo do Estado de São Paulo

AFRP – Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto

APHRP - Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

CM – Câmara Municipal

MI – Memorial do Imigrante

SPGA – Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental

SMP – Secretaria Municipal da Fazenda

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO 1: Fundamentação teórico- metodológica	13
1.1. Bibliografia da base teórica	13
1.2. Fontes empíricas utilizadas	24
CAPÍTULO 2: O desenvolvimento de Ribeirão Preto e a criação do Núcleo Colonial Antônio Prado em 1887	31
2.1. Ribeirão Preto e o “complexo cafeeiro”.	31
2.2. Os núcleos coloniais no Brasil	45
2.3. As ocupações do Núcleo Colonial Antônio Prado	56
CAPÍTULO 3: Saneamento x isolamento: a “geografia social” da cidade. ..	76
3.1. O Urbanismo Sanitarista e os Códigos de Posturas de Ribeirão Preto	77
3.2. A configuração do território da pobreza	95
3.3. Mercado de terras e habitação para a classe operária	112
CAPÍTULO 4: Uma cidade dentro de Ribeirão Preto	134
4.1. O núcleo vai à cidade, mas a cidade não vai ao núcleo	135
4.1.1. A produção hortifrutigranjeira.	139
4.1.2. O desenvolvimento dos ofícios, da indústria e do comércio	143
4.2. Marcos de uma sociabilidade própria	158
4.2.1. O elemento religioso	162
4.2.2. Atividades associativas	167
4.3. A reprodução das desigualdades e suas percepções	173
4.3.1. Desigualdades entre a Segunda e a Terceira Seção	177
4.4. Uma mobilidade social precária	182
CONCLUSÕES	188
FONTES	191
ANEXOS	200

A cidade não é concebida apenas como resultado de organização e sociabilidade, mas expressão dos atos de amor e solidariedade e das tensões e conflitos que a reproduzem e, por isso mesmo, fazem com que nela coexistam tantas cidades quantas as ordens sociais que disputam o seu espaço e o seu tempo, as suas expectativas e as suas contradições.

A cidade – os cantos e os antros, de José Roberto do Amaral Lapa

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é o de mostrar como se deu a formação dos territórios de pobreza na Zona Norte de Ribeirão Preto durante o último quartel do século XIX, a partir da formação do Núcleo Colonial Antônio Prado. Concebido para constituir um “viveiro de mão-de-obra” para as lavouras de café que atingiram a região, bem como de provê-la de gêneros de subsistência, que eram caros e escassos na época, acabou servindo à burguesia dominante como depositário de tudo o que ela desejava esconder: fábricas, hospitais e agentes de contaminação, animais e, sobretudo, pessoas pobres, incluindo operários e imigrantes.

Por meio da análise das estratégias de sobrevivência dos primeiros moradores (em sua maior parte, imigrantes italianos), foi mostrado como eles buscaram se integrar à sociedade receptora - que os desejava para o trabalho mas os rejeitava para o convívio social - e ao mesmo tempo preservar os laços com a sociedade de origem, tendo como pano de fundo a dinâmica urbana, abordada entre 1887 e a década de 1960, quando a área física do núcleo foi toda incorporada à malha urbana da cidade. O isolamento espacial causado pela dificuldade de acesso, infra-estrutura urbana precária e presença de equipamentos urbanos indesejáveis, foi responsável pelo isolamento da área, que ao longo dos anos transformou-se em “outra cidade” dentro de Ribeirão Preto.

A área do Núcleo Colonial Antônio Prado também constitui um ambiente adequado para se comparar as estratégias de mobilidade social experimentadas por esta classe de imigrantes diferente dos colonos que substituíram os escravos. Por mais difíceis que tenham sido suas condições de vida nos primeiros anos, parte dos imigrantes que se estabeleceram neste núcleo colonial possuía profissões predominantemente urbanas em seu país de origem, o que lhes possibilitou a vinda com pecúlio necessário para aquisição dos lotes.

A bibliografia referente aos núcleos coloniais no Brasil mostra que este tipo de empreendimento fracassou devido à distância que os loteamentos rurais se encontravam dos núcleos urbanos já consolidados e também às condições de vida dos imigrantes, que permaneceram isolados e com poucos recursos. Por outro lado, aqueles mais recentes fundados no Estado de São Paulo prosperaram, em sua maioria, e tiveram modernização e diversificação cultural, além de garantirem, em nível individual e familiar, a própria ascensão social. Assim, era de se esperar o mesmo destino para o Núcleo Colonial Antônio Prado, que foi inaugurado em 1887. O seu projeto urbano e as formas para aquisição dos lotes preconizavam que este viria a se tornar uma cidade próspera ou então que viesse a se unir àquela já existente, que era Ribeirão Preto. Entretanto, o que se pôde observar da área originada deste núcleo, ao longo de todo o século XX, é que esta se transformou em uma cidade dentro de outra, permanecendo isolada socialmente, embora integrada geograficamente a Ribeirão Preto.

Esta tese partiu da dissertação de mestrado que reconstituiu fisicamente o referido núcleo colonial. Ao final daquele trabalho, havia se chegado à conclusão que os imigrantes, quando na época de formação do núcleo, constituíram um contingente populacional diferenciado e privilegiado em relação ao restante da cidade e em relação aos imigrantes que se dirigiram para as lavouras da região: politizados, com profissão urbana e pecúlio para adquirirem o lote, não tiveram como única opção vender sua força de trabalho. Como resultado dessas vantagens que apresentaram de início, foi a única área da cidade a desenvolver plenamente todas as funções urbanas: moradia, comércio, serviços, indústria e agricultura. Entretanto, as vantagens supostamente promissoras não foram suficientes para sua prosperidade: ao longo de todo o século XX, permaneceu uma área visivelmente isolada do restante da cidade, apesar dos acessos terem sido incorporados - lentamente - aos seus domínios. Desse modo, acabaram construindo uma identidade singular e endógena própria, por meio das relações sociais entre si (formando clubes e associações) e de suas representações (festas típicas sobretudo do padroeiro Santo Antônio de Pádua e mais recentemente, das festas de carnaval).

A formação da área de estudo se deu em meio ao processo de constituição do núcleo urbano de Ribeirão Preto, acelerado pelo complexo gerado pela economia cafeeira, num contexto nacional de transição do trabalho escravo para o livre e consolidação de uma nação republicana. A expansão das cidades no mundo ocidental coroando a economia capitalista teve como característica a aglomeração de trabalhadores urbanos, oriundos da escravidão ou da imigração, livres e pobres, levando ao inevitável impasse levantado por

LANNA (1996): como tratar a pobreza indesejável, que se queria manter à distância, mas sem a qual a riqueza e a capacidade ilimitada de produção não poderiam acontecer?

Neste contexto, o Núcleo Colonial Antônio Prado constituiu mais do que um “viveiro de mão-de-obra” para a lavoura: a região serviu perfeitamente para atender ao desejo da elite de isolar operários e pobres, juntamente com o isolamento dos equipamentos indesejáveis (fábricas, hospitais, asilos, manicômios, cemitérios etc.). O Núcleo Colonial Antônio Prado se transformou na “cidade invisível” que a burguesia criou para esconder suas mazelas, segundo o pensamento de LAPA (1995). Para José Francisco, assemelhou-se ao início de uma “senzala moderna” e por isso, sempre houve descaso do poder público em cuidar de seus moradores, que receberam obras de infra-estrutura urbana tardiamente, após sucessivas reivindicações, uma vez que a “senzala” constituía o oposto da casa-grande, era apenas o depositário dos serviços. Mais de um século depois, os bairros originados deste núcleo ainda sofrem com o preconceito de terem sido periferia.

A extensa área do núcleo deu origem aos bairros da zona norte e mais recentemente aos bairros da zona leste. A identidade que constituíram não se relaciona com esta extensão, mas à característica primeira de sua população. Suas representações também visaram à auto-afirmação entre eles próprios, a começar pela denominação: o atual Ipiranga, que era chamado “Barracão de Cima” e Campos Elíseos, que começou como “Barracão de Baixo”. Essas denominações foram decorrentes do Barracão que foi construído ao lado da linha férrea da Mojiana¹, onde os imigrantes desembarcavam (pois a elite desembarcava na Estação Principal, no centro da cidade) e demarcava também a divisão topográfica entre as duas seções, sendo que a segunda seção (Barracão de Cima) ficava em um nível mais elevado em relação à terceira seção (Barracão de Baixo).

O trabalho também visa mostrar em que ponto houve divergências ou disputas entre os bairros formados a partir do núcleo colonial, a partir das manifestações populares ao longo da história: os únicos times de futebol da cidade, formados por imigrantes no início do século XX, que eram o Palestra Itália (no bairro Campos Elíseos) e o Botafogo (criado

¹ Devido às diversas maneiras que foram encontradas as referências a esta companhia – Mogyanna, Mogiana, Mogyana - neste trabalho foi adotada a atual escrita “Mojiana”, seguindo “Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa”: MOJIANO: (1) *Adj.* Relativo ou pertencente à região servida pela Estrada de Ferro Mojiana (SP a MG). (2) *Adj.* De, ou pertencente ou relativo a Moji das Cruzes. (3) *Adj.* De, ou pertencente ou relativo a Mojiguacu (SP). (4) *Adj.* De, ou pertencente ou relativo a Mojimirim (FERREIRA, 1986: 1149).

na área vizinha ao Ipiranga); as duas escolas de samba rivais, os “Bambas do Campos Elíseos” e os “Embaixadores do Ipiranga”, além dos dois mais fortes eixos comerciais da cidade localizados fora dos limites da área central, que são a avenida Saudade, nos Campos Elíseos e a avenida Dom Pedro II, no Ipiranga.

Embora tenha importância fundamental para se entender o desenvolvimento urbano de Ribeirão Preto, a começar pelas dimensões da área ocupada, não havia, antes da Dissertação de Mestrado defendida em 2002 pela mesma autora, intitulada “*Imigração e Urbanização: o Núcleo Colonial Antônio Prado em Ribeirão Preto*”, nenhum estudo sistemático para este local, tanto do ponto de vista histórico, econômico, social ou físico. A maior parte dos documentos referentes aos seus moradores foi queimada no início do século XX, em um incêndio no Barracão, que era o prédio que funcionava como hospedaria para os imigrantes e administração do núcleo. A documentação existente consta apenas de um mapa original, encontrado no Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto, dos Requerimentos para Lotes, no Arquivo do Estado, em São Paulo e dos Títulos de Propriedade, que até 1999 se encontravam perdidos em um Arquivo Público de Franca e foram doados ao Patrimônio de Ribeirão Preto. Alguns pesquisadores sequer sabiam de sua existência, tampouco a população dos bairros resultantes das subdivisões dos primeiros lotes, salvo alguns descendentes mais antigos.

A primeira pesquisa mostrou como o Núcleo Colonial Antônio Prado foi criado e seu impacto sobre a cidade de Ribeirão Preto, em pleno apogeu cafeeiro. Devido ao programa de pós-graduação em que foi desenvolvida – Mestrado em Engenharia Urbana - foram enfatizadas as transformações físicas, ocorridas no desenho urbano do referido núcleo colonial, decorrentes da dinâmica econômica (parcelamento das terras, uso do solo, políticas habitacionais, entre outras), bem como sua importância para a economia do Município, principalmente após a crise de 1929. Ainda para se entender o processo de urbanização, foram estudadas as atividades urbanas que estes imigrantes exerceram – e verificou-se que a área do Núcleo foi a única do Município em concentrar, simultaneamente, atividades de comércio, agricultura e os mais variados serviços, além de movimentar o mercado imobiliário do Município, para onde passou a se dirigir a classe trabalhadora. Além disso, constituiu a primeira zona industrial da cidade, abrigando as as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Companhia Eletro-Metalúrgica Brasileira e outras de pequeno, médio e grande portes. Nessa ocasião, foram iniciadas discussões sobre o imigrante no meio urbano, sendo responsável por transformações sociais em Ribeirão Preto. No presente trabalho, esta discussão foi ampliada para toda a população

que se fixou nos bairros originados do núcleo, partindo do estudo dos traços histórico-sociais deixados no território durante toda a evolução urbana, procurando-se fazer a investigação das razões que levaram a área a ser estigmatizada perante o município, desde sua origem. As formas como eles se relacionavam com a cidade era de isolamento também. Descendentes dos primeiros moradores contaram em entrevistas, que também não iam à cidade, que as festas aconteciam por lá mesmo. O próprio comércio foi se desenvolvendo autonomamente, tanto que as duas distritais da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto localizam-se nos Campos Elíseos e Ipiranga.

A fim de que já se tenha uma compreensão acerca de sua extensão física e de sua importância para a urbanização da cidade, a Fig. 01 a seguir mostra o mapa do Núcleo Colonial Antônio Prado sobreposto à malha urbana atual da cidade, com os bairros originados e partir de suas seções:

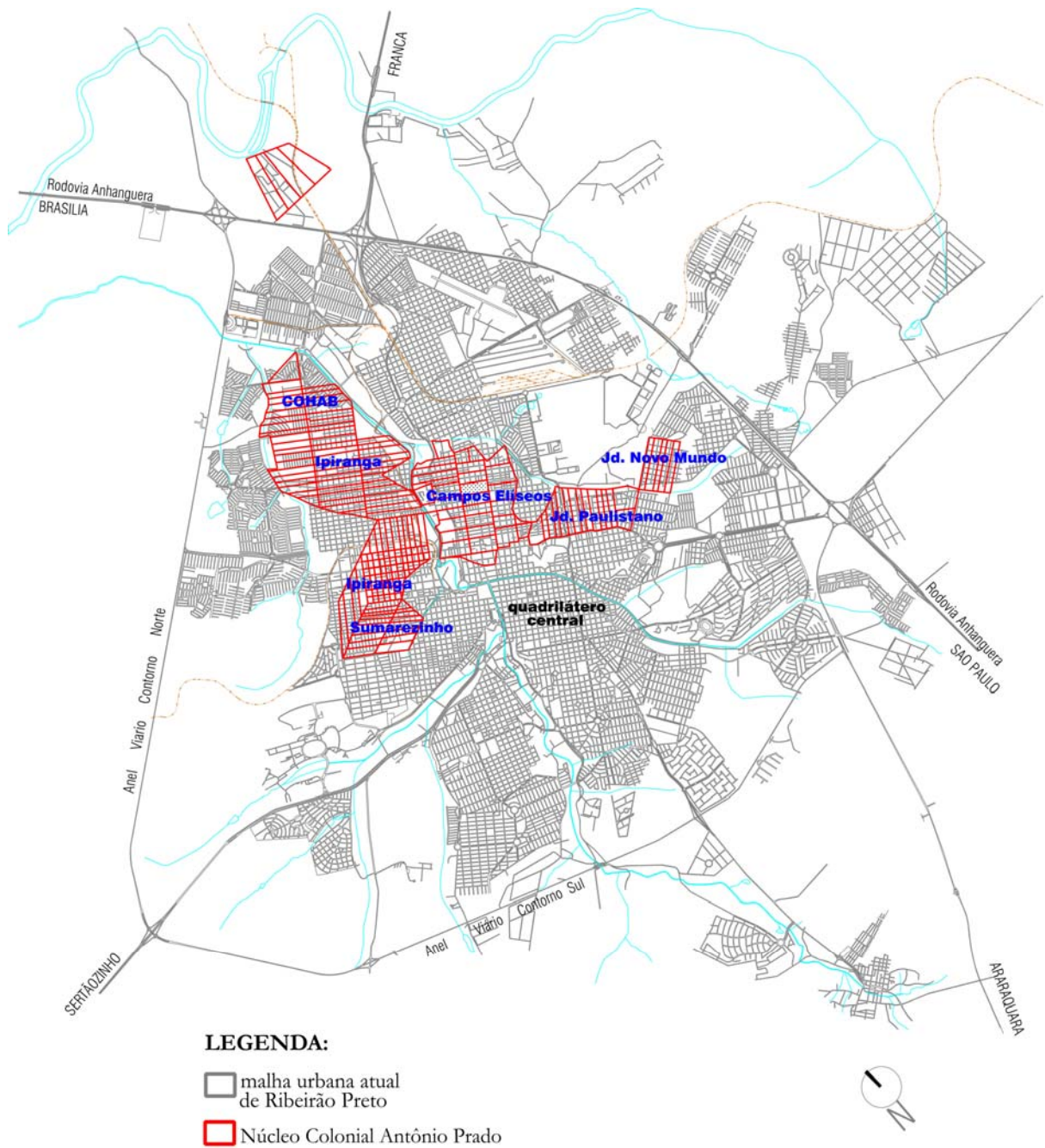


Fig. 01: Traçado do Núcleo Colonial Antônio Prado sobreposto à malha urbana de Ribeirão Preto (Fonte: SILVA, 2002)

CAPÍTULO 1: Fundamentação teórico-metodológica

Muitas cidades brasileiras surgiram ou se expandiram a partir dos núcleos coloniais; entre 1812 e 1867, a maioria no sul do país e, após 1880, também pelo sudeste, principalmente no Estado de São Paulo. Estas cidades ainda mantêm as tradições iniciadas pelos seus ocupantes originais – que eram 80% imigrantes, na maioria, italianos (TRENTO, 1989) mas, curiosamente, Ribeirão Preto sempre ignorou este capítulo decisivo em sua história, fato comprovado pela imprensa, a qual, até os estudos da autora desta tese, nunca havia mencionado sua existência.

Assim, este trabalho pretende estudar as formas de organização de um núcleo colonial na cidade e sua contribuição para a expansão urbana, ampliando o mercado de mão-de-obra especializado para a indústria nascente, bem como promovendo a mudança do tipo de trabalhador urbano, com a introdução de novas ocupações e novos hábitos (de alimentação, de lazer, de organização social). A partir daí, mostrar como a cidade de Ribeirão Preto incorporou esta nova ação, como eles se viam diante da antiga cidade e como esta o enxergava, aceitando-o ou não.

1.1. Bibliografia da base teórica

Durante muito tempo a historiografia para Ribeirão Preto se restringiu a alguns estudos sobre a formação das fazendas de café, como o de ZAMBONI (1973), "Processo de formação e organização da rede fundiária da área de Ribeirão Preto (1874-1900): uma contribuição ao estudo da estrutura agrária" e às compilações de jornais feitas por CIONE (1996), em sua coleção "História de Ribeirão Preto". Nos anos de 1990, começaram a ser feitos estudos na área de História tratando da transição da mão-de-obra escrava para a livre nas lavouras de café em expansão, como a dissertação de GARCIA (1997) intitulada "Trabalhadores rurais em Ribeirão Preto: trabalho e resistência nas fazendas de café, 1890-1920", outros abordando as ferrovias que alcançaram a região como "A Mojiana e o café – contribuições para a história da estrada de ferro Mojiana", de ZAMBONI (1993). Entretanto, o enfoque dos trabalhos sempre foi o mundo agrário, devido à economia cafeeira, sendo que um primeiro estudo sobre a cidade aconteceu com a dissertação de VALADÃO (1998), chamada "Memória arquitetônica de Ribeirão Preto – política de preservação e plano diretor", que deu início a uma série de trabalhos que se seguiram no campo da arquitetura e do urbanismo, tratando do patrimônio arquitetônico da cidade.

Entretanto, somente a partir dos estudos realizados na área de História Econômica da FEA/USP é que foi possível se traçar um perfil completo da evolução econômica da cidade, não mais apenas do ponto de vista do complexo cafeeiro e da economia que este movimentou na sua primeira fase de enriquecimento, mas principalmente sob a ótica das ocupações urbanas, por meio do comércio, indústria e serviços. Neste aspecto, o trabalho de PINTO (2000) intitulado "Ribeirão Preto: A dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930", juntamente com as obras de PIRES (1999 e 2004), "Crise e recuperação: as décadas de 1930 a 1950" e "O desenvolvimento econômico de Ribeirão Preto: 1930-2000", finalizando em MARCONDES & GARAVAZZO (2004), "Comércio e Indústria em Ribeirão Preto de 1890 a 1962" foram completos e elucidativos para a compreensão da dinâmica econômica da cidade que foi consolidada pelo setor terciário, e não agrário, como se difundia até então. Estas obras permitiram, no presente trabalho, que fosse traçado um paralelo constante entre a expansão urbana da cidade e sua economia com a área do Núcleo Colonial Antônio Prado. A análise do desenvolvimento urbano da cidade por meio de números possibilita relativa precisão, comparado às outras fontes empíricas e por isso, as pesquisas feitas na FEA USP acompanharam esta tese por todos os capítulos.

Sobre os objetivos do Governo na criação dos núcleos coloniais, no momento em que o Brasil sofria pressões para a substituição do trabalho escravo pelo livre, seguindo a tendência mundial de ampliação de mercado consumidor, foram utilizados principalmente os trabalhos de MAKINO (1974), em seu texto "Contribuição ao estudo de legislação sobre núcleos coloniais no período imperial" e a dissertação de GADELHA (1982), intitulada "Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920): contribuição ao estudo da colonização em São Paulo". O estudo feito por SILVA (1996), "Terras devolutas e latifúndio – efeitos da Lei de 1850", mostrou os principais objetivos da Lei de Terras de 1850, que previa a implantação dos núcleos coloniais, bem como visava converter a terra em capital, substituindo a garantia de crédito hipotecado que o escravo representava ao fazendeiro.

O boicote dos fazendeiros paulistas a este projeto (temendo a falta de mão-de-obra e perda de terras para o café) e a transformação dos núcleos coloniais em "iscas" para atrair imigrantes foram as questões discutidas principalmente pelos clássicos lançados por COSTA (1989) em "Da senzala à colônia" e por MARTINS (1973) em "A imigração e a crise do Brasil agrário". Este trabalho discutiu amplamente a problemática da imigração no campo e a formação dos núcleos coloniais, chegando no processo de proletarianização e

nas condições para os imigrantes que aqui fizeram fortuna e ascenderam socialmente, explicitando que este evento só foi possível aos imigrantes que chegaram com condições para isso, uma vez que o acesso à terra e aos bens sempre lhes foi restrito. Também de MARTINS (1998), "O cativo da terra" esclareceu a crise pela qual o país enfrentou no momento da expansão cafeeira e das cidades, com as relações capitalistas que os fazendeiros de café representavam, cujo empreendimento estava voltado para a produção de mercadorias e lucro, a partir de uma relação não-capitalista de produção, que era a escravidão. Assim, explica de que forma a Lei de Terras de 1850 veio a atender a necessidade capitalista de sujeição do trabalhador, que passou a ser livre, porém, sem condição de acesso à terra, que a partir daquela data, teria preço.

A Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalhador (MARTINS, 1998: 59).

Do mesmo autor, o livro "Subúrbio - vida cotidiana e história do subúrbio na cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha", apresenta o núcleo colonial de São Caetano, fundado em 1877, para receber um dos primeiros grupos de imigrantes italianos em São Paulo, em terras da antiga Fazenda de São Caetano, a partir de uma análise física, histórica, econômica e social, tendo como fio condutor um romance que houve na área.

Além de José de Souza Martins, HOLLOWAY (1984) fez de sua obra intitulada "Imigrantes para o café" um clássico para o conhecimento da história da expansão cafeeira em São Paulo, discutindo desde o aumento do consumo e da produção da bebida no mundo, passando pelo problema da mão-de-obra e das mudanças sociais ocasionadas no Brasil, chegando às diversas soluções implantadas, como os núcleos coloniais.

O terceiro capítulo aborda o surgimento do Urbanismo Sanitarista no Mundo como uma necessidade de organização da cidade industrial e suas aplicações no Brasil, por meio dos Códigos de Posturas². Além disso, discute as estratégias da elite republicana em criar

² Segundo o Plano Diretor da Cidade de Peruíbe (SP), o "Código de Posturas trata da utilização do espaço e do bem estar público, relações entre o cidadão e seu Município. O código, como o título sugere, confere legitimidade ao Município para determinar "posturas" obrigatórias aos habitantes do Município. Seus objetivos são: controlar e manter o ambiente urbano no aspecto de higiene pública, sossego, conforto, salubridade, coibindo a poluição de qualquer natureza; regular a utilização dos espaços públicos;

elementos de distinção entre os cidadãos, que passou a incluir os ex-escravos e imigrantes, por meio de um zoneamento veladamente excludente. Finaliza analisando como a cidade de Ribeirão Preto teve apenas o núcleo urbano principal saneado e embelezado, e se utilizou do Núcleo Colonial Antônio Prado para construção dos equipamentos indesejáveis ao convívio da elite.

O trabalho de RIBEIRO (1993), intitulado "História sem fim... inventário da saúde pública", relaciona a saúde pública com a formação e o desenvolvimento do mercado de trabalho, bem como com o processo de urbanização, que perpassa as principais cidades do Estado no início do século XX como Santos e São Paulo. Nesta obra, a autora mostra a relação que se fazia na época, entre epidemias e imigração e entre os imigrantes e as epidemias, atribuindo-se em grande parte a eles a proliferação de doenças. Além disso, mostra a preocupação com a questão da saúde pública relacionando-a com a imigração e o grande fluxo populacional dirigido à uma área específica e as conseqüências disso sobre as cidades, bem como a revolução pasteuriana, as campanhas sanitárias, o saneamento, a reforma sanitária e a urbanização. Estende-se até a década de 1920, quando o foco da vigilância sanitária deixa de ser o trabalhador imigrante e passa a ser o nacional, que deixa os Estados sobretudo da Bahia, Ceará e Minas Gerais e migra para São Paulo em busca de uma vida melhor. O estudo desta autora traça claramente a mudança do foco da política de saúde neste período, cuja prática sanitária passa a ser regida pelo esforço educativo e não mais pela política sanitária, por meio da repressão, do policiamento da habitação, da água, do esgoto e do doente.

Em "Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo", o médico sanitário TELAROLLI JÚNIOR (1996) mostra a formação dos serviços sanitários no Estado de São Paulo após a proclamação da República, a partir do estudo de caso para a cidade de Araraquara.

LANNA (1996) revelou em "Uma cidade na transição - Santos: 1870-1913" a preocupação com a transformação de uma cidade como Santos, que não era a capital do país, mas representava uma cidade central para a economia brasileira, em função do contingente populacional que ali transitava, auxiliando a presente pesquisa a traçar algumas diretrizes como a maneira de morar, a mobilidade espacial e geográfica, as

estabelecer condições para a instalação e funcionamento das atividades econômicas não permanentes (sazonais e/ou periódicas) que se realizam nos espaços públicos.

concentrações étnicas e sociais e as características de suas construções. A autora não se fixou em imagens como “a formação da classe trabalhadora”, “um estudo das epidemias e da questão sanitária” ou “características políticas da cidade e de seus movimentos com abolicionismo ou as primeiras organizações de trabalhadores livres ligados ao porto”. Ela articulou os diferentes aspectos que envolviam a cidade, estudando, a partir das transformações que se sucederam, tanto do ponto de vista do espaço quanto das relações sociais, como se constituiu naquele momento a cidade moderna santista, historicamente constituída nos marcos de desenvolvimento da sociedade burguesa e capitalista. Buscando-se a mesma abordagem metodológica, este trabalho propõe um estudo da expansão urbana de Ribeirão Preto a partir da formação do Núcleo Colonial Antônio Prado, as maneiras como o mesmo foi transformado no território da pobreza e as relações sociais que seus moradores estabeleceram entre si e com a cidade.

Outra grande contribuição de LANNA (1996) para a definição da presente tese, que pretende mostrar a participação social dos primeiros moradores do núcleo Antônio Prado, foi na dissociação da imagem do imigrante como elemento civilizador, que necessariamente teve ascensão social nas cidades.

Ser imigrante é um atributo de nacionalidade e não um elemento explicativo da inserção social desse imenso contingente de pessoas. A associação entre imigração e civilização foi um mito criado em torno da idéia de branqueamento e europeização que ocultava as imensas diferenças sociais entre os estrangeiros que para cá vieram. Como também justificava e legitimava os investimentos feitos para promover a imigração de trabalhadores pobres. Dessa forma a visão de arruaceiro, delinqüente e vagabundo que recaía sobre os imigrantes, sobretudo para os que ficavam como trabalhadores nas cidades, não impediu a existência das outras imagens que os preservavam como símbolo da civilidade e da sofisticação do gosto, do apego ao trabalho regular, ao homem empreendedor (LANNA, 1996:226).

A compreensão do nascimento do urbanismo enquanto disciplina, que emergiu juntamente com as cidades industriais superpopulosas do século XIX como Paris, Londres e São Paulo foram discutidas por BENÉVOLO (1976), um autor de referência na área de urbanismo, que enfoca a visão higienista e organizadora partindo dos instrumentos controladores como o zoneamento do espaço urbano e das edificações, no livro “História da Arquitetura Moderna”. Acompanhando este estudo, BEGUIN (1991) em seu clássico texto “As maquinarias inglesas do conforto”, mostra inclusive inovações físicas na cidade e na habitação em função das questões sanitárias.

Não foram os urbanistas, mas os cientistas sociais quem começaram a estudar o “fenômeno urbano”, a partir da necessidade de enfrentar problemas urgentes ligados ao enorme crescimento das cidades que acompanhou a industrialização e o desenvolvimento capitalista, especialmente na América, com a imigração em massa de contingentes europeus no fim do século XIX e início do XX. Nessa época, a atenção dos urbanistas estava voltada para o saneamento e o embelezamento das cidades e não para as relações estabelecidas entre os novos e antigos habitantes. Esta sistematização foi feita sobretudo na década de 1920 pela chamada “Escola de Chicago”, a partir do estudo intensivo daquela cidade, e se fundamenta em três idéias: primeiramente, indivíduo e sociedade são seres indissociáveis e não é possível estudar um desses elementos sem referência ao outro; em segundo lugar, que a sociedade constitui um complexo sistema resultante predominantemente de fenômenos culturais, mas também naturais; por fim, a de que a organização das relações sociais reflete-se diretamente na ocupação do espaço geográfico (VELHO, 1973).

Utilizando-se do zoneamento como instrumento de controle da República, ROLNIK (1997) explica claramente como se deu a formação de territórios de pobreza na cidade de São Paulo em “A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo”.

(...) a chave da eficácia em demarcar um território social preciso reside evidentemente no preço. Lotes grandes, grandes recuos, nenhuma coabitação é fórmula para quem pode pagar. A lei, ao definir que num determinado espaço pode ocorrer somente um certo padrão, opera o milagre de desenhar uma muralha invisível e, ao mesmo tempo, criar uma mercadoria exclusiva no mercado de terras e imóveis (ROLNIK, 1997:47).

Seguindo o pensamento da autora, entendeu-se o Núcleo Colonial Antônio Prado como o território de pobreza de Ribeirão Preto, cujo objetivo para sua constituição foi além da formação de “viveiro de mão-de-obra” para as lavouras de café, conforme outros núcleos coloniais paulistas: sua área abrigou tudo o que era indesejado para o contato com a elite - equipamentos de saúde, fábricas, animais e pessoas pobres. Transformou-se na “cidade invisível” criada por LAPA (1995) em “Cidade: os cantos e os antros”. Este trabalho, que retrata detalhadamente a transição da ordem social senhorial escravista na cidade de Campinas para a ordem social capitalista e burguesa na segunda metade do século XIX, contribuiu para a fundamentação desta tese, ao esclarecer que a região estudada não sofreu toda a segregação devido às suas características físicas e topográficas – que de fato contribuíram para seu isolamento mas não seriam suficientes

para mantê-lo. Para o autor, a ordem burguesa teve a “necessidade” de criar territórios distintos na cidade para esconder o que deveria tornar-se invisível à sociedade saneada e embelezada que a República precisava e por este motivo, os bairros do núcleo colonial mantiveram-se no isolamento social por tanto tempo.

O receituário capitalista burguês, ao contrário do convívio da sociedade senhorial que até então prevalecera, defende a reclusão e afastamento não apenas dos mortos, mas também dos vivos, desde que doentes, vadios, loucos, rebeldes, velhos, prostitutas ou menores órfãos e abandonados. Essas categorias precisavam ser ocultas, serem invisibilizadas. A cidade não fora feita para elas. O espaço que passava a lhes ser reservado não se encaixava dentro do urbano e, quando nele permanecia, eram ali confinadas, segregadas, para que não fossem vistas (LAPA,1995:325).

Esta tese finaliza com a discussão acerca da forma com os principais bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antônio Prado se apresentavam para si, para o restante da cidade e como a cidade os via, e os resultados destas sociabilidades nas décadas seguintes. A partir de um *survey* aplicado em um bairro de Lisboa para a constituição de “Um lugar na cidade: cotidiano, memória e representação no Bairro da Bica”, CORDEIRO (1997) fez uma descrição detalhada do Bairro da Bica, que apresenta muitas semelhanças com a área estudada: a Bica é um típico bairro popular, onde acontecem as tradicionais festas de santos no mês de junho, e representam toda a essência da cidade de Lisboa. Além disso, a autora faz um estudo sobre a forma como este bairro construiu sua imagem para si e como a apresenta aos outros e, a partir de um estudo antropológico, descobriu a “Bica de Cima”, a “Bica de Baixo” (ambas polarizadas por duas associações locais) e a “Bica do lado de lá do elevador”. Embora a técnica para a pesquisa não seja a mesma, o trabalho de CORDEIRO (1997) auxiliou na identificação de certas “sociedades microlocalizadas” formadas a partir do núcleo Antônio Prado que abriram para uma amplitude de fatores, além dos socioantropológicos: urbanísticos, arquitetônicos, históricos, econômicos e ambientais.

Nesta mesma abordagem, em “Bairros rurais paulistas” QUEIROZ (1973) avalia os bairros rurais de quatro municípios – Taubaté, Leme, Paraibuna e Itapeçerica da Serra – apresentando-os na forma como se organizavam e se estruturavam interiormente e também como se relacionavam com a sede do município e com a região em que estavam implantados. A autora explicou que o bairro rural não se vincula especialmente à civilização caipira, e exemplifica com o caso de bairros rurais formados em Leme por descendentes de imigrantes italianos, apresentando bastante semelhança com o presente

estudo. Por isso, foi tomada a definição de QUEIROZ (1973) para "bairro rural", devido às semelhanças com o estudo em questão:

Era o bairro um grupo de vizinhança de "habitat" disperso, mas de contornos suficientemente consistentes para dar aos habitantes a noção de lhe pertencer, levando-os a distingui-lo dos demais bairros da zona. O "sentimento de localidade" constituía elemento básico para delimitar a configuração de um bairro, tanto no espaço geográfico quanto no espaço social. Tradicionalmente, uma capela marcava o núcleo central, e a festa do padroeiro constituía um dos momentos importantes de reunião para os componentes dispersos pelas cercanias – momento em que se afirmava a personalidade do bairro, em relação aos bairros vizinhos. Cada bairro se compunha de famílias conjugais autônomas, autárquicas, lavrando independentemente suas roças quando e como queriam. Não podiam, porém, prescindir do auxílio dos vizinhos sem grave diminuição dos seus recursos, pois suas técnicas eram as mais rudimentares. O mutirão, a troca de dias de serviço e outras formas de auxílio mútuo eram as soluções adotadas para resolver a escassez de mão-de-obra, por um lado, e, por outro lado, a escassez de meios para obtê-la (...). O trabalho rural em comum se tornava assim uma segunda maneira de congregar os hábitos do bairro, além da festa religiosa (QUEIROZ, 1973:4).

Outra autora utilizada neste capítulo foi VANGELISTA (1991), que proporcionou o entendimento de outra faceta da imigração, por meio do encontro de culturas, em seu livro intitulado "Os braços da lavoura". Além disso, faz uma revisão crítica marxista de vários estudiosos do tema, observando com a imigração afetou a cidade, introduzindo vários tipos de conflitos:

Quando vagar de uma plantação a outra não mais demonstra ser a maneira eficaz de se combater desfavoráveis condições de trabalho na fazenda, a cidade, junto com os recentes cafeeiros do oeste, torna-se uma nova fronteira: com efeito, na cidade existe a possibilidade de emprego no setor terciário, especialmente no pequeno comércio e nas empresas em construção; além disso, vem endereçada à cidade a maior parte da demanda de mão-de-obra proveniente de todo o Estado (VANGELISTA, 1991:239).

No trabalho sobre relações interétnicas no bairro operário Bom Retiro, em São Paulo, TRUZZI (2001) deu uma importante contribuição na caracterização dos bairros surgidos na área de estudo em questão, uma vez que Bom Retiro em São Paulo e Campos Elíseos em Ribeirão Preto apresentam muitas semelhanças: ambos constituem bairros operários, ocupados inicialmente por imigrantes italianos, localizados adjacentes a ferrovias e próximos à várzea. Todas as suas características, somadas à proximidade com o centro e a concentração de mão-de-obra tornaram esses dois bairros fabris, atraindo ainda mais trabalhadores.

O mesmo trabalho citado, ainda foi decisivo para o entendimento dos níveis de disputa entre as seções do núcleo colonial e os bairros que delas surgiram: no início do trabalho, acreditava-se ter havido disputas e até mesmo segregação entre as seções do núcleo (principalmente entre a Terceira Seção, que era chamada inicialmente de "Barracão de Baixo" e depois, Campos Elíseos e a Segunda Seção, chamada "Barracão de Cima" e depois, Ipiranga). No estudo sobre as relações interétnicas do bairro Bom Retiro, em São Paulo, TRUZZI (2001) mostrou que até etnias bem diferentes (italianos, judeus e coreanos) conviveram pacificamente no mesmo lugar. A partir daí, foi verificado que as relações de disputa nos bairros surgidos a partir do núcleo colonial não vão além das manifestações culturais discutidas no trabalho.

SCOCUGLIA (2000) fez uma importante análise sobre a formação das distinções sociais e em especial sobre o poder simbólico da habitação e de sua localização na cidade, a partir do estudo de caso para o bairro de Manaíra, na capital João Pessoa. Embora esse estudo tenha sido para um bairro de classe média da década de 1990, foi útil ao auxiliar na identificação das distinções e de poderes simbólicos que os moradores usam para se auto-representarem e serem reconhecidos. Como já foi mostrado, as distinções internas entre as seções do núcleo colonial foram muito mais sutis do que se imaginava, e as diferenças entre Campos Elíseos e Ipiranga aconteceram muito mais pela distância geográfica, pois ambos receberam semelhante descaso por parte da administração pública. Mas a leitura de SCOCUGLIA (2000) permitiu a visualização mais nítida entre as distinções feitas pelos moradores do centro da cidade em relação aos trabalhadores instalados no núcleo.

Por fim, este capítulo discute uma característica peculiar apresentada pelo Núcleo Colonial Antônio Prado ao longo de todo o século XX que o diferenciou do restante da cidade: não foi urbanizado todo de uma vez, e manteve concomitantemente atividades de moradia, comércio, indústria e agricultura em suas terras, na forma de sítios urbanos que permanecem até os dias de hoje. Embora os estudos de caso de QUEIROZ (1973) não sejam provenientes de nenhum núcleo colonial, sua leitura forneceu uma pista para a explicação do fracasso da área do Núcleo Colonial Antônio Prado enquanto reduto de imigrantes diferenciados e com condições para se estabelecerem na cidade: o fato de ter mantido, dentro de seu domínio, bairros rurais que foram se isolando da cidade, embora totalmente inseridos em sua malha urbana, pois "*é o equilíbrio do bairro com a região ou com a cidade que determina seu progresso ou sua decadência, e não os caracteres específicos da região ou do bairro* (QUEIROZ, 1973:135)".

Foram mostradas as estratégias de sobrevivência do imigrante no meio urbano e as formas de construção de sua identidade, que passou pelo processo de preservação de sua identidade como *italiano* e de reconstrução de uma auto-imagem de *imigrante italiano*, segundo o conceito explicado por Marili Junqueira.

A questão da identidade étnica surge mais marcadamente no confronto com o não-imigrante, ou o local (...). Neste momento utiliza-se o conceito de identidade étnica, que tem em sua essência a identidade contrastiva exposta por Roberto Cardoso de Oliveira. De acordo com o autor, a identidade contrastiva se dá na relação social; perante o outro eu afirmo minha própria identidade. É no processo permanente de identificação que o sujeito contrói uma compreensão de si próprio. Essa identidade tem duas dimensões: a individual e a social (coletiva). O italiano em seu país de origem possuía diferentes identidades pois cada região tinha sua particularidade. Quando ele emigrou assumiu uma outra identidade, ou seja, a de imigrante italiano. O regionalismo perdeu sua importância como critério de definição de grupo étnico e a identidade italiana passou a ser construída em oposição aos brasileiros, numa situação de mudança social (JUNQUEIRA, 1998: 147).

TRENTO (1989) fez uma importante discussão sobre a imprensa em "Do outro lado do Atlântico", mostrando o mundo urbano por meio dos jornais da época. Além disso, em sua compreensão da cidade transformada pelos imigrantes, define as ocupações que pareceram ser típicas dos italianos e que foram desempenhadas na cidade de São Paulo: mascates, barbeiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, serralheiros, marceneiros, carpinteiros, construtores, marmoristas, oleiros e proprietários de pequenos armazéns, de preferência de gêneros alimentícios.

Ao chegarem num momento de transição, isto é, quando a escravidão entra em crise e se recorre ao trabalho livre, os imigrantes conseguem inserir-se num contexto urbano ainda magmático, que oferece possibilidades de empregos em fase de gestação e de definição, e, portanto, ainda não aproveitadas pelos poucos trabalhadores locais. Em todos os setores do trabalho urbano, por longo tempo, prevalecerá uma situação de monopólio por parte dos estrangeiros. Esse fenômeno será particularmente evidente no Estado de São Paulo, mas, embora em menor medida, não deixará de caracterizar o Rio de Janeiro e outras capitais menores (TRENTO, 1989: 127).

SIMMEL (1973) tirou pela primeira vez a cidade como pano de fundo para a produção da modernidade, e entendeu a "multidão" como "massa", remetendo à idéia de "homogeneização", de "sujeito coletivo", ponto central de seu estudo. PARKER (1973) fez praticamente um "inventário" de possíveis pesquisas futuras sobre a cidade, como as relações entre público e privado presentes em categorias como "vizinhança", entendida diferentemente de "gueto", apontado como espaço de segregação.

Com a situação econômica a seu favor – os imigrantes possuíam pecúlio para a aquisição de terras e profissão urbana, além de terem emigrado em grupos de famílias, inseridos no meio urbano, com maior possibilidade de socialização, seus habitantes foram vistos como desejáveis para o trabalho e indesejáveis para o convívio. Por isso, este capítulo finaliza com a discussão desse tema. Foram utilizados os conceitos de ELIAS (2000) em “Os Estabelecidos e os Outsiders”. Este autor identifica que criou-se na comunidade de Winston Parva (próxima de Leicester, Inglaterra) uma determinada figuração marcada pela existência de um grupo de moradores antigos da aldeia – os estabelecidos - que se colocavam como pessoas de valor humano mais elevado que o dos moradores do loteamento – os outsiders - construído posteriormente e, por isso, estigmatizados pelos primeiros. Para que houvesse essa relação de “estabelecidos” e “outsiders”, o autor identificou uma constante:

O grupo estabelecido atribuía aos seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo de contato social não profissional com seus próprios; e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa no caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas contra os suspeitos de transgressão (ELIAS, 2000:20).

Procurou-se verificar neste trabalho as relações entre os antigos moradores da cidade de Ribeirão Preto e os moradores do núcleo, a fim de se saber se houve semelhança com o estudo da comunidade feito por Norbert Elias.

Também a bibliografia referente à história e memória foi importante para compreender que a falta de registros escritos sobre aquela população - começando pelo incêndio que houve no Barracão em 1900, liquidando todo o acervo de documentos sobre os moradores do Núcleo Colonial Antônio Prado, até o "boicote" do mais influente jornal da época, "A Cidade", em mencionar fatos e personalidades ilustres entre seus moradores - faz parte da estratégia de grupos dominantes da sociedade tornarem-se "donos das lembranças e dos esquecimentos" (LE GOFF, 1996). Dessa forma entendeu-se a memória como construção do presente e que tem como função principal manter a coesão do grupo.

A história do Núcleo Colonial Antônio Prado nunca foi antes escrita e a memória oral está se perdendo entre os últimos descendentes ainda vivos. LEFEBVRE (1991) também explica sobre a importância do registro escrito, pois para ele, a escrita faz e é a lei, pois obriga, pela fixação, pela recorrência implacável, pelo testemunho e pela historicidade estabelecida para a eternidade. Seguindo esta idéia, GOODY *apud* BERGAMASCHI (2001)

afirma que, em sociedades com escrita, o passado não pode ser modificado e é considerado distante, separado do vivido, enquanto a oralidade permite um refazer constante do passado a ponto de não separá-lo do presente.

HALBWACHS (1990) diferencia “memória coletiva” e “memória histórica”: a primeira é natural, retém o passado só que está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que o mantém e não ultrapassa os limites desse grupo, enquanto na segunda, se tem a impressão que, de um período para outro, tudo é renovado: jogo de interesses, maneiras de viver dos homens, traduções e perspectivas para o futuro.

No desenvolvimento contínuo da memória coletiva, não há linhas de separação nitidamente traçadas, como na história, mas somente limites irregulares e incertos. O presente não se opõe ao passado, configurando-se dois períodos vizinhos. Porque o passado não mais existe, enquanto que, para o historiador, os dois períodos têm realidade tanto um quanto outro. A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta. Não é por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela esquece uma quantidade tão grande de acontecimentos e de antigas figuras. É porque os grupos que dela guardaram a lembrança desapareceram (HALBWACHS, 1990: 84).

Sendo assim, a “memória histórica”, que é a “história oficial” de Ribeirão Preto, tratou de registrar, por meio da escrita, os fatos que enalteciam a burguesia cafeeira, enquanto a história do Núcleo Colonial Antônio Prado permanece apenas na memória coletiva de seus descendentes, desconhecida ao restante da cidade. Entretanto, esta memória coletiva se esgota lentamente, à medida que seus membros individuais (sobretudo os mais velhos) desaparecem ou se isolam.

1.2. Fontes empíricas utilizadas

A metodologia constou da base teórica, a partir do estudo de livros, artigos, dissertações e teses já apresentados, e de uma base empírica constituída por documentos pouco ou ainda não utilizados ainda em nenhuma outra pesquisa anterior:

1. **Inventários:** Foi feita uma amostragem de inventários de vinte dos primeiros proprietários (referentes às famílias Brussolo, Golfetto, Bapstioli, Pavan, Borsatto, Stefanelli, Reggiani, De Bonis, Ciampa, Druzian, Innocente, Bonacorsi, Rivoiro, Pezzini, Marian, Giroto, Gabaldo, Codognato, Gentil e Fávero) e mais dez outros habitantes (Bianchi, Codognotto, Luchesi, Buzolo, Barban, Dovichi, Barrichello,

Gallo, Pólo e Roberti) do início da formação do Núcleo Colonial Antônio Prado que se encontravam, no início da pesquisa, no Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto. Além destas trinta pessoas, cujos inventários foram organizados por volta já da primeira década do século XX, foram pesquisados também outros de seus descendentes até a terceira geração, por volta da década de 1960. Esta escolha visou mostrar o nível de mobilidade social que houve entre os moradores da área, mesmo após sua morte, com a partilha de seus bens. A proposta inicial era de se fazer o levantamento dos inventários de todos os proprietários, mas a primeira fase da pesquisa empírica permitiu a constatação prévia de que apenas estes documentos não poderiam constituir a principal fonte de pesquisa como era planejado, devido à quantidade insuficiente para análise, além de informações restritas, mais voltadas para uma análise econômica.

A lista dos primeiros proprietários de lotes no Núcleo, que possibilitou toda a atual pesquisa, foi levantada a partir da cópia de todos os Títulos de Propriedade (que se encontram no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto) e utilizada pela primeira vez na Dissertação de Mestrado cujo tema foi o estudo físico desta área. Entretanto, já foi verificado que, logo após a emancipação do Núcleo, em 1893, suas terras já se encontravam em grande parte em posse de terceiros desvinculados da família. Através dos inventários, foi possível saber com exatidão em que níveis se deram as divisões posteriores à emancipação de 1893.

No início de 2004, o Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto, assim como outros do Estado de São Paulo, foi todo transferido para Jundiaí e passou a domínio privado, sem a possibilidade de acesso livre como antes. Foram feitas então 4600 fotografias das páginas de cerca de 60 inventários de antigos moradores do Núcleo Colonial Antônio Prado e alguns de seus descendentes, além de outros documentos relevantes (processos por dívidas, hipotecas etc.) antes de sua remoção. Este trabalho foi urgente, mas demorado, pois as condições de armazenamento do material eram precárias, em caixas de papelão empilhadas em estantes de ferro. A análise e transcrição do conteúdo destes documentos constituíram a fase em que inesperadamente demandou mais tempo do trabalho, considerando a caligrafia da época, a quantidade de material a ser analisada e a catalogação insuficiente (foram abertas cerca de 1600 caixas).



Fig. 2 e 3: Estantes e caixas onde a documentação do Arquivo do Fórum se encontrava armazenada antes de sua remoção (Foto da autora)

2. **Entrevistas:** Em princípio, as entrevistas constituiriam a base da pesquisa, a fim de se saber como os primeiros habitantes do núcleo colonial viveram, uma vez que não há registros sobre este assunto. Entretanto, no decorrer do processo, verificou-se muita imprecisão nos depoimentos, devido à idade avançada dos entrevistados e também porque estas pessoas são da terceira geração dos primeiros moradores. Por outro lado, elas permitiram preencher as lacunas deixadas pelos documentos oficiais e mapas estudados.

Houve muita dificuldade em se conseguir os relatos entre os descendentes diretos dos primeiros moradores, não apenas devido à idade avançada, mas principalmente porque entre estas pessoas – imigrantes e pobres – não havia o costume de reuniões “formais”, comemorativas, de se registrar as histórias familiares, sendo que as pessoas se lembram apenas do que viram, e não do que lhe contaram. O diálogo era praticamente inexistente entre pais e filhos, principalmente sobre a origem e descendência, como bem relatou Ana Roberti:

Não sei quase nada.... para você ter uma idéia, meu pai foi me registrar achando que eu era homem. Minha tia chamava Isolina e minha mãe queria me colocar este nome. Sempre me chamaram de Isolina. Só descobri que meu nome era Ana quando eu me casei... minha irmã então, que se casou aos onze anos de idade, aí é que não sabia de nada mesmo (Ana Roberti).



Fig. 4: Irmãos Roberti entrevistados (Foto da autora)

Os entrevistados tendem a “organizar” os fatos e podem alterá-los. Praticamente todos os entrevistados relataram que não sabiam muito a respeito de seus pais, pois diálogo entre a família era quase inexistente a respeito de suas origens. Outra dificuldade encontrada, entre aqueles que puderam contribuir, foi na busca por uma “lógica” nos fatos, em fazer as versões coincidirem. Entretanto, após conhecer a bibliografia, ficou mais claro que o campo da memória não é preciso e estático e que as lembranças nostálgicas dos entrevistados no presente trabalho – lampiões, brincadeiras das crianças nas ruas e piqueniques no córrego Retiro – deviam ser incorporadas como fontes de pesquisa, ainda que este não seja um trabalho de história oral.

O filme “Narradores de Javé”, de Eliane Caffé, cujos dois temas fortes - memória e oralidade - são confrontados com a escrita, auxiliou na compreensão da memória como algo dinâmico e impossível de ser guardado em algum lugar, bem como resgatada no momento em que desejarmos. Como diz BOSI (1983), memória é trabalho, é imaginação, como mostram os narradores de Javé. Memória constitui-se de lembrança mas também de esquecimento, é um trabalho de criação em função do presente. Segundo LE GOFF (1996), história e memória são construções e ocorrem num campo de disputas, como mostrado no filme “Narradores de Javé”, de Eliane Caffé. A memória seleciona, entre lembranças e esquecimentos, a partir de anseios individuais e coletivos do presente, os fatos a serem lembrados ou

esquecidos. No filme, cada morador tinha sua versão para o passado de Javé, a partir de seus interesses pessoais e familiares.

HALBWACHS (1990) auxilia ao esclarecer que para que a história ajude a nos encontrar a lembrança de um destino individual, é preciso que o indivíduo considerado tenha sido ele mesmo um personagem histórico; daí a busca por ex-funcionários de empresas da área de estudo para as entrevistas.

3. **Registros de Impostos de Indústrias e Profissões** dos anos de 1890, 1900, 1910, 1918, 1927, 1939, 1950 e 1962³. Por meio destas informações, foram levantados aqueles moradores que possuíram algum tipo de comércio, indústria ou estabelecimento de prestação de serviços na área de estudo e verificar também se isso aconteceu com maior quantidade na Segunda ou Terceira Seção, seguindo para a investigação das causas.

4. **Artigos de jornais locais:** Os jornais que mais exibiram notícias voltadas à comunidade italiana na cidade – com alguns artigos em língua italiana – foram “Diário da Manhã” e “A Tarde”, de menor tiragem e circulação que o jornal “A Cidade”. Os três jornais eram comprometidos com a elite, embora na década de 1930 e 1940, o jornal “A Tarde” tenha exibido diversas biografias de italianos e artigos em língua italiana voltados para a colônia. Na década de 1960, o jornal “Diário da Manhã” por vezes noticiou notas de falecimento de italianos em seu país de origem, além de exibir fotos de imigrantes que se estabeleceram em Ribeirão Preto no momento de sua chegada ao Brasil e de homenagens que receberam na cidade, assim como a relação de imigrantes em Ribeirão Preto. O acesso ao conteúdo destes dois jornais foi facilitado a partir de 2005, com a inserção de suas manchetes no site da Prefeitura Municipal, na área do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

Por outro lado, verificou-se que no jornal “A Cidade”, que desde 1905 é o veículo de informação mais influente em Ribeirão Preto, pouco foi noticiado sobre a área, exceto nas colunas policiais e também nas solicitações constantes dos moradores aos prefeitos, pedindo por infra-estrutura urbana para seus bairros. Este

³ Registros elaborados por estagiários da FEA-USP entre 2003 e 2004, para o “Projeto Memória ACI 100 Anos” (pesquisa coordenada pelo Professor da Faculdade de Economia e Administração da USP, Renato Leite

procedimento também contribuiu para reforçar a exclusão que houve por parte da administração pública e da sociedade em relação a esta área, assim como os discursos publicados que visavam a legitimação de sua visão acerca da economia, política e sociedade. Além disso, o mesmo jornal, cujos arquivos eram inacessíveis aos pesquisadores, passou a disponibilizar parte de seu acervo histórico na Internet após o início da pesquisa – apenas os fatos julgados “relevantes” para a memória histórica da cidade, excluindo daí as trajetórias dos imigrantes do Núcleo Colonial Antônio Prado.

TRENTO (1989) afirma que houve dez publicações de língua italiana em Ribeirão Preto⁴, superando Santos e Campinas (cada uma com três publicações). Todas tinham um conteúdo reduzido, com pequenas notícias, curiosidades, fofocas, folhetins, propagandas de firmas e lojas, esta última, principal fonte de financiamento das folhas.

Ebe Reale (1982), em “Brás Pinheiros, Jardins: três bairros, três mundos”, caracteriza cada um dos bairros a partir de uma coletânea de anúncios de jornais. Embora considerado “fonte suspeita”, devido ao editorial, a autora se utiliza destas fontes e defende a idéia segundo a qual notícias e anúncios de jornais possibilitam uma visão mais clara e dinâmica da realidade cotidiana, que os documentos oficiais não conseguem apresentar. Completa que nas entrelinhas destes anúncios é possível intuir a maneiras de viver e pensar e o posicionamento de uma sociedade e de uma época.

5. **Atas de associações de imigrantes:** estes livros foram analisados a fim de se verificar o nível de participação dos moradores do núcleo colonial nas diversas instituições recreativas e beneficentes da cidade.
6. **Imagens:** mapas, fotos e demais imagens que demonstram o modo de vida dos moradores da área em questão. As fotos antigas da cidade divulgaram a imagem

Marcondes, financiada pela Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto em comemoração do centenário da associação, da qual a pesquisadora fez parte, e publicada em agosto de 2004).

⁴ TRENTO (1989:504) assim listou os dez jornais que encontrou em língua italiana na cidade de Ribeirão Preto: 1893 - La Canaglia (G. Siboni). Anarquista; 1896 - Gazzeta della Domenica; 1896 - L'Unione (A. Alario); 1899 - Lo Scudiscio (A. Farina). "Periodico umoristiozzolan e G. Siboni). "In noi sta La forza". Anarquista; 1903 - Corriere Italiano (A. Mascarò). "Esce La domenica"; 1904 - Il Diritto (A. Scaravelli). "Giornale quotidiano dei lavoratori". 1907 - Il Messaggero (G. Farina); 1937 - Il Littorio. Periódico fascista de distribuição gratuita; Sem data - L'Eco Italiano; Sem data - L'Italiano (G. Maltese).

de uma “cidade moderna” – e por isso não havia imagens do núcleo nos registros oficiais. Outras recentes, sobretudo as aéreas, foram utilizadas para mostrar a evolução no desenho urbano da cidade. A partir de 2005, a Prefeitura Municipal passou a disponibilizar para acesso público os levantamentos aéreos da cidade, bem como plantas de loteamentos e outras fotos. De acordo com ESSUS *apud* SOUSA (2006:19), “a fotografia cumpria o papel de preservar para o futuro uma determinada imagem do presente plenamente associada aos signos da modernidade (de fachada), distinguindo e ordenando o ambiente urbano e, conseqüentemente, a sociedade carioca”. E ainda:

A construção imagética do urbano condicionou-se às tentativas de esquecimento do passado, para a assimilação de novos e constantes contextos relacionados ao seu suposto desenvolvimento e progresso (CAVENAGHI *apud* SOUSA, 2006:19).

7. **Códigos de Posturas** de 1889, 1902 e 1921, para mostrar a evolução da legislação municipal no empenho de controlar, manter a ordem e a salubridade no espaço urbano, em função do aumento populacional gerado pela imigração, das epidemias que assolaram a cidade e também na apresentação da imagem de uma cidade saneada e embelezada, que chegou a ser o maior centro produtor de café do país. É mostrado, por meio dos artigos dos Códigos de Posturas, como a área de estudo ficou confinada ao território da pobreza, pois foi excluída do modelo a ser seguido e dos cuidados da administração pública.
8. **Almanaques:** levando-se em conta que se trata de um tipo de fonte viesada, que pretendia transmitir a idéia de progresso para a cidade, os almanaques auxiliaram na obtenção de números sobre estabelecimentos de diversas naturezas na cidade, além de exibir propagandas de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços na área de estudo.

CAPÍTULO 2: O desenvolvimento de Ribeirão Preto e a criação do Núcleo Colonial Antônio Prado em 1887

Este capítulo tem início com a apresentação do Município de Ribeirão Preto, destacando sua fase de consolidação econômica gerada pelas atividades proporcionadas pelo complexo cafeeiro, até o momento de sua primeira expansão urbana, que foi o Núcleo Colonial Antônio Prado. Em seguida, são discutidos os objetivos do Governo Imperial para a formação dos núcleos coloniais no Brasil, até a estratégia de implantação do Núcleo Colonial Antônio Prado em 1887, finalizando com sua configuração física e espacial e as primeiras ocupações de seus moradores.

2.1. Ribeirão Preto e o “complexo cafeeiro”

Segundo MOMBEIG (1954), o povoamento do interior de São Paulo se intensificou na segunda metade do século XIX, por mineiros foragidos dos acontecimentos políticos da Revolução de 1842 e do recrutamento para a Guerra do Paraguai. Foram eles quem adentraram o sertão do nordeste paulista em busca de terras principalmente para a agricultura e criação de gado (BRIOSCHI, 1999b) e entre as cidades fundadas por estes “entrantes mineiros”, encontra-se Ribeirão Preto.

Assim como muitas outras cidades que surgiram no Brasil, a data de fundação de Ribeirão Preto – 1856⁵ - “coincidiu” com a época de criação da Lei de Terras de 1850: a expansão capitalista do momento era incompatível com o trabalho escravo, que vinha progressivamente cessando no Brasil desde 1826, culminando com a Lei Eusébio de Queiroz de 1850, que pôs fim ao tráfico de escravos. O escravo era parte do capital, não sendo dissociado da propriedade e dos meios pelos quais realizava o trabalho. Além disso, deixando de existir o escravo, houve a “necessidade de criação” de outra forma de garantia de crédito hipotecado ao fazendeiro, que passou a ser a terra. Esta então teve a posse regulamentada e passou a ter valor capital.

Após a Lei de Terras, foi necessário a comprovação de cultura da terra para se obter o título de propriedade da mesma. Caso contrário, a terra seria “devolvida” ao Governo Imperial, sob a condição de “devoluta”, e posteriormente seria utilizada na viabilização de núcleos coloniais.

⁵ LAGES (2000) fez uma detalhada pesquisa sobre os primeiros posseiros e fundadores da cidade.

Por isso, no mesmo momento em que se instituía o cessar no tráfico de africanos, mais precisamente quatorze dias depois da "Lei Eusébio de Queiroz", foi decretada a "Lei de Terras", que tinha como objetivo legitimar as terras que seriam de propriedade privada e mapear as terras devolutas do Império, que seriam destinadas à colonização por estrangeiros. Mas, devido ao grau de conflitos que a lei deve ter inspirado, cuja conciliação demorou bastante, ela foi regulamentada somente em 1854 (SILVA, 1996:14).

Esta fase coincidiu com a expansão cafeeira pelo Estado de São Paulo, quando as máquinas de beneficiamento e as ferrovias levavam ao aumento da produtividade e redução dos custos do café, ampliando ainda mais as margens de lucros. Esses fatores, associados à grande disponibilidade de terras e ao crescimento da demanda externa, implicavam a necessidade de ampliação da produção e por isso os fazendeiros paulistas trataram logo de legitimar a maioria das terras disponíveis (e de melhor qualidade para tal cultura).

A legitimação da posse da terra era feita pela Igreja, e esta "troca de favores" acontecia na medida em que a família interessada doava uma parte de sua área para a formação de um povoado em nome de um santo, que tinha a Igreja como sua "tutora". Assim, várias cidades - principalmente no interior do Estado de São Paulo - surgiram nesta época.

Várias tentativas de doações foram feitas para legitimar a posse das terras que constituíram Ribeirão Preto, que teve início com a construção de uma capela. LAGES (1996) explicou que a busca insistente por tal construção

é também um ato político significativo. Não era apenas o acesso garantido à tão desejada assistência religiosa, mas igualmente, o reconhecimento daquela incipiente comunidade, de fato e de direito, perante a Igreja oficial, portanto, perante o Estado. Não era apenas o acesso aos sacramentos, mas também a garantia de registro de nascimento, de matrimônio, de óbito, registros oficiais com todas as implicações jurídicas e sociais (LAGES, 1996: 221).

Após três tentativas de formação do patrimônio eclesiástico⁶ (pois não atendiam às exigências da Câmara Episcopal), doações de posseiros condôminos da Fazenda Retiro⁷

⁶ De acordo com as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, redigidas em 1707, além das exigências relativas à documentação legal e valores de doações, outras exigências para a constituição de um patrimônio religioso deveriam ser cumpridas, entre elas, a edificação de uma igreja em um sítio alto e arejado, além dos procedimentos sobre as áreas contíguas ao templo. A obediência a essas normas promovia o núcleo original a outras categorias almejadas (VALADÃO, 1998).

⁷ Segundo CIONE (1992) estes doadores são oficialmente, os fundadores da cidade de Ribeirão Preto: Mariano Pedroso de Almeida e Maria Lourenço do Nascimento; José Borges da Costa e Maria Felizarda; Inácio Bruno da

entre 1852 e 1856 constituíram o patrimônio religioso ou “do santo”. Assim, em 19 de junho de 1856⁸, foi escolhido o local para o patrimônio de São Sebastião, quando então começou a se configurar um povoado, no ponto mais alto entre os ribeirões do Retiro e Preto, onde foi edificada uma capela provisória.



Fig. 5: Primeira Matriz de Ribeirão Preto, 1876 (Fonte: APHRP)

Um novo fabriqueiro⁹ foi então nomeado no ano de 1859 - Manoel Fernandes do Nascimento – então responsável pela demarcação do largo, como também pelos traçados dos arruamentos do novo povoado. Conforme pode ser observado no mapa, o desenho implantado seguiu o traçado de tabuleiro de xadrez, comum nas vilas e cidades da Colônia desde 1720 (VALADÃO, 1998).

Costa e Maria Izidora de Jesus; Severiano João da Silva e Gertrudes Maria Teodora; João Alves da Silva e Ana Delfina Bezerra; José Alves da Silva e Pulcina Maria de Jesus.

⁸ Data oficial de fundação de Ribeirão Preto.

⁹ Fabriqueiro era o membro do conselho paroquial encarregado de recolher os rendimentos de uma igreja, administrar o patrimônio da mesma; tudo o que gerava renda era considerado “fábrica”, incluindo porções de terras.



Fig. 6: Patrimônio da fábrica da Matriz de Ribeirão Preto no ano de 1859, elaborada pelo engenheiro Antônio Soares Romeo em janeiro de 1932 (Fonte: APHRP).

Segundo estudos de LOPES (2005)¹⁰, logo nos primeiros anos de existência da cidade, as principais atividades praticadas eram a agricultura para abastecimento e a criação de gado, e o número de escravos existentes era semelhante a outras regiões da província. Assim, na primeira fase de desenvolvimento da cidade, o elemento cativo constituía uma grande parcela dos bens possuídos entre sua população. Ainda não existia um sistema de crédito organizado e os habitantes recorriam a empréstimos pessoais, o que levou alguns habitantes a se tornarem os primeiros “capitalistas”.

De acordo com o censo de 1872, a população do município somava 5.552 habitantes. Destes, 15% eram escravos. A população livre masculina — 52% do total — era formada por 27,3% de homens casados, 71,6% de solteiros e 1,1% de viúvos. Para a população livre feminina as porcentagens são, respectivamente, 29,1%, 66,0% e 4,9% (LOPES, 2005: 5).

Já nesta primeira fase, verificou-se um equilíbrio populacional entre homens e mulheres, diferente de regiões de fronteiras onde predominava a população masculina, o que

¹⁰ A autora analisou uma amostra constituída de 55 inventários *post-mortem* existentes nos cartórios do Primeiro e Segundo Ofícios a fim de comparar três décadas distintas: 1860, 1870 e 1880.

mostra se tratar de uma população já adequada às características de um município estabelecido.

O desenvolvimento urbano significativo teve início apenas no último quartel do século XIX, com a chegada do café. Os fazendeiros paulistas encontram no município a chamada "terra roxa", propícia para a nova produção – cuja cultura de maneira inadequada vinha saturando os solos do Vale do Paraíba passando por todo o Estado de São Paulo - e acabaram por vencer a resistência dos primeiros criadores de gado provenientes do Estado de Minas Gerais que já detinham a posse das terras.

Para fazer propaganda da cidade e região aos futuros investidores, diversos almanaques circulavam pelo Brasil e pela Europa, ressaltando as qualidades das terras e as oportunidades de negócio, como pode ser observado no relatório de Júlio Brandão Sobrinho, referindo-se ao movimento comercial do município em 1892:

Ribeirão Preto, depois da Capital e Santos, é sem dúvida alguma, a cidade paulista de maior desenvolvimento comercial. E sob este ponto de vista, é a cidade de todos os recursos, nada faltando a ela para ser cômoda aos seus habitantes. As suas casas comerciais são das mais importantes, e as que vendem por atacado representam capitais avultados como os principais estabelecimentos do Rio e São Paulo. É também das cidades do interior uma das raras que oferecem bons hotéis, boas casas de diversões, casas de banhos etc. etc. mas cumpre dizer: está ainda em tudo muito aquém do que devia ser, atendendo-se ao seu movimento agrícola, industrial e comercial, que valem quase pela vida de um pequeno Estado. É o município colosso, na linguagem de todos, é o "rendez-vous" dos estrangeiros porquanto, quem vem a São Paulo e não vê Ribeirão Preto, é como quem fosse à Roma e não visse o Papa (Relatório de Júlio Brandão Sobrinho *apud* GUIÃO, 1923).

A expansão cafeeira pelo Oeste Paulista se deparou com o obstáculo da mão-de-obra escrava, amplamente discutido pela autora desta tese em sua dissertação de mestrado (SILVA, 2002), a partir de estudos de BEIGUELMAN (1977); PRADO JÚNIOR (1986); IANNI (1990); COSTA (1989); CANO (1983). O novo processo de acumulação de capital, que teve em seu bojo o início da indústria manufatureira, era incompatível com a escravidão. O pagamento de salário era mais vantajoso financeiramente do que o preço de escravos, que representavam um capital fixo que era compensado a longo prazo, e que tinha a duração de vida do indivíduo. Além disso, para a elite dirigente, a manutenção da escravidão "ameaçava" a construção de uma nação europeizada pois, com a maioria escrava, era mais difícil manter a ordem interna, além do desejo de embranquecimento da população como uma política pública defendida pelo Estado.

Entretanto, entre a constatação de não ser mais possível se manter o regime escravocrata e a passagem para o trabalho livre e assalariado, houve um período de transição, em que coexistiram nas lavouras cafeeiras do Oeste Paulista vários distintos sistemas de emprego de remuneração da mão-de-obra ao lado do escravismo: parceria, salário fixo e colonato¹¹ (CANO, 1983; PRADO JÚNIOR, 1986). Assim, a expansão cafeeira alcançou a cidade de Ribeirão Preto no momento da transição, e muitos proprietários continuaram a tratar os trabalhadores como escravos, submetendo-os a castigos corporais.

CANO (1983) afirma que os sistemas de parceria e salário fixo tiveram aplicação muito precária, sendo que a maior parte dos estrangeiros que vinham para a região se estabelecia nas fazendas de café para trabalhar sob regime de "colonato". Este regime compreendia um sistema misto de pagamento e renda, com um salário fixo pelo trato de determinado número de cafeeiros, uma variável pela colheita de café e o direito de plantio e criação de animais dentro da propriedade, além do usufruto de moradias, terreiros e benfeitorias que faziam parte do espaço da colônia, porém, sem o direito de adquirir terras¹². Este sistema era vantajoso para o contratante, que mantinha o colono sob sua vigilância, uma vez que este não saía de seus domínios nem mesmo para a aquisição de alimentos e mais, o mantinha sempre endividado e dependente de seu salário para o pagamento de seus gastos. Ainda em 1907, o Jornal "A Cidade" anunciava:

COLONOS – Os srs. Fazendeiros que precisarem de colonos para suas fazendas poderão obter qualquer numero de famílias que quizerem, vindas directamente da Europa, em condições muito vantajosas. Informações em Jardinópolis com o Sr. João Fernandes da Silva ou cartas esta redacção a COLONOS (A CIDADE, 01/05/1907 Ano 102 Número 102).

LOPES (2005) estudou a composição de riqueza em Ribeirão Preto entre 1866 e 1888, comparando a economia antes e depois da introdução do café. A partir daí, a população praticamente dobrou, chegando em 1887 a 10.420 habitantes, sendo 761 imigrantes (7,6% do total). Em 1890, o número de imigrantes – tanto nas fazendas da região como na cidade, entre os que se estabeleceram no Núcleo Colonial Antônio Prado – passou a 1.282 pessoas. Neste ano, o município havia ultrapassado a população de Franca, principal cidade da Zona Mojiana, que por sua vez, perdeu população, e em 1900, com a

¹¹ Estes três sistemas também foram estudados pela mesma autora em sua Dissertação de Mestrado (SILVA, 2002).

¹² Idem.

população dez vezes superior a 1874, superou Batatais, cujo crescimento populacional havia praticamente estagnado, conforme comprova a Tabela 1:

TABELA 1
POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS DA MOJIANA 1874-1920

Município	1874	1886	1900	1920
Batatais	13.464	19.915	19.164	21.816
Franca	21.419	10.040	15.491	44.308
Ribeirão Preto	5.552	10.420	59.195	68.838

Fonte: BACELLAR, 1999b.

Antes da introdução do café em 1876 e da vinda dos imigrantes, a região da Mojiana constituía uma ampla área de povoamento rarefeito. Ainda na tabela anterior, verifica-se que, entre 1874 e 1886, o município teve sua população praticamente dobrada, quando a “marcha para o oeste” atingiu a cidade.

Atendendo aos fazendeiros, comerciantes e exportadores de café, os trilhos da Companhia Mojiana alcançaram Ribeirão Preto em 23 de novembro de 1883. Juntamente com a estrada de ferro, foi construída uma estação provisória em frente à chácara de André Villa-Lobos, na atual Avenida Caramuru.

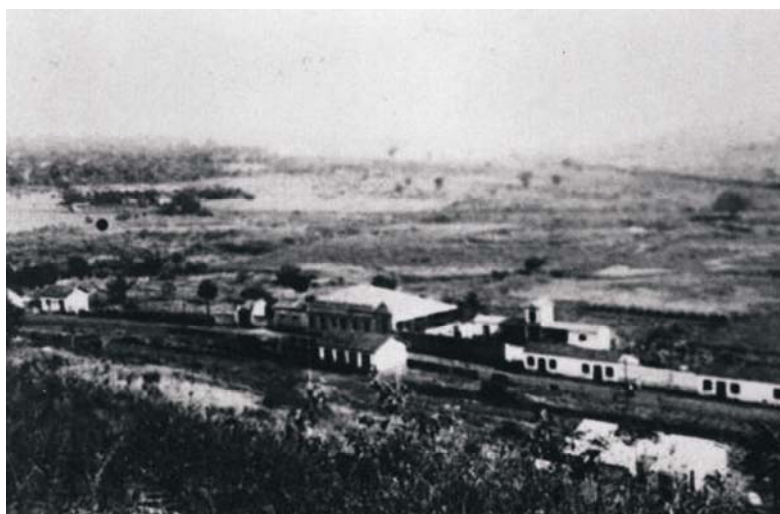


Fig. 7: Vista da atual Avenida Caramuru no ano de 1883: ao centro, Chácara Villa-Lobos e em frente, antiga estação (Fonte: APHRP).

Porém os vereadores não estavam contentes com sua localização, por se encontrar longe do núcleo urbano principal e próximo ao leito do córrego, em uma área de constantes alagamentos. Dessa forma, a Companhia Mojiana construiu uma nova estação no ano de 1885, ao final da Rua General Osório, uma das quatro ruas que constituíam o Largo da

Matriz e, a partir daí, foi criada a Avenida Jerônimo Gonçalves. Com essas intervenções, o tecido urbano foi expandido para além de seu núcleo original, incentivando o desenvolvimento da Vila naquela direção (VALADÃO, 1998). Também o comércio passou a ocupar a área compreendida entre a estação e o Largo da Matriz, conforme mostra a Fig.8:



Fig. 8: Rua da Estação em 1883, atual General Osório (Fonte: APHRP).

Os vagões da Mojiana abriram novas perspectivas para a Vila. Através deles, não somente embarcavam toneladas de café com destino a Santos e daí para a Europa; no sentido inverso, esses vagões chegavam lotados de imigrantes destinados ao trabalho nas plantações.

A partir desta data é que houve realmente o *boom* demográfico, quando a população aumentou em mais de cinco vezes. O tecido urbano já não comportava mais o aumento populacional, o que levou à formação de novos loteamentos e bairros para acolher os trabalhadores urbanos, além da abertura de grandes avenidas em torno do centro. Em 1886, teve início o primeiro grande projeto de expansão urbana da Vila do Ribeirão Preto, com o mapeamento dos “terrenos nacionais” e o projeto para a instalação de um núcleo colonial, que seria inaugurado já no ano seguinte.

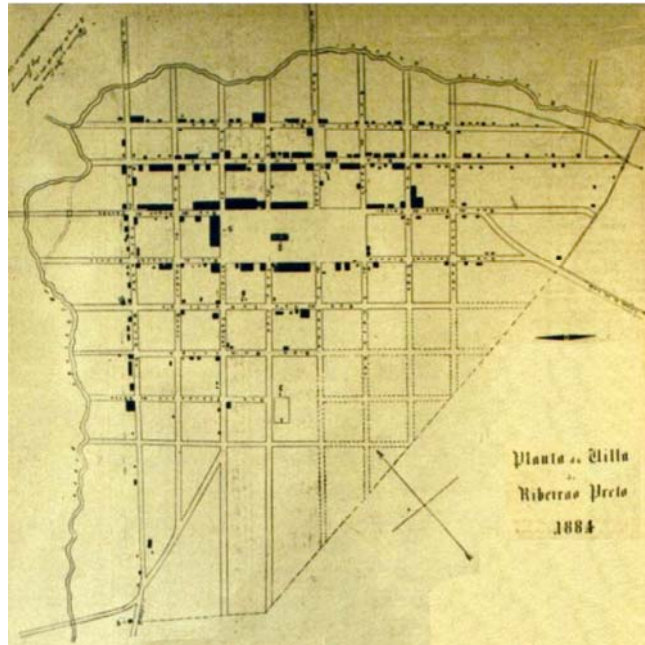


Fig. 9: Primeira planta oficial de Ribeirão Preto elaborada pelo Eng. Augusto Gremeusen e entregue à Câmara em 28 de março de 1884 (Fonte: APHRP).

A onda de prosperidade elevou a Vila à categoria de cidade em 1889¹³ e ocasionou paralelamente o surgimento de dois distritos: Sertãozinho¹⁴ e Cravinhos¹⁵, os quais pertenciam à comarca¹⁶ de Ribeirão Preto¹⁷.

Diante do contexto descrito, em 1890 a cidade já havia adquirido importância regional, porém, as melhorias urbanas ainda estavam por vir. O Largo da Matriz foi demarcado pelo fabriqueiro Manoel Fernandes do Nascimento, equivalendo a um retângulo de quarenta por quatrocentos metros. Em 1891, os vereadores alegaram se tratar de uma área muito grande e grilaram uma parte. A população se revoltou, arrancou e queimou a cerca, conseguindo a parte grilada de volta, que é a atual esplanada Carlos Gomes (MEMÓRIAS DE RIBEIRÃO PRETO RUMO AO TERCEIRO MILÊNIO, 2000).

¹³ Lei nº 88, de 1º de abril de 1889.

¹⁴ Lei nº 31, de 10 de março de 1885 e emancipação pela Lei nº 463, de 5 de dezembro de 1896.

¹⁵ Lei nº 125, de 27 de abril de 1893 e emancipação pela Lei nº 511, de 22 de julho de 1897.

¹⁶ Criada pela Lei nº 80, de 25 de agosto de 1892.

¹⁷ Posteriormente foram criados os distritos de Bonfim (Lei nº 840, de 3 de outubro de 1903), Guataparã (Lei nº 9.775, de 30 de novembro de 1938), que foi emancipado em 1990 e Dumont, criado em 1893 e emancipado em 1964 (Fonte: AESP).



Fig. 10: Largo da Matriz em 1890, atual Praça XV de Novembro (Fonte: APHRP).

Para BACELLAR (1999b), um dos aspectos mais importantes no desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira foi a comercialização do café, mostrando com isso que complexidade da economia cafeeira ia muito além das fazendas produtoras. Em uma época em que o sistema bancário ainda estava sendo formado, novas figuras surgiram deste complexo, começando pela figura do comissário, que representava os fazendeiros na venda ou na providência de outros bens necessários, financiando a produção, cobrando geralmente 3% de comissão sobre os resultados, fazendo ao mesmo tempo adiantamentos sobre a safra futura, de modo a garantir a colheita do fazendeiro¹⁸. Paralelamente aos comissários, os chamados “capitalistas”, que eram em geral comerciantes ou mesmo cafeicultores, ou até mesmo imigrantes bem-sucedidos, emprestavam dinheiro a juros que variavam em torno de 12% ao ano. Por fim, havia os bancos e as casas bancárias, que surgiram na província de São Paulo na segunda metade

¹⁸ Em Ribeirão Preto foram estabelecidas importantes casas comissárias, através das quais seus proprietários acumularam fortunas: Penteadó & Dumont, criada em 1890 por Henrique Dumont e Ignácio Penteadó; Junqueira, Guimarães, Leitão e Cia., criada em 1901 por um grupo de fazendeiros de café da Mojiana, entre eles, o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira; Junqueira Cia. Exportadora, criada em 1902 pela associação do coronel Francisco Maximiano Junqueira e outros familiares residentes em Batatais; Whitaker, Bonfim e Cia., organizada por José Maria Whitaker em sociedade com o médico baiano Francisco de Azevedo Bonfim e o médico egípcio, naturalizado italiano, Constantino Panayotti, ambos radicados em Ribeirão Preto. Esta sociedade foi posteriormente transformada em Whitaker & Brotero, Whitaker se associou a Frederico de Barros e Brotero, após o rompimento da sociedade com Bonfim e Panayotti; e a Levy e Barros, atuante em Limeira, também estabeleceu filial em Ribeirão Preto (BACELLAR, 1999).

do século XIX atraídas pelo lucro do café, e chegaram a Ribeirão Preto a partir da década de 1890: Banco Construtor e Auxiliar de Ribeirão Preto, já ativo em 1891; as casas bancárias Dumont e Cia., Ângelo Zerbeti, Domingos Quirollo e Pedro Battaglia em 1895; o Banco de Ribeirão Preto em 1901, seguido pelo Banco Italiano de Ribeirão Preto e o Banco de Crédito Agrícola de Ribeirão Preto, em 1902. Ribeirão Preto foi a única cidade da zona Mojiana a receber estes estabelecimentos, com exceção do Banco de Custeio Rural de Franca, criado em 1911 (SAES *apud* BACELLAR, 1999b).

Conforme mostrou a Tabela 1, o início desta progressão se deu por volta de 1886 e o Núcleo Colonial Antônio Prado foi implantado no ano seguinte, possibilitando a conclusão de que esta estratégia também contribuiu para o aumento significativo da população, sobretudo de imigrantes: estimando o número de residentes no Núcleo em quase mil pessoas (considerando que foram disponibilizados 196 lotes e os requerimentos encontrados apontam para famílias numerosas, compostas em média de cinco indivíduos), este elevou o número de moradores do município em cerca de 9,5% do total nesta época, que viria a quintuplicar na entrada do século XXI.

Entre 1898 e 1902, um número de 14.293 do total de imigrantes desembarcados no Estado dirigiu-se somente para Ribeirão Preto (MONBEIG, 1984), passando a representar 24% de sua população no início do século XX. Em 1903 a cidade contava com 59.195 habitantes (BACELLAR, 1999b; RIBEIRO, 1993), sendo que na zona urbana havia de 13 a 14 mil habitantes, dos quais 9/10 eram italianos (cerca de 11 a 12 mil pessoas) que moravam próximos à estrada de ferro, na zona baixa, ou seja, nas proximidades do Barracão, embora a autora não dê a precisão do local. Já no ano de 1912, para o total de 58.220 habitantes, 24.358 eram estrangeiros, ou seja, 41,83%, sendo 14.561 provenientes apenas da Itália (WALKER & BARBOSA, 2000). Sua presença marcou não apenas a substituição da força de trabalho escravo por outra assalariada, mas também ampliou a demanda por gêneros alimentícios, vestuário, moradias, enfim, intensificou a vida urbana. De acordo com a dinâmica das diversas etapas do “complexo cafeeiro” que se formou em Ribeirão Preto, um segmento urbano cada vez mais importante e interdependente foi consolidado: comércio de importação, intermediação financeira, comércio atacadista, fábricas e serviços de apoio à produção, que induziram o crescimento de outras atividades: comércio varejista, transporte urbano, serviços, construção civil etc.

MARCONDES & GARAVAZZO (2004) afirmam que, entre 1890 e 1900, o número de estabelecimentos na cidade foi elevado de 228¹⁹ para 914, sendo a maioria registrada como comércio (178), seguido de profissionais liberais (27), serviços (102) setor financeiro (06) e indústrias (27), verificando uma taxa de crescimento de 10,4% ao ano.



Fig. 11: Prédio do antigo Mercado Municipal inaugurado em 29 de outubro de 1900, ao fundo, pela Av. Jerônimo Gonçalves. Foto de Aristides Motta em 07/03/1927 (Fonte: APHRP).

Segundo os mesmos autores, em 1890 os serviços também compreenderam um grande número de ocupações, perfazendo quase um terço do total de estabelecimentos. Tais atividades compreenderam as de sapateiro, as oficinas de carroça e os ferreiros. Esta mudança pode ser observada a partir do entendimento de que muitos imigrantes que aqui vieram para trabalhar nas fazendas possuíam algum outro tipo de profissão, geralmente ligada à manufatura. Assim que podiam deixar o trabalho agrícola, voltavam-se para o nascente mercado local, encontrando na nova sociedade uma crescente demanda por certos serviços ou produtos, ali então ainda escassos ou até mesmo inexistentes, ao mesmo tempo em que contribuíram para o aumento nesta demanda.

Para esta mesma data, a indústria representava 7,9% do total de estabelecimentos. No entanto, embora em números bem menores que no comércio e com poucos recursos e

¹⁹ Luciana Suarez Galvão Pinto (2000) afirma que segundo o Almanaque de 1890 o número de estabelecimentos era de 340.

insumos para seu desenvolvimento, esse setor teve sua importância para a cidade na medida em que ampliou o mercado consumidor e absorveu mão-de-obra que migrava do campo. O principal fator que determinou tal incremento na indústria local, de acordo com CANO (1983), foi o trabalho livre e assalariado, o que possibilitou o acesso aos bens de consumo por parte da população (inclusive a trabalhadora dos cafezais), fato impossível de ser imaginado no sistema escravocrata. Dessa forma, concordando com SEMEGHINI (1991), pode-se afirmar que a indústria foi possibilitada pelo café, mas não constituiu um subproduto deste, pois o complexo gerado se desenvolveu autonomamente, inclusive quando as exportações diminuíram.

Em 1902, juntamente com a população, o número de profissionais liberais e prestadores de serviço subiu para 756, com destaque para o número de artesãos, estrangeiros em sua maioria: 61 costureiras e alfaiates, 32 oficinas de carpinteiros e marceneiros, além de 11 parteiras. Em 1904 houve uma queda de 75% no número de profissionais, que passou a apenas 185, talvez, segundo Pinto (2000), como reflexo da crise no início do século e da restrição à expansão das plantações. Outro motivo pode ter sido a epidemia de febre amarela, no ano de 1903, que mergulhou a cidade em uma crise que durou cerca de um ano (GUIÃO, 1923). Na primeira década do século XX, Ribeirão Preto apresentou o coeficiente de 16,89% de óbitos por moléstias transmissíveis ou infecto-contagiosas, pouco abaixo da Capital, com 17,52% (RIBEIRO: 1993: 79). Contudo, apesar da queda no número, as profissões estavam mais diversificadas: foram introduzidas agências de jornais, de seguros, capitalistas, casas de bicicleta, casas de máquina de costura, de louças, de brinquedos, livrarias, papelarias e uma chapelaria. O número de profissionais voltou a subir no período anterior à Primeira Guerra, passando para 261 no ano de 1914.

Portanto, a urbanização da cidade ocorreu a partir da combinação da formação do mercado interno com vários processos: a expansão da cafeicultura ao longo do oeste paulista, a extinção do regime de trabalho escravo, a aceitação positiva do regime de trabalho livre e a imigração de trabalhadores europeus para a lavoura. Tanto em que em 1923 o Prefeito João Rodrigues Guião afirmou que "*a cidade nasceu e cresceu sob os auspícios da riqueza agrícola, mas conquistou sua emancipação pelo seu grande desenvolvimento comercial (GUIÃO, 1923:17)*".



Fig. 12: Casa José Selles, que comercializava livros, jornais, revistas e artigos de papelaria em geral. Foto da década de 10 (Fonte: MEMÓRIAS DE RIBEIRÃO PRETO – RUMO AO NOVO MILÊNIO, 2000).

Pode-se afirmar portanto que o crescimento econômico da cidade não se limitou às fazendas de café, mas foi gerado por todos os componentes desse complexo. Atraídos pela economia crescente, não apenas imigrantes, mas famílias procedentes da região, com as mais diversas ocupações passaram a se dirigir para Ribeirão Preto, em busca de melhor qualidade de vida, causando rapidamente o inchaço de seu núcleo urbano. A cidade soube aproveitar esta fase, de forma que, por ocasião da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929 e queda brusca nas exportações do produto, o município já não dependia exclusivamente do setor primário-exportador, pois a rede urbana que se formou no período do auge cafeeiro e o capital acumulado proporcionaram condições para reverter o quadro da crise. Embora grande parte do excedente do sobreproduto gerado internamente com a produção tenha sido canalizada para outros países, outra parte foi mantida no território de origem ou foi investida em outros setores já vistos como direta ou indiretamente rentáveis (ferrovias, bancos etc.). Essa foi uma das condições para que bens e serviços fossem transformados em novas mercadorias, proporcionando auto-suficiência às fazendas, e fazendo crescer e dando estabilidade aos recém-formados núcleos urbanos. Os fazendeiros também investiam em novas terras para expandir os cafezais, o que levou à concentração de renda e diminuição das pequenas propriedades, levando à liberação de mão-de-obra para a indústria e formando assim a massa proletariada.

2.2. Os núcleos coloniais no Brasil

A produção cafeeira foi organizada no Brasil a partir da mesma estrutura que vinha sendo praticada desde a lavoura açucareira que lhe cedeu lugar de principal produto de exportação do país já na década de 1830: a de agricultura voltada para exportação, praticada em latifúndios monocultores trabalhados por mão-de-obra escrava.

Nessa época, a economia mundial substituía os monopólios coloniais pelo “livre” comércio e nesse contexto, a ordem escravista não teria mais lugar. Para criar mercados consumidores e garantir sua hegemonia no comércio internacional, à Inglaterra interessava a substituição de escravos por trabalhadores assalariados e o fim do tráfico negreiro, que dificultava as relações inglesas com a África. A escravidão fora abolida em praticamente todas as colônias e ex-colônias européias e, desde 1807, a Inglaterra já pressionava o governo português para a extinção do tráfico que abastecia o Brasil (CANABRAVA, 1990).

Além disso, a escravidão era incompatível com o capitalismo em expansão. Segundo FOOT-HARDMAN *apud* LANNA (1996:63), era o momento de o país assegurar o papel de “parceiro confiável de nações civilizadas”, justificando o esforço do governo nas transformações urbanas até o fim do trabalho cativo.

Para o novo modo de produção se consolidar, era preciso, no entender de MARX (1968), de duas espécies distintas de possuidores de mercadorias confrontando-se e entrando em contato: o proprietário dos meios de produção e o trabalhador livre, vendedor da força de trabalho. Com a escravidão, este sistema não se consolidava porque o escravo não podia vender sua força de trabalho. Assim, como aponta MARTINS (1998), os fazendeiros de café eram capitalistas cujo empreendimento estava voltado para a produção de mercadorias e lucro a partir de uma relação não-capitalista de produção, que era a escravidão.

A indústria manufatureira começava a se instalar no país, e não empregava trabalhadores servís, a não ser para tarefas secundárias e acessórias. Além disso, o pagamento de salários compensava mais do que o preço de escravos, sem os riscos que o escravo apresentava de morrer ou fugir (PRADO JÚNIOR, 1986) e era mais vantajoso operar com o trabalhador assalariado, cuja remuneração se dava em função do produto ou força de trabalho (IANNI,1990). COSTA (1989) complementa este raciocínio ao lançar mão de cálculos apresentados por José Vergueiro em 1870 ao Correio Paulistano. A

autora observa que o trabalho do colono rendia mais do que o trabalho escravo: cem escravos custavam 200:000\$000 (dois contos cada um, incluindo a sisa). Com esse capital se obtinham 1.666 trabalhadores livres, que produziam o mesmo que o cativo. Havia também o grave problema da mortalidade entre os escravos, que não superava o número de nascimentos.

Por fim, CAMPOS & DOLHNIKOFF (1995) afirmam que havia ainda na elite dirigente a consciência de que a manutenção da escravidão "*era uma ameaça para construir uma nação europeizada nos trópicos*". Primeiro, porque, com a maioria da população escrava, era difícil manter a ordem interna, o que, aliada às turbulências regenciais, provocava o temor de uma guerra de raças, principalmente após sucessivas revoltas que vinham acontecendo até meados da década de 1830, sobretudo a da Bahia, que poderia se repetir no Rio de Janeiro²⁰. Em segundo lugar,

essa elite não se reconhecia no contingente negro e mestiço que formava a maioria da população brasileira e acalentava o projeto de embranquecer a população, cessando o tráfico de escravos e, portanto, a entrada de negros no país, e, de outro lado, promovendo a imigração europeia (CAMPOS & DOLHNIKOFF, 1995: 49).

Diante de tantas ameaças ao sistema de escravidão, a solução para a falta de braços para a lavoura havia sido encontrada desde a primeira década do século XIX, com a primeira tentativa do governo imperial na implantação de núcleos coloniais: a estratégia consistia na contratação de trabalhadores assalariados europeus, e a forma fixa-los ao país seria por meio da distribuição de pequenas propriedades. Os núcleos coloniais desempenhariam a função de "gêrmens" de futuras cidades, uma vez que havia necessidade de povoamento e estruturação social do país, por meio de uma classe média que deveria ser formada por um novo elemento nacional, diferente do negro, seguindo planos do governo imperial para "embranquecimento" da população brasileira. Assim, os núcleos coloniais viabilizavam a vinda dos imigrantes europeus que viriam a constituir o novo povo brasileiro. Neste ponto, conforme será estudado adiante, houve uma dualidade, pois o núcleo colonial estudado atendeu ao objetivo da elite dominante de isolamento de uma classe operária na cidade de Ribeirão Preto.

²⁰ "Sabinada", na Bahia, entre 1837 e 1838, uma revolta de escravos com amplo apoio da classe média de Salvador (FAUSTO, 2001).

OBERACKER JR. (1990) atribuiu as primeiras experiências com núcleos coloniais a imigrantes alemães, suíços e açorianos, que formaram em 1812 alguns núcleos coloniais distribuídos pelo Espírito Santo, mas não trouxeram resultados esperados. Coube a cada um dos colonos do sul e às suas famílias uma propriedade agrícola de 1000 hectares e posteriormente, de 500 hectares. Comparando-se às dimensões das propriedades dos latifundiários, uma sesmaria abrangia 13.068 hectares - essas propriedades eram relativamente pequenas. Também recebiam ferramentas, alimentos e animais domésticos. Porém, era muito difícil mudar-se o pensamento dominante, que considerava o trabalho corporal humilhante, havendo necessidade contínua de se vigiar esses trabalhadores para que não abandonassem as culturas, nem empregassem índios ou negros como escravos. Proclamada a Independência, essa política teve prosseguimento com o governo imperial, que passou a financiar a vinda de imigrantes e dar auxílio para que eles se estabelecessem em núcleos fundados em São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, até que pudessem se manter (COSTA, 1989; MAKINO, 1974; PRADO JÚNIOR, 1986).

Ao lado da corrente que defendia a imigração para "colonização", ou seja, o povoamento de extensas áreas ainda não ocupadas do Brasil através da fixação do imigrante, facilitando seu estabelecimento e tornando-o pequeno proprietário, outra corrente encontrava na "imigração" apenas o suprimento da falta de braços para o café, cuja carência começava a ser sentida (MELLO, 1998). A primeira corrente, entre 1820 e 1880, encaminhou os imigrantes para colonizarem as regiões do sul e sudeste (Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), resultando em pequenos proprietários fixados no solo. A segunda teve seu campo de atuação principalmente no Estado de São Paulo após a década de 1880 e resultou em um proletariado rural ambulante, mudando continuamente de padrão. A corrente que se manifestava contra os núcleos coloniais afirmava que o país precisava de braços para a lavoura e não de núcleos de povoamento que consumiam verbas governamentais e revelavam-se, na maioria das vezes, ineficazes e improdutivos. Somente com a iminência de fato da extinção do tráfico de escravos, por volta de 1840, é que as questões da imigração européia e da colonização voltariam a ser discutidas no Brasil.

Entre a constatação de não ser mais possível a manutenção do regime escravocrata e a passagem para o trabalho livre e assalariado, houve um período de coexistência de vários sistemas de emprego de mão-de-obra juntamente com a escravidão, o que levava a muitos proprietários continuarem a tratar os trabalhadores como escravos. Esses

sistemas foram parceria, colonato e salário fixo. O primeiro foi introduzido pelo fazendeiro e senador Nicolau de Campos Vergueiro, em sua fazenda Ibicaba, na cidade de Limeira, no ano de 1847 e consistiu da subvenção da vinda de estrangeiros para o trabalho na lavoura. Por volta de 1860 o sistema fracassou, devido aos riscos e insegurança pelos quais o colono era submetido, e foi substituído aos poucos pelo sistema de salário fixo e depois pelo sistema de colonato.

No sul não houve a necessidade urgente de introduzir braços para a lavoura como em São Paulo, com os cafezais do Oeste Paulista em constante alastramento. Para começar, as duas regiões tiveram formações bem distintas. Enquanto o Estado de São Paulo tinha sido povoado por bandeirantes em busca de ouro no século XVII e começou a ter seu crescimento político e econômico somente após a formação do complexo cafeeiro no século XIX, segundo TARGA (1996), no sul, lutas engendradas pela demarcação da fronteira meridional produziram uma sociedade diversa. Desde sua origem, o Rio Grande do Sul constitui uma sociedade particular dentro do Brasil, pois esteve sempre envolvido com guerras de fronteiras, dadas as características e datas de formação dos Estados limítrofes. Essa condição de fronteira em guerra resultou em um grande conjunto de peculiaridades estruturais da sociedade gaúcha em relação à do Brasil: sua estrutura de propriedade da terra, suas classes sociais rurais, assim como a relação que sua classe dominante possuía com as classes dominantes de outras regiões e com o Governo Imperial. Portanto, a primeira fase de implantação de núcleos coloniais no Brasil teve mais o objetivo de povoamento do que de solução do problema da mão-de-obra (SILVA, 2002). Assim, entre 1812 e 1850, foram criados dez núcleos coloniais no Brasil, a maioria na região sul.

QUADRO 1 NÚCLEOS FORMADOS NO BRASIL ENTRE 1812 E 1850

Núcleo colonial	Local	Data
S. Agostinho	Espírito Santo	1812
Leopoldina	Bahia	1818
Nova Friburgo	Rio de Janeiro	1819
S. Leopoldo	Rio Grande do Sul	1825
Três Forquilhas	Rio Grande do Sul	1826
Pedreiras	Santa Catarina	1827
Rio Negro	Paraná	1827
S. Pedro de Alcântara	Santa Catarina	1829
Petrópolis	Rio de Janeiro	1843
S. Isabel	Santa Catarina	1845

Fonte: MAKINO (1974) *apud* SILVA (2002).

A "Lei de Terras" criada em 1850 visava, entre os tantos objetivos, a viabilização da implantação dos núcleos coloniais, por meio da demarcação das terras realmente cultivadas e disponibilização daquelas incultas (as chamadas "devolutas" ou "terrenos nacionais") para a formação dos núcleos coloniais, assim como convertia a terra em capital – principal objetivo da lei - substituindo a garantia de crédito hipotecado que o escravo representava ao fazendeiro, uma vez que a abolição era iminente. Com a terra capitalizada, o acesso seria permitido apenas aos que dispunham de meios para obtê-la, consolidando de vez a posse apenas por parte de uma elite latifundiária. Entretanto, utilizando-se todo tipo de fraudes nos registros oficiais, os fazendeiros (sobretudo cafeicultores paulistas) trataram logo de comprovar a posse das melhores áreas, e as terras devolutas que seriam destinadas à criação dos núcleos coloniais foram escassas, em terrenos inférteis, localizados longe dos centros urbanos (SILVA, 1996). A comprovação da posse se daria por meio de um documento expedido pela Igreja, mediante doação de uma gleba para o "santo padroeiro". Daí entende-se a grande quantidade de cidades que surgiram após a Lei de Terras de 1850, a partir de doações feitas por famílias às ordens religiosas, que passaram a "tutoras" dos dotes doados aos santos padroeiros, numa clara troca de favores. De acordo com o Artigo 17 da Lei de Terras de 1850, os estrangeiros que comprassem terras, se estabelecessem nelas ou exercessem trabalho no país, seriam naturalizados após dois anos de residência, mas para isso deveriam renunciar à sua cidadania (MAKINO, 1974), o que acabava por desestimular sua vinda. Mas diversas novas medidas do governo imperial para estabelecimento da pequena propriedade possibilitaram, nos dez anos seguintes, a criação de outros treze núcleos coloniais, sendo oito na região sul.

QUADRO 2
NÚCLEOS FORMADOS NO BRASIL ENTRE 1850 E 1860

Núcleo colonial	Local	Data
Blumenau	Santa Catarina	1850
Dona Francisca (Joinville)	Santa Catarina	1851
Mucuri	Espírito Santo	1852
Rio Novo	Espírito Santo	1856
Santa Leopoldina	Espírito Santo	1856
Santa Maria de Soledade	Rio Grande do Sul	1857
São Lourenço	Rio Grande do Sul	1858
Itajaí	Santa Catarina	1860
Cananéia	São Paulo	1860
Assungui	Paraná	1860
Pedro II	Minas Gerais	1860
Teresópolis	Santa Catarina	1860
Príncipe D. Pedro	Santa Catarina	1867

Fonte: MAKINO (1974) apud SILVA (2002)

Conforme mostra o Quadro 2, os demais núcleos se encontravam na região sudeste e, entre eles, um no Estado de São Paulo. Isso porque a elite cafeeira temia que a posse da terra afastasse o trabalhador dos cafezais, e sempre dificultou seu acesso por parte dos imigrantes. Ao participarem da política de subvenção da imigração juntamente com o governo, os cafeicultores faziam uso de propagandas enganosas no exterior sobre a existência dos núcleos coloniais apenas para atrair os imigrantes. O objetivo desta política era trazer o maior número possível de pessoas sem recursos para adquirir terras – principalmente após a enorme valorização fundiária obtida com o plantio do café - que tivessem como única alternativa a venda de sua força de trabalho, cujo valor também cairia devido ao excesso de oferta. A maioria das colônias bem sucedidas no Brasil era constituída de alemães, mas em 1859 foi proibido o aliciamento de colonos de origem germânica para o Brasil, quando os italianos passaram a ser recrutados.

Portanto, ao lado da corrente que defendia a imigração para “colonização”, ou seja, o povoamento de extensas áreas ainda não ocupadas do Brasil através da fixação do imigrante, facilitando seu estabelecimento e tornando-o pequeno proprietário, como aconteceu nas regiões sulinas, outra corrente encontrava na imigração apenas o suprimento da falta de braços para o café. Isso aconteceu principalmente no Estado de São Paulo, resultando em um proletariado rural.

Em 1857, o governo se comprometeu a pagar uma quantia per capita para cada colono introduzido no Brasil e, em 1861, foi extinta a Repartição Geral das Terras Públicas e criado o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, provavelmente resultado da ação da elite cafeeira dominante no cenário político nacional. Até aí, quase nada se tinha feito para a demarcação das terras ainda existentes no Brasil. Continuava a apropriação ilegal de terras devolutas, e o próprio Governo Imperial muitas vezes cedia gratuitamente, ao invés de vender as terras públicas. Mas essa medida acabou por tornar a colonização um grande negócio: surgiram por toda parte companhias que, recebendo terras gratuitas do governo, as revendiam. Enquanto isso, novas terras eram procuradas para a formação de fazendas, surgindo uma verdadeira “*indústria de grilagem de terras*” (SILVA, 1996). Antes da Lei de Terras, os lotes eram dados diretamente aos colonos, que se instalavam por conta do governo ou das companhias.

Sempre com o objetivo de povoar, ou seja, trazer imigrantes europeus para a lavoura, ocupação do solo e melhoria do elemento étnico brasileiro, o governo imperial aprovou o Regulamento para as Colônias, pelo do decreto nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867. Por

este Regulamento, o governo procurou dar aos núcleos coloniais uma estrutura administrativa própria, ligando-os ao poder central por meio da Repartição Pública Geral das Terras. Com esta medida, o governo se preocupou não apenas com o engajamento de imigrantes europeus, com a escolha de nacionais e exclusão do elemento escravo, como também com o planejamento da distribuição dos lotes, dividindo-os entre rurais e urbanos. Além disso, ao núcleo era permitida a expansão autônoma, livre de intervenções político-administrativas das câmaras municipais. A preocupação em se reservar área para uma povoação com ruas, praças e logradouros públicos, edifícios administrativos, igrejas, escolas e um centro onde os imigrantes pudessem se reunir, evidenciava enfim que havia planos para que esses núcleos se transformassem em gérmenes de futuras cidades brasileiras, como de fato aconteceu com diversas delas. Este Regulamento foi um atrativo para os imigrantes, que passaram a ter liberdade para escolher o lote, bem como a forma de pagamento, se à vista ou no prazo de dois anos.

Esta época coincidiu com o auge da monocultura do café, que levou à escassez e carestia dos gêneros de subsistência no Estado de São Paulo; além disso, a dificuldade de fixação do imigrante às fazendas havia se tornado um problema, devido às condições a que eram submetidos, semelhantes às dos escravos. Isso fez com que os fazendeiros paulistas cedessem ao projeto de disponibilização da pequena propriedade aos imigrantes e no início de 1877, foi organizada a Comissão de Medição dos Lotes Coloniais, chefiada pelo engenheiro Leopoldo José da Silva, com o encargo de organizar a implantação dos quatro núcleos criados em São Paulo. Alguns meses após o início dos trabalhos da Comissão se deu a criação oficial dos seguintes núcleos: Santana, em 1º de julho de 1877, São Caetano, em 28 de julho de 1877, Glória, em 26 de agosto de 1877 e São Bernardo, em 3 de setembro de 1877 (PIRES,2006). Entre 1885 e 1911, vinte novos núcleos foram fundados no Estado de São Paulo, conforme mostra o Quadro 3 a seguir:

QUADRO 3
NÚCLEOS COLONIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE 1885 E 1911

Núcleo colonial	Local	Data
Casacalho	Cordeirópolis	1885
Canas	Lorena	1885
Cubatão	Cubatão	1886
Ribeirão Pires	São Paulo	1887
Rodrigo Silva	Porto Feliz	1887
Vale do Paranapanema	Vale do Paranapanema	1887
Barão de Jundiá	Jundiá	1887
Senador Antônio Prado	Ribeirão Preto	1887
Boa Vista	Jacareí	1888
Quiririm	Taubaté	1890
Piagui	Guaratinguetá	1892
Bom Sucesso	Sorocaba	1892
Bananal	Bananal	1892
Campos Sales	Campinas	1898
Jorge Tibiriçá	Rio Claro	1905
Nova Odessa	Campinas	1905
Gavião Peixoto	Araraquara	1907
Nova Veneza	Campinas	1910
Nova Europa	Ibitinga	1907
Martinho Prado Júnior	Mojiguaçu	1911

Fonte: AESP apud SILVA (2002)

Em 1879, menos de três anos após sua implantação, o núcleo colonial da Glória foi emancipado e imediatamente foram providenciadas melhorias no sistema de caminhos internos; remoção do depósito de pólvora, instalando-se no local uma escola pública ou particular subvencionada, para atender aos filhos de colonos e dos moradores da região e verificação e regularização das áreas ocupadas por intrusos. A partir daí, sua área foi toda loteada por investidores interessados naquela área, muito próxima ao centro de São Paulo, dando origem aos bairros Cambuci, Glória, Vila Mariana e parte do bairro Aclimação. No mesmo ano, o núcleo colonial de Santana também foi emancipado, dando origem anos mais tarde ao bairro Santana, zona norte de São Paulo. Neste caso, devido à localização mais periférica, na várzea do Tietê, esta área foi fadada ao fracasso: o solo não era fértil para o plantio e houve total descaso e desinteresse em seu desenvolvimento por parte do poder público - sementes e equipamentos para cultivo da terra nunca chegavam, e os imigrantes, juntamente com seus lotes, foram abandonados à própria sorte e ainda taxados de ociosos e exigentes. Além disso, para livrar-se dos encargos e dos déficits, o núcleo foi prematuramente emancipado, cessando toda e qualquer ajuda – que já era ínfima. Como conseqüência, um grande número de lotes não quitados foi colocado em hasta pública para venda, vindo a constituir o bairro Santana (SALLES, 1978).

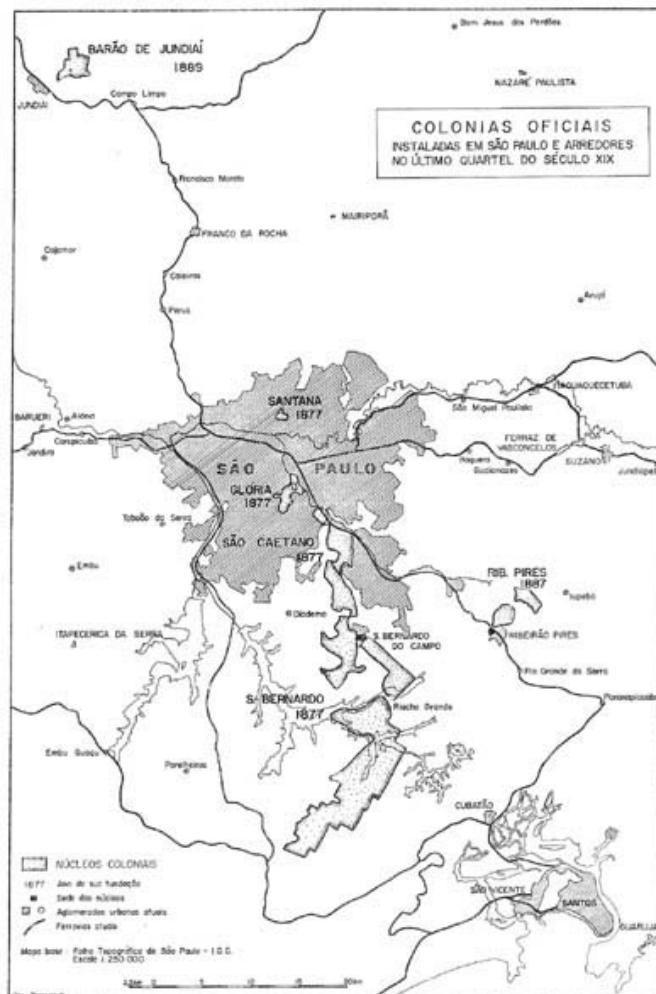


FIGURA 1 - Colônias oficiais instaladas em São Paulo e arredores no último quartel do século XIX. Fonte: LANGENBUCH, Juergen Richard. A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

Fig. 13: Núcleos coloniais implantados ao lado de São Paulo no final do século XIX (Fonte: LANGENBUCH,1971).

Já os dois outros núcleos coloniais implantados em 1877 ao lado de São Paulo, o de São Caetano deu origem a uma nova cidade, da mesma forma que o Núcleo colonial de Ribeirão Pires, estabelecido no mesmo ano do Núcleo Antônio Prado, e o Núcleo de São Bernardo colaborou para sua expansão urbana. Também em 1887, foi criado na cidade de Jundiaí o Núcleo colonial Barão de Jundiaí, que foi amplamente beneficiado pela presença de uma malha ferroviária bem consolidada na cidade (em 1872, foi inaugurada a Cia Paulista de Estradas de Ferro, em 1873 a Cia. Ituna, em 1887, concluiu-se a Ferrovia Santos – Jundiaí, em 1890, a Cia Itatibense e, finalmente, em 1891 a Cia Bragantina) e dos incentivos dados à imigração pelo presidente da província de São

Paulo, Dr. Antônio de Queiroz Telles, que era filho do Barão de Jundiaí. Assim, entre os núcleos paulistas da mesma época, tanto aqueles que vieram a se tornar bairros (no caso do Núcleo da Glória) como os que se tornaram cidades autônomas de São Paulo, todos prosperaram, e mantêm em suas tradições locais a história do tempo em que constituíram núcleos coloniais. Entretanto, a cidade de Ribeirão Preto não menciona o Núcleo Antônio Prado em sua historiografia (revistas, jornais e mesmo pesquisas científicas desconheciam, até a pesquisa iniciada pela autora desta tese, a existência do Núcleo Colonial Antônio Prado, assim como a maior parte da população pois, diferentemente dos casos citados, ele não prosperou enquanto local aceito e integrado à cidade. Caso semelhante aconteceu com o núcleo de Santana, na Zona Norte da cidade de São Paulo, que também não apresenta registros. Foi na sede deste núcleo, constituído em 1877, que a Hospedaria de Sant'Anna, primeira voltada para imigrantes, foi construída em 1878, desativada em 1880 e posteriormente demolida em 1915 (PIRES,2006). Ainda nesta área, constantemente alagada pelo Rio Tietê, seria construída a partir de 1911 a Penitenciária do Estado (inaugurada em 1920), servindo também, assim como o núcleo aqui estudado, para abrigar os "excluídos da história" (SALLA,1999).

A Proclamação da República deu início a uma nova etapa na política de colonização do Estado: a Constituição de 1891 passou o poder sobre as minas e as terras devolutas para o Estado, a antiga Inspetoria de Terras e Colonização e a Agência Central de Imigração foram desmanchadas pelo Governo Central em 1896 e 1897, respectivamente, e, no lugar, foi criada a Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração do Estado, subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, que passou a cuidar de todos os assuntos referentes à imigração, contratos para a introdução, colocação e repatriação dos imigrantes, fundação de núcleos coloniais, fiscalização dos serviços referentes à imigração e sua estatística e informação de todas as questões referentes ao movimento dos imigrantes.

O decreto de 1894²¹ regulamentou o serviço dos núcleos coloniais mantido pelo Estado e os que viriam a ser por ele criados e, como mostrou o Quadro 3, a partir daí, mais sete núcleos coloniais paulistas surgiram. Este decreto apresentou propostas já previstas pelo Regulamento de 1867, porém, mais detalhadas, tais como: definição de lotes urbanos

²¹ Decreto nº 272 de 10 de dezembro de 1894, assinado por Bernardino de Campos, Presidente do Estado, e Jorge Tibiriçá, Secretário da Agricultura, que regulamentou a Lei nº 95, de 20 de setembro de 1892.

(concedidos a quem possuísse profissão urbana ou desejasse estabelecer comércio ou indústria) e rurais, atribuição de apenas 20% dos lotes a brasileiros, excluindo escravos ou quem os possuísse, além das condições para aquisição de um lote, sendo apenas um por candidato, e possibilidade de aquisição de outro lote para filhos homens maiores de 18 anos, pagamento à vista ou após dois anos de residência fixa no lote, com 20% de acréscimo, dividido em quatro parcelas, obrigatoriedade de construção de casa e plantio de cinco mil metros quadrados, após seis meses de aquisição do lote rural, sob pena de perda do lote, juntamente com as prestações já pagas. Também foi mantido, de acordo com o Regulamento de 1867, a atribuição do Título Definitivo aos colonos que pagassem o lote à vista e o Título Provisório aos colonos que parcelassem o pagamento, que não podiam ser transferidos até a emancipação do núcleo, que aconteceria apenas quando a maioria dos habitantes tivessem pago suas dívidas. O decreto também determinou o salário por dia de trabalho, sendo fixado o dobro para artesãos como carpinteiros, ferreiros, pedreiros etc.(reforçando a importância dada às profissões urbanas), além de estabelecimento da jornada de trabalho em nove horas no verão e oito no inverno, impedimento de mulheres e crianças menores de doze anos no trabalho e obrigatoriedade de trabalho de metade do mês em serviços do núcleo e o restante ao seu lote particular. Há artigos especificando medidas a serem tomadas pelo meio físico, como marcos dos lotes, dimensões das ruas, plantio de árvores, materiais utilizados e limpeza, em uma espécie de "plano diretor", contando a obrigatoriedade inclusive de pontes projetadas, terrenos destinados à povoação com os traçados das ruas e equipamentos institucionais. Por fim, o Regulamento determinava que os núcleos não sofreriam intervenções municipais até serem emancipados e estabelecia diversos benefícios para estrangeiros, desde alimentação nos oito primeiros dias após sua chegada no núcleo, ferramentas, sementes, medicamentos, socorro médico gratuito, serviços como construção de suas casas, pontes, aberturas de estradas etc., durante o tempo que fosse preciso para se sustentarem até a primeira colheita. Estes benefícios evidenciavam a tentativa do governo na formação de um mercado de reserva de mão-de-obra constituído apenas por europeus.

Posteriormente ao auge de criação de núcleos coloniais no Estado, o inchaço da capital por ex-colonos advindos de fazendas de café de todo o Estado e problemas de saneamento que foram gerados, agravado por crises no mercado de trabalho que fazia crescer diariamente o número de pessoas sem ocupação da cidade, levou à criação, no ano de 1911, do Departamento Estadual do Trabalho (DET), cujo principal objetivo era o

de promover o deslocamento de trabalhadores para o interior. Para isso, o DET se debruçou na criação de formas de valorizar o trabalho agrícola, estimular a pequena propriedade, por medidas que facilitassem a aquisição de lotes de terra e até mesmo uma legislação para proteção do trabalhador do campo, fortalecendo os laços entre o trabalhador e a terra. Entre 1914 e 1916, a cidade de São Paulo despachou mais de 30 mil trabalhadores para o interior (RIBEIRO, 1913), e se voltou para a criação de novos núcleos coloniais.

2.3. Ocupações do Núcleo Colonial Antônio Prado

Entre os núcleos coloniais criados no Estado de São Paulo após 1885, o único situado em uma área recém-desbravada pelo café foi o Antônio Prado, implantado em terras devolutas disponíveis em Ribeirão Preto. A proposta era que servisse como “viveiro de mão-de-obra” para as fazendas da região, atendendo às exigências do complexo de atividades que envolvia a produção cafeeira. Segundo o Departamento de Patrimônio da União, a regularização do patrimônio do referido núcleo foi proveniente do confisco pelo Governo Imperial de terras da Fazenda “Ribeirão Preto Abaixo” ao tenente-coronel Gabriel Garcia de Figueiredo, em 1878. No ano de 1886 foram mapeados os “terrenos nacionais²²” em Ribeirão Preto, originando a planta a seguir:

²² Terras cujas posses ou cultivo não haviam sido comprovados após a Lei de Terras de 1850 para a aquisição do Título de Propriedade e passaram a pertencer ao Governo Imperial.

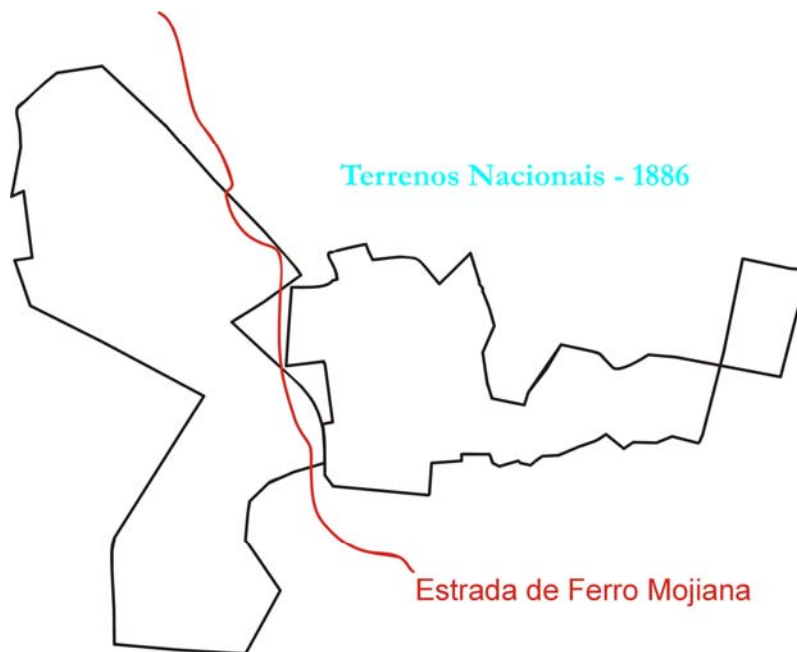


Fig. 14: Terrenos Nacionais em Ribeirão Preto, 1886 (Fonte: APHRP)

De acordo com HOLLOWAY (1984:197), a afirmação de que “o governo adquiria terras marginais, muitas vezes de solo fraco e no fundo de vales, não apropriadas para o café, que fazendeiros insolventes ou excessivamente endividados estavam ansiosos para vender” aplica-se ao caso do Núcleo Colonial Antônio Prado, implantado na várzea do ribeirão Preto com o córrego Retiro, em uma região que permaneceu desvalorizada em sua maior parte por toda a trajetória urbana da cidade devido, entre as diversas razões apresentadas neste trabalho, às constantes inundações e conseqüentes impossibilitações de acesso nesse períodos.

O núcleo foi beneficiado pela Lei de 1884, segundo a qual o governo imperial autorizava o governo provincial a estabelecer cinco núcleos coloniais nos principais distritos agrícolas que se encontravam próximos das estradas de ferro: através da Mojiana, que já fazia o transporte de café para o porto de Santos e chegava com os imigrantes, a produção do Núcleo poderia ser distribuída para os mercados regionais, fato que contribuiu para seu desenvolvimento. Fundamentado nesta lei, em 1887 o Ministério da Fazenda colocou à disposição do Presidente da Província a quantia de R\$5:000\$000 (cinco contos de Réis) para aquisição de terras para a formação do Núcleo Colonial Antônio Prado. Assim, em 31 de julho de 1887, foi inaugurado em Ribeirão Preto o “Núcleo colonial Senador Antônio Prado”, como mostra a Fig. 15:



Fig. 15: Mapa original do Núcleo Colonial Antônio Prado (Fonte: APHRP)

O Núcleo foi dividido em exatos 200 lotes dispostos em cinco partes, sendo quatro seções e a sede, como mostra a Fig. 16, na página 60. Internamente, os limites das seções coincidiram com as barreiras naturais e artificiais já existentes: em primeiro lugar, a estrada de ferro Mojiana, ao lado do Ribeirão Preto, dividiu o Núcleo ao meio. Ao leste do ribeirão, o limite entre a Terceira e a Quarta era demarcado pela estrada para Batatais (VALADÃO, 1998). A oeste do ribeirão, a Sede constituía a menor área, limitando-se com a Primeira Seção através do início da via de acesso à Cidade e com a Segunda Seção, a maior de todas.

Conforme mostra a Fig. 17, na página 61, havia três acessos do Núcleo colonial para o núcleo urbano já existente, que era chamado de "cidade": o primeiro, através do prolongamento da Rua do Largo da Matriz, atual Duque de Caxias, chegando ao limite da Sede com a Primeira Seção; o segundo, saindo do limite entre a Terceira e a Quarta Seção, pela Rua Saldanha Marinho, atual Avenida Saudade, e o terceiro, paralelo àquela, na direção da Rua Visconde de Inhaúma. Estes acessos constituíram prolongamentos de caminhos do núcleo urbano principal em direção às fazendas, e já estavam demarcados no mapa de 1884. O acesso da Sede ao núcleo urbano principal passava pelas propriedades de Martinho Prado (GUIÃO, 1923). Ao final de cada acesso, foi construída uma ponte, tal como estava previsto no Regulamento a fim de fazer a transposição entre a "Cidade" e as seções, passando sobre o Córrego Retiro e o Ribeirão Preto. Estavam previstas no projeto as "ruas da colônia", demarcadas nos limites dos lotes, que seriam os eixos de circulação interna do Núcleo. Essas ruas vieram a se tornar importantes eixos de circulação e, conseqüentemente, de comércio, dentro dos bairros que aí se formaram posteriormente, conforme será mostrado ao longo deste capítulo. A ligação do Núcleo colonial com a Cidade feita pela estrada para Batatais ficou conhecida como "Rua do Catapani", devido à chácara formada em 1898 por João Baptista Catapani.

Na página 62, a Fig. 18 mostra as seções melhor visualizadas a partir da foto aérea de Ribeirão Preto atualizada em 2005 pela Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental.



Fig.16: Seções e lotes do Núcleo Colonial Antônio Prado (Fonte: SILVA, 2002)

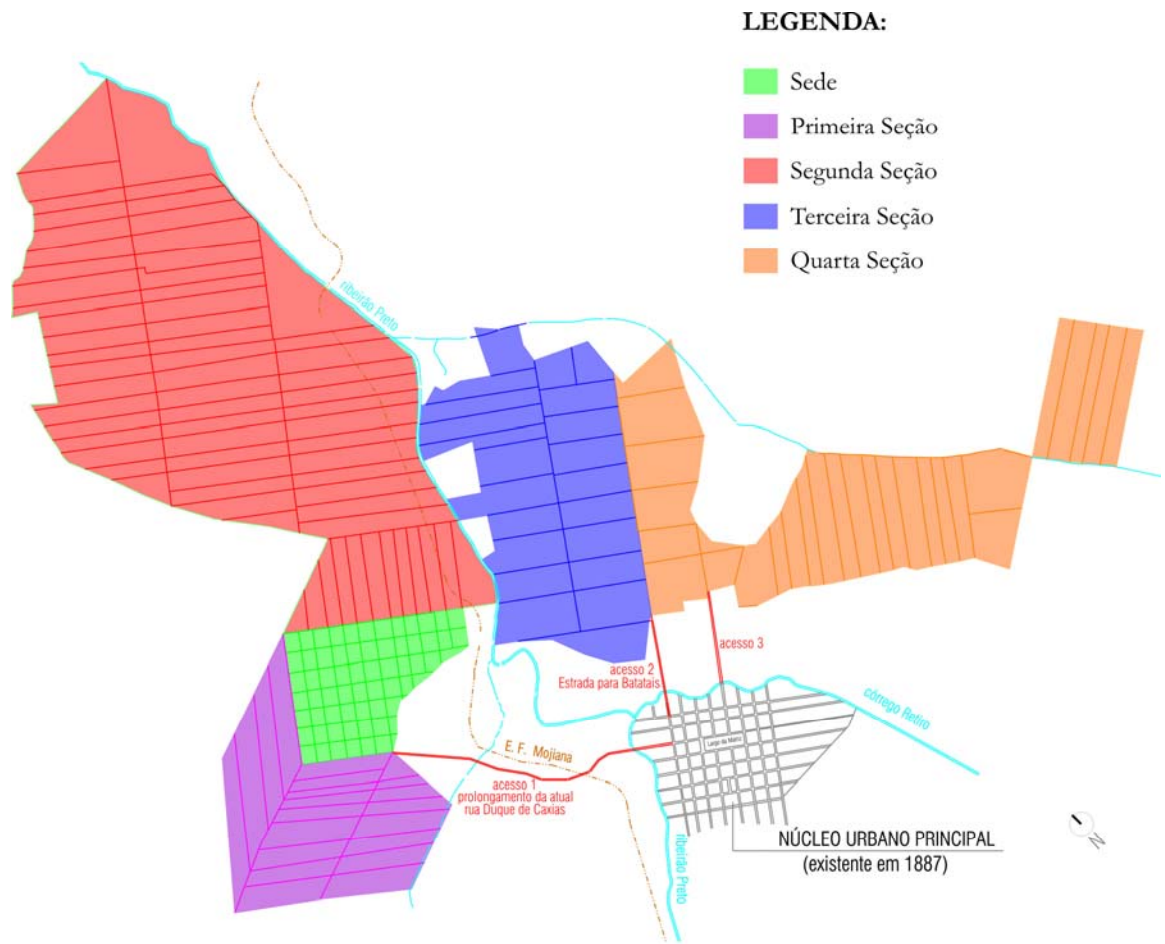


Fig.17: Acessos da "cidade" ao Núcleo Colonial Antônio Prado (Fonte: SILVA, 2002)

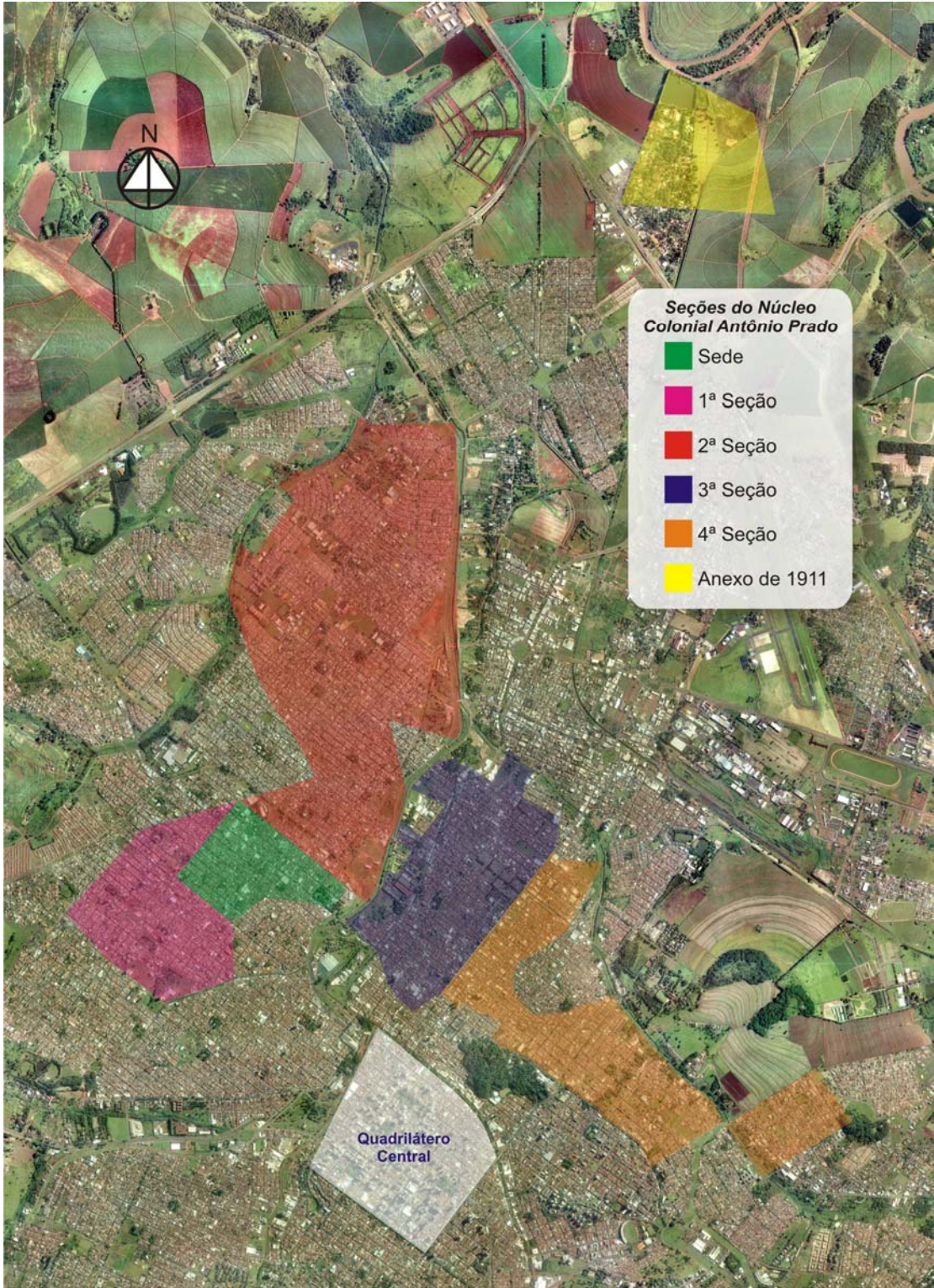


Fig.18: Seções do Núcleo Colonial Antônio Prado destacadas sobre a foto aérea de Ribeirão Preto (Desenho: Max Manhas)

Cada uma das seções possuía a seguinte configuração física:

- Sede: totalizando uma área aproximada de 90 hectares, era constituída de 64 lotes formando quadriláteros de um hectare cada, agrupados em pares. Foi concebida com a finalidade de constituir um prolongamento da "Cidade" e por este motivo, esses lotes eram denominados "urbanos". Para se adquirir um era necessário que o requerente possuísse profissão urbana de artesão e demonstrasse desejo (mediante comprovação de pecúlio) para instituir uma oficina ou estabelecimento comercial. O valor do metro quadrado destes lotes era de 16,53 réis, ao passo que os lotes rurais tinham o metro quadrado cotado em 1,66 real, ou seja, dez vezes menos do que o valor do lote urbano. A Sede era a única seção que possuía dois equipamentos urbanos, os quais foram construídos junto ao lote 7A, sendo um deles identificado como "Barracão", e uma estação de trem. A Lei de 1892²³ deixava clara a intenção de se criar uma Sede, cujos lotes seriam "destinados a uma futura povoação". Dessa forma, no projeto do núcleo colonial, a Sede teria uma casa e administração como esta, bem como os arruamentos deveriam estar demarcados, tal como mostrou o mapa da Fig.11. Para a abertura de novas estradas, desapropriações também eram previstas, com indenizações aos proprietários, sendo esta a única ocasião em que a Câmara Municipal poderia intervir, antes da emancipação do núcleo colonial.

-Primeira Seção: fazendo limite com a Sede, esta seção abrangia uma área de 165 hectares aproximadamente, dividida em 21 lotes (sendo que o lote localizado após o de número 18 foi identificado como 18A). A divisão originou faixas de terrenos com 130 metros de largura em média, variando entre 630 a 950 metros de comprimento. Portanto, estes lotes possuíam entre nove e dez hectares.

-Segunda Seção: a maior de todas as seções do Núcleo, compreendia uma área superior a 660 hectares, dividida em 66 lotes demarcados e mais dois anexados (o que está localizado entre o Ribeirão Preto e o lote nº 1 é identificado por 0A e outro junto ao de nº 10 e após o de nº 24, identificado por 0B). A maioria deles media por volta de cem metros de largura por 615 a 879 metros de comprimento, que variava de acordo com a distância que o início do lote se encontrava do ribeirão, totalizando em média entre seis e nove hectares cada um.

²³ Artigo 5º da Lei nº 95, de 20 de setembro de 1892, regulamentada pelo Decreto nº 272 de 10 de dezembro de 1894

-Terceira Seção: formada de 21 lotes demarcados e mais um anexado, identificado pelo nº0, perfazia cerca de 240 hectares. A Terceira Seção não apresentou a mesma configuração para os lotes observada nas outras três seções pois, enquanto os demais lotes constituíam longas faixas de terras, estes possuíam formas retangulares de 520 metros de largura por 220 de profundidade (totalizando, em média, onze hectares). Esta seção era permeada por duas pequenas porções de terras particulares e fazia limite com o bairro Retiro, o qual se encontrava mais próximo ao núcleo urbano principal e já dava sinais de povoamento.

-Quarta Seção: a última seção do Núcleo, localizada em sua porção leste, era constituída por 28 lotes, totalizando 300 hectares. Do primeiro ao nono lote, foi seguido o mesmo formato retangular da Terceira Seção. Entre o décimo e o último (exceto os de número 22 e 23, os quais apresentavam quase o formato quadrado), os lotes eram compridos como os lotes rurais das demais seções, com largura média de 120 metros por 750 a 1000 metros de comprimento.

A partir da inauguração, começaram a ser feitos os pedidos de lotes por parte dos colonos, sendo que alguns imediatamente obtiveram a concessão. Para adquirir um Título Provisório, deveria ser redigido um requerimento ao Presidente da Província de São Paulo, em que o candidato devia identificar-se e justificar seu pedido, conforme o exemplo abaixo:

O peticionário recém-chegado é imigrante italiano, e acha-se matriculado no livro de entradas deste Núcleo, sob número 133. Escolheu o lote número 29 da Segunda Seção, cujo terreno é de campo e de terceira classe. Não há inconveniente para concessão do lote pois, o peticionário diz ter meios para cultivá-lo e construir casa (Requerimento do italiano Giuseppe Pivesan, feito em 28 de fevereiro de 1888. Fonte: APHRP).

Após este procedimento, o pedido seria deferido ou indeferido. O italiano Giuseppe Piovesan conseguiu seu Título Provisório em 8 de maio de 1888, contendo as obrigações para manter seu lote até que fosse feito o pedido do título definitivo. Este documento era impresso para todos os núcleos coloniais, com espaço a ser preenchido com o nome do colono, cidade, número, área do lote e preço por braça quadrada, e continha o texto em português e em italiano – demonstrando o interesse pelos candidatos desta nacionalidade - , seguindo o modelo transcrito a seguir:

S. Paulo, 06 de fevereiro de 1888. E. Pinto - Colonia do Ribeirão Preto, 2ª Seção, 3ª Classe, Lote Rural

Designação de lote de terras - Ao Sr. Jose Alves da Silva fica presente designado o lote de terras, mencionado na planta da colonia, districto do Ribeirão Preto, com o N º 52 - e tendo a área de 19.834 - braças quadradas

pouco mais ou menos, afim de adquiril-o como propriedade sua, sob condição de cultura e morada habitual e effectiva, e sujeita ás mais obrigações inherentes á compra do mesmo lote, que são as seguintes:

1- Recebendo o comprador o lote medido e demarcado na frente e em parte dos fundos, deve tratar da conservação dos marcos, não deixando que sejam deslocados, e substituindo por outros os que tiverem sido destruidos por fogo ou outro accidente. No caso de desaparecerem ou serem deslocados os mesmo marcos, a despeza da nova medição, e demarcação, si fôr necessaria, correrá unicamente por conta do comprador ou, si confinarem dois ou mais lotes, se dividirá proporcionalmente entre os respectivos heréos.

2- Até seis mezes depois desta designação deve estar roçada e plantada uma área de mil braças quadradas, pelo menos, e construída uma casa, que tenha, pelo menos, quatrocentos palmos quadrados, para a sua habitação permanente e de sua familia. A inobservancia desta obrigação importará a perda de bemfeitorias que tiver feito, assim como das prestações, que tiver pago, podendo ser o lote designad vendido pelo Director, salvos sómente os casos de força maior e enfermidade prolongada e provada, em que será concedido ao comprador uma moratoria de 2 a 6 mezes, sendo que as questões, que entre elle e o mesmo Director se suscitarem, decididas por arbitros escolhidos entre os que tiverem, pelo menos, tres annos de residência fixa na colônia.

3- O comprador obterá titulo definitivo de propriedade do lote designado depois de ter pago integralmente a sua importancia, saldado tudo quanto deve á Fazenda Nacional, provado que, por si ou por pessoa de sua confiança, tenha tido no mesmo lote um anno, pelo menos, de residencia habitual e cultura effectiva.

4-Sómente são dispensados da obrigação de morada e cultura effectiva os lotes de menor superficie nos districts urbanos, concedidos para qualquer fim de reconhecida utilidade. Si não forem convenientemente aproveitados por espaço de dous annos, pelo menos, cahirão em commiso, salvo o juizo arbitral.

5- Os caminhos ruraes terão a largura de quatro braças, não se podendo planctar arvores senão a distancia de uma braça pelo menos, da estrada. Para abertura de novas estradas desapropriar-se-ha espaço necessario, sendo indemnizados os seus proprietarios tanto das bemfeitorias que nelle existiam, mediante juizo arbitral, como do terreno, cujo preço será o da primitiva compra durante o primeiro quinquennio, contando a data desta.

6- Devem ser immediata e inteiramente removidas as arvores que nas derrubadas cahirem sobre os caminhos, afim de conservar-se desembaraçado o transito, observando-se a este respeito quanto se acha previsto nas posturas das câmaras municipaes.

7- Para as pontes e outras obras públicas se poderá obter gratuitamente da parte inculta dos lotes de madeira, pedra e outros materiaes, havendo indenização, determinada por arbitro, quando d'ahi resulte prejuizo permanete.

8- Na demarcação dos fundos dos lotes devem os seus donos e os heréos confinantes abrir picadas, cuja conservação fica a seu cargo, sendo por elles roçadas e limpidas annualmente e conservados os competentes marcos, como ficou declarado.

9- O preço deste lote é de dez Rs. por braça quadrada; e será pago pelo comprador pela fórmula determinada no respectivo regulamento, de que se lhe deu conhecimento. Emquanto não se realizar o pagamento de sua importancia, bem como de todas as quantias que o comprador deva ao Estado, ficará o mesmo lote hypothecado não só pelo referido pagamento, como pelas multas, em que o proprietario incorrer por infracção das posturas relativas à conservação dos caminhos.

10- Os direitos conferidos por esta designação aproveitam a pessoa ou familia, em cujo beneficio é expedida, ou aos que seus descendentes e herdeiros com a precisa capacidade, para cumprirem com os deveres acima preceituados, e especialmente com a constante cultura e habitação e com a conservação das estradas. Para a transferencia destes direitos por venda ou por qualquer outro modo, deve proceder a approvação da presidência da provincia sobre informação do director. S. Paulo, 06 de fevereiro de 1888.

O Engenheiro Chefe Joaquim R. [?] .

Dichiarando il direttore soddisfatte le condizione riferite nella clausola 2ª la presente designazione ha la validità di titolo provvisorio. Colonia _____ addi _____ 18_____. Essendo sodrisfatte lè condizioni menzionate e trovandosi il compratore agravato di ogni debito col tesoro nazionale gli appartiene il diritto di ricevere il titolo definitivo Del lotto Che per il presente gli fu designato.

Colonia _____ addi _____ 18_____.

Requerimento de Giuseppe Piovesan para Título Provisório (Fonte: APESP)

Entre 1887 e 1893 foram feitos 200 requerimentos, que podem ser acompanhados no **Quadro 4**, na página 67. Os títulos definitivos já começaram a ser solicitados em 1890,

quando o requerente já estava instalado em seu lote havia dois anos. Da mesma forma, um último concessionário foi registrado no ano de 1893, sendo que no ano de 1892 não foi feito nenhum pedido nem transferência, pois, nessa época, estavam sendo expedidos os títulos definitivos. Analisando os "Títulos de Propriedade" concedidos entre 1892 e 1893, que se encontram no **Quadro 5**, da página 68, verifica-se que 162 colonos adquiriram seus títulos em 1892 e sete deles no ano seguinte. A evolução da aquisição dos Títulos de Propriedade foi ilustrada por meio da Fig. 19 a seguir:

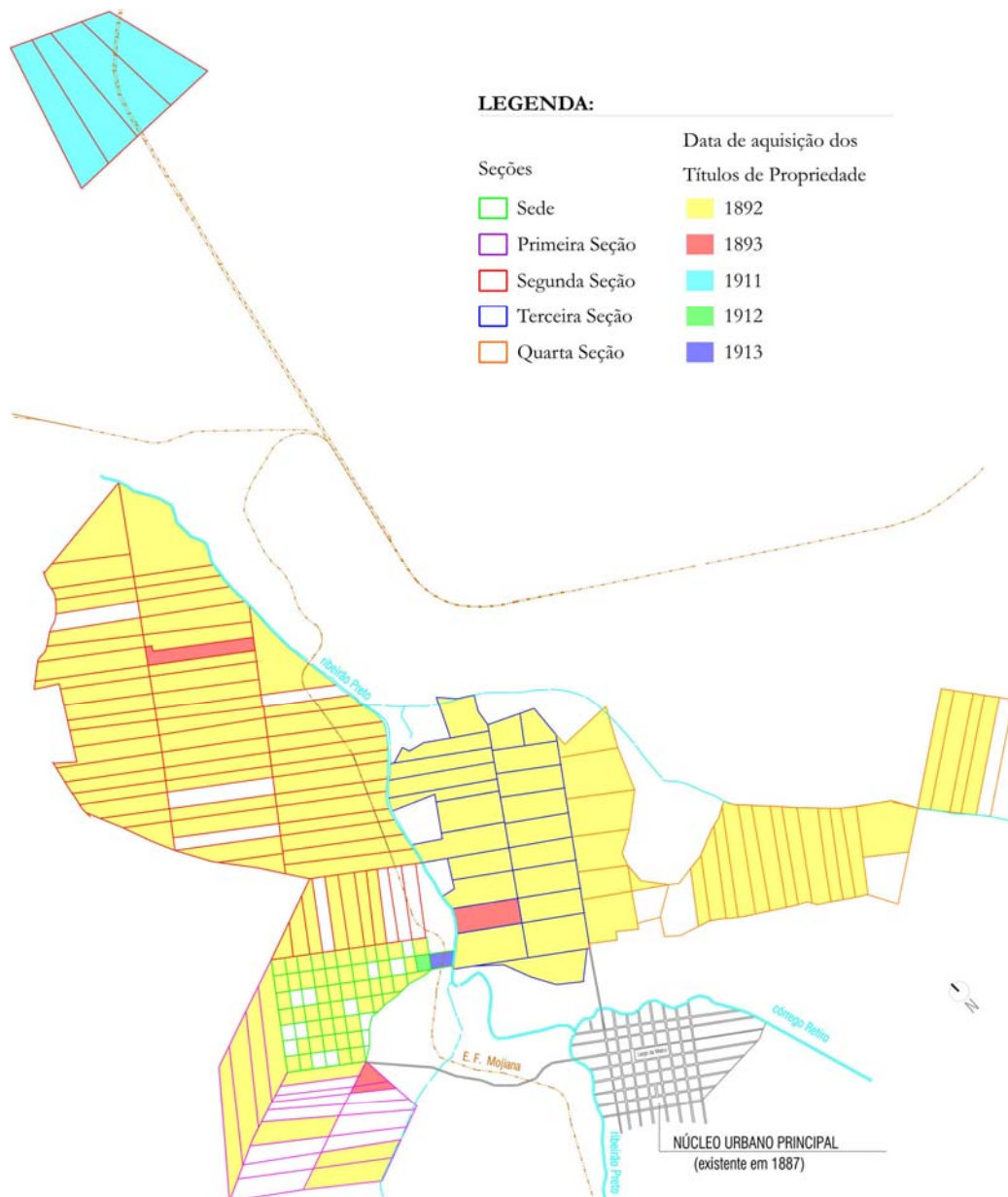


Fig.19: Títulos de Propriedade adquiridos entre 1892 ao Núcleo Colonial Antônio Prado (Fonte: SILVA, 2002)

Entre os 200 colonos que pediram ou foram concessionários de lotes entre 1887 e 1891, um total de 53 tomaram posse de seu terreno de fato, sendo que 47 deles se mantiveram nos lotes em que se encontravam dois anos antes, ou seja, 31,7% dos que fizeram o pedido. Há ainda treze proprietários cujos sobrenomes eram iguais aos de alguns requerentes, demonstrando que o pedido pode ter sido feito em nome de outra pessoa da família, sendo que sete deles foram encontrados por meio dos inventários analisados, demonstrados no Quadro 6:

QUADRO 6
FAMILIARES DOS PRIMEIROS PROPRIETÁRIOS DE LOTES DO NÚCLEO
COLONIAL ANTÔNIO PRADO QUE TAMBÉM POSSUÍRAM UM LOTE NA ÁREA

Data	Inventariante	Inventariado	Familiar que possuía o Título de Propriedade
1903	Orestes Guilherme Golfetto	Maria Pisanelli	Rocco Pisanelli adquiriu o Lote 4, Quarta Seção
1916	Maria Gentil	Luigi Gentil	Fiorando Gentil adquiriu o Lote 5, Terceira Seção
S/d	Roza Innocente	Amadeu Innocente	Francisco Innocente adquiriu o Lote 30A, Sede
1946	Brasilina Lucchesi	Mariana Bonacorsi (tia)	1. Mansueto Bonaccorsi havia sido concessionário do Lote 7, Primeira Seção 2. Antônio Bonacorsi adquiriu o Lote 64, Segunda Seção.
1950	Lucia Lazara Codognato	Enrique Codognato	1. Giovanni Codognato adquiriu o Lote 11, Primeira Seção; 2. Lorenzo Codognato adquiriu o Lote 4, Sede; 3. Giacomo Codognato adquiriu o Lote 9, Terceira Seção
1935	Luiz Gentil	Anna Gentil	Fiorando Gentil adquiriu o Lote 5, Terceira Seção
1934	Maria Spiandore Gabaldo	Antonio Gabaldo	Santo Gabaldo adquiriu o lote 17, Primeira Seção

Fonte: AFRP

Segundo o Regulamento de 1867, os colonos tinham liberdade para escolher seus lotes e caso houvesse empate, era dada preferência ao que pagasse à vista. Também não era permitida a aquisição de mais de um lote rural por colono, exceto por transferência ou em hasta pública ou quando a compra fosse feita em nome de um filho maior de 18 anos. No entanto, observou-se que alguns colonos de mesmo sobrenome, provavelmente pais e filhos, adquiriram lotes, em geral, confrontantes. Tudo isso possibilitou a vinda de vários membros adultos de uma mesma família, com suas próprias esposas e filhos, o que facilitaria sua vivência num país distante.

Quanto aos lotes urbanos, nenhum tipo de restrição foi verificado, sendo que alguns adquiriram mais de um lote nesta seção. Para que fosse efetuada tal transferência, o colono já deveria ter construído sua casa, e a falta de observância desta obrigação implicava a perda das benfeitorias já realizadas, assim como das prestações pagas, “*salvo casos de força maior e enfermidade prolongada e provada*”. Por isso, a justificativa era muito importante quando havia necessidade de venda do lote, assim como fizeram os colonos a seguir, no ano de 1892:

Quadro 7
JUSTIFICATIVA DOS COLONOS PARA AQUISIÇÃO DE LOTES EM 1892

REQUERENTE	SITUAÇÃO
Stefanel Luigi	pede para vender seu lote para Bortoletto Giuseppe porque um de seus familiares se encontra doente
Rigatto Giuseppe	com as dívidas quitadas, pede o lote de Codognato Giuseppe, ainda em débito
Talon Giovanni	tendo ficado viúvo, pede para transferir seu lote para o italiano Romano Giacomo
Grasson Giuseppe	não podendo mais cultivar seu lote, pede para transferi-lo para Giuseppe Crosara
Marcussi Antonio	tendo a mulher e 2 filhos doentes e precisando de tratamento em lugar com mais recursos, pede para transferir seu lote e benfeitorias para o imigrante Ponelli [Odoardo]
Mangano Jiusepina	tendo ficado viúva, pede para transferir seu lote para o imigrante recém-chegado Fachim Giuseppe
Otto Dresler	não querendo ser lavrador, pede para transferir seu lote para Alberto Grim
Clemente Francisco	pede para transferir seu lote para o italiano Caviquieli Alfonzo
José Francisco Jogo	pede o lote de Lapatter Giuseppe
Manoel Paulino	sempre doente, pede para transferir seu lote para José Nunes Tosta de Oliveira
Lappate Giuseppe	abandonado pelos filhos, pede para transferir o lote para o português Francisco Jogo
Franzote Giacomo	por motivo de doença, pede para transferir o lote para Joaquim Pietro
Feraco Giuseppe	por motivo de doença, pede para transferir o lote para Lorenzo Galbaldo
Frederico Augusto	pede o lote que Francisco Rodrigues Maciel lhe transferiu
Enrico Pozzaty	por motivo de doença, pede para transferir seu lote para Pedro Senni
Vigioni Giovanni	pede lote; antes estava impedido devido a “incômodos de família”

Fonte: SILVA (2002)

Assim que chegavam pelos vagões da Mojiana, os imigrantes desembarcavam em uma estação provisória junto ao Barracão (localizados no lote 7A), onde eram orientados pelo encarregado do Núcleo. O Barracão funcionava como “prefeitura” e hospedaria do Núcleo colonial, além de ser o local onde ficavam arquivadas todas as informações a respeito das atividades do Núcleo, nos moldes da Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo. Neste lugar, os imigrantes eram recebidos, orientados e faziam o pedido do lote ou, então, eram dirigidos para as fazendas. Porém, logo no início do século XX esta construção foi

incendiada, juntamente com a maior parte da documentação do Núcleo. Em 1º de junho de 1900 foi inaugurada uma estação definitiva, que também recebeu o nome de “Barracão”, cujo edifício encontra-se atualmente tombado pelo Patrimônio Histórico do município:

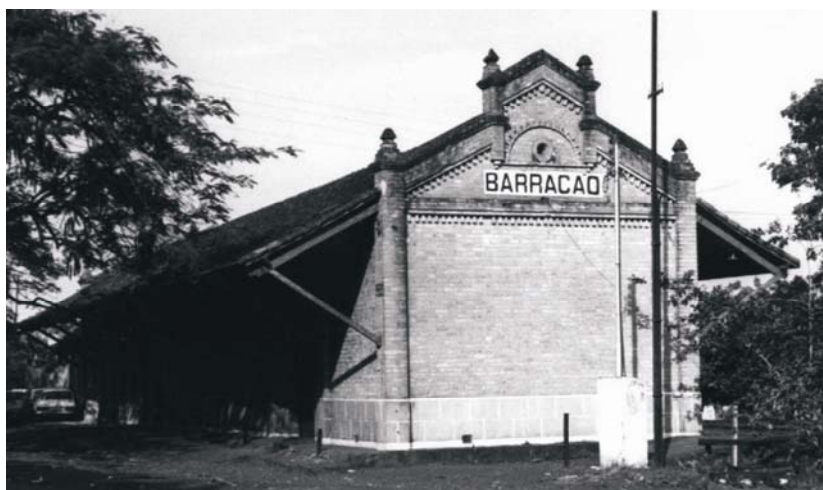


Fig.20: Estação Barracão (foto da autora)

Aqueles que vieram com família numerosa tinham preferência, chegando a ser este o motivo para a concessão de títulos definitivos, conforme comprovam os requerimentos analisados no Arquivo do Estado de São Paulo. Dos 183 pedidos encontrados, 56 deles alegavam “possuir família”, indicando inclusive a quantidade de filhos, que, em geral, era acima de três. Sobre a indicação do país de origem, metade dos requerimentos para aquisição de lote indicam nacionalidade italiana, conforme mostra a Tabela 2, mas este número é ainda maior, pois entre aqueles que não indicaram procedência, a maior parte apresentava sobrenome italiano. Apenas cinco deles foram destinados a brasileiros, todos cearenses.

**TABELA 2
REQUERENTES DE LOTES PARA O NÚCLEO COLONIAL ANTÔNIO PRADO SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM**

País de origem	total de requerentes
Itália	96
Portugal	16
Alemanha	11
Espanha	08
Brasil	05
Bélgica	02
França	02
Sem indicação	43
Total	183

Fonte: SILVA (2002)

Os processos de inventários analisados dos primeiros moradores incluem os Atestados de Óbito de muitos colonos analisados, e forneceram a informação mais precisa sobre origem e profissão, mostrados no Quadro 8 a seguir:

QUADRO 8 **ORIGENS DE MORADORES DA ÁREA DO NÚCLEO COLONIAL ANTÔNIO PRADO**

Nome esposo	Origem	Ocupação	Nome esposa	Origem
Adolfo Bianchi	Varese, Itália	industrial ²⁴	Maria Batistetti	Itália
Pedro Bianchi	Itália	(não consta)	Conchita Pazeli Bianchi	Rovigo, Itália
José Bianchi	Castiglione, Itália	mecânico	Edmea Bianchi	(não consta)
Santo Manfrim	Itália	lavrador	Thereza Vigato	Padova, Itália
Luiz Giannini	São Roque de Lucca, Itália	carpinteiro	Mathildes Bastitoli	Itália
Giacomo Polon	Itália	lavrador	Rosa Borsato	Treviso, Itália
José Brussolo	(não consta)	(não consta)	Ângela Borsato Brussolo	Treviso, Itália
Pedro Brussolo	Veneza, Itália	lavrador	Virginia Torrezan	(não consta)
Ângelo Polo	Itália	(não consta)	Celeste Polo	Itália
Ângelo Brussolo	Veneza, Itália	lavrador	Regina Polo Brussolo	(não consta)
João Mazzei	Luca, Itália	operário	Luiza Brussolo Mazzei	(não consta)
Vicente Golfeto	Veneza, Itália	oleiro	Maria Stefanelli Golfeto	Itália
Romeu Orlandi	Pisa, Itália	Pedreiro	Antonia Golfeto Orlandi	Itália
(não consta)	(não consta)	(não consta)	Maria Stefanelli Golfeto	Itália
Eugenio Bevilacqua	Áustria	lavrador	Luiza Fávero Bevilacqua	(não consta)
João Roberti	Mântua, Itália	lavrador	Regina Roberti Pavan	(não consta)
Antonio Gabaldo	(não consta)	(não consta)	Maria Splendore Gabaldo	Itália
Luiz Favero	Itália	(não consta)	Maria Fávero	(não consta)
Frederico Mazzoni	Itália	(não consta)	Catharina	(não consta)
Fioravanti Daguano	Itália	(não consta)	Olga Pasqualin	(não consta)
Luiz Dovichi	São Vito, Itália	operário	Catarina Inno-cente Dovichi	(não consta)
Guilherme Luchesi	Itália	(não consta)	Emma Perussi Luchesi	(não consta)
João Vecchi	Itália	comerciante	Thereza Buzoni Vecchi	(não consta)
João Cerchiaro	Itália	(não consta)	Ana Aghito Cerchiaro	Padova, Itália
Tancredo Vecchi	(não consta)	(não consta)	Sophia Moçambani Vecchi	Itália
Augusto Inocente	(não consta)	(não consta)	Maria Druzian Inno-cente	Itália
Giacomo Stefanelli	Itália	(não consta)	Mariana Stefanelli	(não consta)
Antonio Gallo	Itália	(não consta)	Maria Thereza Approbatto Gallo	(não consta)
Ângelo Codognotto	(não consta)	(não consta)	Elisabeth Zorzetto Codognoto	Itália
Amadeu Codognotto	(não consta)	(não consta)	Elisabeth Zorzetto Codognoto	Itália
Innocencio Colucci	Benevento, Itália	cocheiro	Joaquina Barban Colucci	(não consta)
Olívio Barban	Itália	carroceiro	Tereza Gentil Barban	(não consta)
Antônio Acritello	Itália	(não consta)		
Luiz Gallo	San Ângelo di Salla, Treviso, Itália	(não consta)	Emilia Fatorello Gallo	Itália
Ernesto Gallo	Veneza, Itália	comerciante	Rosa Pascoal Gallo	Itália
Pedro Borsato	Itália	(não consta)	Carolina Vidotto Borsato	Itália
Giovanni Borsato	Ribeirão Preto	pedreiro	Mara Anunciata Rotiroti Borsato	Itália
Enrique Codognato	Vicenza, Itália	carroceiro	Lucia Lazara Codognato	(não consta)
Luiz Dovichi	São Vito, Itália	operário	Catarina Inno-cente Dovichi	(não consta)
João Codognoto	Treviso, Itália	(não consta)	Marianna Bevilacqua	(não consta)
Domingos Padovan	Itália	(não consta)	(não consta)	(não consta)
João Rivoiro	Ozasso, Itália	lavrador	Ana Marson Rivoiro	(não consta)
Pedro Giroto	Treviso, Itália	lavrador	Maria Pólo Giroto	Ribeirão Preto
Achille Fávero	industrial	São Simão	Vicenza Bongiovanni	Itália
João Caldeira Júnior	Ilha da Madeira, Portugal	industrial	Joanna Fabbris Caldeira	(não consta)
José Codognotto	Itália	lavrador	Anna Codognotto Berti	Treviso, Itália
Valentino Marian	Itália	(não consta)	Josephina Consingiero Marian	(não consta)
Guerino Giroto	Itália	(não consta)	Antônia Borsato Giroto	Treviso, Itália
Bartolo Barichello	Itália	(não consta)	Antonia Perizota	
Luiz Gentil	(não consta)	(não consta)	Anna Gentil	Rovigo, Itália
Antonio Gabaldo	Pádua, Itália	lavrador	(não consta)	Maria Spiandore Gabaldo
Carlos Perucchetti	Itália	comerciante	(não consta)	Paulina de Rossi
Remigio Giachette	Pádua, Itália	Auxiliar de autoridades	Luiza Helena Donadelli	Veneza, Itália

Fonte: AFRP (2005)

²⁴ TRENTO (1989) esclarece que "lavrador" naquela correspondia ao proprietário da terra, fosse ele fazendeiro ou sitiante.

A ocupação do núcleo ocorreu quase que de uma só vez até 1892, caso contrário, não teria acontecido a emancipação, mas sua urbanização ocorreu na medida em que havia necessidade de novas áreas para a expansão da cidade, que teve início pela Terceira Seção, conforme mostra o mapa de Ribeirão Preto em 1910, representado na Fig.21. Portanto, o fato de a área ter sido ocupada em 1892 não garantiu que fosse urbanizada nem inserida na malha urbana da cidade.

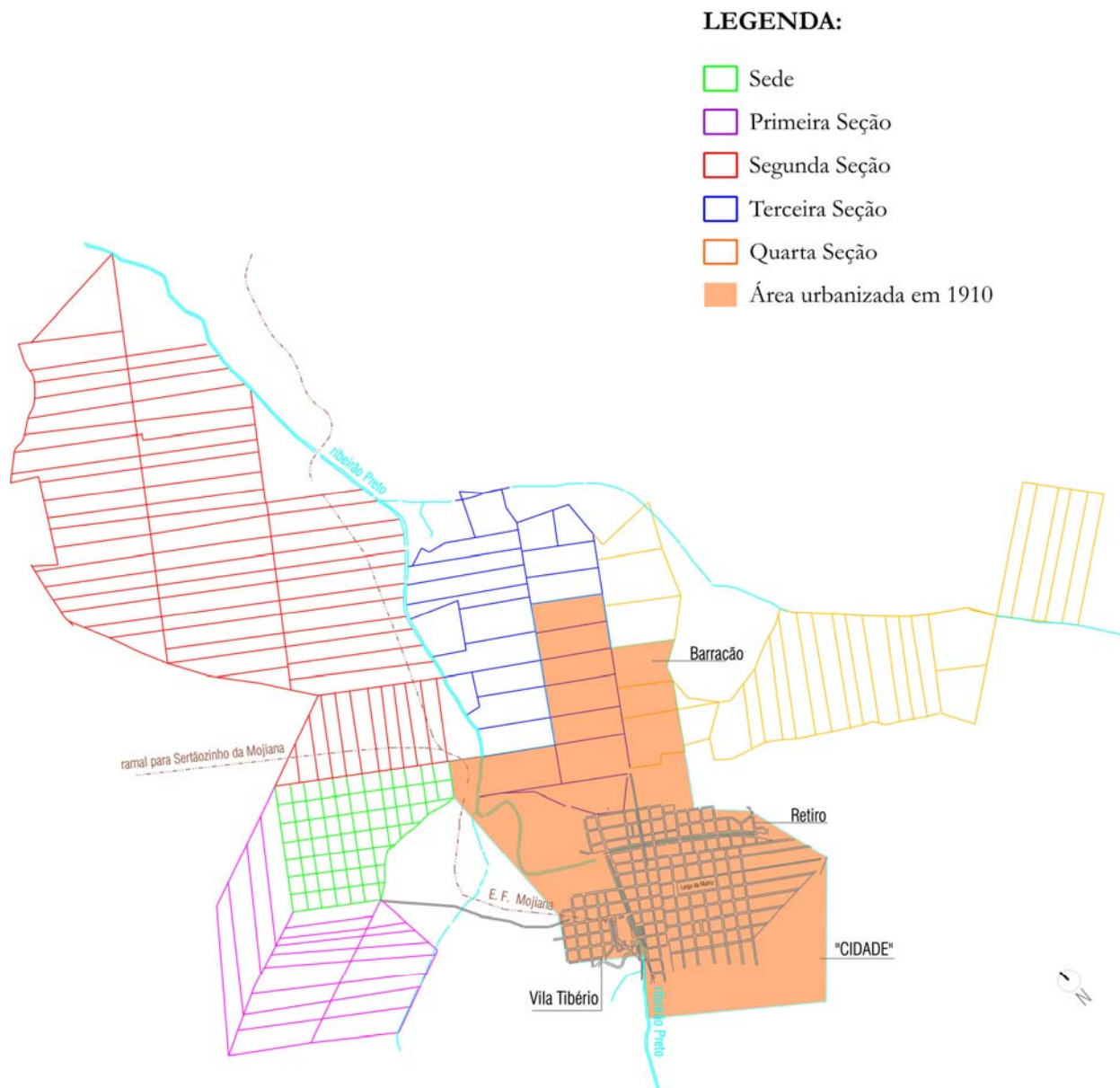


Fig.21: Mapa de Ribeirão Preto em 1910, onde já aparece o ramal para Sertãozinho cortando os lotes 0A ao 11 da Segunda Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado (Fonte: SILVA, 2002)

Era de interesse do governo que o núcleo fosse “emancipado”, o que acontecia quando a maioria dos colonos quitava sua dívida. Quando isso acontecia, o administrador se retirava e a área do núcleo passava a pertencer ao município, livrando o governo dos gastos com a administração, e ainda ressarcindo em parte o investimento aplicado. Por isso, em 1892, o Secretário da Agricultura diminuiu o preço dos lotes e facilitou a emancipação de muitos núcleos coloniais no Estado de São Paulo, entre eles, o Senador Antônio Prado²⁵. Entretanto, a questão da emancipação dos núcleos coloniais estava diretamente condicionada à possibilidade ou não da sobrevivência da pequena propriedade rural paulista, pois este fato implicava a perda do apoio financeiro e administrativo que o Estado oferecia aos colonos, que era o que diferenciava as propriedades oficiais daquelas pertencentes a pequenos fazendeiros e sitiantes independentes (GADELHA, 1982). Por isso, era tão importante a localização próxima ao centro urbano, para que o núcleo colonial se mantivesse através do fornecimento dos gêneros alimentícios produzidos para a cidade. Nesse ponto, o Núcleo Colonial Antônio Prado contou com dois fatores a seu favor: o primeiro foi a localização da Mojiana, que passava entre suas seções, através da qual os produtos eram distribuídos à região; e o segundo foi a localização próxima ao núcleo urbano principal, cuja aglomeração forneceu mão-de-obra tanto para o trabalho nas lavouras da região, como na indústria nascente da cidade.

Após a emancipação, começaram a acontecer as primeiras modificações no seu plano original: primeiramente, a Companhia Mojiana construiu o ramal para Sertãozinho, que foi inaugurado em 3 de agosto de 1899 (ZAMBONI, 1993), a partir de compra direta da Mojiana aos proprietários, conforme entrevistas realizadas com familiares. Esta modificação já aparece no mapa de Ribeirão Preto de 1910. Em 1911, mais quatro novos lotes foram anexados ao Núcleo, localizados externamente ao anel viário, no extremo norte da cidade, no limite com o Rio Pardo (onde atualmente funciona o Clube de Campo da Sociedade Recreativa de Esportes), já mostrado.

Conclui-se, portanto, que Ribeirão Preto começou a se desenvolver significativamente após a década de 1880, com a chegada do café, que foi responsável pela constituição de um complexo de atividades urbanas e serviços. Conseqüentemente, teve início em 1887 a expansão de sua malha urbana, que ocorreu na direção norte, com o Núcleo Colonial

²⁵ Decreto n.º 225.

Antônio Prado. Assim como os demais núcleos coloniais criados no país, tinha o objetivo de abastecer a cidade com gêneros de subsistência, podendo até mesmo fornecer eventual mão-de-obra à monocultura do café, mas neste caso serviu para esconder tudo o que a elite emergente desejavava afastar de seu convívio, conforme será discutido no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: Saneamento X isolamento: a “geografia social” da cidade

Este capítulo tem início com uma discussão sobre o urbanismo sanitário vigente no final do século XIX e dos Códigos de Posturas de Ribeirão Preto. Segue para a apresentação dos equipamentos “indesejáveis” que foram instalados no Núcleo colonial, externos aos limites do quadrilátero central (atual centro da cidade), durante a fase de saneamento e embelezamento, que aconteceu entre o final do século XIX e o início do século XX.

É mostrado como o bairro teve nesta época sua imagem estigmatizada perante o restante da cidade, a começar pela denominação pejorativa “colônia”, seguida de “Barracão”, devido à estação da Mojiana, que dividia a Segunda e a Terceira seções. Nas páginas policiais, os habitantes do núcleo eram identificados como “colonos”, ainda que não exercessem esta atividade, ou simplesmente “italianos”, sem identificação de nomes. Como resultado, seus moradores criaram para os bairros que do núcleo Antônio Prado tiveram origem, uma identidade própria – com suas representações em sociedades, clubes e associações, ou seja, criaram suas próprias estratégias de sobrevivência diante de uma sociedade que os desejava para o trabalho, mas os hostilizava para o convívio social.

A cidade configura-se então como um objeto privilegiado ou mesmo exclusivo de intervenção médica por reunir em sua desordem as causas de doença da população. A importância crescente da cidade, como centro de comércio e de produção econômica e como sede do dispositivo central de poder político que intervém em todos os níveis da vida social, implica a construção de um funcionamento ordenado dos núcleos urbanos, condição de possibilidade da transformação dos próprios indivíduos e materialização da exigência normatizadora da nova ordem social. Desde suas origens, a medicina social está ligada à idéia de que a cidade é causa de doença devido à desordem – intrinsecamente médica e social – que a caracteriza e ao projeto de prevenção constante contra o meio considerado hostil à saúde de seus habitantes. É assim que os médicos formulam uma verdadeira teoria da cidade, desenvolvendo em vários níveis uma reflexão sobre a morbidade urbana e explicitando a exigência de realização de condições de vida ideais que a tornem um poderoso instrumento de normatização da sociedade. Neste sentido, a medicina social é uma medicina essencialmente urbana. Embora seu projeto esteja restrito aos limites da cidade, dentro das fronteiras que ela se traça neste primeiro momento, a medicina em tudo intervém, penetrando em todos os recônditos. Nada do que é urbano lhe pode ser estranho, sob pena de sua intervenção se tornar precária ou ineficaz (MACHADO et al. apud JUNQUEIRA, 2004: 71).

Em seguida, apresenta a divisão de terras das primitivas chácaras e a consolidação da área como zona industrial da cidade, aproveitando a mão-de-obra imigrante e especializada que lá residia. É mostrado que as terras permaneceram em grande parte

entre as primitivas famílias e como os bairros dele originados foram sendo gradualmente inseridos na malha urbana da cidade, na medida em que esta se expandia.

3.1. O Urbanismo Sanitarista e os Códigos de Posturas de Ribeirão Preto

O urbanismo, tal como conhecemos, que se pretende uma ciência dos estabelecimentos humanos, nasceu em decorrência da Revolução Industrial. Esta, que começou na Inglaterra a partir do século XVIII, lançou toda uma população operária nas cidades, somada à grande massa de imigrantes que muitas delas receberam, e não estavam preparadas para acolhê-las, resultando na proliferação de cortiços e no amontoamento das famílias operárias em locais estreitos e sem conforto, quando não em solos insalubres. O “preço” do desconforto nas cidades era a baixa salubridade, afetando também as classes altas, as altas taxas de mortalidade e baixa esperança de vida e a proliferação de doenças, levando a prejuízos como perda de jornada de trabalho por doenças, despesas com viúvas e órfãos e degradação da família.

Entre 1830 e 1850, a urbanística moderna renovou-se nos estudos da experiência dos defeitos da cidade industrial, por mérito dos técnicos e dos higienistas que se esforçavam por remediá-los. A partir da Revolução de 1848, anunciada com o *Manifesto* de Marx e Engels, começou-se a debater sobre a necessidade de uma revisão ideológica e também uma reforma no ambiente urbano. Assim, os novos regimes autoritários começam a se empenhar em obras públicas, transformando o curso das cidades. Essas transformações acabaram por fazer a cultura urbanística perder sua carga ideológica, mas por outro lado adquiriu uma vasta experiência técnica (BENÉVOLO, 2001).

Segundo JUNQUEIRA (2004), existiam três explicações teóricas sobre a transmissão das doenças epidêmicas nesse período: a teoria miasmática, os contágios específicos e o contagionismo limitado, ou contingente, as quais foram explicadas por ROSEN *apud* JUNQUEIRA (1994:169):

teoria miasmática: os surtos epidêmicos de doenças infecciosas seriam causados pelo estado da atmosfera. Sustentava-se essa teoria, em geral, numa versão modificada, segundo a qual condições sanitárias ruins criavam um estado atmosférico local, que vinha a causar doenças (...) Em segundo, existia a visão de serem os contágios específicos as únicas causas de infecções e de doenças epidêmicas; essa era a posição contagiosas estrita (...) com a qual os sanitaristas, graças ao grande impacto das descobertas bacteriológicas do final do século passado, estão,

hoje em dia, mais familiarizados. A terceira posição era a dos empenhados em conciliar, ou ajustar, as teorias miasmáticas e contagionistas; podemos chamá-la de contagionismo limitado, ou contingente. Embora admitindo serem as doenças infecciosas devidas aos agentes contagiantes, específicos ou inespecíficos, os proponentes dessa visão sustentavam que esses últimos só poderiam agir em conjunção com outros elementos – como o estado da atmosfera, as condições do solo ou valores sociais.

A mais conhecida das três foi a “teoria miasmática” ou “medicina miasmática”, que referia-se à propagação de doenças por meio da circulação do ar e da água.

Era uma velha crença do século XVIII que o ar tinha uma influência direta sobre o organismo, por veicular miasmas ou porque as qualidades do ar frio, quente, seco ou úmido em demasia se comunicavam ao organismo ou, finalmente, porque se pensava que o ar agia diretamente por ação mecânica, pressão direta sobre o corpo. O ar era considerado um dos grandes fatores patógenos (FOCAULT, 1999:90).

TELAROLLI (1996) completa ainda que

(...) a participação dos miasmas no ciclo das doenças infecciosas era uma certeza há algum tempo. Emanações pestilenciais exaladas das matérias orgânicas em decomposição, presente no solo ou subsolo úmidos onde se reproduziam, os miasmas eram responsabilizados por doenças consideradas infecciosas, isoladamente ou associados aos micróbios (TELAROLLI, 1996:94).

Surgiram inúmeras publicações de pensadores da época, tentando explicar os males da indústria. Para eles, toda a cidade estava doente, e passou a ser vista como um câncer, um tecido patológico e doentio, e foi acusada de “corromper a raça humana, de destilar o vício e o crime”, como freqüentemente aparece descrito na literatura policial que surgiu na época. Quando o custo das doenças passou a ser enunciado em termos concretos, a saúde tornou-se um problema técnico.

Diante deste cenário, BEGUIN (1991) afirma que a cidade deixou de ser pensada esteticamente, por artistas e arquitetos, e passou a ser uma questão técnica, a ser tratada por engenheiros (estudos de insolação, ventilação, canalização de água etc.), sanitária, a ser tratada pelos médicos (que desenvolveram a teoria dos miasmas) e moral, estudada por sociólogos, mostrando que a degradação física dos espaços levava à degradação moral, e não o contrário.

As condições inadequadas e o congestionamento das habitações provocaram epidemias, que acabaram por precipitar reformas sanitárias. Higienistas e os reformadores sociais começavam a expor relatórios sobre os ambientes, com o objetivo de intervir e

modificar, por meio de providências técnicas e legislativas. Por isso, o urbanismo da época foi chamado de "sanitarista" (BENÉVOLO, 2001; FRAMPTON, 2000).

Vários planos de remodelação urbana foram executados a partir de então, visando preparar sobretudo cidades que concentravam um grande número de pessoas - como Paris, Viena, Barcelona, Nova Iorque, e aqui no Brasil, São Paulo, Santos e Rio de Janeiro - para a nova era industrial. O final do século presenciou mudanças radicais nos métodos de construção de cidades e nos meios de acesso urbano, que transformaram a cidade tradicional em uma metrópole em constante expansão, onde as moradias juntamente com o núcleo urbano passaram a se interligar por uma rede de transportes contínua (FRAMPTON, 2000). No Brasil, as duas últimas décadas do século XIX foram ainda impulsionadas pela expansão cafeeira, pela formação de mercado de trabalho livre e pela política imigratória.

Ribeirão Preto, que constituía um povoado ainda tímido, apesar de sua localização privilegiada no Estado, também assistiu ao início de sua modernização e expansão a partir da chegada da Mojiana em 1883 em função da expansão cafeeira. Até então, as modificações urbanas haviam acontecido lentamente, conforme o Quadro 9:

QUADRO 9 PRIMEIROS EQUIPAMENTOS URBANOS DE RIBEIRÃO PRETO

Data	Equipamento	Local
1868	Primeiro Cemitério Urbano	Praça XV, Quadrilátero Central
1870	Primeira Matriz	Quadrilátero Central
1874	Matadouro Público	Margem do Córrego do Retiro, Quadrilátero Central
1878	Segundo Cemitério Urbano	Imediações das ruas Lafaiete, Tibiriçá e Florêncio de Abreu, Quadrilátero Central
1883	Chegada da Companhia Mojiana e construção da estação provisória	Avenida Caramuru, à margem do ribeirão Preto

Fonte: APHRP

A partir daí, teve início uma série de obras de infra-estrutura, começando pela retificação dos primeiros trechos do Ribeirão Preto entre 1883 e 1884, permitindo a ampliação da área central com a construção de duas ruas (PINTO, 2000), canalização de água em 1897 e luz elétrica em 1899 (VALADÃO, 1998).

O urbanismo sanitaria pregava a implementação de soluções técnicas como a construção de vias diagonais para circulação dos ventos e obras de saneamento,

redefinindo os modos de apreensão do espaço urbano e do desenho urbano, com o desenho das curvas de nível, que facilitavam a drenagem natural. Cabia ao Estado reverter uma tendência patológica e moral, controlando os aparelhos de salubridade e de higiene para "domesticar" os efeitos e modificar assim as normas de funcionamento da casa. Entre esses aparelhos, estava a canalização de esgotos, a drenagem de água estagnada, responsável pela umidade das habitações, a distribuição da água pura a domicílio, a organização da evacuação das águas servidas, a limpeza das ruas e a coleta de lixo, garantindo assim, livre circulação da água, do ar e da luz.

Entre as soluções técnicas estava incluída a setorização dos equipamentos, de forma que na região central deveriam ficar apenas as residências; hospitais, cemitérios e tudo o que pudesse causar doenças, de acordo com a teoria dos miasmas, deveria ser afastado do contato com a população, bem como as fábricas e agentes poluentes (CORREIA, 1998). Este início de zoneamento levou à desigualdade no preço da terra e, portanto à política de exclusão, que visava expulsar focos de doenças – e também os pobres - do convívio com a burguesia. Aqueles que podiam pagar pela infra-estrutura e exigências construtivas ficavam na região central, privilegiada, servida de infra-estrutura e serviços urbanos. Os que não tinham condições, encontravam seu lote nas regiões periféricas, mais barato, junto às fábricas, cemitérios e todos os equipamentos que haviam sido afastados do contato com a população – do centro da cidade. Neste momento foi definida uma nova geografia nas cidades, social, e não mais espacial.

Para "organizar" o espaço da cidade industrial capitalista, foram criadas as instituições totais (asilos, manicômios, orfanatos, prisões, internatos etc.), excluindo da residência - que passou a ser unifamiliar e habitada pela família nuclear, composta apenas de pai, mãe e filhos - todos os que não faziam parte dela. O trabalhador, acostumado à rotina do campo, era tachado de "preguiçoso" e para ele foram criadas formas para sua "domesticação suave" (BEGUIN, 1991), ou seja, sem que ele percebesse que estava sendo manipulado visando o melhor rendimento. Entre essas estratégias de manipulação e vigilância, foi criado um novo papel para a mulher, que passou a "rainha do lar", além de ser divulgada a necessidade da casa limpa, associada aos seus moradores "com boa moral" atribuindo a degradação física à degradação moral. As vilas operárias e os núcleos fabris foram criados com o intuito de vigiar o trabalhador, controlando todas as suas atividades, desde a moradia até o lazer, e por isso tinham habitação, escolas, igrejas, salões de dança, artesanato, leitura, e até os primeiros times de futebol etc. Os novos estudos para o habitat não criavam novas formas ou estilos arquitetônicos, mas

projetavam casas bem ventiladas, seguindo uma nova divisão para a planta: quartos separados, inserção de cozinhas, banheiros etc. A nova função da arquitetura deixou de ser artística e passou a ser distributiva (separando cômodos por sexo e idade), prática (para possibilitar facilidade de limpeza, como pisos em materiais que facilitavam varredura) e climática, com a redefinição do projeto para captação de ar e luz, evitando cantos onde o ar circulasse mal. A nova arquitetura visava então a circulação dos fluidos e de pessoas (BEGUIN, 1991).

Seguindo o pensamento higienista e a necessidade de destruição dos miasmas (os quais se encontravam nas habitações coletivas e insalubres da classe trabalhadora) como forma de destruir os odores da corrupção moral, as cidades também passaram a elaborar os seus "Códigos de Posturas".

Da conservação do leito carroçável à pichação (ela já existia!) nos muros e paredes de taipa, da destruição dos edifícios ou das árvores à disciplina das horas, tudo era enquadrado numa série de disposições, estruturando formas de convívio, movimentos e comportamentos, que podem constituir o exercício de cidadania de cada um e de todos. Daí ser um espaço público e moral (LAPA: 1995:127).

Ribeirão Preto teve suas primeiras "Posturas Municipais" em 1889²⁶, com a maior parte das especificações referentes aos alinhamentos, dimensões e espaçamentos entre as construções. Embora rudimentar, o Código de Posturas foi rápido ao abordar os limites entre esta área e o núcleo urbano principal, começando a delinear os contornos da "geografia social" da cidade, que destinou a área do núcleo ao território da pobreza. Todo o Capítulo II, que versava sobre "asseio, segurança e comodidade pública", foi enfático ao proibir (sob pena de multa), a permanência de carroceiros no centro da cidade (Art.33). LAPA (1995) explica, no caso semelhante ao de Campinas, que procurava-se assim diferenciar o urbano do rural numa área – a dos transportes – em que aquela distinção era difícil, dado o predomínio maciço dos veículos urbanos a tração animal. O Capítulo III proibiu a instalação de fábricas e máquinas "dentro da povoação" (Art.54).

O Relatório do Secretário de Negócios do Interior, Vicente de Carvalho, ao governador do Estado no ano de 1892 propôs uma série de ações transformadoras, levando à criação do primeiro Código Sanitário Estadual, dois anos depois (TELAROLLI, 1996):

²⁶ Primeiro Código de Posturas de 03/08/1889, da Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Os serviços de saúde pública passaram por uma nova reforma (1892) sob o espírito centralizador do Estado nacional e desta vez os Estados da União assumiram a responsabilidade pelo controle das epidemias. Nesta época também, a teoria dos miasmas foi substituída pela compreensão bacteriológica da saúde e da doença, fato que determinará o modo como as epidemias serão abordadas. Extingue-se assim, a Inspectoria de Higiene após a organização do Serviço Sanitário do Estado, subordinado ao Secretário do Interior. As atribuições do Serviço Sanitário então organizado, não estavam restritas às ações sobre as epidemias, cabendo-lhe também a organização e prestação de socorros de assistência pública aos necessitados (SILVA, 1996 *apud* JUNQUEIRA, 2004).

Segundo RIBEIRO (1993), a habitação operária era considerada o “ponto vulnerável” do sistema de defesa da higiene urbana. Por isso, o processo de desodorização do espaço urbano procurava disciplinar o proletariado e controlar os atos do trabalhador. A noção de conforto passou a ser associada à de civilidade. Segundo a mesma autora, a comissão responsável por um dos primeiros inquéritos sobre habitações operárias e cortiços realizado em São Paulo no ano de 1893 afirmou que

de nada valia a melhoria do abastecimento de água, do serviço de esgoto, da drenagem do solo, da retificação dos rios, da limpeza das ruas e quintais, se a unidade urbana – a habitação, não fosse reformada (RIBEIRO: 1993: 132).

Para esta habitação estavam-se referindo àquela que

Acumula a classe pobre, a estalagem, onde pulula a população operária, o cortiço..., essas construções acanhadas, insalubres, repulsivas algumas, onde as forças vivas do trabalho se juntam em desmedida, fustigadas pela dificuldade de viver numa quase promiscuidade que a economia lhes impõe, mas que a higiene repele (RELATÓRIO da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Santa Ephigênia *apud* RIBEIRO: 1993:132).

Os relatórios apresentados à administração sanitária eram enfáticos ao associar a falta de higiene à falta de moral como inerente aos pobres:

São casas imundas o berço do vício e do crime. O socialismo destruído e pernicioso para o progresso de uma nação encontra nesses antros das grandes cidades uma atmosfera favorável para o seu engrandecimento. Os indivíduos que vivem na miséria e abrigados aos pares, em cubículos escuros e respirando gases mefíticos, que exalam de seus próprios corpos não asseados, perdem de uma vez os princípios da moral e atiram-se cegos ao crime e ao roubo de forma a perderem a liberdade ou ganharem por essa forma meios de se alimentarem ou dormirem melhor (relatório apresentado ao Sr. Presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Cesário Motta Júnior, em 28-3-1894 *apud* RAGO 1997:165).

Prosseguindo as atividades de combate às epidemias, foi criado em 1894 o primeiro Código Sanitário Estadual, o primeiro efetivamente implantado no período republicano.

Esta lei regulamentava ruas e praças, habitações, estabelecimentos comerciais, industriais e de serviço em geral, proibindo as habitações coletivas e obrigando que as existentes fossem eliminadas, assim como as casas subdivididas e as vilas operárias, estas sendo permitidas apenas para agrupamentos com, no máximo, seis moradias. Além disso, o governo estadual formou a Diretoria de Higiene, com poderes de polícia sanitária e inspeção, que intervinha diretamente nos projetos de saneamento.

Baseando-se na Lei Estadual, foi elaborado o segundo Código de Posturas Municipais, em 1902, com aplicações na construção dos edifícios, definindo dimensões internas, tipo de material, localização de equipamento e necessidade de áreas livres internas e outras medidas construtivas. Devido às inúmeras epidemias que assolavam a cidade, no ano seguinte ao segundo Código de Posturas Municipais, foi criada a Comissão Sanitária de Ribeirão Preto. Entretanto, a maior preocupação era com o embelezamento e saneamento da cidade, segundo demonstra o Art.30, no Capítulo II do Código de Posturas de 1902, ao determinar que a Câmara Municipal, pelos seus agentes, fiscalizaria toda a obra, construções e edificações que fossem dentro do perímetro da cidade, "tendo em vista velar pela fiel observância de quanto respeitar a higiene e segurança das obras ou edificações e ao embelezamento da cidade". Neste sentido, proibiu a construção de estalagens e cortiços e com esta atitude, proibiu-se claramente a presença de pobres dentro da área central, como observou RAGO (1997):

como parte desta política sanitária de purificação da cidade, a ação dos higienistas sociais incide também sobre a moradia dos pobres (...). Mas também a partir da intenção de demarcação precisa dos espaços de circulação dos diferentes grupos sociais (RAGO, 1997: 164).

Com a política sanitária de purificação das cidades, os médicos higienistas passaram a vistoriar a habitação e os bairros pobres, incentivando o asseio e impondo autoritariamente medidas higiênicas separando os corpos e eliminando favelas e cortiços. Encontraram barreiras dos proprietários das casas, dos liberais e dos conservadores. Segundo MACHADO et al. (1978),

A cidade configura-se então como objeto privilegiado ou mesmo exclusivo de intervenção médica por reunir em sua desordem as causas de doença da população. A importância crescente da cidade, como centro de comércio e de produção econômica e como sede do dispositivo central de poder político que intervém em todos os níveis da vida social, implica a construção de um funcionamento ordenado dos núcleos urbanos, condição de possibilidade da transformação dos próprios indivíduos e materialização da exigência normalizadora da nova ordem social. Desde suas origens, a medicina social está ligada à idéia de que a cidade é causa de doença devido à desordem – intrinsecamente médica e social – que a caracteriza

e ao projeto de prevenção constante contra o meio considerado hostil à saúde de seus habitantes. É assim que os médicos formulam uma verdadeira teoria da cidade, desenvolvendo em vários níveis uma reflexão sobre a morbidade urbana e explicitando a exigência de realização de condições de vida ideais que a tornem um poderoso instrumento de normalização da sociedade. Neste sentido, a medicina social é uma medicina essencialmente urbana. Embora seu projeto esteja restrito aos limites da cidade, dentro das fronteiras que ela se traça neste primeiro momento, a medicina em tudo intervém, penetrando em todos os recônditos. Nada do que é urbano lhe pode ser estranho, sob pena de sua intervenção se tornar precária ou ineficaz (MACHADO et al. 197:260).

O Estado de São Paulo financiava a imigração a um elevado custo, e perdia anualmente trabalhadores e recursos aplicados na vinda desta mão-de-obra em virtude de inúmeras doenças, sobretudo a tuberculose. Além disso, a tuberculose se espalhou pelas camadas pobres da população e chegou aos lares da classe dominante por meio de seus criados domésticos, que escondiam a doença com medo da perda do emprego. Este problema levou a campanhas antituberculose movidas sobretudo por senhoras da sociedade que promoviam chás, quermesses, bailes e outras formas de lazer próprias de sua classe para angariar fundos para os tuberculosos (RIBEIRO, 1993).

A essência da política de imigração foi criar uma oferta de trabalhadores superior às necessidades da lavoura, de modo a aumentar a concorrência entre os trabalhadores e, conseqüentemente, manter a taxa salarial baixa. Essa política, entretanto, não resultou apenas em salários baixos, mas também em uma forte expansão demográfica que trouxe vários problemas sociais, os quais passam a exigir uma intervenção do Estado, por meio de instituições voltadas para atender ao fluxo contínuo de estrangeiros, à crescente aglomeração urbana, a falta de moradia, à insalubridade, à higiene pública e às epidemias (RIBEIRO, 1993:19).

Assolado por enchentes e epidemias, assim como as demais cidades do interior, em 1896, foi estabelecido em Ribeirão Preto o Serviço de Higiene e Desinfecção, tendo como anexos o Serviço de Limpeza Pública e o Serviço de Arborização de Ruas, seguido de diversas outras melhorias urbanas – localizadas apenas no Quadrilátero Central - mostrados no Quadro 10 a seguir:

QUADRO 10
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA REALIZADAS EM RIBEIRÃO PRETO A PARTIR DA DÉCADA DE 1880

Data	Obra	Local
1883	Retificação dos primeiros trechos do Ribeirão Preto	Quadrilátero Central
1887	Primeira expansão urbana para além do Quadrilátero Central	Núcleo Colonial Antônio Prado, na Zona Norte
1889	Início do calçamento das ruas com macadame ²⁷	Quadrilátero Central
1890	Demarcação do Largo da Matriz	Quadrilátero Central
1893	Emancipação do Núcleo Colonial Antônio Prado	Núcleo Colonial Antônio Prado, na Zona Norte
1896	Criação do 3º Distrito Urbano ²⁸	Parte da Terceira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado
1896	Serviço de Higiene e Desinfecção (anexos criados: Serviço de Limpeza Pública e Serviço de Arborização de Ruas)	Quadrilátero Central
1897	Canalização de água	Quadrilátero Central
1899	Luz elétrica	Quadrilátero Central
1899	Ramal da Mojiana para Sertãozinho	Segunda Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado
1903	Rede de água e esgoto – Empresa de Aguas e Exgottos e Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto	Quadrilátero Central
1915	Início do calçamento das ruas com paralelepípedos	Quadrilátero Central
1923	Ramal da estrada de Ferro São Paulo-Minas	Terceira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado

Fonte: APHRP

A fim de melhorar os passeios, em 1889 teve início o processo de calçamento das ruas em diversas etapas, sendo feitas com macadame até a segunda metade da década de 1910 e daí em diante, com paralelepípedos (PINTO, 2000).

Segundo pronunciamento do Prefeito Joaquim Macedo Bittencourt em 1915,

a macadamização foi o processo adoptado pelas administrações passadas para a pavimentação da cidade. Com excepção de um trecho da Rua General Ozório, calçado a paralelepipedos, todas as outras ruas ou tinham macadam, ou não tinham calçamento algum. Estas eram e são ainda, em grande numero, porque, depois do contrato assignado pela Câmara para a pavimentação do perímetro central da cidade, muitos annos se passaram sem que se tratasse de prolongar esse melhoramento, apezar de ter a cidade augmentado muito e multiplicado as suas construcções. Quando tomamos posse dos nossos cargos havia muitas ruas já inteiramente edificadas cujos moradores reclamavam insistentemente um calçamento que os levasse do pó e da lama que nellas se formavam, e para attendelos, foram algumas delas, em pequeno numero, macadamizadas, porque só havendo pedra-ferro no município, não se encontrava quem com ella quizesse fazer paralelepipedos e o

²⁷ Macadame é um tipo de pavimento para pistas de rodagem desenvolvido pelo engenheiro escocês Mc Adam (o nome do processo é uma homenagem ao seu criador), e consiste do assentamento de três camadas de pedra colocadas numa fundação com valas laterais para drenagem da água da chuva.

²⁸ Através da Lei n.23, de 18/01/1897 foi criado o Distrito do Barracão (atual Campos Elíseos), segundo o Informativo de Walter Andreoli - Chefe do Setor Legislativo, para a ACI Ribeirão em 4 de março de 1988.

elevado frete da estrada de ferro impedia que se mandasse buscar em outras localidades (FARIA, 2006:40).

No ano de 1903, uma epidemia de febre amarela assolou a cidade, após ter afetado gravemente a vizinha São Simão. Segundo RIBEIRO (1993), enquanto ocorria a epidemia naquela cidade, a Câmara Municipal de Ribeirão Preto pediu ao Serviço Sanitário que fizesse desinfecções nas bagagens e nas pessoas que fugiam a pé para Ribeirão Preto, pois o controle era feito apenas entre aqueles que deixavam São Simão de trem.

RIBEIRO (1993) narrou detalhadamente o caso da epidemia em Ribeirão Preto, afirmando que a rede de esgoto servia apenas a parte alta da cidade, sendo que os casos de febre amarela se iniciaram pela zona baixa, próxima da estrada de ferro e dos córregos (Retiro e Ribeirão Preto, que separavam o centro do Núcleo Colonia Antônio Prado). A autora afirmou que foram registrados 810 casos de febre amarela na cidade, com 254 mortes, constituindo metade dos 514 óbitos registrados no Estado de São Paulo neste ano de epidemia. Em decorrência deste fato, começaram a ser adotadas medidas de combate ao mosquito na cidade, sobretudo nas zonas baixas, e uma Comissão Sanitária permanente foi estabelecida em Ribeirão Preto.

A cidade foi dividida em três distritos, cada qual com um inspetor sanitário responsável pela inspeção dos domicílios, fiscalização da impeza, remoção de tinas, de garrafas ou qualquer outro receptáculo que pudesse servir de viveiro do *stegomya fasciata*. No centro da cidade, não se encontrava grande quantidade de tinas ou pipas. As cisternas foram eliminadas. Nos arrabaldes, o controle era mais difícil, já que ainda não havia água canalizada. Em cada casa havia uma cisterna. O policiamento sanitário não encontrou, nem entre as melhores casas, nenhuma consonância com o regulamento sanitário. No 3º. Distrito, o mais populoso e pobre, havia 849 casas, das quais 360 tiveram seus proprietários intimados para fazerem reformas e outras 21 foram interditadas (RIBEIRO, 1993: 83).

O 3º Distrito a que se refere RIBEIRO era formado pelo Barracão, bairro surgido da Sede, Primeira e Segunda Seções do Núcleo Colonial Antônio Prado, cujo limite com a parte central da cidade era feito justamente pelos córregos.

Em complementação ao serviço de saneamento em função da epidemia de febre amarela, neste mesmo ano, foram iniciadas as obras de instalação de água e esgoto, por meio do contrato entre a Prefeitura e Flávio Uchôa, que era proprietário da *Empresa de Aguas e Exgottos* e também da *Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto*. Atento às possibilidades de lucro que este município em constante desenvolvimento prometia e demonstrando espírito empreendedor, o engenheiro Flávio de Mendonça Uchôa, fazendeiro em Guatapar, tornou-se também industrial e produtor de energia elétrica

(GUIÃO, 1923). Segundo RIBEIRO (1993), em 1905 a cidade já apresentava significativa melhora nas condições sanitárias, sobretudo com o controle da febre amarela.

Entretanto, *as cisternas continuavam, também devido ao insuficiente abastecimento de água. Mesmo com o contrato entre a Prefeitura e a Empresa de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto (...) o problema permanecia para as casas dos arrabaldes do Barracão, Vila Tibério e Morro do Cipó (RIBEIRO: 1993: 84)*”. Além disso, no ano de 1904 Ribeirão Preto constituiu a principal zona do Estado assolada por outra doença: o tracoma²⁹. A doença afetou principalmente a zona rural, devido à falta de cuidado médico e das más condições de higiene nas casas dos colonos nas fazendas, e se espalhou por todas as zonas agrícolas da região. A epidemia foi tamanha que só se igualou ao descaso com que foi tratada pelo poder público na época. Ainda em 1911, o Regulamento Sanitário do Estado ressuscitou a Comissão do tracoma, como seção específica do Serviço Sanitário estadual, estabelecendo postos de atendimento na Capital, em São Carlos e em Ribeirão Preto e destinando quase 10% da verba da saúde para o tratamento desta doença até 1914.

O projeto urbanístico municipal visava a construção de uma nova imagem pública para a cidade; a de um ambiente limpo e ordenado que correspondesse à respeitabilidade burguesa com a qual a elite cafeeira se identificava. O urbanismo sanitário tinha relação direta com o rendimento do trabalhador, como afirma CORREIA (1998). A elite se preocupou em “domesticar” a classe trabalhadora e impedir o alastramento de epidemias entre as cidades – que causavam enormes prejuízos, e cuja proliferação era atribuída aos pobres – através de exigências arquitetônicas. Por isso, o tema do saneamento foi tratado naquele tempo com muito mais cuidado pelo governo do Estado.

ROLNIK (1997) explica que o chamado “modelo higiênico de habitação” consistia da casa unifamiliar isolada em grande terreno e separada da rua e dos vizinhos. E

²⁹ Segundo o Ministério da Saúde, o tracoma é uma afecção inflamatória crônica ocular que produz uma ceratoconjuntivite crônica que, em decorrência de infecções repetidas, pode produzir a formação de cicatrizes e lesões que provocam o atrito da pálpebra com a córnea, podendo ocasionar a cegueira. A transmissão é feita através do contato direto com as mãos contaminadas com secreção ocular, ou contato indireto através de objetos contaminados e os fatores de risco associados à sua ocorrência são as baixas condições sócio-econômicas e ambientais, sendo que as correntes migratórias têm importante papel na disseminação da doença (Fonte: www.portaldasaude.gov.br).

a chave da eficácia em demarcar um território social preciso reside evidentemente no preço. Lotes grandes, grandes recuos, nenhuma coabitação é fórmula para quem pode pagar. A lei, ao definir que num determinado espaço pode ocorrer somente um certo padrão, opera o milagre de desenhar uma muralha invisível e, ao mesmo tempo, criar uma mercadoria exclusiva no mercado de terras e imóveis (ROLNIK, 1997:47).

As primeiras atividades administrativas desenvolvidas pela Câmara de Ribeirão Preto eram referentes ao ordenamento espacial urbano: foi nomeada uma comissão de "obras públicas" e criados os já citados Códigos de Posturas Municipais (VALADÃO, 1998). Seguindo as construções voltadas para a administração pública, foram então construídas as primeiras instituições penais da cidade no núcleo urbano principal: a Casa de Câmara e Cadeia, em 1890 que passou a arcar com a responsabilidade da constituição do patrimônio público, bem como sua guarda e fiscalização e, em 1904, o Fórum e Cadeia (TICLI, 2000).



Fig. 22: Fórum e Cadeia (Fonte: APHRP).

Com o tecido urbano se expandindo para além do limite inicial, esta porção da cidade passou a constituir a área nobre, onde famílias de fazendeiros e comerciantes enriquecidos com a produção de café passaram a instalar suas residências. Devido à distância de Ribeirão Preto da Capital, a elite cafeeira preferiu estabelecer residência próxima às suas fazendas, colaborando para a circulação de capital dentro da cidade.



Fig. 23: Residência do Coronel Francisco Maximiano Junqueira, que se encontrava localizada em frente ao Largo da Matriz, atual Praça XV de Novembro (Fonte: APHRP).

A nova elite que passou a habitar a região central deu início a uma movimentação cultural na cidade, tanto que em 1897 foi construído o Teatro Carlos Gomes, nas imediações do Largo da Matriz. Segundo LANNA (1996), memorialistas e viajantes destacavam o surgimento de uma vida noturna, de teatros, restaurantes e hotéis com o intuito de indicar as mudanças na vida urbana e a ruptura com o passado colonial.

Deve-se ressaltar neste momento o importante papel que os imigrantes italianos tiveram na divulgação dos hábitos e costumes da cultura européia, pois eles faziam a ponte de ligação com a Europa. FELDMAN-BIANCO *apud* JUNQUEIRA (1998) aponta como provável característica comum dos enclaves imigrantes em qualquer parte do mundo “*a contínua incorporação do passado do país de origem no presente do país de acolhimento, sendo que a cultura tem papel preponderante* (JUNQUEIRA, 1998: 148)”.

De acordo com a importância que Ribeirão Preto passou a exercer gradativamente na região, a nova burguesia verificou que a pequena Igreja Matriz não correspondia ao novo momento econômico. Assim, em 1904 a velha Matriz foi demolida, para então ser construída a Catedral Metropolitana em um ponto mais alto, juntamente com o Palácio Episcopal, que foi inaugurado em 1911. Seis anos depois a Catedral ficou pronta.

Segundo LANNA (1996: 88), as demolições e reconstruções iam instituindo “*novas memórias e marcos de referência, elegendo heróis e instaurando formas de viver*”. Com

justificativa de modernização, facilidade de fluxos e ampliação dos espaços, todo o passado escravista era demolido, e juntamente os novos habitantes eram desalojados e rearranjados.

No artigo publicado pelo Jornal Diário da Manhã de seis de junho de 1907, intitulado "Prédios Velhos", fica evidente a preocupação com a qualidade técnica e estética das edificações, e da associação dos edifícios antigos e destoantes da nova paisagem que se construía com a sujeira, fazendo parte da higienização da cidade a destruição daquela arquitetura.

Por entre as bellas que já se destacam do conjunto imponente que apresenta o aspecto geral da cidade, notam-se às vezes, aqui e alí, como manchas encardidas de cousas velhas e archaicas, algumas casinhas a enfiarem o bello panorama. Não se poderia desmanchar essas velharias sujas para limpar a cidade, ao menos nas ruas centrais? As vezes entre cosas de bonita architectura, pintadas de novo, numa limpeza de encantar, o olhar do curioso sente-se de repente ferido pela ruína nauseante de um casebre sujo, sem colíça pelas paredes, sem tinta pelas portaladas denotando na geringonça desarticulada de suas juntas um espécie de andaime perigoso amarrado aos flancos dos bons prédios. É preciso uma reforma nesse sentido, reforma que renderá não só benefícios da esthética, mas também da Hygiene.

Diversas edições exclusivas sobre a cidade no exterior foram produzidas, tanto para a propaganda do café quanto para atrair imigrantes. A revista Brazil Magazine, que trazia artigos escritos em português e francês, anunciou, em texto de 1911 intitulado "Le Pays Du Café" a imagem de uma cidade totalmente saneada e embelezada, ignorando o fato de ter colocado seus problemas urbanos na área do Núcleo Colonial Antônio Prado:

Cortada de bellas ruas, e largas avenidas, calçadas e betumadas, bordadas de construcções particulares e estabelecimentos de commercio, fortemente illuminada a electricidade e com abundante serviço de agua potavel, Ribeirão - Preto é um grande centro urbano, beneficiando de todo o confortável material da vida e de todos os praseres da civilisação moderna (...) D'entre as construcções officiaes se destacam a Camara Municipal, o mercado público, a bibliotheca, o admiravel grupo escolar que se impoem pela sua bellesa architectural e o moderno hospital de isolamento que com outros postos do serviço de hygiene attestam as previdentes disposições officiaes pela salubridade publica.

Dois anos depois, o Almanach Illustrado ressalta a localização da cervejaria e da estação ao lado da cidade", ou seja,

O commercio tem um desenvolvimento completo e supre a vida social em todas as exigencias do viver moderno. Estabelecimentos bancarios importantes, fasem quotidianamente grandes movimentos de dinheiro(...). Ao lado da cidade e junto da estação da estrada de ferro, um bello e novo edificio chama a attenção dos viajantes. É a fábrica de

cerveja da Anctartica Paulista, a poderosa brasseria de São-Paulo que não satisfeita com os dous estabelecimentos modelos que possui na capital, acaba de abrir esta importante succursal em Ribeirão-Preto.

Em 1921, um novo Código de Posturas foi aprovado e por meio de 429 artigos, apresentou um detalhado conjunto de normas referentes aos arrumamentos e às edificações, com especificações sobre dimensões, materiais, aberturas e recuos para manter a higiene das habitações, dos estabelecimentos comerciais, ruas e praças, higiene da alimentação comercializada sob todas as formas, manutenção de matadouro, cocheiras e estábulos com atenção especial à precaução de moléstias transmissíveis – abrangendo formas de vacinação e formas de enterramentos. O código também versava sobre licenças para comércios, indústrias e profissões, desde a construção dos edifícios, aferições de pesos e medidas, até a forma de pagamentos dos impostos; cuidava da segurança pública, incluindo penalidades para qualquer tipo de obstrução da passagem de veículos e pedestres, cuidados com animais de carga, transportes de materiais perigosos, inspeção de estradas e caminhos e, visando a manutenção da ordem pública, normatizava costumes e divertimentos públicos, incluindo armas e jogos.

O Código de Posturas de 1921 claramente se preocupou com a manutenção da higiene e da salubridade, em função das diversas epidemias que assolaram a cidade devido às más condições de habitação. Quatro anos depois, houve uma verdadeira reforma sanitária no Estado, conhecida como reforma Paula Souza (devido ao secretário Dr. Geraldo Horácio Paula Souza), cuja política de saúde ganhou uma nova concepção, com o ponto central na educação sanitária do indivíduo. Assim o eixo dessa nova orientação se deslocou do policiamento para a educação e as ações sanitárias foram transferidas da população em geral para o indivíduo em particular.

Com isso, na prática sanitária, o policial as coisas – habitação, água, esgoto e lixo – o vigiar a cidade ganhava um novo aliado – a persuasão do indivíduo, o uso das palavras para forjar no indivíduo a consciência sanitária, a prática sanitária definiu-se como policial e persuadir (...). A política de saúde definida na reforma sanitária de 1925 aparece como extremamente humanitária e é, sem dúvida, uma atitude humanitária a nova personagem da saúde pública – a educadora sanitária – ministrar aulas sobre a dieta racional a uma população de famintos. Criar homens pobres e dependentes e depois oferecer auxílios responsabilizando-os por seus vícios pouco higiênicos – cortiços promíscuos, mal-cheirosos, sujos – responsabilizando-os por sua ignorância dos preceitos da vida saudável ... parece ser uma atitude humanitária... (RIBEIRO: 1993: 246; 270)

Durante as três primeiras décadas do século XX, novas arquiteturas embelezaram a cidade, marcando a onda de prosperidade iniciada pelo café. Pode-se afirmar que a "belle

época” ribeirãopretana não terminou com a Primeira Guerra, e teve fim apenas com o crack da Bolsa de Valores de Nova Iorque de 1929. Mesmo assim, em plena crise, foi inaugurado o edifício que tornou-se o grande símbolo do poder que esta economia representou para Ribeirão Preto: o Teatro Pedro II, construído em frente ao Largo da Matriz, que por sua vez, se transformou em uma praça com jardins e um coreto, abrigando o Palacete Inecchi, a Sociedade Recreativa de Esportes, o solar do Coronel Francisco Junqueira, entre outros.

Pelo Relatório apresentado em sessão da Câmara Municipal, em 15 de janeiro de 1926, pelo Prefeito João Rodrigues Guião, no exercício de 1925, “o programa administrativo que tinhamos em vista realizar no desempenho de nossos deveres de representantes do povo de Ribeirão Preto (...) nos seus pontos fundamentaes, podia ser symbolizado em duas expressões: limpeza e embelezamento da cidade”.

Portanto, conforme demonstram relatórios municipais até esta data, a substituição das construções antigas e precárias por novos modelos ecléticos perdurou até o final da década de 1920, também pela falta de recursos dos moradores que ainda habitavam edifícios irregulares, ou sem as qualidades técnicas e estéticas exigidas pela Prefeitura. Juntamente com os edifícios ecléticos, as praças e jardins públicos projetados em desenhos ortogonais e amplamente retratados pelos renomados fotógrafos da época, no mais disciplinado padrão social burguês, tornaram-se cenário idealizado pela burguesia para sua ação cotidiana, associada ao progresso municipal como representação de sua ação, vindo a “coroar” a segregação social, que estabeleceu lugares apropriados em função do grupo social a que se pertencia, conforme ilustra a Fig. 24:



Fig. 24: Foto panorâmica na Praça Carlos Gomes e Praça XV de Novembro (Fonte: Studio Zerbetto, 1930)

Como o Código de Posturas de 1921 da cidade não especificava nada sobre a destinação de áreas verdes nos loteamentos, e o de 1889 apenas avisava que a arborização das ruas e praças eram necessidades que a Câmara atenderia “na medida de seus recursos”. Mas os recursos eram empregados apenas na área central, conforme mostra a Fig. 25:

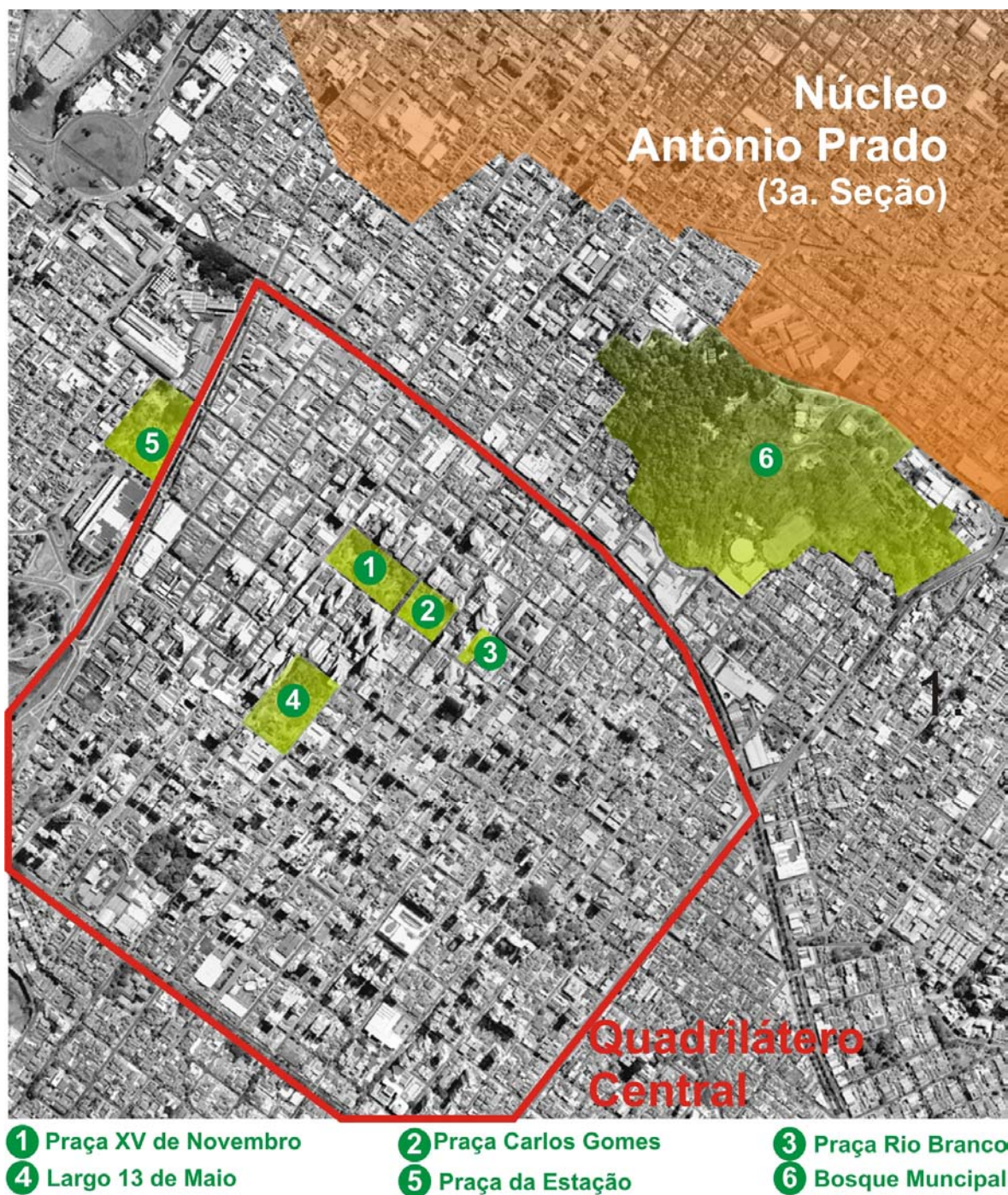


Fig. 25: Jardins e praças existentes em Ribeirão Preto até 1920 (Foto: SPGA)

O Barracão foi sendo ocupado progressivamente, sem que houvesse preocupação com o bem estar de sua população (enquanto para o setor sul eram projetados loteamentos com amplas áreas verdes e de recreação). Esta questão já havia sido prevista pelo Engenheiro da Prefeitura, Antônio Soares Romeu, em uma carta enviada ao Prefeito Municipal em 1928:

Cumpre-se notar que em toda esta zona (chamada Barracão) não existe uma só praça, isto em uma extensão de cerca de 70 alqueires. Atualmente, esta falta de praças não oferece inconvenientes, porquanto as edificações são ali esparsas; para o futuro, entretanto, esta ausência de praças constituirá uma grande lacuna. Conveniente seria, pois, que a Câmara legislasse, em face da planta que é a imagem da cidade, para prever desde já estes inconvenientes (Fonte: APHRP).

O Barracão contava apenas com o Bosque Municipal, que havia sido formado em 1907 a partir da Chácara Olímpia (que faz limite com o Retiro) e, em 1936, foi construída a Praça Santo Antônio, localizada em frente à igreja de mesmo nome, conforme mostra a Fig. 26:



Fig. 26: localização do Bosque Municipal e Praça Santo Antônio nos dias atuais (Foto: Myisaka).

Segundo FARIA (2006), entre a fábrica e a cidade, o limite da natureza definido pelo Ribeirão Preto e o limite da técnica representado pela estrada de ferro, definiam uma incompatibilidade física e social entre a cidade rica e salubre da cidade pobre e suja, embora fosse nesta segunda que residia grande parte dos trabalhadores.

Uma “metrópole moderna e progressista”, como bem anunciavam os almanaques que faziam propaganda de Ribeirão Preto ao exterior, era restrita à burguesia local e

construiu ao longo dos anos, uma cidade para poucos. Restringindo aos excluídos as submoradias e tudo aquilo que era indesejável, inviabilizou o convívio social no espaço público pela inexistência de lugares próprios a essa prática, como as praças ajardinadas na área central da cidade tendo o urbanismo como aliado na manutenção dessa lógica, começando pelas Posturas Municipais.

No discurso dos higienistas, dos industriais ou ainda dos literários, a representação imaginária do pobre estrutura-se em função da imundície. O pobre é o outro da burguesia: ele simboliza tudo o que ela rejeita em seu universo. É feio, animalesco, fedido, rude, selvagem, ignorante, bruto, cheio de superstições. Nele a classe dominante projeta seus dejetos psicológicos; ele representa seu lado negativo, sua sombra. Como Parent-Duchâtelet ou os médicos brasileiros, Aluísio Azevedo sente náuseas com o cheiro repugnante do povo amontoado nos cortiços, gerados espontaneamente como vermes (RAGO,1997, p. 175).

Segundo TOPALOV (1996), era utilizada a categoria "classe perigosa" para os habitantes dos bairros operários das grandes cidades no século XIX. A representação imaginária do pobre justificava, portanto, a aplicação de uma política totalitária, que lhe ensinaria hábitos racionais para comer, morar, divertir-se.

Entretanto, por mais "civilizado" que o "outro" se transformasse, ele ainda estaria ali, no contato com a burguesia. Assim, o Núcleo Colonial Antônio Prado veio resolver a mais delicada questão: afastou de vez a classe operária, juntamente com toda a população pobre e o imigrante, todos aqueles a quem a burguesia não se reconhecia. Por isso, foi bem-vindo. Após instalado, foi hostilizado.

3.2. A configuração do território de pobreza

A presença incômoda dos não-visíveis, i.e., dos que tiveram que ser invisibilizados, leva à abrangência das normas dos visíveis. É claro que o barão não irá ao mercado, mandará seus escravos e serviçais, pois ali é um antro reservado aos indesejáveis. Mas o barão vai à missa e ao teatro, onde, na saída pode deparar-se com mendigos e leilões de escravos que lhe constroem e à sua família e que por isso precisam ser afastados (LAPA, 1995, p.126).

A República havia "igualado" a população, que agora se encontrava na cidade e para tanto, era necessária a construção, naquele momento, de "símbolos de distinção" entre as pessoas, pois o projeto político e social da época – que visava a exclusão das classes pobres e de reorganização das relações de poder e dominação – deu-se justamente no

momento da construção e expansão da cidadania (BRESCIANI, 2003; TELLES, 2001 *apud* SOUSA, 2006). Esses símbolos de distinção se tornaram possíveis a partir das primeiras leis urbanísticas, referentes às reformas sanitárias e desapropriações, que diferenciaram os bairros de acordo com a disponibilidade de infra-estrutura – substituindo a anterior diferenciação a partir da localização geográfica.

Neste sentido, conforme explica Robert Pechman, “o urbanismo se legitimou como saber sobre a cidade, como saber técnico-científico, independentemente de fazer vir à tona a questão da cidadania e do direito à cidade” (PECHMAN, 2002: 408). Formou-se no Brasil “um urbanismo disciplinador, normatizador, regulamentador, que faz cidades, mas não faz cidadãos” (PECHMAN, 2002:409).

Homens e mulheres pobres em geral, ex-escravos, imigrantes (principalmente italianos pobres de origem rural) circulavam todos – naquele momento – nas ruas junto com as elites que começaram a construir seus sobrados e casarões, e a transferirem suas moradias para a cidade. Nesse sentido, a reordenação do espaço seria uma forma de resolver o “problema” da convivência entre pessoas teoricamente livres e iguais, mas socialmente diferentes (SOUSA, 2006, p.9).

Assim, o isolamento dos moradores do Núcleo Colonial Antônio Prado, que veio a constituir a zona norte pobre da cidade, não se deu unicamente devido à divisão física imposta pelo Ribeirão Preto ou pela Estrada de Ferro, mas estes limites sempre serviram como justificativa para a exclusão a que lhes foi imposta.

Desenhou-se, então, o fundamento de uma geografia social da cidade, que perdura até os dias atuais, da qual não se consegue mais escapar: o vetor de expansão sul, partindo do “quadrilátero central”, nas proximidades com a Avenida Nove de Julho e Independência, configurando a centralidade da elite, concentrando valores imobiliários altos, habitações luxuosas, alto consumo e mais investimentos públicos; no sentido oposto, a partir da chamada “baixada” formada pelo encontro do Ribeirão Preto e Retiro, na proximidade com as avenidas Jerônimo Gonçalves e Francisco Junqueira, onde se encontram os edifícios decadentes da área central, foi delimitado o território da pobreza. Esta se estende para o outro lado da Avenida Francisco Junqueira, seguindo por toda a Via Norte, entre os bairros que tiveram origem do Núcleo Colonial Antônio Prado. Excetuam-se apenas os bairros originados da Quarta Seção, que se encontra na zona leste e, portanto, constitui área de concentração da classe média atual de Ribeirão Preto (SILVA, 2002).

A parcela da população que não tinha recursos para adquirir uma casa “higiênica”, partia à procura de terrenos de acordo com seu poder aquisitivo, que encontraria no Núcleo Colonial Antônio Prado, ou seja, fora da área urbana.

Os condicionantes físicos naturais e artificiais – os trilhos da Mojiana, o Ribeirão Preto, a estrada para Batatais e o córrego Retiro Saudoso - foram secundários quando comparados à segregação imposta pela legislação urbana local, a começar pela localização em sua área dos equipamentos de saúde e fábricas que deveriam, em princípio, ser afastados do contato com a população. Além disso, apesar da quantidade de pessoas que ocupavam os lotes inicialmente como chácaras, a infra-estrutura urbana nunca alcançou devidamente todas as suas seções. Ambos os fatores contribuíram para a não-valorização daquelas terras tão logo entraram para o mercado imobiliário.

Além de obras de embelezamento, deveriam ser “afastados” do contato com a população – entende-se da elite - todos os possíveis agentes de contaminação. O primeiro passo foi a remoção do Cemitério que se encontrava na atual Praça Sete de Setembro desde 1888 e, portanto, zona privilegiada da cidade. A área escolhida para a instalação do novo Cemitério Municipal, que viria a se chamar Cemitério da Saudade, foi a do Núcleo Colonial Antônio Prado, que constituía a “cidade invisível”, segundo LAPA (1995):

A perversa contradição é que não dava para viver sem essa gente, isso é, o próprio sistema os produzia e deles se aproveitava de alguma maneira – indigentes ou criminosos, estropiados e leprosos, prostitutas ou bandidos, vivos ou mortos. Então, se não era possível eliminá-los, como hoje em dia parece ser para muitos o caminho mais fácil..., que fossem invisibilizados, remetidos para a cidade invisível, que se contrapunha à cidade visível, bem-comportada e saudável que se pretendia (LAPA, 1995, p.325).

Como em 1893 o Núcleo já estava emancipado e sua área incorporada à do Município, suas terras já podiam ser livremente comercializadas sem a intervenção do Estado, sob domínio privado. Deste momento em diante, a distinção antes existente entre lotes urbanos e rurais desapareceu, pois o valor da terra passou a ser determinado pelo mercado imobiliário. Sendo assim, o novo Cemitério Municipal, que viria a se chamar Cemitério da Saudade, ocupou o lote de número 16 da Terceira Seção. Este constituiu, portanto, o primeiro cemitério localizado fora dos limites do Patrimônio da Fábrica da Matriz. Até o ano de 1930, o Cemitério da Saudade possuía 16 quadras, sofrendo as primeiras reformas entre 1930 e 1935, quando foi construído o necrotério por Pedro Giroto, já apresentado anteriormente. Além do necrotério, foi construída a capela por Antônio Terreri, pertencente a outra conhecida família de construtores da área em questão, e o portão monumental por Alexandre Setti. Os três projetos foram do então engenheiro da Prefeitura Cícero Martins Brandão (REGISTRO, 1994).



Fig.27: Cemitério da Saudade atualmente (Foto: Miyasaka).

Atualmente, este constitui o maior e mais antigo cemitério da cidade, onde se destaca um importante conjunto de arte tumular executado pelos marmoristas e escultores, quase todos imigrantes italianos. Nesse cemitério, é reproduzida a discriminação social que ocorria na cidade, a partir do contraste da ostentação de certos túmulos diante de outros, e da concentração dos túmulos ricos nas alamedas e áreas mais visíveis, enquanto os jazigos dos pobres situam-se nos lugares mais distantes da entrada, perto dos muros etc.

Assim como o Cemitério, havia necessidade de construção de um Hospital de Isolamento de Leprosos. O "leprosário" ou "lazaretto", como era chamado, foi inaugurado em 1897 juntamente com um Cemitério dos Leprosos e Variolosos, no lote 24 da Segunda Seção. Dessa forma, *"enquanto a cadeia foi situada próximo ao centro da cidade, o cemitério e o lazareto eram localizados em áreas mais distantes do centro e da população. O hospital de isolamento ou lazareto era associado às doenças contagiosas e à proliferação dos miasmas e como tal mantido distante da cidade, para evitar o contato dos agentes mórbidos com a população"* (TICLI, 2000, p.141).

Os hospitais de isolamento eram vistos com tanta repugnância quanto seus internos, tratados como supostos promíscuos, seqüestrados do convívio social presumidamente insalubre, confinados como penitentes, até que morressem, enquanto seus pertences pessoais e moradias eram expurgados. COSTA *apud* LANNA (1996) conta que evidentemente as famílias abastadas estavam excluídas desta ação, e a elas era

permitido o isolamento domiciliar. Por isso, o Lazaretto abrigava duplamente o que a sociedade mais queria isolar – o pobre e doente.

Da mesma forma que o cemitério e o hospital de isolamento, o Matadouro Público deveria ser removido da área central, onde se encontrava, às margens do Córrego Retiro desde 1874. As águas do matadouro eram jogadas no Córrego Retiro, que, por sua vez, devido à proximidade com as casas, era utilizado para lavagem de roupas pelas famílias. Esta localização estava comprometendo a saúde pública, principalmente após a epidemia de varíola de 1875 até que, em 1877, os vereadores pediram sua remoção. Em 1893 foi construído um novo matadouro segundo o projeto de Mansuetto Buonaccorsi (PINTO, 2000), morador do Núcleo Colonial Antônio Prado. Seguindo novas exigências de ordem sanitária, o matadouro foi instalado definitivamente em 1903, próximo à Sede e Terceira Seção do Núcleo. Os detritos passaram então a ser jogados no ribeirão Preto, e pela estrada de ferro, por onde chegavam os bois, era feita a circulação dos produtos.

Por fim, hospitais, hospícios, asilos, orfanatos e demais equipamentos de saúde e instituições de ordenamento da cidade passaram a se localizar na área do Núcleo Colonial Antônio Prado, tanto pela distância da área central, quanto pelos preços dos terrenos, que eram adquiridos por meio de desapropriações ou doações por parte de entidades beneficentes.

Construiu-se com essa sucessão de leis o outro lado da geografia social proposta, outra linha imaginária que definiu os muros da cidade: para dentro, o comércio, as fábricas não incômodas e a moradia da elite; para fora, a habitação popular e tudo o que cheira mal, polui e contamina (matadouro, fábricas químicas, asilos de loucos, hospitais de isolamento etc.) (ROLNIK, 1997, p.48).

TICLI (2000) observa a criação dos mais diversos instrumentos de controle social no país pela República:

O processo de higienização e disciplinarização do espaço urbano idealizado pelas elites durante a República se difunde amplamente. Os administradores públicos empenharam-se em estabelecer um complexo de instituições disciplinares adequados para retirar das ruas “cidadãos indesejáveis” que vagueavam pelas cidades, os quais não se enquadravam na imagem ideal da vida urbana e civilizada, incomodando cada vez mais a elite republicana (TICLI, 2000, p.74).

O Artigo 234 do Código de Posturas Municipal de 1902 avisava que nenhum mendigo podia esmolar pelas ruas, praças e outros lugares públicos e, caso fosse encontrado algum infringindo a lei, este seria conduzido à polícia para fins legais. O Artigo 235 do

mesmo Código obrigava todas as pessoas que mantivessem em casa algum alienado perigoso, que o conservassem recluso ou o removessem para um hospício de alienados, sob pena de 20\$000 por desobediência e 50\$000 se houvesse relutância por parte do infrator.



Fig. 28: Instituições de saúde localizadas na Terceira Seção, em estilo Art Déco: Asilo para Dementes Dr. Bezerra de Menezes e Abrigo Ana Diederichsen (Foto da autora).

Foram as iniciativas isoladas e desvinculadas do governo municipal que levaram lentamente a urbanização para a Zona Norte, começando pelo Padre Euclides (1879-1945), que em 1896 reorganizou a Sociedade Beneficente Santa Casa de Misericórdia, que não passava de um conjunto de enfermarias abandonadas e passou a ser o primeiro hospital de Ribeirão Preto. Em 1919, enviou verbas para a construção do Asilo de Mendicidade, fundado em 1920 e conhecido depois como Asilo Padre Euclides (FONSECA, 1996). O asilo Padre Euclides passou a ocupar o lote 15 da Terceira Seção, juntamente com a Vila Operária. Como se localizava dentro de um bairro povoado por imigrantes, através do Relatório de 1925, foi informado de que o ano anterior havia findado com 81 internos, sendo 34 brasileiros, 32 italianos, 9 espanhóis, 4 portugueses e 2 de outras nacionalidades. As instituições espíritas, particularmente, colaboraram para a humanização e filantropia dos manicômios em Ribeirão Preto. Como não houve aceitação imediata pela população, devido à predominância da religião católica, praticada principalmente pela nova população italiana, foi no Barracão que os centros espíritas começaram a funcionar, sendo o primeiro deles no ano de 1922, pois era o único lugar em que os preços dos imóveis eram acessíveis para o pagamento de aluguéis, mantidos apenas por meio de doações da comunidade. Uma destas instituições de caridade

espíritas, o Asilo para Dementes Dr. Bezerra de Menezes, foi construído em 1933, na Avenida Saudade (que era a Avenida Saldanha Marinho, no Barracão de Baixo), com finalidade de dar asilo e tratamento a doentes mentais reconhecidamente pobres. Os auxílios municipais a instituições de caridade foram concedidos somente em 1949. O Quadro 11 mostra os equipamentos construídos em Ribeirão Preto entre 1850 e 1930 e sua localização:

QUADRO 11 EQUIPAMENTOS CONSTRUÍDOS EM RIBEIRÃO PRETO ENTRE 1885 E 1930

Data	Equipamento	Local
1885	Estação Mojiana	Vila Tibério, Margem do Ribeirão Preto, atual Praça Schimidt
1887	Terceiro Cemitério Urbano	Praça Sete de Setembro, Quadrilátero Central
1890	Casa de Câmara e Cadeia	Quadrilátero Central
1893	Cemitério da Saudade (após remoção do antigo cemitério da Praça Sete de Setembro)	Lote 16 da Terceira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado
1896	Cervejaria Livi e Bertoldi	Terceira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado
1896	Sociedade Beneficente Santa Casa de Misericórdia	Terceira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado
1897	Teatro Carlos Gomes	Largo da Matriz, Quadrilátero Central
1897	Hospital de Isolamento de Leprosos – “Lazaretto”	Segunda Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado (lote 24)
1897	Cemitério de Leprosos e Variolosos	Segunda Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado (lote 24)
1900	Estação Barracão	Segunda Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado
1900	Mercado Público Municipal	Margem do Ribeirão Preto, Quadrilátero Central
1903	Matadouro Público (após remoção do antigo Matadouro às margens do Córrego Retiro)	Divisa do Ribeirão Preto com a Terceira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado
1904	Fórum e Cadeia	Quadrilátero Central
1907	Bosque Municipal (Antiga Chácara Olímpia, adquirida pela Prefeitura nesta data)	Morro do Cipó, que divide a Segunda e Terceira Seções do Núcleo Colonial Antônio Prado (não pertence ao núcleo)
1908	Sociedade Recreativa de Ribeirão Preto (Atual Museu de Arte de Ribeirão Preto)	Quadrilátero Central
1911	Catedral Metropolitana (em substituição à primeira Matriz, demolida em 1904)	Quadrilátero Central
1911	Cervejaria Antártica	Vila Tibério (limite com a Primeira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado)
1914	Cervejaria Paulista	Quadrilátero Central
1917	Palácio Rio Branco	Quadrilátero Central
1919	Asilo de Mendicidade (Lar Padre Euclides)	Lote 15 da Terceira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado – Av. Saudade 1577
1919	Solar Matusalém	Terceira Seção – Rua Pernambuco 1055
1921	Hotel Brasil	Quadrilátero Central
1922	Companhia Eletro-Metalúrgica Brasileira	Tanquinho, Terceira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado
1922	Primeiro Centro Espírita	Barracão
1929	Theatro Pedro II	Quadrilátero Central

Fonte: APHRP, CIONE (1997)

Na página a seguir, é mostrado um mapa localizando os equipamentos de saúde e higiene existentes em Ribeirão Preto, comprovando que sua localização realmente foi o que mais impediu a valorização imobiliária dos bairros surgidos da Sede, Primeira, Segunda e Terceira Seções, sobretudo.

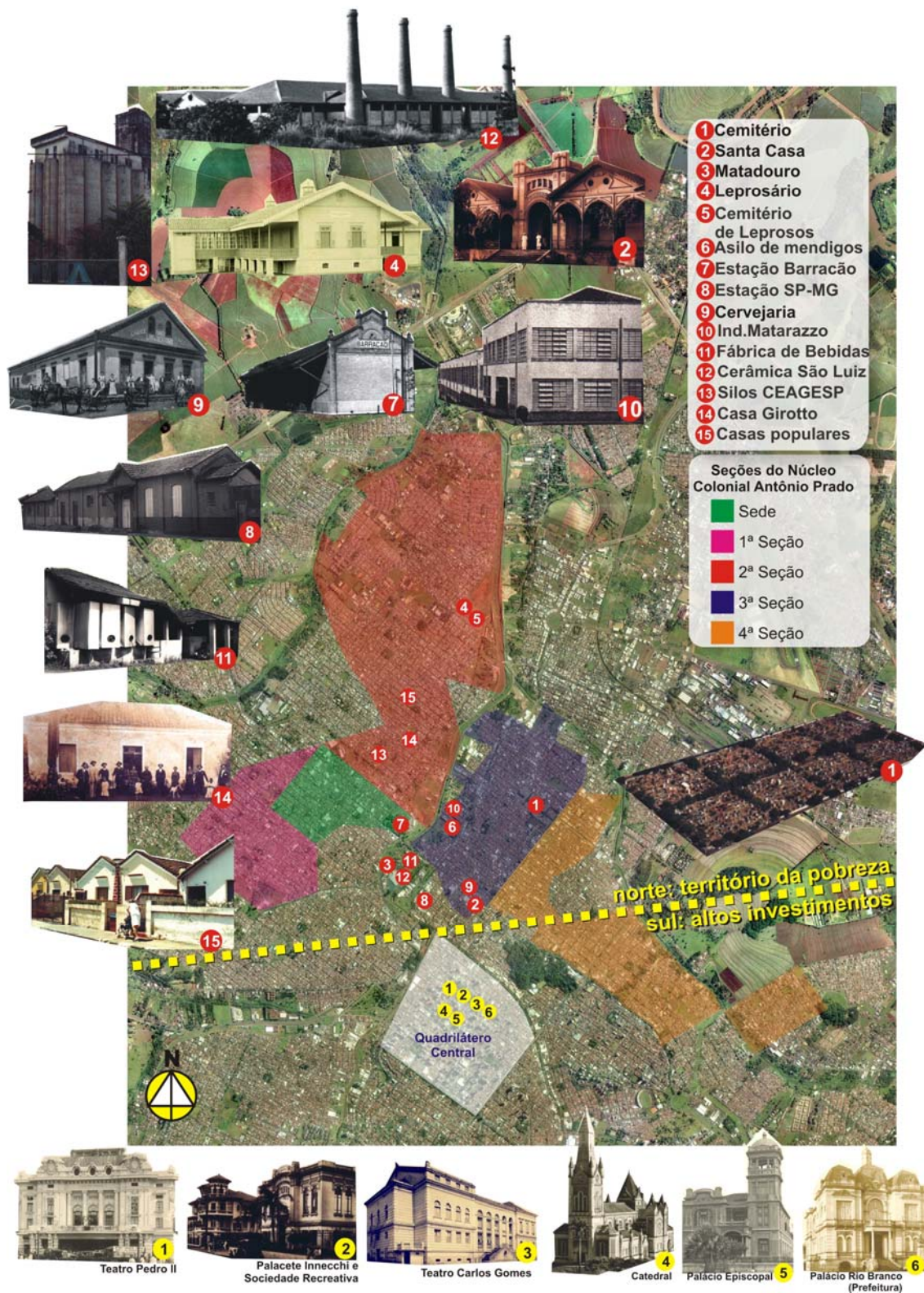


Fig.29: Foto aérea mostrando alguns equipamentos de saúde e higiene localizados na área do Núcleo Colonial Antônio Prado e que impediram a valorização de suas terras (Foto: SPGA)

Enquanto inúmeras obras de infra-estrutura foram implementadas na área central da cidade, o Núcleo Colonial Antônio Prado somente “recebia” os pobres, bem como os edifícios cuja localização na área nobre era inapropriada por questões de higiene. Qualquer melhoria urbana que fosse necessária acontecia somente após mobilizações dos moradores, que se organizavam através dos diversos abaixo-assinados encontrados na época e analisados. O primeiro deles data já em 1895, sobre as condições em que se encontravam os acessos para aquela área:

Cidadãos Presidente e Vereadores da Câmara Municipal

Os abaixo-assinados moradores em 1895 do Núcleo Colonial Antônio Prado vêm perante vós reclamar sobre o mau estado em que se acham as ruas que dão ingresso para aqueles arrabaldes, que se não forem agora reparadas, será impossível no tempo das chuvas transitarem para ali veículos conduzindo cargas.

Os abaixo-assinados fiados na reta justiça de tão dignos cidadãos, contam desde já serem atendidos.

Segue no documento a lista de assinaturas, e na mesma folha, a resposta do fiscal do Primeiro Distrito, Sr. José Manira:

Em relação ao despacho [?] tenho a informar (...) que já está determinado que, Segunda-feira, 16 do andante, deverão estar ali homens trabalhando a fim de melhorar aquela necessidade, tudo isto de acordo com o Sr. Capitão Francisco Caetano Alves, empresário das obras. É o que me cumpre informar.

Ribeirão Preto, 12 de julho de 1895.

O Fiscal do 1º Distrito

José Manira

Esses pedidos não eram adequadamente atendidos sendo que em 1925, o Prefeito João Rodrigues Guião, que deu grande importância ao embelezamento da cidade, ainda parecia ignorá-los:

De dia para dia ella vai se estendendo e augmentando as suas construcções alargando seu perímetro, e, em consequencia, os serviços da administração municipal vão sendo solicitados a cada passo para attender melhoramentos reclamados pelo publico, com mais empenho nos bairros novos, nas ruas a serem calçadas, nas estradas de rodagem e outros (Relatórios da Prefeitura Municipal apresentado à Câmara Municipal em sessão de 15 de abril de 1925, *apud* SOUSA, 2005, p. 52).

Em suas duas administrações, o Prefeito João Guião calçou 61,36% a mais do que o Prefeito Joaquim Macedo Bittencourt em nove anos, criando inclusive um Fundo de Calçamento, mas que atendia apenas a parte central da cidade.

Devem todos estar lembrados que por essa época nos opprimia um anathema cruel. A lama e a poeira da terra roxa exerciam um despotismo feroz nos limites da cidade, dificultando, se não tolhendo, a sua legítima expansão. Ninguém se animava a construir bellos edificios, a mobiliá-los confortavelmente, com o terror da ação maculadora da terra roxa (RELATÓRIO da Prefeitura Municipal apresentado à Câmara Municipal em sessão de 15 de janeiro de 1926 apud SOUSA, 2005, p.53).

A imagem que a cidade fazia da região e conseqüentemente de seus moradores era a de inexistência, cujos problemas, muito mais sérios do que o restante da cidade, nunca eram ouvidos. O poder público ignorava a região norte e esta atitude era endossada pelos jornais locais, que raramente criticavam as decisões do prefeito. Nas raras críticas que apareciam nos jornais locais sobre a situação das ruas da cidade, o jornal "A Cidade" de 02 de julho de 1908 assim escreveu, depois de vários pedidos da população, o artigo sobre a situação das ruas da cidade impregnadas de pó e lama:

é um verdadeiro flagelo a poeira que, pelas ruas da cidade se levantam em verdaddeiras nuvens invadindo habitações, cobrindo móveis mercadorias atacandonos as vias respiratórias na parte mais central da cidade onde o forte do commercio tem suas melhores casas, nas Ruas General Osório, Saldanha Marinho, Duque de Caxias, Amador Bueno, etc. A passar um carro, grossa nuvem de pó faz nos lembrar os velhos tempos do Ribeirão Preto sem "macadam". São muitas as reclamações que nos tem trasido moradores dessas ultimas ruas, especialmente negociantes de moda e armarinhos, pedindo-nos que enderecemos um pedido á Prefeitura no sentido de restabelecer-se a pratica das irrigações das ruas mais movimentadas onde o commercio é estabelecido, por que é este effectivamente o mais prejudicado (Jornal "A Cidade", 02 de julho de 1908: "Contra o Pó").

Este artigo mostra claramente que não apenas a área central era importante, mas também seus habitantes eram vistos como os mais prejudicados pela poeira o comércio da área central, não se fazendo nenhuma referência ao Barracão.

Segundo o Relatório do Prefeito Macedo Bittencourt, foi a falta de um Engenheiro Municipal – previsto no Código de Posturas de 1902 - que determinou a proliferação de edificações e obras públicas desrespeitando a legislação urbanística:

coincidiu esta falta na administração publica com o grande desenvolvimento que tiveram os bairros da Villa Tibério e do Barracão, preferidos para residências dos operários e das classes menos favorecidas da sorte, onde foram construídas muitas casas, que alli ainda se encontram, fora de alinhamento das ruas, baixas sem ventilação e sem luz(...). No centro da cidade, embora não fosse tão grande o abuso, edificaram-se também prédios em más condições de hygiene, com material de péssima qualidade e sem architettura.

A administração pública em Ribeirão Preto seguia a política urbana da gestão de Antônio Prado (1899-1910), o primeiro a exercer o cargo sob o título de Prefeito da Capital: priorizava o embelezamento da região central da cidade, deixando os bairros periféricos no mais completo abandono, sem que tenha havido sequer uma orientação geral para a condução do crescimento da cidade. Na imprensa, em especial o jornal italiano *Fanfulla*, efetuou com frequência denúncias de abandono dos bairros italianos como Brás, Barra Funda, Bela Vista (Bexiga) e Bom Retiro por parte da municipalidade (RIBEIRO, 1993). Entretanto, esta opinião não coincide com a de Pasquale Petrone e com a avaliação de Prestes Maia, que atribuem ao Prefeito Antônio Prado uma administração marcada por imensas modificações urbanas.

Cuidar dos pobres ou investir em suas condições de vida não era prioridade da política urbanística da República Velha, que argumentava que *"era errado desperdiçar recursos escassos com os pobres, que não sabiam como investir no progresso (CONNIFF apud ROLNIK, 1997, p.146)"*. Segundo ROLNIK (1997), o contingente populacional dos territórios populares correspondia à baixíssima representatividade entre eleitores e eleitos. Esta situação somente viria a mudar com a Revolução de 1930, a partir da qual, as classes médias e os trabalhadores passaram a ser entendidos como interlocutores políticos, ainda que sob a égide do populismo.

Por isso, lentamente, obras de infra-estrutura foram incorporadas ao Barracão. Em 1907 foram iniciadas as obras de arruamento das primeiras ruas da Sede, que eram a Rio Grande do Norte e a Bonfim, executadas pela Prefeitura Municipal. Em 1915 um novo abaixo-assinado feito por 110 moradores da Vila Giroldo, no Bairro Barracão de Baixo, solicitavam obras de melhoramentos e limpeza da Avenida Capitão Salomão:

os abaixo-assinados vêm solicitar que sejam feitas obras de melhoramentos, consertos e limpeza da Avenida Capitão Salomão desta cidade voltando a atenção para o antigo canal da Usina Elétrica e também para um rego d'água que alaga a mesma avenida, cujas sujeiras e podridões fazem perigar a saúde pública e os abaixo-assinados, proprietários de terrenos nesse ponto da cidade, "Villa Pedro Giroldo", não podem aproveitá-los com construções, devido a inconvenientes que tem afugentado pessoas que pretendem ali comprar terrenos e nos outros que pretendemos construir.

Apesar das solicitações dos moradores, apenas a região central era atendida. O Prefeito Joaquim Camillo de Moraes Mattos apresentou o seguinte discurso no Relatório da Prefeitura, em 15 de janeiro de 1930, sobre a enchente de 1927:

Um dos problemas serios que preocupava todas as administrações do município eram as constantes enchentes do correjo Ribeirão Preto, ocasionando a inundação do bairro da República, da rua Guataparã e da parte baixa da cidade até a Rua José Bonifácio(...) Em 1927 foi tão grande a enchente que as águas do Ribeirão Preto penetraram em habitações e armazéns, ocasionando serios prejuizos ao commercio estabelecido na avenida Jeronymo Gonçalves, rua José Bonifácio e nas ruas transversaes.

Alguns pedidos de moradores do Barracão por iluminação pública, feitos em 1926, foram atendidos apenas em fins de 1934, como mostra a resposta do arquiteto municipal Cícero Martins Brandão:

Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto

Os abaixo-assinados, residentes à Rua Alagoas, situada no bairro do Barracão, "Parte Baixa", vem mui respeitosamente expor a V. Ex.a. o seguinte: - Não sendo iluminada essa rua, tornando-se quase intransitável à noite, mormente quando não há luar, e havendo ali mais de 10 casas e outras tantas em vias de construção e, por ser um bairro de rápido progresso, apelam à intervenção valiosa de V. Ex.a. para que seja colocada iluminação pública naquele local.

Ribeirão Preto, 8 de novembro de 1926.

Informação:

Em fins de 1934 os requerentes já estavam atendidos, porquanto existiam seis lâmpadas instaladas e em funcionamento. Em princípios deste ano em ofício, à Empresa Força e Luz foi pedida a instalação de mais lâmpadas em todo este bairro, tendo sido incluídas mais quatro novas para a Rua Alagoas, que no momento a Empresa está instalando, ficando toda a rua iluminada.

Ribeirão Preto, 25-10-1935

Cícero Martins Brandão

Arquiteto

3ª Seção

Na década de 30, o Barracão ainda não contava com serviços de água encanada, como relatou Leonor Zampolo, antiga moradora do bairro: *"Meu pai abria tantas cisternas.... davam todas na pedra. Eu tinha que buscar água na cisterna do vizinho"*.

A maior parte dos serviços urbanos executados teve início durante a década de 30, principalmente iluminação pública, após solicitações de moradores. Os pedidos de infraestrutura feitos pelos cidadãos do Município nessa época referem-se, na maior parte, ao Barracão, reafirmando a discriminação que sofria em relação ao núcleo urbano principal, cujas obras de saneamento e embelezamento vinham sendo introduzidas desde o final do século XIX, sem a necessidade de mobilização por parte dos moradores.

O restante, apenas um grande descaso por parte da administração pública. Segundo relata Antônio Henrique Giacheto, por volta dos anos de 1930, neste local, *"a gente ia a pé todo dia onde hoje é o Cine São Jorge para pegar sapo no brejo"*, ou seja, em plena área urbana havia terrenos alagadiços, realidade totalmente diferente do centro da cidade.

A falta de investimentos de infra-estrutura urbana desvalorizava os terrenos, levando ao aumento da procura pela classe de mais baixo poder aquisitivo, reforçando a divisão geográfica social imposta pelas leis sanitárias do Município. O Barracão começou a receber atenção por parte da administração pública somente após a década de 1940, quando foram intensificados os loteamentos populares em terras reminiscentes do Núcleo colonial.

A "vocação industrial" que a área do núcleo verificava era conseqüente de diversos fatores: em primeiro lugar, segundo o Artigo 54 do Código de Posturas de 1889, fábricas e máquinas que pudessem prejudicar a saúde pública eram proibidas dentro da povoação. Esta lei foi detalhada no Código de Posturas de 1902, no Artigo 144:

É vedada a instalação, dentro do quadro central da cidade, de fabricas de sabão, oleos, velas de cebo, cortumes, machinas de beneficiar café, arroz ou milho, depositos de sal em grande quantidade e outros estabelecimentos que pelas matérias primas, seus productos e combustivel empregado, ou por outro qualquer motivo, exhalem vapores que tornem nociva a athmosphera, ou por outro qualquer modo prejudiquem a salubridade ou encommode a visinhança.

Além disso, as terras do Núcleo Colonial Antônio Prado constituíam, em grande parte, terrenos de várzea, próximos à estrada de ferro, o que lhes atribuía baixo valor comercial. No entanto, estas condições se tornaram favoráveis a partir do momento em que as indústrias buscavam terrenos afastados da área central, obedecendo ao Código de Posturas, e cujos preços fossem mais acessíveis. Outras características favoráveis consistiam no mercado de mão-de-obra local; na proximidade das fontes de fornecimento de lenha para combustível e recursos hidráulicos para a produção de energia e outros fins industriais; proximidade das olarias que produziam telhas e tijolos, e principalmente da estrada de ferro Mojiana, que, cortando o Núcleo colonial ao longo da margem do Ribeirão Preto, facilitava às indústrias o transporte de produtos e matérias-primas, ligando-as ao porto de Santos e aos mercados do interior (MARTINS, 1973).

Enquanto luxuosas residências foram construídas na área central, a periferia abrigou hospitais, asilos, cemitérios e demais construções que pudessem colocar em risco a saúde e a beleza física da região nobre. A próxima tabela mostra ainda que os grupos escolares se localizavam e sua maior parte também no Quadrilátero Central, voltados para os filhos da elite³⁰, enquanto as escolas profissionalizantes se instalaram no Barracão, com o objetivo de formar a classe operária.

QUADRO 12
INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM RIBEIRÃO PRETO ENTRE 1885 E 1930

Data	Equipamento	Local
1889	Colégio Metodista	Quadrilátero Central
1892	Primeiro Grupo Escolar (atual Escola Estadual Dr. Guimarães Júnior)	Quadrilátero Central
1903	Externato Agostiniano, onde no mesmo prédio funcionou o Curso Noturno (destinado aos operários)	Quadrilátero Central (Rua Florêncio de Abreu,53)
1907	Ginásio do Estado (atual E.E. Otoniel Mota)	Quadrilátero Central
1912	Segundo Grupo Escolar (atual E.M. Fábio de Sá Barreto)	Quadrilátero Central
1912	Instituto Santa Úrsula	Quadrilátero Central
1918	Colégio e Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora	Quadrilátero Central
1918	Colégio Sampaio	Quadrilátero Central
1920	Terceiro Grupo Escolar (atual E.E. Sinhá Junqueira)	Vila Tibério
1921	Quarto Grupo Escolar - Escolas Reunidas do Barracão (atual E.E. Antônio Diederichsen)	Barracão (Marquês de Pombal 31)
1922	Escola Profissional Mista (Atual Escola Industrial José Martimiano da Silva)	Limite entre o Bairro Retiro e a 3ª. Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado
1923	Escola de Comércio Rui Barbosa (posteriormente Faculdade de Ciências Econômicas Moura Lacerda)	Quadrilátero Central
1924	Escola de Farmácia e Odontologia (que meio a constituir a USP)	Quadrilátero Central
1926	Educandário Lar Santana (posterior Orfanato Santana)	Vila Tibério
1928	Associação de Ensino de Ribeirão Preto (atual UNAERP)	Quadrilátero Central
1930	Colégio Progresso	Quadrilátero Central

Fonte: APHRP; CIONE (1997)

Há registros da existência de outras escolas na área de estudo, porém, sempre voltadas para o ensino técnico, como mostram os anúncios do Jornal "A Cidade":

³⁰ Segundo o Almanaque "Ribeirão Preto Ilustrado", de 1913, também havia muitas escolas isoladas particulares, localizadas todas no Quadrilátero Central, a saber: Atheneu Demétrio, Colégio Rodrigues, Escola da Sociedade Amiga dos Pobres, Curso Especial, além de escolas mantidas por sociedades italianas, como a Dante Alighieri. Além disso, existia um ginásio particular, denominado Rio Branco.

Centro Operário

Inauguração das oficinas de alfaiataria, marcenaria e carpintaria

O Centro Operários, magnífica instituição que vae florescendo sob a direcção do ver. Padre Euclides Carneiro, inaugurou ante hontem, às 14 ½ , as suas oficinas de alfaiataria, marcenaria e carpintaria, as primeiras que fez instalar no edifício social.

(...) As oficinas de marcenaria e carpintaria, dirigidas pelo sr. Domingos Barilari, possuem machinismos moderníssimos, importação da Casa Bromberg Hacker & C. , de São Paulo, e são accionados por um motor electrico de força de 25 cavallos (Jornal A Cidade, Anno X 3ª. Feira 03.03.1914 n.3025).

Em 1916, em outra rara citação do bairro pelo Jornal A Cidade, assim anunciava:

Na primeira escola masculina estadual do bairro do Barracão, completamente regida pelo professor Santos Amaro da Cruz, começou há dias o ensino de traforo aos alumnos, trabalho de arte muito interessante e de utilidade practica.

Ao que nos consta, é a primeira escola isolada do Estado que estabelece o ensino do traforo.

O professor Santos Amaro pediu o obteve dos srs. Drs. Macedo Bittencourt, prefeito municipal e Mario Moura, inspector escolar, o fornecimento do material necessário (Jornal A Cidade, Anno XII 5ª. Feira 20.01.1916 n. 3588)

Por conta da concentração industrial e de mão-de-obra na área do núcleo, no ano seguinte à implantação da Companhia Metalúrgica, em 1922, foi construída a Escola Profissional Mista, em uma parte da Chácara Olympia, que fazia limite com a Terceira Seção do Núcleo, onde se concentrava a população imigrante da cidade. Entretanto vale ressaltar que trinta anos antes, como já mostrou o Quadro 12, o centro da cidade já tinha seu grupo escolar, onde os futuros médicos, engenheiros, advogados ou professores, filhos da elite cafeeira, podiam estudar.



Fig. 30: Fachada da Escola Profissional Mista, em 1924 (hoje, Escola Industrial José Martimiano da Silva). Foto de Aristides Motta & Maggioni Photographos. Fundo J.P.M. (Fonte: APHRP).

A instalação de uma escola técnica ao lado do Núcleo contribuiu para alguma melhora no nível educacional da população, pois, além dos próprios alunos que residiam nas

proximidades, foram contratados professores especializados que também passaram a residir no Barracão, assim como Miguel Egedos, a partir do depoimento de suas filhas:

Nosso pai, Miguel Egedos, veio em 1926 da Hungria porque o governo oferecia mais chances no Brasil. Ia ficar em São Paulo, mas já tinha muita gente lá, veio para Ribeirão Preto. Já era formado como professor de mecânica e foi trabalhar no Diederichsen como mecânico de carro e máquina e logo depois foi convidado para dar aula na Escola Industrial. (...) ele havia conhecido nossa mãe no navio, se casaram em 1930 e foram morar em uma casa da Rua Alagoas que ele comprou de minha tia. Três anos depois comprou um terreno de doze por vinte e nove na Padre Euclides e fez essa casa. Chamavam esse modelo de bangalô, por causa da varanda, que não era comum. Também comprou um sítio perto da Estação do Alto, uns outros perto do bosque e nós ficamos sócios do Regatas. Foi ele quem fez aquele emblema do centenário de Ribeirão Preto na escola (Margarida Egedos Freguineli e Maria Madalena Egedos).



Fig. 31: Emblema feito por Miguel Egedos na Escola Profissional, por ocasião das comemorações do Centenário de Ribeirão Preto, 1956 (Fonte: Arquivo Particular da Família Egedos).

Ana Roberti contou que a maioria das crianças que moravam no Barracão como ela por volta da década de 1930 eram apenas alfabetizadas. No caso dela e seus irmãos:

Fomos alfabetizados perto de casa pela "Velha" Alice. A mãe dava café, alguma coisa pra ela, feijão, arroz, abobrinha, salada, e ela ensinava a gente a ler (Ana Roberti, 2006).

Outros entrevistados também afirmaram não terem freqüentado escola, mas terem sido alfabetizados, principalmente mulheres. A partir daí, pode-se ter uma conclusão semelhante a QUEIROZ (1973), que afirmou que neste meio (rural dentro de urbano), o prestígio constitui uma das molas da dinâmica social interna, e a escola não é importante para a ascensão social. Entretanto, embora a escola não tenha valor prático, por não ter utilidade imediata na vida do sitiante, que geralmente adquire seus conhecimentos

empiricamente, eles tinham a necessidade de possuí-la em seu bairro para mostrar que ali “não se vivia como bicho”.

Durante todo o século XX, enquanto o Quadrilátero Central continuava recebendo as conceituadas instituições de ensino, os equipamentos de saúde foram cada vez mais isolados da população central e localizados na área de estudo. Entre os hospitais construídos mostrados no Quadro 13, nota-se que apenas o Hospital Psiquiátrico Santa Teresa não estava localizado nos domínios do antigo núcleo colonial.

**QUADRO 13
EQUIPAMENTOS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA CONSTRUÍDOS EM RIBEIRÃO PRETO
ENTRE 1933 E 1978**

Data	Equipamento	Local
1933	Asilo Espírita Dr. Bezerra de Menezes	Avenida Saudade, Terceira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado
1936	Creche Santo Antônio	Limite do Bairro Retiro com a Terceira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado
Década de 1940	Abrigo Ana Diederichsen	Terceira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado
1943	Albergue Noturno Apóstolo Paulo	Terceira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado
1944	Hospital Psiquiátrico Santa Tereza	Mata de Santa Tereza
1944	Sanatório Esquirol	Terceira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado
1946	Sanatório Espírita São Vicente de Paula	Terceira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado
1957	Hospital Santa Lídia	Limite do Bairro Retiro com a Terceira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado
1978	Asilos Casa do Vovô e Casa da Amizade	Segunda Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado

Fonte: APHRP, CIONE (1997)

O Quadro 14, mostra que a única escola construída na área em 1947 era técnica:

**QUADRO 14
INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM RIBEIRÃO PRETO ENTRE 1938 E 1951**

Data	Instituição de ensino	Local
1938	Colégio Marista	Quadrilátero Central
1938	Educandário Coronel Quito Junqueira	Antigas terras da fazenda Morro da Vitória
1938	Escola Elementar Madre Mazzarello (atual Centro Universitário Moura Lacerda)	Limite do Bairro Retiro com a Terceira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado
1947	Escola SENAC e Centro Social do SESC	Quarta Seção do NCAP
1950	Colégio Brasil	Quadrilátero Central
1951	Faculdade de Medicina USP	Fazenda Monte Alegre

Fonte: CIONE (1997)

Conforme mostrou o Quadro 14, o ano de 1938 marcou a fundação de três diferentes instituições de ensino na cidade: no Quadrilátero Central, o Colégio Marista recebia a elite tradicional; o Abrigo para Menores de Ribeirão Preto, que no ano seguinte tornou-se o Educandário ocupava as terras da antiga Fazenda Morro da Vitória, com cafezais, edificações e outra benfeitorias, e por fim, no limite do Bairro Retiro com a Terceira Seção do Núcleo Antônio Prado, que já se tornara Campos Elíseos, o primeiro internato para moças era construído, o Madre Mazarello.

Ao final dos anos de 1940, a já consolidada área industrial da cidade, constituída dos bairros surgidos do Núcleo Antônio Prado, ganhou a primeira instalação da Escola SENAC do interior paulista, exatamente na Quarta Seção, ainda despovoada e com muitos lotes disponíveis. Paralelamente, era criada a Faculdade de Medicina, que viria a constituir o Campus da USP na antiga Fazenda Monte Alegre e, na mesma época, o centro da cidade ganhava outra instituição de ensino notável, o Colégio Brasil. Este posteriormente passou a oferecer cursos profissionalizantes de Técnico de Contabilidade, Auxiliar de Laboratório e Supletivos, bem diferentes dos cursos profissionalizantes para pedreiro, encanador e mecânico disponíveis no SENAC, para os operários da cidade.

3.3. Mercado de terras e habitação para a classe operária

O escritor e arquiteto Bataille pergunta-se 'Assim como a Idade Média construiu catedrais, o que fez a burguesia?' E responde: 'Ela nada construiu: só fez loteamentos' (WILHEIM, 1979, p.28). Segundo José Francisco, "e o operário parcelou".

Ao lado de atividades agrícolas, comerciais, industriais e de prestação de serviços (que serão mostradas no Capítulo 4), os moradores do núcleo também encontraram na venda de terras uma nova fonte de renda, tão logo o núcleo foi emancipado em 1892. Os terrenos na área tiveram grande procura devido à proximidade com o centro da cidade e os baixos preços, devido à não-valorização causada pelo urbanismo sanitário. Até os dias atuais, permanecem glebas vazias nas diversas seções do núcleo que funcionam como chácaras ou se encontram em poder de especuladores imobiliários.

Com isso, o patrimônio, originalmente público, foi transferido para o domínio privado e, desse momento em diante, a distinção antes existente entre os lotes urbanos e rurais desapareceu, pois o valor da terra passou a ser determinado pelo mercado imobiliário. A partir daí, a classe trabalhadora pôde adquirir lotes inteiros ou frações destes junto aos

primeiros proprietários, para a formação de chácaras ou para a construção de casas para moradia ou aluguel, embora não alcançassem grandes preços devido à localização suburbana e à falta de investimentos públicos. Uma vez que a cidade se encontrava em expansão e o urbanismo vigente da época afastava da área central os focos de contaminação por doenças, incluindo-se, indiretamente, pessoas que não faziam parte da elite, estas encontraram, na área do núcleo colonial, terras acessíveis para sua moradia. Assim, ao mesmo tempo em que Ribeirão Preto se desenvolvia, distanciavam-se duas histórias: uma urbana e outra rural, que correspondia ao Núcleo Colonial Antônio Prado. Ao mesmo tempo em que o centro da cidade se modernizava, o núcleo colonial permanecia “a colônia”, como aparecia nos livros de impostos. Seu espaço nunca foi bem definido³¹: era rural com características urbanas, pois possuía serviços e comércio, e urbano com características rurais, devido às chácaras, que existem até hoje.

Com isso, o desenvolvimento dos bairros que dele tiveram origem dava indícios da divisão social imposta pela divisão territorial da cidade: enquanto a elite se concentrava no centro, que era chamado de “Cidade” e começava a expandir em sentido sul, formando o bairro Higienópolis, no sentido oposto, área do Núcleo Colonial Antônio Prado, as classes mais baixas da população encontravam terras a preço acessível para construir sua moradia. A localização das estações de trem já evidenciava este fato: a Estação Principal, localizada na Cidade, era destinada ao embarque e desembarque de passageiros abastados, moradores do centro da cidade, enquanto na Estação Barracão, localizada no Núcleo Colonial Antônio Prado, desembarcavam os imigrantes e pessoas mais pobres que lá mesmo se instalavam ou aguardavam os carroções para o transporte até as fazendas onde seriam contratados.

A linha da Mojiana foi responsável por outra segregação dentro do próprio bairro Barracão que começava a se constituir dentro do Núcleo: a porção que crescia na parte de cima da Estação Barracão era chamada “Barracão de Cima” e, do outro lado da linha da Mojiana, na parte mais baixa e correspondente à Terceira Seção, formou-se o “Barracão de Baixo”³².

³¹ José de Souza Martins classificou o Núcleo colonial de São Caetano como “subúrbio”, devido às mesmas características.

³² O nome “Barracão” já aparece nos registros de Impostos e Profissões após a emancipação do Núcleo, em 1893, correspondendo, genericamente, à Sede, Primeira, Segunda e Terceira Seções. O “Barracão (de Cima)”, como foi chamado a área correspondente à Sede, Primeira e Segunda Seções devido à localização topográfica mais alta que a ferrovia, passou a se chamar “Ipiranga” oficialmente em 1967, quando houve um plebiscito na

Muito mais próximo do núcleo urbano principal, que era chamado de "Cidade", o Barracão de Baixo teve sua urbanização muito mais rapidamente impulsionada pela proximidade com o bairro Retiro, que começava a se formar na outra margem do Córrego Retiro, do lado oposto à Cidade, ao longo das duas vias de acesso ao núcleo urbano.

O primeiro indício de especulação imobiliária neste área já se deu em 1893, quando Mansueto Buonaccorsi adquiriu o lote 7 da Primeira Seção de Pedro Cavichioli, sendo que já possuía os lotes 62 ao 65 da Primeira Seção, além da fazenda S. Giuliano, em Bebedouro e do banco Barcellos e Buonaccorsi, em Ribeirão Preto (IL BRASILE E GLIITALIANI, 1906).

Diversos inventários, como o de Felício Bianchi, em 1896, indicam datas de terreno na área do núcleo, parceladas e comercializadas também em lotes menores (12,5 m de largura por 45 m de profundidade), ao preço de Rs500\$000 (quinhentos mil réis) cada um, os quais não tinham dimensões de chácaras, e seriam destinados a residências. Comparando-se ao valor pago pelos colonos em 1892, que era de 1,66 real por metro quadrado de lote rural, verifica-se que o preço pago em 1896 era pouco mais da metade de quatro anos antes, ou seja, aquela área ainda não era valorizada comercialmente, motivo pelo qual aumentava sua procura pela classe de mais baixo poder aquisitivo ou por pessoas que buscavam instalar alguma pequena indústria, como foi o caso dos irmãos Bianchi. Quinze anos após sua formação, enquanto as terras rurais do Núcleo Colonial Antônio Prado passaram de 1,66 real para 5 Réis por metro quadrado (triplicou o preço), os terrenos da Sede tiveram o valor inicial de 16,53 Réis e aumentaram para 230 réis por metro quadrado (quase quatorze vezes o preço inicial), portanto sofreram valorização muito mais rapidamente.

Até 1896, a cidade possuía apenas dois distritos urbanos, que se encontravam dentro do núcleo urbano principal. Atento à aglomeração que se formava no Barracão, a Prefeitura tratou de oficializar esta área, a fim de que ela fosse inserida no Livro de Lançamento e Cobrança do Imposto Predial já daquele ano e, para isso, criou mais um distrito urbano, por meio da Lei 23.

gestão do então prefeito Welson Gasparini, propondo a mudança do nome. Já o nome Campos Elíseos (antigo "Barracão de Baixo", devido à localização mais baixa em relação à ferrovia) que já aparece no Inventário de Vicente de Bonis em 1902, foi oficializado em 1939 (REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL, s/d: 95).

A convivência de lotes menores destinados à construção de residências com chácaras pode ser vista através da penhora de bens de Joaquim Pinto de Almeida e sua mulher, movida por *Toledo, Assumpção e Cia.*, enunciada no jornal A Cidade, de 18 de agosto de 1908 (*apud* TUON, s/d). O casal havia formado uma chácara a partir do lote 19 e metade do lote 18 da Primeira Seção, e seus nomes não constam na lista dos proprietários de lotes de 1887, tampouco os de seus vizinhos, entre eles, Alberto Seixas, João Catapani e Messias Antônio Paiva. Os bens penhorados do casal e avaliados em 18:000\$000 para leilão, descritos neste edital, exemplificam as condições pelas quais se encontravam os lotes nos primeiros vinte anos de funcionamento do Núcleo: uma casa de moradia construída de tijolos, coberta de telhas, parte assoalhada e forrada (2:500\$000); um paiol cercado de tábuas, coberto de zinco (50\$000); uma (?) coberta de zinco (80\$000); uma casa de colonos, construída de tijolos, coberta por telhas (100\$000); uma meia-água (50\$000); uma ceva, em mau estado (50\$000); um galinheiro coberto de telhas, cercado de tábuas (50\$000); uma cisterna revestida de tijolos (300\$000); um pomar (200.000); diversas bananeiras (150.000); dez mil cafeeiros formados em bom estado (2:000\$000); sete alqueires de terras de cultura de primeira sorte (1:400\$000); quatro alqueires de terras de segunda sorte (600\$000); oitenta e cinco sacos de café em coco (42\$000); quinhentas arrobas de café pendentes (1:5000\$000); meio alqueire de pasto (150\$000); cercas de arame (300\$000).

Como a imigração ainda continuava incentivada nesta época, novos italianos chegavam e os que tinham condições procuravam por terras onde pudessem plantar e construir suas casas. Como o Núcleo Colonial Antônio Prado já estava emancipado e as terras ainda não haviam sofrido grandes parcelamentos, alguns novos moradores adquiriam porções de lotes principalmente na Segunda e Terceira Seções, assim como fez Justo Zampolo em 1909, segundo narrou sua filha Leonor Zampolo:

Meu pai chegou de Rovigo em 1909 com 24 anos. Antes dele, teve um povo que andou "ganhando" terrenos aqui, como os Girotto, que eram donos de tudo aqui. Os Borsato também pegaram dois montes de terras. Minha mãe veio criança da Itália, o pai dela morreu e ela ficou com o irmão na fazenda do Manoel Antônio trabalhando de colonos. Eles comiam feijão cozido na água sem sal nem gordura. Ela ficou doente e veio para a cidade, quando então conheceu meu pai, casaram e foram morar na chácara com a família dele. Minha mãe tinha uma charrete e carteira de motorista, fazia serviços igual a táxi (Leonor Zampolo).

Os registros sobre as edificações no Município tiveram início em 1902, pois, a partir do segundo Código de Posturas, elaborado neste mesmo ano, "*nenhuma obra, construção, reconstrução ou reparos, far-se-ão dentro do perímetro da cidade ou em seus*

arrabaldes, sem a previa licença do Intendente Municipal” (Artigo 31). Por este motivo houve um alto índice de registros de edificações para esse ano, talvez devido às construções já em andamento que foram legalizadas. A partir desta informação, pôde ser elaborada a Tabela 3, que mostra as construções e reconstruções na cidade e na área de estudo:

**TABELA 3
CONSTRUÇÕES E RECONSTRUÇÕES EM RIBEIRÃO PRETO E NA ÁREA DE ESTUDO,
ENTRE 1902 E 1914**

Data	Construções ou Reconstruções Total na cidade	Construções ou Reconstruções Área de estudo	Construções ou Reconstruções Área de estudo(%)
1902	41	14	34,1
1903	11	02	18,2
1904	15	02	13,3
1905	17	04	23,5
1906	21	04	19,0
1907	51	07	13,7
1908	47	07	14,9
1909	41	03	7,3
1910	50	06	12,0
1911	144	16	11,1
1912	168	32	19,0
1913	310	73	23,5
1914	253	47	18,6

Fonte: SILVA, 2002.

A queda brusca para 1903 deveu-se à já citada epidemia de febre amarela, quando muitas pessoas deixaram da cidade, o comércio estagnou e *“sobre a extensa zona urbana desceu o silêncio taciturno da desolação”* (GUIÃO, 1923, p.30), mas os números voltaram a aumentar progressivamente em 1905. Em 1911, o número de construções na cidade quase triplicou, seguindo a *“febre de construções”* ocorrida na capital (RIBEIRO, 113) no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. Nestes quatro anos, observou-se que quase um quinto das obras do Município estavam sendo realizadas na área de estudo.

Próximo à Primeira Guerra Mundial, uma crise no trabalho desabou sobre São Paulo, lançando na cidade uma massa de trabalhadores sem emprego e a nova preocupação do governo estadual foi a desurbanização, ou seja, a retirada dos sem-trabalho da capital, destinando-os ao interior. No final de 1917, o Serviço Sanitário Estadual foi reformulado, e introduziu a mais importante inovação sanitária, que foi o Código Sanitário Rural,

distinguindo pela primeira vez a higiene urbana e a higiene rural. Com a reforma, a capital teve o número de delegados de saúde ampliado de dois para cinco, e este cargo também foi criado para as cidades do interior, totalizando mais seis: Santos, Campinas, São Carlos, Ribeirão Preto, Guaratinguetá e Botucatu, que constituíram as zonas mais atingidas pelo tracoma, ancilostomíase e malária na área rural. A autoridade sanitária passou a ter poder de polícia para entrar, vasculhar, intimar e multar as propriedades. Justifica-se portanto este “apoio” dado à área rural do interior de São Paulo. Assim, antes da Primeira Guerra, os bairros “Barracão de Baixo” e “Barracão de Cima” – considerados ainda em grande parte `zona rural - já haviam sido responsáveis pela extensão do eixo de crescimento da cidade para o norte, onde as indústrias estavam sendo implantadas. No eixo sul, se concentrava a elite e, a oeste, a Vila Tibério, outro bairro tipicamente operário. A Fig. 32 mostra uma planta cadastral da cidade executada em 1910 pela *Empresa Força e Luz*, onde podem ser vistas as projeções das edificações na “Cidade”, Vila Tibério, Retiro e no Barracão (que começava a se formar junto ao bairro Retiro):

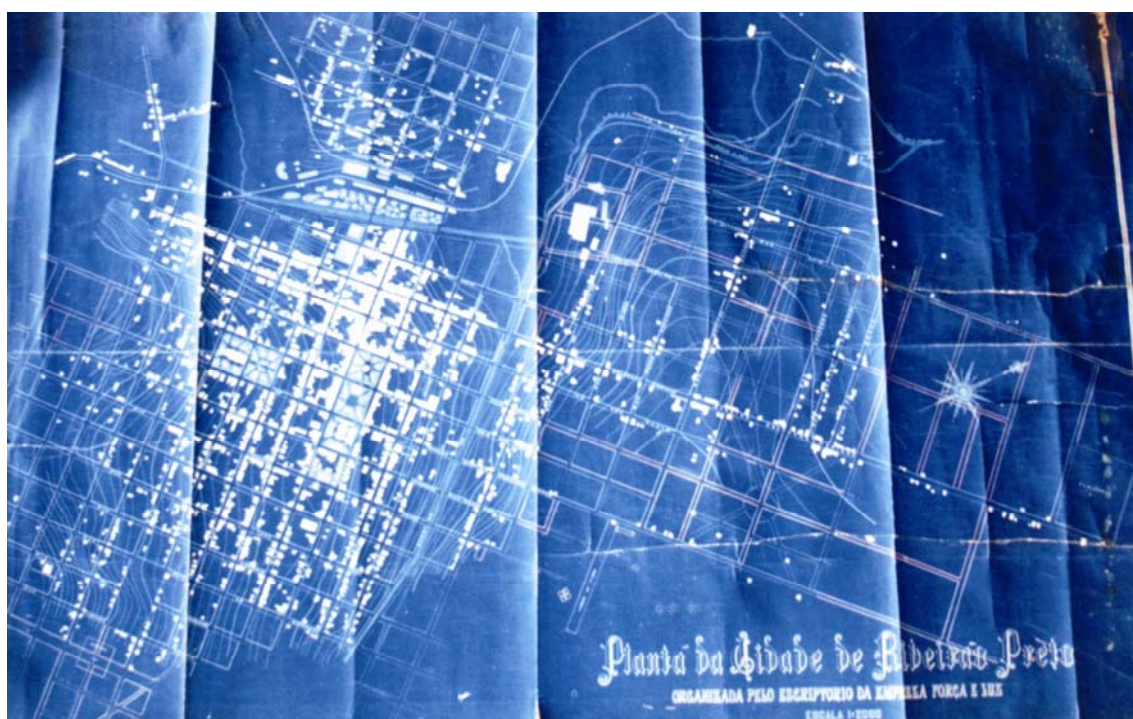


Fig. 32: Planta da Cidade de Ribeirão Preto em 1910 elaborada pelo escritório da Empresa Força e Luz (Fonte: APHRP).

Esta planta cadastral da companhia energética da cidade não mostra edificações da área do “Barracão de Cima” embora houvesse ocupação, revelando que nesta data o bairro não era provido de energia elétrica. Também é possível distinguir neste mapa dois eixos

de concentração de população no Barracão, que coincidem com as Ruas da Colônia. O primeiro desses eixos correspondia à Rua Saldanha Marinho (atual Avenida Saudade), fazendo a ligação da Terceira Seção do Núcleo com a Cidade e o segundo eixo correspondia à Rua Capitão Salomão (que no Ipiranga passou a se chamar Avenida Dom Pedro I a partir de 1949), através da qual a Segunda Seção fazia ligação com a Terceira, para só então chegar à Cidade. Ao longo dos anos, esses dois eixos transformaram-se nos corredores comerciais destes bairros.

Aos poucos, os próprios moradores do Barracão foram subdividindo seus lotes que tiveram origem com o Núcleo colonial, sem que houvesse regras para loteamentos, sendo seguido apenas o Código de Posturas de 1902 quanto às dimensões dos arruamentos e alinhamentos. Nessa época, alguns filhos de proprietários de lotes do núcleo começaram a comprar a parte dos próprios irmãos, como fez Anillo Fávero, que ampliou seu patrimônio fundiário comprando terras também de Mansueto Buonaccorsi. Alguns empreendedores iam além do loteamento, com a construção de casas para trabalhadores, que não chegaram a constituir "vilas operárias"³³. No terreno concedido ao filho de Guerino Giroto, na Segunda Seção, foi construída por ele uma pequena vila de casas para vender ou alugar. A Vila Brússolo se constituiu nos mesmos moldes. A Vila Adalberto Roxo, como seu próprio idealizador afirmou, era apenas um conjunto de casas a preços acessíveis, destinada a trabalhadores do bairro em geral, e não para alguma indústria, cuja renda foi destinada ao Asilo Padre Euclides.



³³ Considera-se vila operária o conjunto de casas construídas por uma empresa, portanto, localizadas próximas à mesma, com finalidade de abrigar seus trabalhadores, gratuitamente ou perante pagamento de aluguel.

Fig. 33: Vila Adalberto Roxo, 1925 (Fonte: Arquivo do Asilo Padre Euclides)

A Fig. 40 mostra os loteamentos feitos na área de estudo desde o início, já estudados em 2002 pela autora da presente tese:

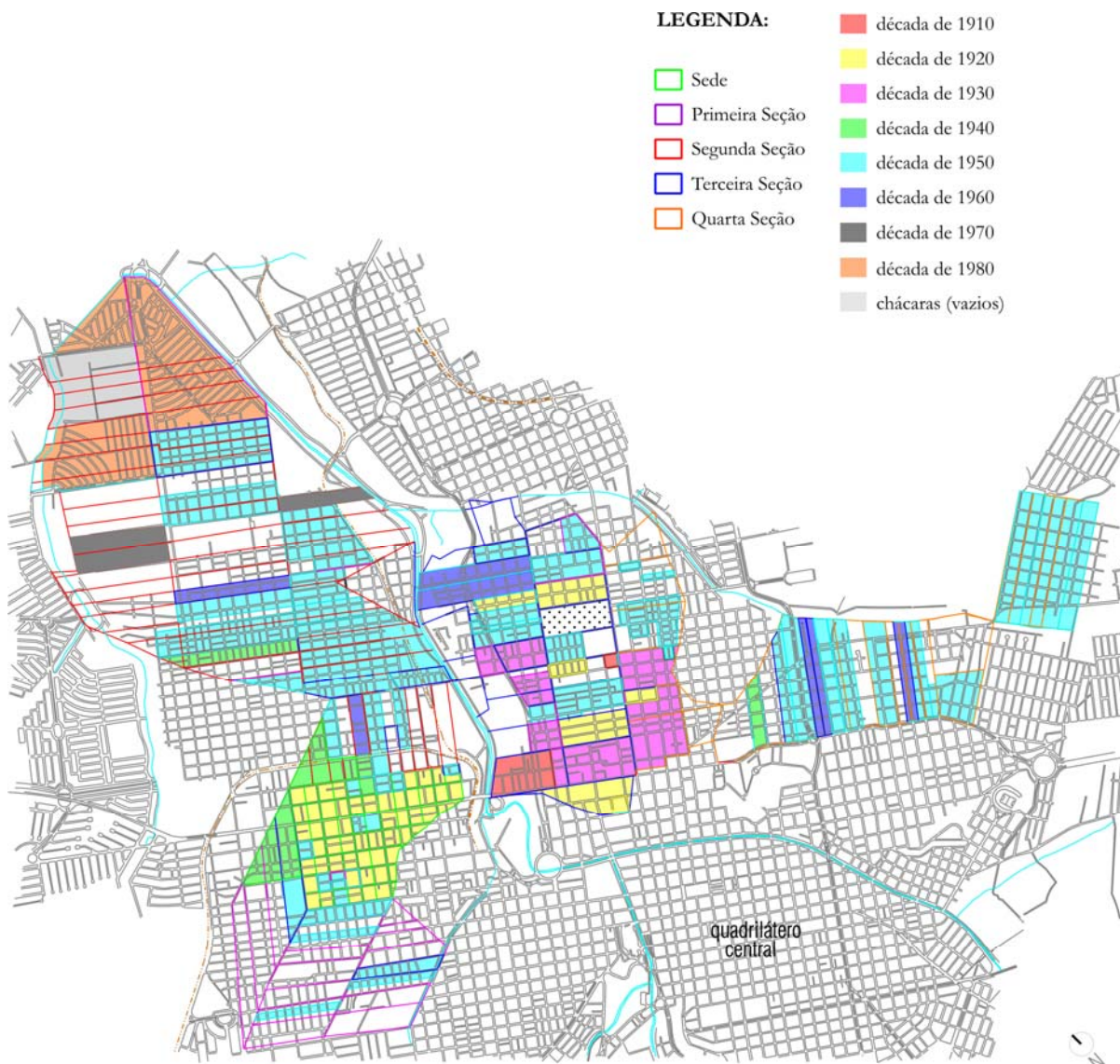


Fig. 34: Loteamentos na área de estudo a partir de 1910 (Fonte: SILVA, 2002)

Com a multiplicação dos moradores do Núcleo e a chegada de mais pessoas na cidade, após a queda nas construções causada pela Primeira Guerra, o setor de construções foi retomado, como pode ser observado na Tabela 4, a seguir:

TABELA 4
CONSTRUÇÕES E RECONSTRUÇÕES EM RIBEIRÃO PRETO E NA ÁREA DE ESTUDO, ENTRE 1915 E 1929

Data	Construções ou Reconstruções Total na cidade	Construções ou Reconstruções Área de estudo	Construções ou Reconstruções Área de estudo(%)
1915	192	26	13,5
1916	175	20	11,4
1917	118	14	11,8
1918	62	06	9,7
1919	67	08	11,9
1920	66	06	9,0
1921	113	13	11,5
1922	286	72	25,1
1923	237	55	23,2
1924	312	75	24,0
1925	272	60	22,0
1926	257	50	19,5
1927	397	93	23,5
1928	419	85	20,0
1929	241	52	21,6

Fonte: SILVA, 2002

Entretanto, não eram somente lavradores e constituintes da classe operária que habitavam a área de estudo. O jornal A Cidade anunciava em 05/08/1915 os serviços do engenheiro e arquiteto José de Toffoli, morador da Rua Liberdade, no Bairro Retiro, que fazia limite com a Terceira Seção do Núcleo. Da mesma forma, outros construtores encontraram no Núcleo colonial um filão do mercado de construção nesta época, pois era onde a classe trabalhadora da cidade estava se concentrando.

Segundo ROLNIK (1997), estes anos foram marcados pela transição entre o modelo político e territorial da Primeira República e a passagem para um Estado intervencionista, com forte apelo nacionalista, que se dirigia às massas de moradores urbanos, pobres e necessitados. Estas mudanças foram catalisadas pelo rápido aumento do número de carros e pressão por novas oportunidades de moradias, inaugurando “*a era dos projetos viários, do incremento da intervenção do governo na provisão de serviços e de emergência da expansão da fronteira interna como estratégia de acomodação dos assentamentos populares*” (ROLNIK, 1997, p.160).

A partir desta época, a política de saúde pública também mudou, e a prática sanitária passou a ser regida pelo esforço educativo, não mais pela política sanitária: “*a repressão, o policiamento da habitação, da água, do esgoto e do doente. A pesquisa científica perde em importância* (RIBEIRO, 1993, p.14)”.

No ano de 1918 observou-se uma forte queda no número de construções na cidade e também na área de estudo, devido ao abalo econômico motivado pela forte geada que devastou os cafezais paulistas. Esse fato refletiu diretamente no setor de construções da cidade, pois, como já se sabe, a maior parte dos habitantes exercia funções que, mesmo que não fossem diretamente ligadas à produção de café, faziam parte das atividades por ele geradas. Com a diminuição nas importações, a Primeira Guerra também impulsionou a indústria nacional, principalmente no setor de alimentação, contribuindo para o aumento gradativo das construções na cidade (PRADO JÚNIOR, 1986).

No entanto, o maior aumento no setor de construções foi verificado a partir de 1922, em função de um acontecimento local: em 1921, Flávio Uchôa (que era proprietário da *Empreza de Aguas e Exgottos de Ribeirão Preto*) inaugurou a *Companhia Electro-Metalurgica Brasileira*, como forma de aproveitar todas as parcelas de energia útil de sua outra poderosa instalação, que era a *Empreza Força e Luz de Ribeirão Preto* (GUIÃO, 1923). A Companhia se localizava no bairro Tanquinho, próximo ao Núcleo Colonial Antônio Prado, contribuindo para o impulso na urbanização destes bairros. No ano seguinte, a seu pedido, foi implantado um ramal da Ferrovia São Paulo-Minas, fazendo a ligação entre Ribeirão Preto e São Sebastião do Paraíso, de onde era provinha a matéria-prima da metalúrgica (CIONE, 1997).



Fig. 35: Estação da Companhia São Paulo-Minas, localizada próximo à Terceira Seção, cujos trilhos cortavam seus lotes, configurando uma nova "ruptura" no tecido urbano que contribuiu para a não-valorização fundiária desta área (Montagem da autora).

Assim, em 1925 o mapa de Ribeirão Preto já mostrava toda a Sede e Terceira Seção inseridos em sua malha urbana, como mostra a Fig. 36:

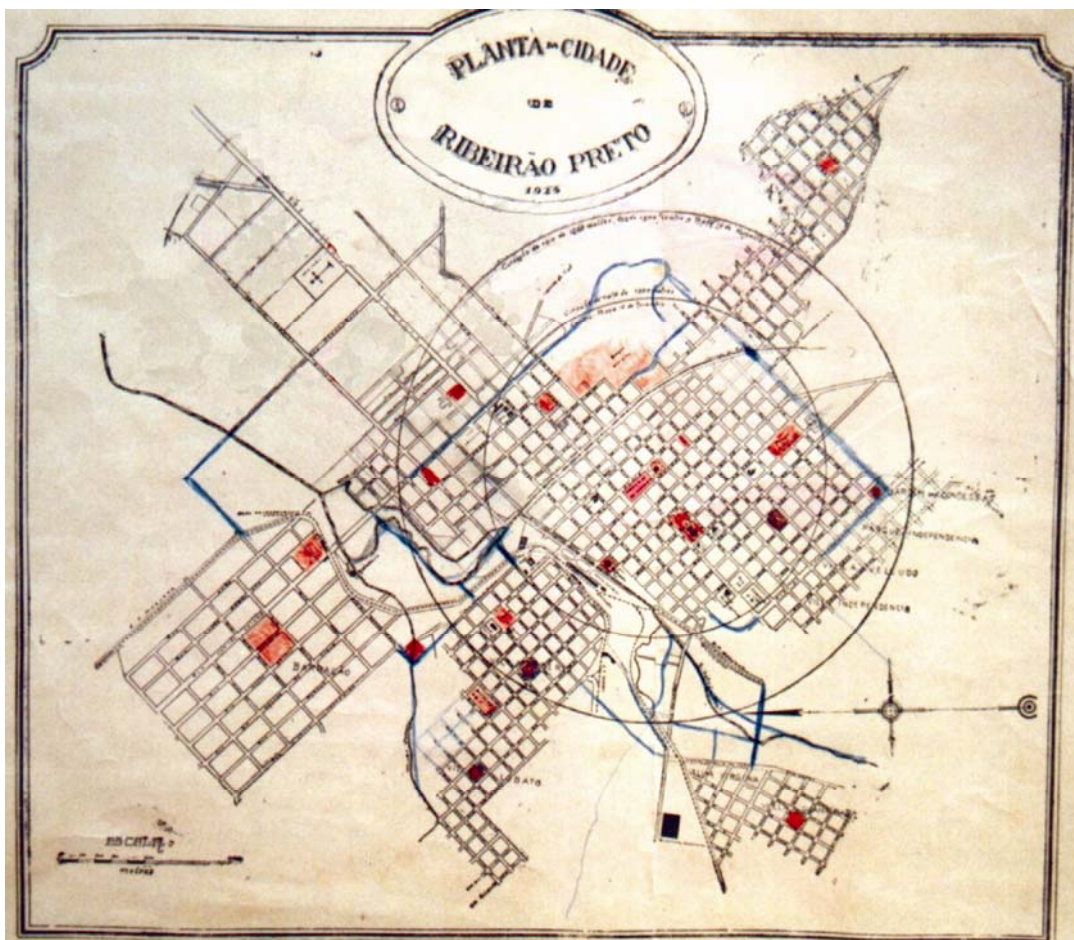


Fig. 36: Mapa de Ribeirão Preto em 1925 (Fonte: APHRP)

O Código de Posturas de 1921 determinava que as ruas deveriam conservar em seus prolongamentos as mesmas larguras anteriores, sendo que o Engenheiro da Prefeitura, Antônio Soares Romeu, manteve inclusive aquelas que constavam do traçado original da Sede do Núcleo Antônio Prado. Entretanto, as subdivisões das chácaras geravam ruas e travessas particulares, muitas vezes sem saída, sem que fosse previsto um plano geral para a hierarquização de vias. Isso acontecia, pois as glebas eram adquiridas através dos herdeiros das terras do Núcleo Colonial Antônio Prado, sendo que, ao loteador cabia, dentro da área adquirida, apenas a obrigação de dividir os lotes, abrir as ruas de acesso a eles e cuidar de sua preservação, como determinava o referido Código de Posturas.

MARTINS (1992) elaborou estudo semelhante para o Núcleo Colonial de São Caetano, onde pode ser observado que o traçado original das ruas e lotes do núcleo também permaneceram, coincidindo com a malha atual, de acordo com a Fig. 37 a seguir:



Fig. 37: Planta do Núcleo colonial de São Caetano (1877), sobreposto à malha atual de São Caetano, organizado por José de Souza Martins (MARTINS, 1992).

Nota-se a semelhança deste mapa com o mapa do Núcleo Colonial Antônio Prado sobreposto à malha atual de Ribeirão Preto, já apresentado na Fig. 01.

A comissão responsável pelo inquérito sobre habitações realizado em 1893 para a cidade de São Paulo havia encarregado o poder municipal de “salvar a cidade ameaçada”, proibindo os abusos nas zonas mais novas que se adensavam com a chegada de imigrantes e de outros trabalhadores (RIBEIRO, 1993). O referido núcleo colonial constituiu em Ribeirão Preto uma destas “zonas mais novas” para onde se dirigiram os imigrantes. Essa área já se encontrava isolada geograficamente e não sofreu o mesmo problema de adensamento da região central. As casas ocupavam o centro do lote, e mantiveram os recuos necessários à salubridade.

A área sempre foi desvalorizada desde sua formação. A localização do núcleo em terras de várzea, somando-se às barreiras físicas da Ferrovia Mojiana, seu posterior ramal para Sertãozinho e os novos trilhos da Ferrovia São Paulo-Minas formaram, juntos, barreiras físicas que desfragmentaram o tecido urbano do núcleo, contribuindo para impedir a valorização de suas terras, conforme mostra a foto aérea da região que dá início ao núcleo, de onde saem as avenidas:



Fig. 38: Vista do Núcleo a partir da Cerâmica São Luiz, mostrando as barreiras físicas que desfragmentaram o tecido urbano (Fonte: SPGA)

Apesar da pouca infra-estrutura, as construções registradas na área de estudo prosseguiram entre 1930 e 1950, conforme pode ser visto pela Tabela 5:

**TABELA 5
CONSTRUÇÕES E RECONSTRUÇÕES EM RIBEIRÃO PRETO E NA ÁREA DE ESTUDO,
ENTRE 1930 E 1950**

Data	Construções ou Reconstruções Total na cidade	Construções ou Reconstruções Área de estudo	Construções ou Reconstruções Área de estudo(%)
1930	155	22	14,2
1931	151	29	19,2
1932	104	23	22,1
1933	92	12	13,0
1934	97	14	14,5
1935	138	26	18,9
1936	112	17	15,0
1937	116	20	17,0
1938	178	33	18,5
1939	187	31	16,6
1940	188	29	15,4
1941	206	48	23,3
1942	114	35	30,7
1943	95	17	17,9
1944	100	14	14,0
1945	139	39	28,0
1946	271	98	36,0
1947	407	134	32,9
1948	604	191	31,6
1949	806	288	35,7
1950	1088	495	45,5

Fonte: SILVA, 2002

O mapa da cidade em 1935 já mostra a Sede e a metade da Terceira Seção inseridas no perímetro urbano, pois tiveram sua urbanização acelerada pelo crescimento industrial. Entretanto, a Primeira, Segunda e Quarta Seções ainda faziam parte da zona rural, e não contavam com melhoramentos urbanos. Uma vez que o valor da terra é determinado

pela sua procura no mercado e isto varia em função das suas "externalidades" (tipo de urbanização e infra-estrutura existente no bairro, maior ou menor facilidade de acesso aos bens de consumo coletivo, serviços públicos, comércio, áreas de lazer etc.), esse foi um período em que diversos especuladores imobiliários puderam adquirir essas terras a um preço baixo e passaram a aguardar os investimentos públicos, para só então disponibilizá-los ao incorporador pelo maior preço possível (AZEVEDO, 1982). Esta delimitação reforçou a exclusão das áreas periféricas da cidade, fazendo com que o valor imobiliário destes terrenos não se elevasse, uma vez que, para tanto, era imprescindível que fossem executados serviços de infra-estrutura.

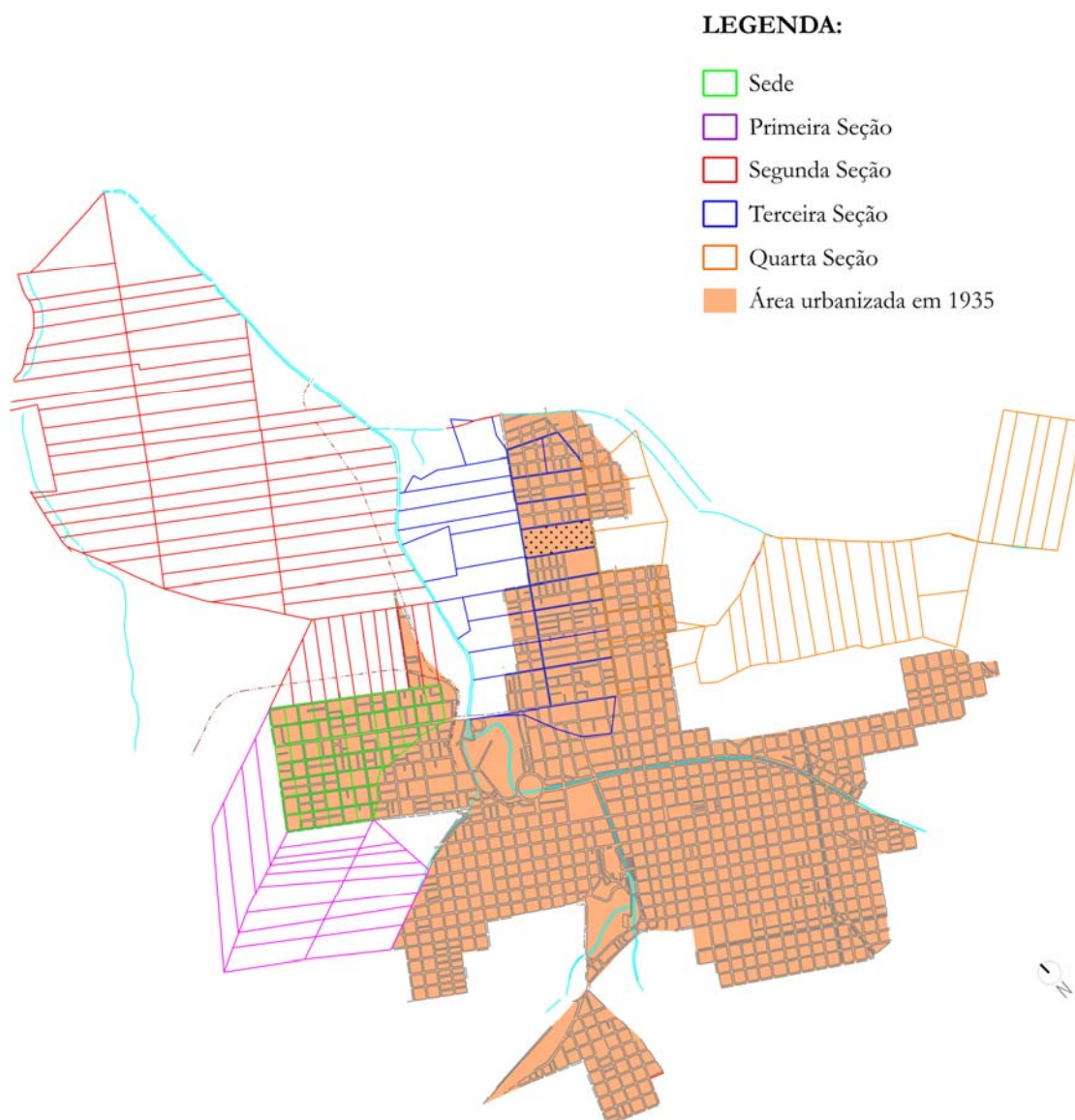


Fig. 39: Perímetro urbano de Ribeirão Preto em 1935 (Fonte: SPGA)

Durante o ano que precedeu a crise de 1929, 23,5% das construções de Ribeirão Preto estavam no Barracão de Baixo ou Barracão de Cima. No ano do *crack* da Bolsa de Nova Iorque, houve uma queda no setor de construção do Município de 57,5%, sendo que a área em questão acompanhou o decréscimo, com queda de 56%. Após a década de 1930, embora a questão sanitária continuasse presente no discurso sobre a habitação social, ela deixou de predominar como problemática central, dando lugar a dois temas principais: *“a habitação vista como condição básica na reprodução da força de trabalho e, portanto, como fator econômico com influência na estratégia de desenvolvimento nacional e acumulação capitalista, e a habitação como elemento importante na formação ideológica, política e moral do trabalhador e, portanto, decisiva na criação do “homem novo” e do trabalhador padrão que o regime queria forjar”* (BONDUKI, 1994, p.68), por meio da absorção significativa dos salários para este fim. Difundiu-se a idéia segundo a qual a aquisição da casa própria “educava” o trabalhador e ao mesmo tempo dava estabilidade ao regime, contrapondo-se supostamente a idéias socialistas ou comunistas. Uma das principais iniciativas do Estado no sentido de regulamentar as condições de reprodução da força de trabalho foi a interferência na questão da previdência, que propiciou recursos que foram destinados ao financiamento da produção habitacional. Para esta finalidade, ao longo dos anos de 1930 foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP), embora sua atividade sempre tenha estado ligada aos benefícios previdenciários – aposentadorias e pensões – do que propriamente à habitação (BONDUKI, 1994).

Sendo assim, tanto pela atração exercida pelas oportunidades de emprego na agroindústria como pelo início do auxílio governamental para a aquisição da casa própria (embora muito deficitário), verificou-se que até 1946, de um modo geral, as construções em Ribeirão Preto voltaram a crescer, com pico que chegou a 36% na área de estudo.

Em 1933, segundo MIGLIORINI (1997), uma intervenção municipal fazia uma “adaptação” do Código de Obras para São Paulo, conhecido por “Código Arthur Saboya”, através do qual foram definidos anéis concêntricos que dividiam a cidade em zonas central, urbana, suburbana e rural. Assim, a zona definida pelo anel central passou a ter os preços constantemente elevados, levando à ocupação das áreas suburbanas pelas classes mais baixas, entre as quais se encontravam todas as seções do Núcleo Colonial Antônio Prado. Esta divisão gerou, em Ribeirão Preto, problema semelhante àquele apontado por ROLNIK (1997), referindo-se à cidade de São Paulo, que foi o retalhamento das áreas de terrenos baldios, na zona suburbana e rural. Além disso, em virtude dos

vultosos lucros que o negócio de terrenos a prestação facultava aos seus proprietários, o município se viu com sua superfície retalhada, com proliferação de ruas que eram entregues ao público sem exigências urbanísticas.

A primeira legislação para a aprovação de loteamentos aconteceu por meio do Decreto Lei Federal nº 58, de 10 de dezembro de 1937, segundo o qual, os loteamentos de áreas urbanas somente seriam aprovados quando os planos dos respectivos oferecessem os seguintes melhoramentos: água, esgoto, iluminação pública e domiciliar, pavimentação e reservas mínimas de 20% do total a ser loteado com destino a praças e áreas públicas, escolas e parques infantis. Entretanto, esta lei não foi cumprida. Portanto, a infraestrutura passou a ser determinante para a valorização imobiliária, pois, além da possibilidade de lucros com loteamentos nas áreas suburbanas, aberta pela demarcação de um espaço não regulado pela legislação, a rentabilidade dependia também do ritmo da chegada desta infra-estrutura urbana ao bairro (ROLNIK,1997) .

No pós-guerra, ao lado da conseqüente ampliação da demanda habitacional, a falta de materiais agravou uma situação de crise habitacional que já vinha sendo causada devido às formas de provisão de moradia pelo Estado, situação esta que, segundo BONDUKI (1994), independia dessa conjuntura econômica e social, uma vez que as prioridades de investimento nacional se voltavam para a industrialização e desestimulavam a produção de habitação. Nesse sentido, as restrições à produção de moradias de aluguel e ao financiamento para incorporações imobiliárias expressavam esta política. Este desestímulo foi lançado em 1942, com a segunda Lei do Inquilinato, que congelou os preços dos aluguéis por dois anos, gerando graves conseqüências para a produção de moradia rentista. Com essa medida, praticamente caiu pela metade o número de construções em Ribeirão Preto entre 1943 e 1944, sendo que a área de estudo acompanhou a situação. Por outro lado, passados estes dois anos desfavoráveis ao setor construtivo, havia ainda grande disponibilidade de terrenos resultantes das seções do antigo Núcleo colonial, a preços muito mais acessíveis do que no restante da cidade, constituindo um mercado rentável e ainda pouco aproveitado.

Atento a este "filão" mercadológico, no ano seguinte, o empresário Jamil Jorge construiu 44 casas entre as ruas Tamandaré e João Ramalho (hoje Travessa Jorge Jabur), e denominou Vila Santo Antônio, mas ficaram conhecidas como "Vila do Rei do Fumo", e assim são chamadas até hoje. Embora não tenha sido um projeto específico para alguma

empresa e por isso não constituíram “vilas operárias”, assim foram denominadas por abrigar operários da região.

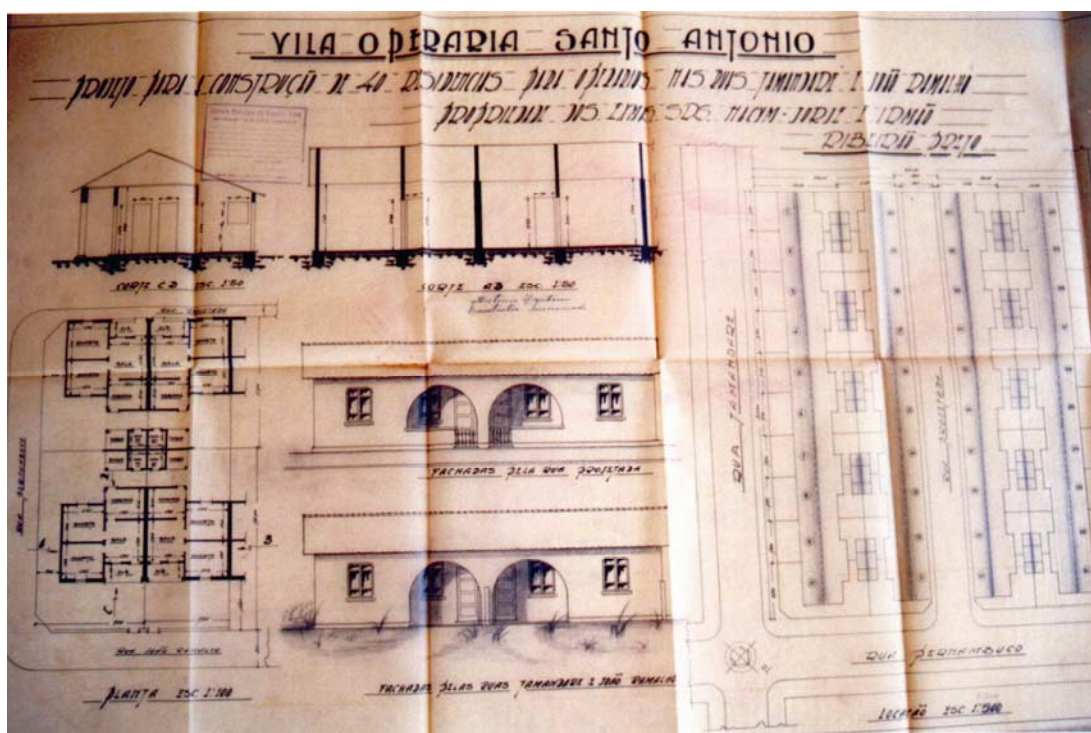


Fig. 40: projeto da Vila Santo Antônio (APHRP).

As únicas vilas operárias construídas na área de estudo foram a vila construída na Cerâmica São Luiz e a Vila Matarazzo, construída exclusivamente para os funcionários graduados que as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo³⁴ haviam trazido da Itália. Entretanto, este tipo de empreendimento para casas operárias ainda era pontual, pois não havia uma política pública de incentivo à moradia popular. BONDUKI (1994) explica que no período do Estado Novo, generalizou-se a opinião segundo a qual a iniciativa privada não conseguiria resolver o problema habitacional, e, inclusive, teria sido ela própria quem o havia gerado. Seria, pois, inevitável a intervenção do Estado.

Do lado oposto da cidade, a década de 1940 marcava o início das incorporações destinadas aos setores de renda média e média alta. Durante a gestão do Prefeito Fábio de Sá Barreto (1937-1944), a Praça XV foi remodelada, recebeu projeto paisagístico, dois

³⁴ Segundo Vichnewski (2004), no final de 1934 a empresa Matarazzo adquiriu um terreno no centro da cidade para a construção de uma fábrica para beneficiamento de algodão e de azeite (e para extração de querosene), cuja previsão de início da construção era para o ano seguinte. Em 1945, a empresa adquiriu um terreno com aproximadamente 151 mil metros quadrados no bairro Barracão (atual Campos Elíseos) para instalação de um grande complexo industrial têxtil e em 1951 foi construída a vila operária no mesmo bairro.

coretos e uma fonte luminosa; no mesmo quarteirão, foi demolido o Teatro Carlos Gomes, que já se encontrava desgastado e cuja arquitetura “não mais combinava” com a do Teatro Pedro II, que se encontrava em frente à mesma praça, e seguia o estilo dos teatros de ópera de Paris; além disso, já em 1935, o chamado “Quadrilátero Central” já estava praticamente definido no desenho da cidade (VALADÃO, 1998). Dessa forma, Ribeirão Preto se preparava para a substituição de uma “modernidade neoclássica e higienista” por uma nova “modernidade metropolitana”, cujos símbolos são o automóvel, os arranha-céus e a arquitetura moderna (BONDUKI, 1994). Em 1936, Antônio Diederichsen já havia construído no centro o primeiro edifício de múltiplo uso em concreto armado na cidade e, em 1947, iniciava a construção do Hotel Umuarama, finalizado em 1951, marcando o início da era dos edifícios altos em Ribeirão Preto.

Atento à retomada do crescimento econômico e populacional experimentados pelo Município a partir da década de 1940 e aos problemas urbanísticos que aconteceram em decorrência do aumento populacional, o engenheiro-urbanista José de Oliveira Reis elabora, no ano de 1945, o primeiro Plano Diretor para Ribeirão Preto.

Por meio deste projeto, José de Oliveira Reis apresentava propostas de zoneamento, definia o sistema viário e criava áreas públicas, propondo uma estrutura urbana para abrigar uma população projetada de 400 mil habitantes (CALIL JR. & FERRARINI JR., 1999). Para tanto, era prevista a área de expansão urbana do Município, a partir da utilização das seções do Núcleo que ainda se encontravam na forma de chácaras. Este Plano Diretor nunca foi colocado em prática, e o que se observou, a partir daí, foi um desordenado crescimento urbano, acentuando ainda mais a exclusão social estimulada pelo mercado imobiliário de terras.

Outro salto grande no número de construções foi verificado em 1946, quando o setor apresentou um crescimento de 97% em relação ao ano anterior. Neste ano, 36% do total de construções se concentraram nos bairros formados pelas terras do já antigo Núcleo colonial. A média das construções nessa área se manteve por volta de 33% do total executado até 1949, quando então praticamente metade das obras residenciais em Ribeirão Preto se encontrava na área de estudo. Em 1950, quando a população chegava em 63.312 habitantes (KELLER, 1954), apenas os Campos Elíseos contavam com 19.400 habitantes, para 3.773 residências (DIÁRIO DA MANHÃ, 09/01/1951), abrigando praticamente um terço da população total de Ribeirão Preto.

Contudo, deve-se salientar que a expansão de Ribeirão Preto nesta direção foi ocasionada muito mais pela imensa valorização dos terrenos da área central e zona sul, ao lado de situações geradas em função de iniciativas municipais, do que pelo apoio dado, de fato, pelos governos federal, estadual ou municipal à construção de habitação popular. Como bem salienta BONDUKI (1994), o problema da moradia acabou sendo resolvido pelo trabalhador, uma vez que os Institutos de Aposentadoria e Previdência não tinham como objetivo específico enfrentar esta questão. A ação do poder público local na provisão de moradia só se manifestou por meio de intervenções regulatórias, a partir de 1947, quando começaram a ser criadas leis municipais que incentivavam e facilitavam a construção da casa própria aos trabalhadores³⁵.

Diante de todas as condições favoráveis e muitas terras disponíveis, que passaram a se encontrar mais “próximas” da área central (considerando a introdução do uso do automóvel), teve início o processo acelerado de loteamento das terras das seções ainda disponíveis do núcleo, e, nos vinte anos seguintes, a área foi totalmente incorporada à malha urbana da cidade, conforme já foi mostrado em mapa neste trabalho. Apesar das melhorias, o jornal Diário da Manhã ainda denunciava em 1947:

A Rua Capitão Salomão, se possui um trecho calçado apresenta outro trecho, bem grande, nesse lamentável estado. O calçamento é esperado ansiosamente. E há muitos anos. Até hoje, é o que se vê, buracos, poeira infernal, pedaços intransitáveis. Quando chove, o tormento ainda é maior. A lama atinge a tudo e a todos. (...) enquanto o povo dos Campos Elíseos é assim tremendamente relegado ao esquecimento pelos homens que tentam governar, os bairros chiques, embora bem mais novos, estão calçados (DIÁRIO DA MANHÃ, 1947 - recorte do APHRP).

Às vésperas da década de 1950, notou-se a permanência da maioria das glebas provenientes da Primeira, Segunda e Quarta Seções ainda desocupadas, como vazios

³⁵ A Lei nº 13, de 1º de dezembro de 1947, isentava dos impostos municipais pelo prazo de dez anos todos os prédios que fossem construídos em qualquer uma das vilas da cidade situadas na zona suburbana no prazo de dois anos a partir da publicação desta lei. A Lei nº 52, de 12 de outubro de 1948, determinava para o próximo ano que a Prefeitura Municipal passasse a destinar 10% da renda prevista dos Impostos de Indústrias e Profissões para a Fundação Casa Popular, que seriam empregados na aquisição de terrenos que seriam cedidos a operários para a construção de sua casa própria, bem como sua construção, desde que os operários não possuíssem outra propriedade no Município. Após 1947, seguiram-se diversas leis de desapropriações de terrenos para prédios que fossem construídos pela referida Fundação. A Lei nº 135, de 21 de janeiro de 1950, concedia desconto de 50% para o imposto predial pago pelo trabalhador que tivesse o salário inferior a Cr\$ 1.500,00 e possuísse um único imóvel, residindo com sua família. A partir do mesmo ano, pela Lei nº 136, de 13 de março de 1950, os proprietários de terrenos baldios estariam sujeitos à cobrança de taxas de água e esgotos, estimulando a sua ocupação.

urbanos em propriedade de especuladores imobiliários urbanos, como pode ser visto através do mapa de Ribeirão Preto em 1949:

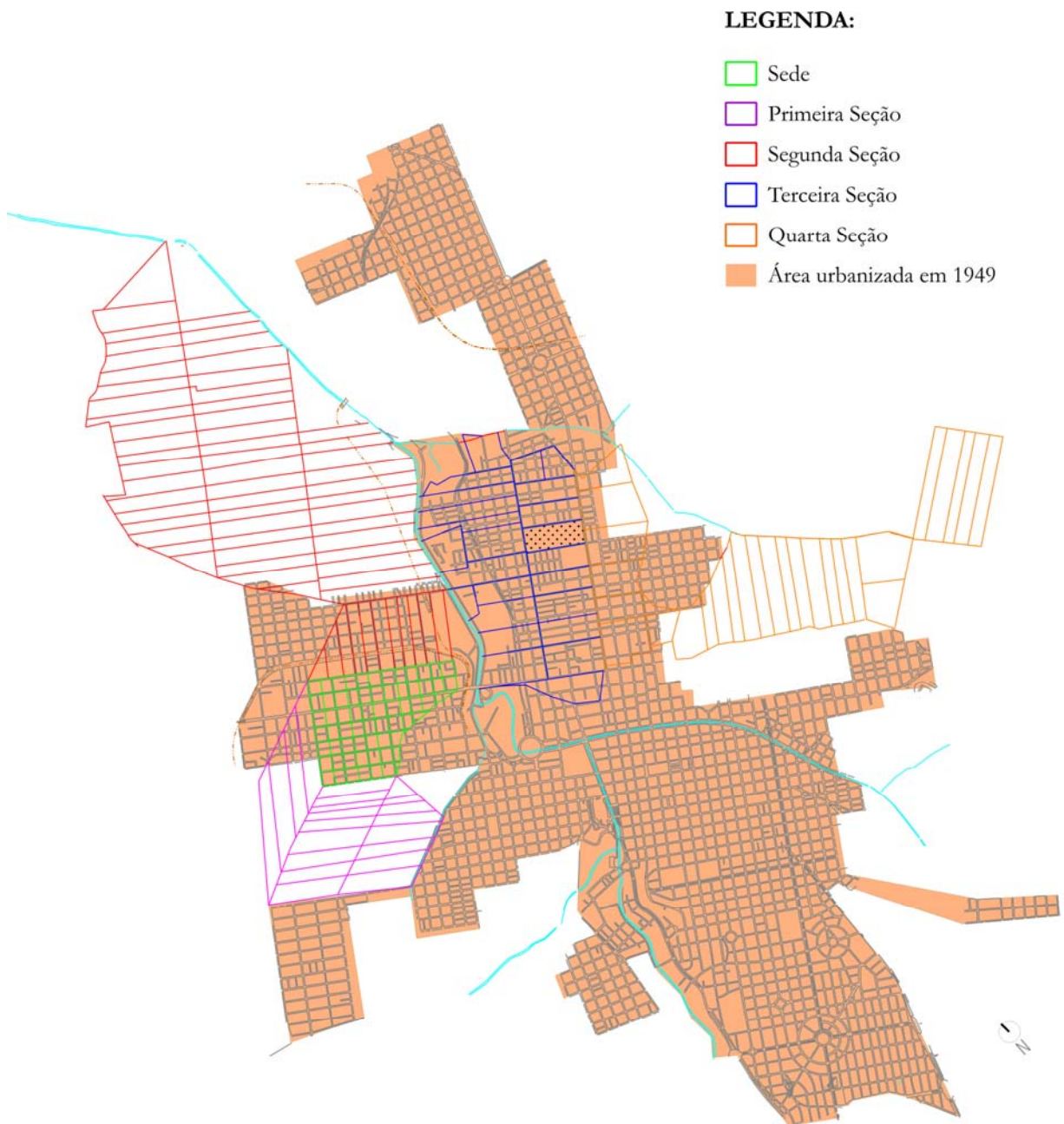


Fig. 41: Mapa de Ribeirão Preto em 1949 (APHRP).

Na Primeira Seção, praticamente ainda não havia subdivisões entre os lotes e a maioria dos proprietários não possuía nenhuma ligação com os primeiros moradores do Núcleo. O mesmo aconteceu para a Segunda Seção, e a Terceira restavam poucos lotes disponíveis. Já os lotes da Quarta Seção, embora não urbanizados, encontravam-se todos em propriedade de três pessoas. Porém, quando aconteceu o loteamento dessa

área, foram levantados nomes de praticamente um proprietário diferente para cada terreno original desta Seção, indicando que cada um desses loteadores não comprou suas terras diretamente dos herdeiros dos primeiros proprietários. Pelo mapa de 1949, a Sede já se encontrava totalmente inserida na malha urbana, não mais havendo terrenos disponíveis (na forma de lotes rurais). Portanto, a Primeira, Segunda e Quarta Seções encontravam-se totalmente entre especuladores imobiliários, uma vez que estas três áreas ainda eram mantidas desurbanizadas.

O asfaltamento da Via Anhangüera em 1948 ligando Ribeirão Preto a Campinas contribuiu para a criação de um novo vetor de expansão industrial por prolongamento do vetor São Paulo-Campinas (CANO,1992). Com isso, Ribeirão Preto iniciou uma nova fase de desenvolvimento regional, estruturando-se em torno da região servida pela Via Anhangüera, substituindo o eixo anterior que era a Mojiana. Com a Via Anhangüera, criou-se um novo eixo de expansão da cidade, dando início ao loteamento da porção leste da Quarta Seção, que se completa em apenas doze anos, entre 1950 e 1962. Assim, a década de 1950 foi marcada pela intensificação da abertura de novos loteamentos na área do antigo Núcleo, que continuaram a ocupação da porção Nordeste, bem como da porção Norte, acompanhando o crescimento demográfico de Ribeirão Preto, que, entre 1950 e 1980, superava os índices obtidos para o Brasil e para o Estado de São Paulo (SEMEGHINI *apud* CANO, 1992). Neste período, as casas que foram construídas nos loteamentos surgidos a partir dos desmembramentos de lotes remanescentes das seções do Núcleo colonial seguiam, em geral, os tipos apresentados pelas Fig. 43 a 46 a seguir.

Verifica-se assim que, embora tenha havido vários incentivos ao crescimento de Ribeirão Preto, não houve, entretanto, preocupação com a regulamentação, principalmente da zona norte, deixando evidente, em sua imagem, vazios de glebas e de lotes, periferias rarefeitas, centros congestionados, de tal sorte que a malha urbana atual constitui uma série de "tabuleiros de xadrez" desconectados entre si (BRUAND, 1991). Eles foram configurados desde o núcleo central, nos loteamentos oficiais e particulares, e permanecem até hoje. Estes loteamentos podem explicar a diversidade das direções dominantes no desenho da malha urbana em torno do núcleo original definido por um traçado regular. Ao mesmo tempo, denunciando a inexistência de qualquer plano urbano que regulasse o processo de expansão, ficava evidente o privilégio dos interesses privados segmentados, em detrimento da qualidade urbana do conjunto do bairro e da cidade, do fator econômico em detrimento do social (VALADÃO, 1998).



Fig. 42 a 45: Casas na Rua Silveira Martins, nos Campos Elíseos, na Travessa Cantareira, na Travessa Paterlini, e na Rua Acre, no Ipiranga (Foto da autora).

CAPÍTULO 4: Uma cidade dentro de Ribeirão Preto

Este capítulo mostra como os imigrantes e seus descendentes que se estabeleceram no Núcleo Colonial Antônio Prado interagiram com a cidade na condição de trabalhadores e como, nesse padrão de interação, desenvolveram uma identidade própria expressa por meio do trabalho, da religião, das festas, das associações e do esporte.

Mostra que também houve uma diferenciação interna entre as seções do núcleo: a Terceira Seção, que deu origem aos Campos Elíseos, desenvolveu-se primeiro e, devido à sua maior proximidade com o centro da cidade, recebeu a infra-estrutura urbana antes do Ipiranga, bairro originário da Sede (Barracão) e Segunda Seção. Esta diferença futuramente chegou a configurar certa disputa entre os moradores, principalmente nas festas populares como carnaval. Entretanto, ao contrário do que se supunha no início do trabalho, não houve segregação entre os bairros nem casos de conflitos institucionalizados.

O trabalho finaliza com a análise de inventários de vinte dos primeiros moradores e alguns de seus descendentes. Nela ficam patentes os limites à valorização de terras da área, conseqüência da instalação de equipamentos indesejáveis e da carência de infra-estrutura urbana, com reflexos evidentes sobre a inexpressiva ascensão social de seus moradores.

A avaliação da forma de expansão do espaço urbano na cidade vem comprovar que a área do núcleo foi permanecendo como uma ilha em meio à expansão urbana, como se a cidade fosse "desviando" dessa área para crescer. Ao mesmo tempo, consolidava-se como um bairro com características próprias, com seu próprio comércio, independente da área central, com suas atividades de lazer e festejos desvinculados do restante da cidade.

4.1. O Núcleo Antônio Prado e o desenvolvimento de Ribeirão Preto: o núcleo vai à cidade, mas a cidade não vai ao núcleo

O Almanach Illustrado de Ribeirão Preto de 1913 apresenta o Barracão como "o Brás de Ribeirão Preto": "(...) este bairro apresenta um progresso admirável. O seu movimento é semelhante ao de uma grande cidade (...). Possui o bairro aludido grande indústria, desenvolvido comércio, avultado número de habitantes e várias escolas estaduais. É cortado por largas ruas, tem amplas praças e possui prédios de alto valor" (SÁ, MANAIA & CIA., 1913, p.24-25).

A área do Núcleo Colonial Antônio Prado contribuiu não apenas para a primeira expansão da área urbana do município, mas para a diversidade das atividades tipicamente urbanas desenvolvidas desde o auge da economia cafeeira, e criou condições essenciais para o desenvolvimento da indústria e do setor terciário local, sem os quais Ribeirão Preto não teria se consolidado como importante centro regional no estado de São Paulo, e mesmo no país, após a crise de 1929.

Além disso, alavancou uma mudança no perfil do morador urbano da cidade, com a introdução do tipo europeu que não era exclusivamente lavrador – aquele que trabalhava diretamente com o cultivo da terra – , mais politizado, com profissão urbana e que dispunha de condições para se tornar consumidor, com a possibilidade de ganhar com a agricultura e aumentar a renda vendendo a mão-de-obra temporariamente para os fazendeiros de café. Também se encontravam mais próximos da ferrovia e dos centros de compras, diferentemente dos colonos, que ficavam praticamente "isolados" nas fazendas. Segundo PETRONE (1990), os colonos de fazendas não tinham condições e estímulo para uma vida social mais desenvolvida. O despovoamento, o autoritarismo dos fazendeiros e as grandes distâncias que separavam as colônias das fazendas vizinhas impediam o contato mais freqüente com vilas e tornavam as relações sociais escassas. No Núcleo Antônio Prado, ao contrário, as relações sociais eram intensificadas, devido à proximidade com o centro urbano e a liberdade de locomoção de seus moradores.

O tipo de interação mais óbvia era pelo trabalho, seja como pequenos agricultores, seja como artesãos e comerciantes. No primeiro caso, ao incentivar gradativamente a formação de núcleos coloniais no Estado, o governo não queria formar um conglomerado de estabelecimentos agrícolas autônomos e isolados para a exportação de um ou diversos produtos, como ocorrera com o açúcar no Nordeste ou o ouro em Minas Gerais. Queria incentivar mesmo a formação de "viveiros de mão-de-obra" para as épocas de maior demanda de trabalho nas fazendas. No restante do ano, essa população praticava

agricultura de abastecimento, comercializando o excedente na cidade, ou dedicava-se ao comércio e à indústria incipiente. Por isso, os exemplos mais bem sucedidos de núcleos coloniais contavam não somente com trabalhadores agrícolas, mas com pessoas de diversos ofícios, interessadas em estabelecer residência para a família e garantir a prosperidade de seus descendentes na nova terra. Dessa forma, o desenvolvimento do Núcleo Colonial Antônio Prado foi garantido tanto pela cultura de hortaliças e animais, quanto pelo desenvolvimento dos ofícios, do comércio e da indústria.

Tão logo conseguiam o lote, o colono e sua família faziam as demarcações e iniciavam a construção de sua residência, mesmo que precária, assim como relatou Sônia Giroto sobre a vida de seus avós:

Depois construíram a casa deles, colocaram plantas, cobriram e meu pai morou lá até completar um ano. Depois eles se mudaram para uma casa que fizeram recolhendo barro de um buracão. Amassavam com os pés, faziam uns tijolos grandes. Aquela casa existe ainda. Os tijolos eram só para eles, não vendiam. O madeiramento do telhado foi feito com as árvores do lugar, aqui só tinha mato. Compraram as telhas. Era um casarão muito grande, tinha uma sala comprida no meio, os dormitórios dos lados e no fundo tinha duas cozinhas. A sala parecia um salão, os quartos também, com janelas grandes de madeira.



Fig.46: Casa de Guerino Giroto e sua família, em 1900.

O tipo da casa construída pela família Giroto era comum entre os imigrantes, e foram encontradas, próximo a esta, outras apresentando a mesma planta e fachada,

pertencentes às famílias dos primeiros moradores, as quais ainda conservam a arquitetura original, como a casa da Família Fávero:



Fig.47: Casa da Família Fávero (Foto da autora).

Outras ainda apresentam poucas alterações na fachada, mas seguem o mesmo padrão de planta: sala no centro, fazendo a distribuição dos quartos, que são voltados para a frente e para os fundos da casa, e o fogão a lenha do lado de fora, também nos fundos, conforme a casa da Família Brússolo:



Fig.48: Casa da família Brússolo (Foto da autora).

Entre os imigrantes que chegavam à estação, alguns já haviam trabalhado em outras fazendas. Na época de safra, atraída pelos salários, a população flutuante das zonas cafeeiras era grande. Porém, depois da colheita, os colonos abandonavam as fazendas, mudando-se para qualquer lugar onde pudessem viver melhor: se tinham condições, iam para cidades, na tentativa de abrirem comércio ou pequena oficina, ou comprar um lote no núcleo colonial. Caso contrário, iam para outras fazendas, tentavam repatriação ou se dirigiam aos países do Prata. Dentre os requerimentos para lotes analisados, 30 candidatos eram provenientes de outras fazendas ou já viviam na cidade havia mais de um ano, desempregados ou trabalhando como colono em alguma fazenda (SILVA, 2002).

Além das obrigações para com seu próprio lote, os colonos ainda deviam realizar serviços de construção de casas, estradas e pontes por um tempo necessário para se sustentarem até a primeira colheita, no máximo. O salário variava de acordo com a profissão: 1,5 a 2,5 Réis por dia de trabalho aos lavradores e até 5 Réis por dia aos artistas e artesãos, ficando mulheres e menores de doze anos excluídos. Trabalhavam nove horas por dia nos seis primeiros meses e oito horas por dia nos seis meses seguintes, durante quinze dias do mês, e eram inspecionados pelo encarregado, que lhes tomava o ponto quatro vezes ao dia. Estas tarefas foram relatadas por Sônia Giroto:

Tinham que trabalhar para o Governo para pagar o terreno, que não foi doado. Três dias da semana para o Governo e dois dias para si. Sempre tinha um fiscal para ver se estavam trabalhando. Meus avós e tios arrancaram as árvores para fazer a Rua Duque de Caxias. Os Brússolo buscavam pedras no morro com carrinhos de burro para fazer os alicerces da Catedral e da Prefeitura. Nos dois dias que podiam trabalhar para eles, tinham que fazer sua terra produzir para sustentar o povo. Não havia mais escravos para trabalhar e nem comida. No começo, minha avó dizia que eles achavam sementes no lixo: abóbora, banana, mamão. Eles não conheciam mamão e não deixavam as crianças comerem porque achavam que era planta venenosa. Os escravos que ficavam perdidos pelas matas foi quem lhes ensinou a comer mamão. Os escravos ensinavam os italianos. Minha avó morreu com 89 anos e não sabia falar uma só palavra em português.

Quanto à falta de respaldo no momento da chegada, TRENTO (1989) observou:

Os imigrantes tiveram que enfrentar de imediato a desorganização total que caracterizava os núcleos coloniais, tanto públicos quanto particulares (...). Aos problemas citados devem ser acrescentados os atrasos demasiado freqüentes na entrega de sementes, ferramentas de trabalho e nos pagamentos pelas obras públicas em que o colono era engajado durante quinze dias por mês. Além disso, embora autorizado a escolher o próprio lote, o colono, projetado numa realidade agrícola que não lhe era familiar, às vezes recebia terras improdutivas; afora o fato de, geralmente, a experiência e os hábitos que constituíam toda a sua bagagem técnica nem sempre servirem de ajuda no novo contexto. Um

observação à parte merece, enfim, a falta total de assistência médica nas colônias do sul do Brasil, assim como nas fazendas de São Paulo. O médico constituía uma raridade absoluta, mesmo porque, tendo que percorrer 20 ou 30 quilômetros a cavalo para alcançar os núcleos, sua consulta acabava sendo tão cara que os colonos se resignavam a morrer (...) no início do século, havia um médico para cada 5.200 habitantes na região de Ribeirão Preto (TRENTO, 1989, p.90-91;111).

Com toda a dificuldade que enfrentaram-, fica clara a importância dos colonos do núcleo colonial não somente na condição de sitiantes, mas de construtores da infra-estrutura urbana da cidade, em todas as fases de sua economia, ilustradas por depoimentos de descendentes entrevistados:

Eu estava tirando as terras da fazenda Monte Alegre para fazer o açude, houve um desabamento e fiquei enterrado vivo por muito tempo, a doze metros de profundidade (Reinaldo Roberti).

Segundo discussão já iniciada por VALADÃO (1998), o italiano havia introduzido na cidade de Ribeirão Preto o ofício de *capomastri* (mestre-de-obras) e elevado a qualidade da mão-de-obra empregada na construção civil, devido à tradição desta atividade na Itália (tradição esta que vem sendo consolidada historicamente desde a Antigüidade, com a expansão do Império Romano). A pesquisa em fontes empíricas como títulos de propriedade e certidões diversas comprovou a grande quantidade de imigrantes que exerciam o ofício de pedreiro.

4.1.1. A produção hortifrutigranjeira

Os lotes rurais, chamados de "chácaras", eram abastecidos pelo ribeirão Preto e demais córregos da região. A água para consumo era tirada de cisternas construídas pelos colonos. Nos lotes destinados à pequena lavoura produziam milho, arroz, feijão, criavam animais e, em princípio, exerciam qualquer atividade diferente da cafeicultura, que monopolizava a terra das grandes propriedades. Com o apogeu do café, até os sitiantes do Núcleo passaram a plantá-lo. Os moradores do núcleo faziam qualquer atividade que pudesse render algum dinheiro; muitos trabalhavam na época de safra para os fazendeiros da região e faziam suas economias.

Entre os vendedores ambulantes do Barracão, constam no livro de Impostos de 1890 um número de 15 vendedores de frutas, 8 vendedores de verduras e 16 vendedores de leite, evidenciando que eles comercializavam a própria produção.

Plantavam de tudo e minha avó mesmo vendia para os outros na cidade numa carrocinha que eles tinham, que enchiam de cachos de banana (Sônia Giroto).

Os Roberti, seguindo relatos dos entrevistados, produziam manga, milho, mandioca, criavam porcos, galinhas e possuíam uma vaca, tudo apenas para consumo próprio, e não para venda: *"eu ia na Vila Tibério levar leite todo dia para o meu tio Civaldi. Minha mãe fazia queijo. Eu e meus irmãos ajudávamos meu pai na roça capinando, pois só tinha um arado com burro (Ana Roberti)"*.

A família Fávero tinha a produção diversificada em suas propriedades: criavam galinhas e hortaliças para consumo próprio e chegou a plantar café, como fizeram tantos outros sítiantes, além de venderem capim e cortarem lenha. Mas o maior rendimento era proveniente da criação de gado leiteiro, que lhes propiciou condições para adquirir novas terras. Segundo Anillo Fávero, o leite produzido era vendido no centro urbano e os Laticínios Rio Pardo eram seus maiores clientes. Além disso, construíam móveis, máquinas de beneficiar arroz e carroças.



Fig. 49: Propriedade da família Fávero, com a criação de gado, por volta de 1900 (Fonte: Arquivo particular Anillo Fávero).

José Joaquim Vieira, outro colono do núcleo, deixou a família cuidando de suas videiras e oliveiras em Portugal e adquiriu o lote 31A da Sede. Juntamente com uma ex-escrava à qual havia se amasiado e com o filho que veio de Portugal logo em seguida, construiu uma casa de pau-a-pique e formou quatro mil pés de café, tornando-se também produtor de uvas e bananas (VIEIRA,1986). Em Ata da Câmara anterior a 1900, consta que José Joaquim pagou imposto de estabelecimento na Rua Duque de Caxias, na Cidade, sobre venda de pólvora, ferragens, secos e molhados, aguardente, sal, açúcar, fumo, "gêneros da terra", louças e armarinhos. No entanto, após quatro anos, com a chegada da esposa, José Joaquim abandonou tudo e fugiu, deixando suas posses para o filho, Antônio Maria Vieira. Este, juntamente com a mãe, comprou um carro de boi, contratou alguns empregados e passou a trabalhar como carreiro, trazendo tijolos e telhas de Vargem Grande para vender em Ribeirão Preto. Além disso, passou a produzir mel e diversas frutas entre os cafezais: pinha, ameixas, abacate, manga, pêsego, fruta do conde, caju, mexerica, laranja e lima, além de mandioca, milho, feijão, de acordo com a época mais apropriada do ano (VIEIRA, 1986). Parte desta produção era vendida no Mercado Municipal pelo comerciante João Teixeira e outra era remetida para a região através da Mojiana. Foi o primeiro a plantar pêsego luso brasileiro e desenvolveu o sistema de "encapar" a fruta antes de a fruta se desenvolver, para que fosse protegida de insetos (VIEIRA, 1986).

Segundo VIEIRA (1986), seus vizinhos do núcleo também tinham uma produção variada, e cita o italiano Geraldí, que produzia uvas, Américo Bevilacqua, que produzia leite, Vitorio Esperandio, que foi o primeiro produtor de secos e molhados da Sede; e Quarto Bertoldi, que fabricava cerveja e refrigerantes. Este último teve seus produtos premiados na *Primeira Exposição Artística, Industrial e Agrícola do 3º Distrito Agrônomo do Estado em 1901*, que comemorava o 1º Centenário de Abertura dos Portos Nacionais ao Comércio Internacional: vinho branco nacional, vermouth, vinho quinado e diversos tipos de licores, além de água mineral, água com gás, conhaque, amargo estomacal, rum (Negrinha) e a famosa cerveja Mulatta. Na mesma ocasião, Luiz Fávero, outro morador do Núcleo, já citado, ganhou um prêmio pela produção de mandioca (Anillo Fávero, abril de 2001).

A felicidade crescia porque os rendimentos também cresciam e a vida era silenciosa. De vez em quando o silêncio era interrompido por um carro de boi que ia vagarosamente atravessando a mata virgem (...) Quando o Sr. Antônio se via embaraçado com as capinas, chamava o compadre Isidoro, que reunia uma turma de trabalhadores e em dois ou três dias limpavam

os matos de todas as plantações numa grande amizade (VIEIRA, 1986, p. 22;33).

Como não interessava aos fazendeiros o plantio de outro produto diferente do café, os gêneros de subsistência se tornaram cada vez mais escassos e, em conseqüência, houve grande aumento nos preços. Dessa forma, estes pequenos sítiantes colaboraram em grande parte no abastecimento de Ribeirão Preto e demais cidades no entorno enquanto o café monopolizou os solos férteis da região, pois a produção também era distribuída através da Mojiana.

Nas décadas iniciais do século XX, a pequena propriedade permanecia, com o registro de dezessete moradores do Barracão contribuintes com Impostos sobre Cafeeiros, entre 1917 e 1918.

Nessa época em que a média da produção de café entre os pequenos sítiantes do Barracão variava entre mil e sete mil pés, as maiores propriedades produziam entre um e quatro milhões de pés de café. Este fato chamou a atenção de DENIS (1927), que visitou a região na década de 1920. Segundo esse autor, a produção de café pelos moradores do Núcleo garantia-lhes um rendimento, por pé de café, superior àquele obtido através de trabalho como colonos ou camaradas nas grandes propriedades. Os primeiros ainda não arcavam com gastos em máquinas de beneficiar, atividade que era terceirizada, conforme suas palavras:

Os mais ricos teem 20.000 pés, outros 10.000, 5.000. Alguns até menos de um milhar. A difficuldade de adaptar a cultura do café á pequena propriedade foi resolvida aqui d'um modo differente. Como cada um d'estes italianos não podia possuir as machinas necessarias, levam o café á cidade, onde um industrial se encarrega de lhe dar a preparação indispensavel , ficando, para seu pagamento, com uma parte da colheita. Desde que as machinas deixam de pertencer ao proprio agricultor, a grande propriedade não tem mais razão de ser. Estes italianos parecem que vivem na abastança: a crise não os affectou gravemente. As suas despezas de cultura são insignificantes, e o preço da venda do café é para elles lucro quasi total. Desconhecem a difficil questão da mão-d'obra que atormenta continuamente os fazendeiros seus vizinhos. Emfim, á cultura do café juntam outras pequenas culturas hortícolas, cujo producto encontra saída no mercado de Ribeirão Preto. As mulheres têm a seu cargo este commercio (DENIS, 1927, p. 223).

DENIS (1927) chamou atenção também para o fato de as terras do núcleo já não se encontrarem mais na propriedade dos primeiros moradores, fato que o autor julgava inevitável, ao mesmo tempo em que, estranhamente, a pequena propriedade se mantinha:

o Morro-Cipó não passa da antiga colônia d'Antonio Prado. Pude encontrar, não sem custo, os títulos de propriedades entregues pelo governo aos primeiros colonos, e que têm passado de mão para mão. Se os actuaes proprietarios não são os mesmos a quem a administração distribuiu os lotes o que unicamente a intervenção official permitiu á pequena propriedade foi o poder conservar-se n'uma região onde o regime commum das terras é inteiramente differente. A acção do governo não foi inefficaz, mas também elle não podia agir profundamente contra as tendencias geraes. O que elle creou não desapareceu; porém o nucleo colonial, isolado num meio desfavorável á pequena propriedade, não transformou a região á sua imagem. Tão depressa a cultura do café se transferiu para as collinas de Ribeirão Preto, a cidade augmentou; no meio do impulso prodigioso das plantações e dos negócios, perdeu-se de vista a colônia. E a existencia dos pequenos domínios de Morro-Cipó parece hoje uma extranha anomalia economica a todos aquelles que esqueceram a sua origem. A cooperativa d Orlando e o Morro-Cipó provam, quando muito, que não existe nenhuma incompatibilidade lógica e absoluta entre a cultura do café e a pequena propriedade, mas seria um erro concluir d'ahi que se manifestou um movimento de divisão de propriedades cafézeiras. A propria crise não determinou modificações sensíveis (DENIS, 1927, p.224).

A área do Morro do Cipó não pertencia ao Núcleo Colonial Antônio Prado, mas se localizava no seu limite e também funcionava na forma de pequenos sítios. As observações de DENIS (1927) comprovam que as chácaras tornaram-se centros produtores de alimentos, ao mesmo tempo em que, conforme veremos a seguir, compunham o exército reserva de mão-de-obra para a industrialização.

4.1.2. O desenvolvimento dos ofícios, da indústria e do comércio

DEAN (1984) explica que a razão mais nítida da preponderância de imigrantes nas atividades comerciais foi a ausência quase completa de um quadro de paulistas com um estilo urbano de vida. O mesmo autor ressalta que os imigrantes possuíam muitas vantagens em relação ao trabalhador nacional no que diz respeito às oportunidades de trabalho nas cidades.

(...) além dos seus antecedentes urbanos e da experiência comercial anterior, e além das vantagens que lhes proporcionava um grande mercado de compatriotas, os imigrantes possuíam ainda outra superioridade: as conexões que podiam manter com fontes de capital nos países de origem (DEAN, 1984, p.62).

Também no núcleo colonial os moradores tornaram-se consumidores, com a possibilidade de ganho na agricultura e aumento da renda com o trabalho temporário nas fazendas de café, ao contrário dos colonos que possuíam um baixo poder aquisitivo e que

viviam constantemente endividados nas fazendas. TRENTO (1989) lembra ainda que os imigrantes chegaram no momento de transição do trabalho escravo para o livre, conseguindo se inserir num contexto urbano que oferecia opções de emprego ainda em gestação e definição, portanto, ainda pouco aproveitadas por trabalhadores locais, permanecendo por muito tempo, em todos os setores de trabalho, o monopólio dos estrangeiros.

O complexo cafeeiro gerou aumento populacional, que por sua vez levou à ampliação da infra-estrutura urbana, fazendo proliferar as pequenas manufaturas. Seguindo a lógica capitalista, estas eram alimentadas pelo próprio salário dos operários, pois apenas a mão-de-obra livre alia força de trabalho à capacidade de consumo. Assim, Ribeirão Preto se desenvolveu não somente pela qualidade do solo para a lavoura, mas porque constituiu mercado interno. O Núcleo Colonial Antônio Prado contribuiu para a criação de condições para o surgimento das primeiras indústrias: mão-de-obra abundante e mercado consumidor para os produtos a partir da necessidade de produção de bens de consumo para a população que se deslocou para aquela área. Artigos que a indústria não supria ou cujo lucro não compensava o alto custo com o transporte passaram a ser produzidos localmente, muitas vezes, em oficinas de "fundo de quintal": fábricas de velas, sabão, olarias, oficinas de carpintaria, gráficas, tecelagens, a grande maioria delas, implantadas no Núcleo Colonial Antônio Prado segundo o Código de Posturas ditado pelo urbanismo sanitário. Segundo TRUZZI (2001), a localização de empresas com esse perfil se torna conveniente devido à pequena dimensão dos negócios, da proximidade com o mercado consumidor ao centro da cidade e da disponibilidade de mão-de-obra residente no próprio bairro.

Os requerimentos para a aquisição de lotes encontrados no Arquivo do Estado de São Paulo mostraram que havia imigrantes que possuíam profissões urbanas ou apresentavam como justificativa para adquirir o lote urbano o desejo de iniciar um estabelecimento comercial e, para isso, afirmavam possuir recursos. Foram registrados para a área de estudo um número de sete lavradores, três agricultores, um colono, três oficiais de pedreiro, um marceneiro, dois carpinteiros, um alfaiate e um sapateiro. Além disso, foram encontrados nove pedidos de lotes urbanos justificados pelo desejo de estabelecer algum tipo de comércio ou serviço, e sabe-se que havia muitos outros imigrantes artesãos, de acordo com entrevistas com seus descendentes e por meio dos

Registros de Impostos de Indústrias e Profissões³⁶. Esta condição diferenciou os colonos que se fixaram em núcleos coloniais da grande maioria que se dirigiu para as fazendas de café, pois os fazendeiros procuravam apenas substituir o braço escravo e não tinham interesse no desenvolvimento de povoados que abrigassem imigrantes de perfil urbano – com profissão ou ofício, politizado e tradição de consumo. Os colonos das fazendas, por sua vez, também tinham como objetivo principal trabalhar até formarem um pecúlio para comprar suas terras ou voltar para sua pátria. Muitas vezes percorriam várias fazendas à busca de melhores condições de trabalho. Com isso, outro aspecto que diferencia o imigrante que se estabeleceu em núcleos coloniais do colono que se dirigiu para as fazendas de café era a instabilidade deste último. A evolução dos contribuintes da área de estudo em relação ao restante da cidade entre 1890 e 1927 foi assim representada:

TABELA 8
TOTAL DE REGISTROS DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES³⁷ ENTRE 1890 E 1927

Ano	1890	1900	1910	1918	1927
total na área de estudo	15	62	44	89	89
total na cidade	269	832	613	803	1207
Área de estudo x cidade (%)	5,6	7,45	7,17	11,2	7,37

Fonte: Projeto Memória ACI, 2004

A maior representatividade de estabelecimentos na cidade em 1890 era na área comercial, principalmente com botequins, secos e molhados, armarinhos e fazendas. A participação dos primeiros moradores do Núcleo Colonial Antônio Prado no total de estabelecimentos comerciais e industriais de Ribeirão Preto no início do século era pouco expressiva (em média menos de 8% do total), sendo que nem mesmo aqueles que se estabeleceram na Sede estavam exercendo atividades urbanas nessa época. Isso indica que os moradores do Núcleo estavam obtendo seus ganhos a partir de atividades predominantemente rurais, além do comércio nascente de terras. Por outro lado, verificou-se que essas atividades ocorriam cada vez mais na área de estudo, ou seja, por pessoas que adquiriram lotes posteriormente, através da compra do lote de um colono.

³⁶ A **Tabela 6** em anexo, mostra quais eram essas atividades praticadas na área entre 1890 e 1927, segundo os registros de Impostos sobre Indústrias e Profissões. Em seguida, a **Tabela 7**, também em anexo, mostra cada uma das atividades praticadas e o contribuinte. A inserção das tabelas 6 e 7 em ANEXOS deveu-se ao detalhamento dos assuntos que as mesmas contém, ficando a critério do leitor sua leitura ou não ao final, sem interrupção no texto corrente.

³⁷ Desconsiderando os futuros distritos de Guatapará, Vila Bonfim e as fazendas da região.

Até 1910, não era possível saber se a atividade contribuinte era da segunda ou terceira seção, pois aparecia apenas a referência "Barracão". Nos impostos de 1918 já foi possível a distinção.

A seção onde se concentrou a maior quantidade de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços foi a Terceira Seção. Este fato contraria a tendência da localização dos serviços na seção denominada Sede (onde se formou o Barracão de Cima), que apresentava como exigência para a obtenção de um lote a pretensão de o candidato constituir um "negócio urbano". Mas isso pode ser explicado pelo fato de a parte mais próspera do Barracão (que foi o Barracão de Baixo) ter sido formada pela junção de parte da Terceira Seção com o já existente bairro Retiro, às margens do Córrego Retiro, onde já se encontravam alguns estabelecimentos comerciais e pequenas fábricas. O Retiro e o Barracão se encontravam separados do núcleo urbano principal apenas pelo Córrego Retiro e contavam ainda com uma ponte. Já a Sede passava pela Terceira Seção ou pela Vila Tibério para se ligar à Cidade, após o cruzamento da linha do trem, permanecendo inicialmente mais distante do mercado consumidor. Além disso, seguindo o Regimento de Núcleos Coloniais, na Sede não poderia haver indústrias, o que as levou para a Terceira Seção. Esta última especificação comprova, mais uma vez, a intenção clara e organizada, por meio de um regimento que tinha a função de um "plano diretor", em fazer com que núcleos coloniais viessem a se tornar cidades, pois já era especificado que na sua área principal, a sede, não haveria indústrias, seguindo o urbanismo sanitarista.

A primeira **atividade urbana** exercida entre os moradores do Núcleo Colonial Antônio Prado foi a de carroceiro sendo que, em 1889, quando o primeiro Código de Posturas estipulou a cobrança de Impostos sobre Indústrias, Comércio e Profissões, foram encontrados 26 pagadores de impostos na região, entre os quais, 22 deles exerciam a profissão desde o ano anterior - as outras quatro atividades listadas consistiam de moinho de fubá, mascate, armazém de molhados e tecidos (SILVA, 2002). Considerando-se que este que era o único veículo na época e o núcleo se encontrava relativamente distante da "Cidade", havia muitas solicitações de serviços de transporte de pessoas e mercadorias, como pode ser visto na Fig. 50, que mostra uma pessoa exercendo a atividade de motorista de carro de aluguel em uma rua no bairro Tanquinho:



Fig. 50: Vista de uma rua no Tanquinho, por volta de 1900. Foto de João Passig, 1897. Fundo: J.P.M. (Fonte: APHRP).

Uma vez que nessa época todo o transporte era feito por carroças, o convívio forçado entre homens e animais gerava problemas ligados à higiene, segurança, velocidade, ruídos, movimentos e estacionamentos e por este motivo, era sobre os carroceiros, seus veículos e animais que incidiam com maior rigor os preceitos do Código de Posturas, para disciplinar sua velocidade, sua parada e seu trato com o animal.

Homens livres e pobres, quando não escravos, circulando por toda a cidade, os carroceiros e cocheiros precisavam enquadrar-se nas regras de urbanidade e, para tanto, seu comportamento, movimentos, sua fala e até os sons que provocam são objeto de zelo da autoridade, sem falar naturalmente da licença e alvará para poderem exercer essa atividade profissional (LAPA, 1995, p.130).

Até 1892, esta foi a atividade que predominou entre eles. Em 1888, foram feitos 610 pedidos de licença para exercer atividades no Município, sendo apenas três para a área de estudo, todas para carroceiro; em 1891, foram totalizados 672 pedidos, sendo 11 deles também para carroceiros do Núcleo; no ano seguinte, entre os 449 pedidos feitos no Município, 13 foram na área de estudo. As atividades urbanas já estavam bem diversificadas da cidade no início do século, tanto que em 1904 já foi fundada a Associação Comercial e Industrial.

Segundo TRENTO (1989), era o mundo do trabalho urbano que oferecia mais possibilidades de inserção ao imigrante italiano, principalmente às camadas mais baixas, sendo que o setor de subemprego e das atividades marginais era quase monopolizado por imigrantes italianos.

(...) e longe da própria terra, longe em muitos casos dos seus, o italiano que não era ou que não queria ser agricultor não tinha dúvidas em se transformar em vendedor ambulante, engraxate, tirador de areia, peixeiro, tocador de realejo, tudo enfim que pudesse produzir algum dinheiro (CENNI *apud* SALLES, 1978).

Após 1929, o Barracão recebeu grande parte dos colonos oriundos das fazendas de café de toda a região. Verificou-se um aumento progressivo no setor de ambulantes na cidade, vítimas do êxodo rural, provavelmente constituído daquela nova população que não mais encontrava trabalho nas lavouras. Em média, 21,8% dos ambulantes de Ribeirão Preto se encontravam no Barracão, de acordo com a Tabela 9, sendo que o pico aconteceu justamente em 1929, quando a área concentrou quase 35% dos ambulantes do município:

TABELA 9
TOTAL DE AMBULANTES NO MUNICÍPIO E NO BARRACÃO ENTRE 1928 E 1933

Ano	Ambulantes no Município	Ambulantes no Barracão	% do Município no Barracão
1928	550	100	18,3
1930	585	130	22,2
1931	745	160	21,4
1932	833	183	21,9
1933	919	200	21,7

Fonte: Projeto Memória ACI (2004)

Entre os cem ambulantes que pagaram impostos sobre atividades exercidas entre 1928 e 1933, a par dos comerciantes de leite, verduras e frutas já anteriormente mencionados, foram listados vendedores de carnes, aves, peixes, amendoim, fubá, refrescos, garapa, sorvetes, mascates, calçados, meias, objetos de vidro e quinquilharias, escovas, colchões, brinquedos, animais, cigarros. Entre os prestadores de serviços, foram encontrados cambistas, fotógrafos e carregadores. Já no setor das profissões liberais urbanas, os imigrantes eram praticamente inexpressivos até 1927: até esta data, na área de estudo, foram encontrados apenas um advogado, um engenheiro e um guarda-livros em 1918, e um agente de negócios e um dentista em 1927 (Fonte: Projeto Memória ACI, 2004).

Segundo TRUZZI (1986), alguns italianos se dirigiam às profissões que já exerciam em sua pátria, geralmente aquelas que exigiam habilidades manuais, experiência e treinamento técnico. Algumas trajetórias ilustram essa possibilidade.

Os Golfetto, desde a chegada no Núcleo colonial, seguiram a atividade de oleiros em Ribeirão Preto, fornecendo tijolos para a construção da Catedral, do Palestra Itália e da

Igreja Santo Antônio; Francisco, filho de Guerino Giroto, comprou uma máquina de descascar arroz na rua Mariana Junqueira, onde trabalhou por 43 anos; Anillo, filho de Luiz Fávero, trabalhou no curtume e teve armazém de secos e molhados no Barracão entre 1932 e 1936; o avô de Santo Barban, que se estabeleceu na Terceira Seção do núcleo colonial, era carpinteiro, montou uma fábrica de cerveja caseira e também trabalhou no *Banco Constructor*; a avó era camareira do Cassino Antarctica e ambos, na falta de serviço, também trabalhavam na Fazenda Guatapará, de propriedade de Martinho Prado; Amadeu Giachette, sobrinho de Pietro Giachete (que adquirira em 1887 os lotes 6 e 12 da Terceira Seção) era fundidor e construiu a forma para a escultura em bronze do Sagrado Coração de Jesus, com dez metros de altura, inaugurada em 1952 na Praça Alto do São Bento, exatamente no antigo Morro do Cipó, que faz divisa com a Terceira Seção do núcleo. Antônio Henrique Giacheto, sobrinho neto do mesmo Pietro Giachete, também seguiu a tradição da família na área de fundição, e também trabalhou no banco Construtor, de Antônio Diederichsen.



Fig. 51: Escultura em bronze do Sagrado Coração de Jesus, cuja forma havia sido fundida por Amadeo Giachette (Foto: www.ribeiraopreto.sp.org.br)

Entre os filhos do já apresentado Antônio Maria Vieira, José foi trabalhar na Beneficência Portuguesa e depois como ajudante de escriturário da Mojiana; Cláudio trabalhava para o leiteiro Manoel Cardoso; Alberto, em 1925, foi trabalhar na fábrica de ladrilhos de Santos Lianas, e, em 1938, abriu comércio de frutas e foi morar na Vila Tibério em 1941. Tornou-se um grande comerciante de frutas e passou a criar também gado leiteiro. (Anillo Fávero, abril de 2001; Santo Barban, abril de 2001; Sônia Giroto, novembro de 2000; Vicente Golfetto, novembro de 2000; VIEIRA, 1986).

Sônia Giroto, neta de Guerino Giroto, que foi um dos primeiros moradores do Núcleo, conta que o motivo da vinda de seus avós, assim como o de grande parte dos imigrantes, foi a dificuldade de encontrar trabalho ou terras para cultivo na Itália (devido ao quadro sociopolítico pelo qual o país recém-unificado atravessava). Os Giroto exerciam função agropastoril naquele país e, sem recursos para se manterem, ficaram hospedados por algum tempo no Barracão, enquanto não lhes era concedido o lote.

Segundo informação de Vicente Golfetto, seu bisavô, Marco Golfetto, veio da região do Vêneto com os quatro filhos para se livrarem do serviço militar na Guerra da Abissínia. Diferentemente da família Giroto, os Golfetto possuíam olaria na terra natal, o que possibilitou a vinda com um certo pecúlio, não havendo necessidade de sua hospedagem no Barracão. Além disso, puderam adquirir cinco lotes, sendo um para cada filho (Vicenzo, Oreste, Pascoale e Felipo) com sua própria família. Os Fávero, que eram ferreiros e carpinteiros em Treviso, também adquiriram um lote para cada um dos filhos que vieram. Da mesma forma, o português José Joaquim Vieira era produtor de vinho e azeite em Portugal, portanto, também tinha condições para se estabelecer sem passar pelo Barracão (VIEIRA,1986).

Além de comércio e serviços, o Barracão apresentou uma "vocação industrial" que foi muito mais determinada pelo "urbanismo sanitarista", que afastava do contato com a população – da área central apenas – qualquer tipo de equipamento que pudesse prejudicar sua saúde, como as indústrias.

Paralelamente ao aumento pela demanda por vestuário, PETRONE (1990) lembrou que os imigrantes contribuíram para implantar na população novos hábitos alimentares, de modo que verduras, legumes e frutas passaram a fazer parte da alimentação em escala sempre maior. Da mesma forma, colaboraram para o aumento no grau de instrução, pois muitos europeus que aqui chegaram exerciam em sua terra natal atividades artesanais e artísticas, como o músico residente no Barracão, Felisberto Ivo Buonvicini, que era também marceneiro (CIONE, 1997).

Seguindo as tradições de sua terra natal, muitos italianos fabricavam cerveja "no fundo de quintal", para consumo próprio. Outra bebida consumida pelos imigrantes era o vinho e, devido   falta da matéria-prima na região, alguns entrevistados lembraram da fabricação de um tipo de vinho feito com uma qualidade de laranja mais azeda. O Relatório Anual do Instituto Agronômico do Estado de São Paulo comentou em 1893

sobre o novo hábito introduzido no país pelo imigrante e a expansão das pequenas fábricas de cerveja:

Com a imigração recente de elementos europeus, desenvolveu-se no país o consumo de cerveja, bebida quasi desconhecida, há vinte annos atraz. Foram especialmente os allemães e italianos do Norte da Italia que então introduziram no país o uso e a industria de cerveja (...). Nenhum professional contestará que, a priori, uma experiencia de fabricação de cerveja soffrível, sem applicação de gelo, parecia entre nós impossível (...). O producto das pequenas fabricas, ás vezes, quasi não pode ter o nome de cerveja, é quando muito, uma "cervejada gazosa" (...). Todas as pequenas fabricas que não trabalham com gelo e pasteurisação produzem cerveja que contem acido salicylico. Sou da opinião que o Governo não devia prohibir a applicação d'essa substancia em quantidades limitadas (...). Ao contrario, a cerveja Antartica Paulista e a Bavaria satisfazem plenamente todas as exigencias possíveis (RELATÓRIO ANNUAL DO INSTITUTO AGRONOMO DO ESTADO DE SÃO PAULO EM CAMPINAS, 1892).

Em 1900 já havia quatro fabricantes de cervejas, bebidas e licores, conforme mostrou a Tabela 9. A terceira fábrica instalada na cidade e primeira de maior porte foi a Livi & Bertoldi, fundada em 1896, de propriedade dos italianos Quarto Bertoldi e Salvatore Livi, que chegaram em São Paulo em 1890 e dez anos depois fundaram a fábrica em Ribeirão Preto. Esta cervejaria estava situada à Rua Capitão Salomão, onde nessa época começava a se configurar o eixo de comércio e indústrias da Terceira Seção, o primeiro externo ao quadrilátero central. Assim como era costume entre imigrantes, a família de Quarto contou que ele empregava em sua fábrica, na maior parte, operários italianos, que eram tratados como amigos e não como empregados.



Fig. 52: Quarto Bertoldi e seus funcionários (Fonte: APHRP).

Consolidando a tradição iniciada pelos imigrantes italianos, em 1911 foi inaugurada em Ribeirão Preto a Cervejaria Antarctica e, no ano seguinte, a Cervejaria Paulista, que contribuíram para o desenvolvimento da Vila Tibério (que já abrigava trabalhadores da Mojiana), Barracão de Cima e o Barracão de Baixo. Entre os entrevistados, há vários relatos de parentes e conhecidos que moravam no Núcleo Colonial Antônio Prado e trabalharam não apenas na construção dessas duas fábricas, mas na fabricação da bebida e até mesmo nos escritórios.

O Pedro, irmão do meu pai, era construtor de casas, aprendeu a profissão aqui e dirigia os outros. Ele fez um depósito grande de materiais de construção. O Luís trabalhava em uma empresa de água e ajudava o Pedro. O Romano também. Depois, meus tios foram se casando. Meu pai (Francisco Giroto) tinha uma máquina de descascar arroz na Rua Mariana Junqueira e também trabalhou na Cervejaria Bertoldi. Um dos meus irmãos trabalhou no Diederichsen e o outro, de sapateiro e na Antarctica (Sônia Giroto).

Entre as décadas de 1910 e 1920, os filhos dos primeiros proprietários dos lotes foram crescendo e seguiam as profissões de seus pais, ou exerciam atividades em geral ligadas à manufatura, trabalhando nas fábricas que havia na cidade, assim como os já citados parentes de Sônia Giroto. Muitos trabalharam em alguma das diversas empresas do Grupo Diederichsen.

Na região industrial do Núcleo Antônio Prado, ao lado das indústrias de pequeno porte do ramo alimentício, sabão e outros voltados para as necessidades imediatas da população que crescia, surgiu, em 1921 a *Companhia Brasileira Ellectro Metalurgica*. Pode-se concluir que o crescimento da população e conseqüentemente da construção civil na cidade viabilizava a implantação de uma metalúrgica.

Nesta mesma década, Ribeirão Preto passou a concentrar indústrias de consumo não duráveis, ou "leves", com destaque à produção de alimentos, vestuário e calçados, minerais não metálicos, madeira, mobiliário, couro, peles e similares e bebidas. Segundo FAUSTO (1986), os ramos básicos da infra-estrutura industrial ainda não representavam qualquer contingente apreciável no Estado de São Paulo.

Em meados da década de 1930 até a década seguinte, foram implantadas nove indústrias de grande porte em Ribeirão Preto, sendo que uma delas, as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM), ocupou o lote 3 da Terceira Seção em 1936. Quando se instalou na cidade, a tecelagem das IRFM "*importou da Itália desde o diretor até o chefe de tecelagem, como também a maioria das máquinas*" (CIONE, 1997, p.46).

Com isso, as casas das proximidades foram ocupadas por famílias de técnicos italianos, a começar pela vila operária construída pela empresa em frente à indústria, destinada aos funcionários graduados.



Fig. 53 e 54: Dois modelos de casas construídas na Vila Operária das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (Foto da autora).

Um pequeno industrial dos Campos Elíseos também providenciou, em 1938, embora em um empreendimento bem mais simples, uma pequena vila para seus funcionários, localizada no limite com o Núcleo Colonial Antônio Prado. Dulce Casadio conta que as casas desta vila já constituíam uma colônia dos empregados de Gasparini (não se lembrou do primeiro nome), de forma que seu pai, Mariano Casadio, ao instalar o moinho de milho nos fundos, tratou de reconstruir as casas para os funcionários, alojando-se

com a família na casa da frente. Após a venda do moinho, deixou uma casa para cada um dos nove filhos, e ainda duas delas para antigos empregados. Mariano Casadio era filho de imigrantes que não encontravam terras disponíveis para o cultivo na Itália. Seu pai era marceneiro em Pádua, de modo que não vieram na condição de colonos, embora com finalidade de adquirir propriedades rurais. Após morarem em São Paulo, mudaram-se para Ribeirão Preto, onde formaram chácaras no Morro do Cipó, produzindo arroz e feijão para o consumo e milho para fubá, além de venderem o sabugo para a produção de cigarros. Mariano teve uma carvoaria, foi carroceiro até instalar um moinho de fubá na Chácara Macedo, que levou, por fim, para a Vila Casadio.



Fig. 55: Vila Casadio (Foto da autora).

Embora em menor porte, outras três grandes indústrias também foram instaladas nos terrenos limítrofes à área de estudo: Indústria de Bebidas Gino Alpes (década de 40), Cerâmica São Luiz (1948), Frigorífico Morandi (1946). Estas três indústrias se localizavam na chamada "Rua Industrial", conforme pode ser visto na Fig. 56, juntamente com outras instaladas na área de estudo.



Fig. 56: Indústrias localizadas na área do Núcleo Colonial Antônio Prado e Rua Industrial (SILVA,2002)

Essas indústrias continuaram valendo-se das condições que favoreceram a implementação das primeiras indústrias na área do Núcleo Colonial Antônio Prado: além do baixo valor comercial atribuído àquelas terras e da mão de obra abundante, a proximidade com a linha férrea (mesmo com o início da construção das estradas de rodagem) e a proximidade com o rio, que servia como fonte de abastecimento e depósito dos detritos. Além destas, continuaram sendo instaladas nos Campos Elíseos outras menores ligadas à produção de gêneros alimentícios, insumos para construção, roupas e calçados etc. Ao longo de décadas, o incremento das atividades industriais foi, em algumas áreas do núcleo, tomando o espaço das chácaras produtoras de alimentos. Em

análise semelhante à do presente trabalho, MARTINS (1973) concluiu que naquele núcleo, em 1890, os colonos proprietários de lotes "sem utilidade prática", localizados entre a várzea e a estrada de ferro estavam transferindo sua propriedade, pois a agricultura havia se transformado em uma atividade antieconômica naqueles terrenos desfavoráveis. A localização, que provocou um baixo valor nessas terras, constituiu, ao mesmo tempo, condição ideal para a aquisição destes lotes para a instalação de indústrias em São Caetano, que buscavam se afastar da área central, cujos terrenos eram mais caros: a ferrovia colocava ao alcance da indústria todo o mercado interior e o da capital e reduzia os fretes de importação de matérias-primas e, por outro lado, os rios Tamandateí e Meninos atendiam às necessidades de água para fins industriais, pois estas indústrias eram mantidas a vapor ou por rodas d'água, características semelhantes ao núcleo colonial em questão. Assim, o que levou os colonos a venderem seus lotes foi a crise agrícola local. Estas condições de localização constituíram os fatores para a "vocação industrial" desta área posteriormente, tal qual a área do Núcleo Colonial Antônio Prado. Entretanto, vale lembrar que tanto no núcleo de São Caetano quanto no de Ribeirão Preto, a indústria havia se instalado, pelo menos até a crise de 1929, em um *"habitat rural, cuja popula o não havia ainda sido alcançada pela diferencia o resultante da urbaniza o nem pelas condi es materiais tipicamente urbanas* (MARTINS, 1973, p.164)".

Quando houve a crise de 1929, a maior parte da arrecada o do município já provinha do comércio e presta o de serviços. Entretanto, cabe lembrar que *"o surgimento do comércio não parece ter sido resultado de transbordamentos do capital cafeeiro"* (PINTO, 2000, p.177), mas fazia parte do complexo de atividades que sua produ o demandava. Após a crise de 1929, quando houve perda de popula o na região, observou-se que estas pessoas oriundas do campo foram atraídas para Ribeirão Preto justamente pela possibilidade de emprego nesses setores. KELLER (1954) afirma que a tendência geral de diminui o da popula o atinge mais as zonas rurais, enquanto se nota um pronunciado aumento na popula o urbana de Ribeirão Preto, assim como em outros centros regionais como Franca, Araraquara e Botucatu, que não apresentaram diminui o populacional em nenhum desses períodos. O desenvolvimento da indústria, favorecido pela abundância de mão-de-obra que, em sua instabilidade após a queda do café, procurava tanto as novas zonas pioneiras como os centros urbanos que proporcionassem salários mais elevados, causou eleva o   popula o urbana. Em Ribeirão Preto (63.312

habitantes, a 6ª cidade do Estado de São Paulo em 1950), a população urbana ultrapassou largamente a rural.

Entretanto, em relação aos pequenos sítios que ainda plantavam café nas chácaras do Núcleo colonial, nem mesmo a crise os afetou, pois, além de não viverem da monocultura, sua produção era voltada apenas para o mercado interno não dependendo, portanto, das exportações, tanto que o número de pessoas que plantavam café em chácaras formadas do Barracão não foi alterado (SILVA, 2002).

Com a pequena produção intensificada, na década de 1930, ainda não era possível se definir a população residente no Barracão como tipicamente operária devido à coexistência de ocupações agrícolas, extrativas e industriais, alcançando a população local em diferentes intensidades. Da mesma forma, ainda não se podia considerá-la “operária, porém com singularidades”, não apenas pelas condições em que se encontravam as indústrias, mas também devido ao grau de urbanização daquela localidade. Uma década mais tarde, o traço industrial e comercial se fortaleceu.

Após 1950, conforme mostra a Tabela 10, a área de estudo concentrou quase 20% das indústrias de Ribeirão Preto:

TABELA 10
NATUREZAS DAS INDÚSTRIAS E PROFISSÕES NA CIDADE E ÁREA DE ESTUDO
ENTRE 1939 E 1962

Data	1939	1950	1962
total na área de estudo:	164	462	459
total na cidade	1764	2426	2346
Área de estudo x cidade (%)	9,29	19,04	19,56

Fonte: Projeto Memória ACI, 2004

Entre as atividades praticadas na área de estudo entre 1939 e 1962³⁸, destacam-se as profissões de barbeiro (dezenove estabelecimentos em 1950 e 1962) e alfaiate (doze estabelecimentos na mesma data), além de cinco marmoristas e seis fundidores. O tipo de comércio que mais apareceu nos livros de impostos foi o de armazém de secos e molhados (com trinta e seis estabelecimentos em 1939 e cinquenta e quatro nos anos de 1950 e 1962), seguido de botequim/bar (passando de dezesseis em 1939 para cinquenta

³⁸ A **Tabela 11**, em anexo, mostra quais eram essas atividades praticadas na área entre 1939 e 1962, segundo os registros de Impostos sobre Indústrias e Profissões.

e sete em 1950 e em 1962), além de treze quitandas em 1939, que chegaram a vinte e oito em 1950 e 1962, oito lojas de armários e tecidos, outros sete mercados de frutas e cereais e dezessete oficinas mecânicas e de funilaria em 1950 e 1962. Também as oficinas de calçados alcançaram grande número, passando de quatro em 1939 para quinze nos dois livros de impostos seguintes e as lenhadoras, que em 1939 chegaram ao total de dez, caíram para sete em 1950 e 1962. Também foi encontrado um grande número de depósitos fechados, que representavam doze em 1950, permanecendo em 1962.

Entre as fábricas, destacaram-se aquelas de gêneros alimentícios (seis fábricas de rapaduras, balas e doces e uma fábrica de cerveja, bebidas e licores), vestuário (seis fábricas de calçados, duas fábricas de chapéus bonés), e mobiliário (nove fábricas de móveis e cadeiras e sete fábricas de colchões em 1950 e 1962). Além disso, foram encontradas fábricas de cigarros, garrafas e vasilhames de madeira, artigos de borracha, de carrocerias e correias, fábricas de sabão, velas, vassouras, perfumes, sacos de papel, bonecas de pano, produtos veterinários e máquinas agrícolas. Curiosamente, as fábricas de bebidas e cervejas, que somavam maior número no final do século anterior, foram reduzidas a uma única contribuinte de impostos. Apesar disso, duas fábricas de xaropes permaneceram, o que indica que as fábricas de pequeno porte ainda podem ter continuado, porém, sem pagarem impostos, ou seja, para consumo familiar.

Os profissionais liberais apareceram na área apenas em 1950: 3 engenheiros e arquitetos, 6 empreiteiros, 7 contadores, 8 dentistas, 1 fotógrafo e 7 médicos, números muito reduzidos comparados à área central da cidade.

Diante do contexto exposto, a região do Núcleo Colonial Antônio Prado foi a única da cidade a concentrar todas as atividades, desde sua criação até os dias atuais: prestação de serviços, comércio, indústria e agricultura.

4.2. Marcos de uma sociabilidade própria

Viver em outro país significa uma outra vida, fazer novas representações e dar significados diferentes a coisas que já eram familiares; é renunciar ao estabelecido; atentar para comportamentos comuns e corriqueiros que podem ser considerados inadequados, bizarros ou ofensivos; é procurar enxergar o mundo com os olhos do outro para se compreender como se é visto por ele (FREITAS, 2000 *apud* MARASCHI, 2006:15).

Em boa medida, os habitantes do Núcleo Colonial Antonio Prado mantiveram as características dos bairros rurais paulistas estudados por QUEIROZ (1973), uma vez que viviam em casas precárias, utilizavam técnicas e processos rudimentares, consumiam o que plantavam, vestiam roupas fiadas e tecidas por eles, empregando utensílios fabricados em casa, comiam doces feitos pelas próprias mulheres da família, vendiam na cidade galinhas e porcos, assim como as sobras da produção. Ou seja, constituíram uma agricultura de abastecimento que permaneceu, ao mesmo tempo em que a cidade se modernizava. Entretanto, assim como os sitiantes de Palmeiras estudados por QUEIROZ, não permaneceram no isolamento geográfico e econômico. Constituíram um grupo de vizinhança em "habitat" disperso, mas com um traço psicológico marcante: o "sentimento de localidade".

Os habitantes de um bairro conhecem e pertencem a ele, sentem-se a ele ligados, pleiteiam benefícios e vantagens em seu nome, enfim, demonstram uma consciência grupal patente. No entanto, entrando em decadência o bairro, o desinteresse dos habitantes por ele também se manifesta; sociológica e psicologicamente ele vai deixando de existir, até se extinguir por completo, se circunstâncias novas não favorecem sua revitalização (QUEIROZ, 1973:134).

Tal sentimento parece ter sido alimentado, em alguns casos, desde a partida da terra natal. Muitas famílias vieram juntas no mesmo navio, como por exemplo, os Giroto, Borsato e Brussolo, provenientes de Treviso e adquiriram vários lotes no núcleo colonial, mantendo uma grande área seus entre membros, a partir de casamentos consangüíneos. Os QUADROS ESQUEMÁTICOS elaborados para esta tese (em anexo) ilustram as relações de parentesco entre os moradores.

Em entrevistas com descendentes dos primeiros moradores, observou-se que vários adultos já vieram casados e estabeleceram-se em lotes vizinhos, como foi o caso de Giuseppe Luchesi, que veio de Lucca, filho de Celestino Luchesi e Henriqueta Brussolo, que se casou com sua prima, Elvira Brussolo; Guerino Giroto, que já chegara casado com Antonia Borsato, filha de José Borsato e Santa Brussolo, casou seu filho, Francisco Giroto, com a prima Josephina Brussolo (Sônia Giroto e Cirene Luchesi).

Outros que não vieram casados, conforme depoimentos da família Roberti, conheceram-se no próprio núcleo colonial, como foi o caso de Ana Roberti e Antônio Henrique Giacheto, casados há 64 anos: ela era moradora de uma chácara na Segunda Seção e Antônio Henrique era fundidor e morava na Terceira Seção. Como sempre ia até a

Segunda Seção para visitar uma tia que morava perto de Ana, eles acabaram se encontrando, assim como diversas outras pessoas do núcleo.

Uma vez a gente estava indo a pé, à noite, no casamento dos Luca, carregando um pavão de louça de presente. Uma vaca nos assustou e o pavão caiu no chão, chegamos no casamento com os pedaços (Reinaldo Roberti, narrando um fato no Barracão por volta dos anos de 1930).

A colonização com fundamento na pequena propriedade é caracterizada pela formação de comunidades sociais estruturadas. Esse padrão ocorreu nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, ao contrário de São Paulo, onde o grande latifúndio cafeeiro predominou. No Núcleo Antonio Prado, formado por pequenas propriedades, os padrões de sociabilidade resultaram igualmente na formação de uma comunidade relativamente estruturada, com interações limitadas à esfera do trabalho com o restante da cidade.

Na década de 1960, teve início uma corrente de pensamento que atentava para a necessidade de consideração do tempo e da história nas cidades, aspectos descartados pelo urbanismo funcionalista que predominara durante o século XX. Entre os questionadores, o urbanista americano Kevin Lynch desenvolveu pesquisas empíricas sobre a percepção, observação e movimentação dos indivíduos pelo espaço urbano. Em sua mais famosa obra, intitulada "A imagem da cidade", desenvolveu um método para analisar como as pessoas percebem e organizam informações aleatórias quando trafegam pelo espaço urbano, concluindo que elas, no geral, entendem a cidade ao seu redor de maneira consistente e previsível, formando mapas mentais. Para isso, utilizam-se cinco elementos principais presentes constantemente na cidade, que são as vias, os limites, os bairros, os cruzamentos e os marcos referenciais.

Segundo o autor, estes elementos são responsáveis pela evocação de experiências passadas, contribuindo para a transformação do espaço "físico" em "lugar" simbólico:

Todo o cidadão possui numerosas relações com algumas partes da sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações. Os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas atividades, são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis. Não somos apenas observadores deste espetáculo, mas sim uma parte ativa dele, participando com os outros num mesmo palco. Na maior parte das vezes, a nossa percepção da cidade não é íntegra, mas sim bastante parcial, fragmentária, envolvida noutras referências. Quase todos os sentidos estão envolvidos e a imagem é o composto resultante de todos eles (LYNCH, 2001, p.54).

A partir desta análise, percebe-se que a área de estudo está impregnada destes elementos, expostos na Fig. 57 a seguir, que constituem referências para a população não apenas da região, mas de toda a cidade:



Fig. 57: Elementos referenciais da área de estudo, segundo Lynch (Montagem da autora)

Assim como Sônia Giroto, Vicente Golfetto se lembra dos pais contando sobre uma grande casa: "A casa do meu bisavô Marco era chamada de casa-grande, se você for lá é só perguntar para os vizinhos sobre ela".

Para CORDEIRO (1997), apenas os bairros mais antigos – neste caso, como Ipiranga e Campos Elíseos – que são os bairros populares, parecem ter o privilégio de representar a cidade,

como palavras mágicas capazes de acender imagens, sentimentos e emoções em torno de símbolos que representam uma cidade enaltecida: só estes têm a virtualidade de a tipificar – e, por isso, são considerados típicos. Uma das características mais marcantes destes bairros encontram-se na força desse sentimento de pertença que eles parecem gerar em quem lá vive, reveladas em situações mais ou menos ritualizadas: o bairrismo (CORDEIRO, 1997, p.21).

Estes "ritos" que acontecem no cotidiano, seguindo o pensamento de CERTEAU (1996), o identificam como "território", ou seja, configurado como "lugar", com espaço e tempo construídos. Na interação entre indivíduos e grupo, forma-se uma marca que transforma o "espaço" (geográfico) em "lugar" (simbólico). Mas estes lugares muitas vezes passam despercebidos:

No mais, fora das gravuras e dos livros, na sociedade de hoje, o passado deixou muitos traços, visíveis algumas vezes, e que se percebe também na expressão dos rostos, no aspecto dos lugares e mesmo nos modos de

pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas e dentro de tais ambientes, nem nos apercebemos disto, geralmente. Mas basta que a atenção se volte para esse lado para que nos apercebamos que os costumes modernos repousam sobre antigas camadas que afloram em mais de um lugar (HALBWACHS, 1990, p.68).

O que melhor caracteriza esses lugares, segundo CORDEIRO (1997), é a criatividade persistente por parte de seus moradores, que num contínuo de "bricolage" vão casando alguns elementos esquecidos na deriva do imaginário urbano. As chaminés da Cerâmica São Luiz, a torre da Igreja Santo Antônio, a pracinha da Vila Matarazzo, as antigas estações de trem, e mais as cadeiras nas calçadas que ainda aparecem nas noites da cidade, contribuem para a afirmação de um "microlugar" simbolicamente engrandecido graças ao esforço conjugado de seus habitantes.

Escrevendo sobre a autenticidade que os bairros populares de Paris mantêm, HALBWACHS (1990) explica que são justamente eles que preservam toda a memória da cidade, pois sofreram menos modificações:

É na cidade e na população de hoje que um observador observa bem os traços de outrora, sobretudo nas zonas menos nobres, onde se refugiam pequenas oficinas e, ainda, em certos dias ou certas noites de festa popular, na Paris comercial e operária, que mudou menos do que a outra. Mas, Paris de outrora se encontra talvez melhor ainda nas pequenas cidades de província, de onde não desapareceram os tipos, os costumes mesmo, e os modos de falar que não encontraríamos à rua Saint-Honoré e nas avenidas parisienses do tempo de Balzac (HALBWACHS, 1990, p.69).

4.2.1. O elemento religioso

PETRONE *apud* TRUZZI (1986) mostrou que, em cidades onde a coletividade imigrante foi numerosa, houve condições para exercerem atividades sociais com muito mais intensidade no meio urbano do que relação ao meio rural, com a organização de sociedades, principalmente de mútuos socorros, além de instituições mistas, recreativas, culturais e sociais, onde se disseminavam escolas primárias, organizavam bandas e publicavam jornais, na maioria, efêmeros. Paralelamente, criavam associações de cunho trabalhista ou uma participação nas atividades dessa natureza, sobretudo nos movimentos de caráter sindicalistas.

Como afirmou GLUCKMAN *apud* JUNQUEIRA (1998, p.146), "se a cultura de um grupo persiste, esse grupo tende a manter sua identidade e força". E a mesma autora ainda completa:

As manifestações culturais da colônia italiana buscaram preservar e resgatar a sua cultura num intuito de manter sua identidade de italiano e (re)construir uma auto-imagem de imigrante italiano (JUNQUEIRA, 1998, p. 147).

A religião foi um meio pelo qual os imigrantes estabeleciam entre si laços de união e sociabilidade e reforçaram sua identidade perante eles e o restante da cidade, tão logo se estabeleceram no núcleo. Segundo OLIVEIRA (1995), a religião também faz parte da caracterização da etnia de um povo; sendo assim, os imigrantes de modo geral, maciçamente católicos, encontraram na religião um refúgio e um ponto de referência estável em suas vidas em novas terras. Por isso, preservaram o hábito de participar de missas e de festejar os santos da igreja católica.

SEYFERTH (1986) afirma que a religião e a igreja constituíam uma forma de preservar a identidade étnica e a vinculação com o país de origem, sendo que a religião católica funcionou como catalisadora da identidade italiana na medida em que os italianos confundiam a amalgamavam a fé católica com a consciência nacional. *Ser católico*, para alguns, representava *ser italiano*. Em decorrência, um italiano deveria freqüentar a igreja e seus cultos.

Em 18 de outubro de 1892, os moradores se reuniram em um abaixo-assinado pedindo o lote 7A da Sede, juntamente com algum auxílio financeiro, para a construção de uma capela. Como o Núcleo ainda não havia sido emancipado nesta ocasião, o pedido foi feito ao Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Jorge Tibiriçá, através do Inspetor de Terras, Colonização e Imigração, Alfredo Moraes, com o seguinte texto:

Os abaixo assignados residentes na Colonia Antonio Prado desejando erigir uma capella onde seja cultivada a religião catholica apostholica romana, e como para esse fim lhes falta em primeiro lugar o local onde possa ser edeficada; pedem os abaixo assignados que para esse fim V. Ex^a lhe conceda o lote nº 7A da Sede logar mais proprio para se formar uma povoação. Os abaixo assignados julgão ser este um pedido de alta justiça de que V. Ex^a é dotado ao achar os assignados ponderão que a Sede da Colonia dista da Cidade mais de um kilometro e os lotes [?] mais de tres. Em segundo lugar os abaixo assignados imigrantes que não podem dispor da quantia precisa para esta obra vem juntamente impetrar da alta venerolencia de V. Ex^a na apuração e auxilio para esta obra dedicada a nossa religião; prontificando-se os abaixo assignados a contribuir com as quantias que estiverem ao seo alcance. Crentes em um pedido tão justo e fiados nos altos feitos de V. Ex^a esperão serem attendidos, para assim não ficar á inculta a grande obra de Deus, nesta colonia, á grande numero de crianças e a religião é uma obra de grande moralidade.

Apesar do requerimento, o Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Jorge Tibiriçá, negou o pedido, alegando que o poder público da União ou do Estado não podiam conceder subvenções ou auxílios a nenhum culto, cujo exercício é inteiramente livre, sem dependências nem relações oficiais. Mesmo assim, os colonos se uniram na construção de uma capela menor, que foi a de Santo Antônio, na Segunda Seção, demolida na década de 1980, para dar lugar à Igreja São Pedro.

Há relatos da participação dos moradores do núcleo na construção das outras maiores igrejas da cidade, que são a Catedral Metropolitana (entre 1904 e 1911) e a Santo Antônio de Pádua, na Terceira Seção (Campos Elíseos) e, segundo seus descendentes, isso constituía muito mais do que um trabalho, mas um ato simbólico religioso, havendo muita união e empenho.

Meu primo Sérgio estava fazendo a torre da Igreja Santo Antônio, caiu de lá de cima e morreu (Amélia Roberti).

Essas representações coletivas são muito importantes para a manutenção de grupos e a religião tem muita influência, daí ser óbvio que uma das primeiras providências, tão logo aqui chegaram, foi a construção de uma igreja. A Santo Antônio era a única igreja da cidade que realizava casamentos gratuitamente até a década de 1950.

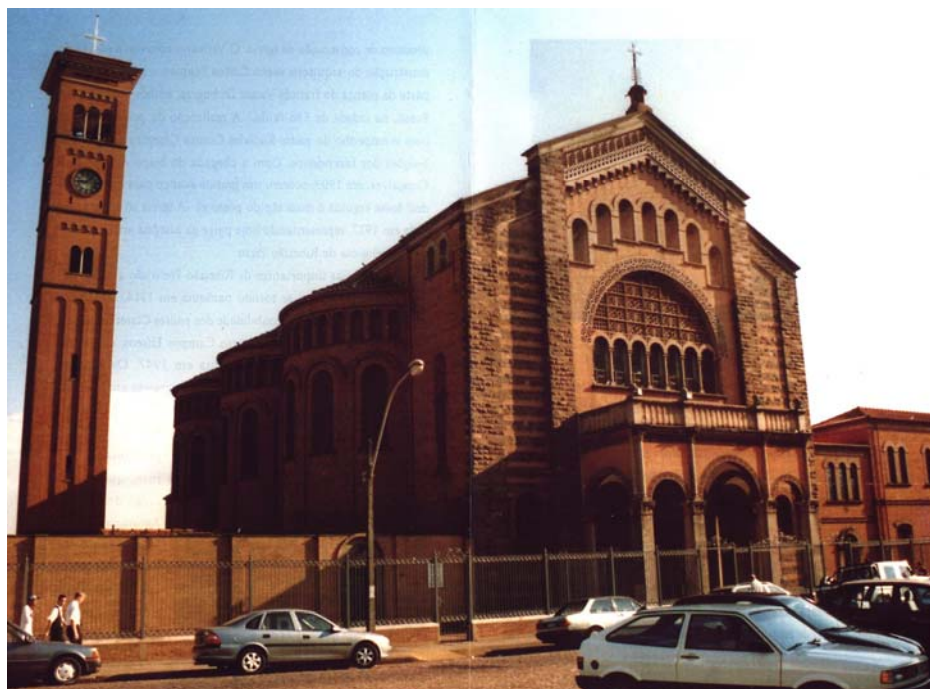


Fig. 58: Igreja Santo Antônio de Pádua, nos Campos Elíseos (Foto: APHRP)

No interior das residências, era comum a presença de um oratório, seguindo a tradição católica de seu país de origem. Devoto de Nossa Senhora das Graças, Luiz Fávero trouxe da Itália um pequeno quadro da santa que foi colocado no oratório, que permanece até hoje na sala de sua casa, onde ainda residem seus descendentes:



Fig.59: Oratório no interior da casa da Família Fávero (Foto da autora)

As referências ao bairro da zona norte eram raras, exceto em relação às festividades de Santo Antônio de Pádua, noticiadas pelo Jornal "A Cidade", que no início do século passou a atrair visitantes da cidade toda:

Santo Antonio - Realizam-se no Barracão no dia 16 do corrente imponentes festas ao Gloriozo Santo Antonio. Neste dia haverá uma alvorada de morteiros; as 10 horas missa solenne, com muzica, na capella dalli. Depois da missa terá logar um grande leilão de prendas; as 4 1/2 horas da tarde, procissão de Santo Antonio, sendo acompanhada por uma excellente banda muzical. Ao terminar a procissão continuará o leilão de prendas, não havendo bilhetes brancos (Jornal "A Cidade ano II Sexta-Feira 14.06.1907)

Barracão - No bairro do Barracão, que nos ultimos tempos tem constituido o ponto predilecto dos passeios da população de nossa cidade, estiveram imponentes as festas em honra a Santo Antonio. (...) (Jornal "A Cidade ano II Terça-Feira 18.06.1907)

Festas no Barracão- No próximo domingo, no populoso bairro do Barracão, realisar-se-á na capella alli existente, uma bella festa em louvor a Santo

Antonio de Pádua, de acordo com este programma (...) (Jornal "A Cidade ano XIV Sabbado 26.01.1918 n.4410)

É neste bairro que também acontece a tradicional Festa de São Genaro, todos os meses de agosto, demonstrando não apenas a devoção de seus moradores ao santo, mas os traços de sua união que ajudaram a criar sua identidade perante o restante da cidade, desde os primeiros anos do núcleo.

Desde a época de formação do núcleo até cerca de trinta anos atrás, eram comuns as festas de sanfoneiros, citada por Anillo Fávero "*Nesta casa tinha baile todo sábado, meus tios faziam e chamavam sanfoneiros*". Também Amélia Roberti narra sobre estas festas: "*Todo domingo tinha forró na chácara. Ia todo o povo do Barracão. Tinha sanfona, comida, bolinho. Meus irmãos tocavam violão animando estes bailes*".

O único evento do qual se lembram de sempre terem participado, entre os entrevistados, eram as festas juninas da igreja ou das chácaras, como conta Amélia Roberti: "*A nossa mãe organizava todo ano a festa de São João na chácara. Rezava o terço na capela e depois tinha comida, quadrilha e sanfona.*" Havia também a comemoração de Bom Jesus da Lapa, que acontece entre 1º e 6 de agosto. Era comum este caminho ser feito a pé, em procissão, uma vez que os moradores do núcleo já se encontravam geograficamente próximos à saída da cidade para Jardinópolis, cidade onde acontece o evento.

Fernando Frighetto, filho de italianos instalados em Altinópolis, trabalhou por trinta anos como chefe da Estação São Paulo-Minas, onde também residiu, relatou que nos Campos Elíseos da década de 1950 ainda estavam as oportunidades de lazer:

Como vim sozinho eu andava sempre sozinho, com minha moto, isso lá pelos meus vinte anos, procurando onde tinha "agitação". Eu era um forasteiro. Ia na Praça XV ver a fonte, no Cine São Jorge e no Cine São Paulo. Eu gostava muito de cinema, todo mundo ia, era só o que tinha pra fazer. Também ia na Praça Santo Antônio, ficava cheio de gente ou então nas quermesses do Asilo Padre Euclides.

Todo o tipo de manifestação religiosa era muito importante para a comunidade. O jornal Diário da Manhã frequentemente anunciava notícias de italianos que residiam em Ribeirão Preto e haviam falecido em sua cidade de origem, inclusive entre moradores do Barracão, como foi o de Celeste Lucchesi, que faleceu em Lucca, segundo a nota do jornal do dia 09/01/1935.

4.2.2 Atividades associativas

Além da religião, outra forma de reforçarem os laços era por meio das associações. BIONDI (1999) afirma que os italianos constituíam quase 80% dos integrantes das associações político-sindicais (quando não apresentavam somente nomes italianos) e outras associações italianas presentes na cidade de São Paulo, sobretudo as de socorros mútuos. Situação não muito diferente foi verificada em Ribeirão Preto. Embora não se tenha quantificado o número de italianos integrantes das associações formadas na cidade, verificou-se grande participação destes por meio de atas de reuniões encontradas no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

Isso pode ser explicado pelo fato de um grande número de imigrantes italianos já ter vindo com intenção de trabalhar na cidade, adquirindo para tanto um lote no núcleo colonial, o que leva a crer na vinda de pessoas já politizadas, provenientes de regiões onde já eram difusos o republicanismo, o socialismo e o anarquismo (BIONDI, 1999).

Em 1906, no estado de São Paulo, as sociedades italianas eram já 136 (das quais 33 na capital), 182 em 1908, e até 392 em 1912: tratavam-se de sociedades de vários tipos, definidas por isso com o termo genérico de "sociedades italianas populares" (*società italiane popolari*) e eram recreativas, filodramáticas (dedicadas à atividade teatral), esportivas, mas a maioria das sociedades (dois terços) eram operárias de beneficência e socorro mútuo (BIONDI, 1999, p.7).

Em 1906 ecoou a primeira greve na cidade, com a participação de cerca de 300 operários, reivindicando dos patrões a redução da jornada de trabalho para oito horas. Segundo noticiado pelo jornal Diário da Manhã de 15/05/1907, as reuniões aconteciam no salão da Sociedade União Italiana.

Segundo TRENTO (1989), as associações tinham um caráter preferencialmente de beneficência e mútuo-socorro, devido ao atraso ou ausência de legislação social que amparasse o trabalhador em seu novo país, além da lentidão da estrutura diplomática italiana no serviço de assistência aos necessitados. Além disso, as associações eram responsáveis pela denúncia e autodefesa dos mais diversos tipos de agressões, conflitos, obstáculos, isolamentos políticos e sociais (FRANZINA, 1995 *apud* JUNQUEIRA 1998).

As sociedades de mútuos socorros de Ribeirão Preto, nos moldes das italianas, tinham como principal objetivo assegurar aos próprios sócios serviços médicos, uma modesta pensão na velhice e seguro no caso de acidente de trabalho ou desemprego. A verba era

proveniente do depósito de uma mensalidade única, independentemente do salário, efetuada pelos sócios.

Entre as diversas associações de mútuos socorros ou recreativas formadas na cidade com participação efetiva da população imigrante instalada na área de estudo, destacam-se, segundo CIONE (1997):

1. ***Società Operaia di Mutuo Soccorso i Beneficenza Unione Italiana***, fundada em Ribeirão Preto no dia 13 de outubro de 1895, a partir da fusão da ***Sociedade Príncipe Amadeo*** e da ***Sociedade Umberto I***³⁹. Durante a Segunda Guerra Mundial, teve seu nome nacionalizado para *Sociedade Operária de Socorros Mútuos de Ribeirão Preto* e atualmente chama-se *Associação Unione Italiana de Socorros Mútuos de Ribeirão Preto*, excluindo a denominação socialmente conflitante “operária”. Localizada no centro da cidade, mantém até hoje assistência médica, hospitalar e farmacêutica, pecúlio por morte, auxílios vários, tratamento com desconto aos familiares e parte recreativa.

No ano de sua fundação, entre os 59 associados, todos italianos, apenas cinco eram moradores do Núcleo Antônio Prado (dois da Terceira Seção, dois da Sede e um da Segunda Seção). Também foram encontrados outros dez sócios apresentando sobrenomes de moradores do núcleo, mas não foram encontrados os vínculos de parentesco. Esta média de participação permaneceu por cinco anos seguintes.



Fig.60: *Società Operaia di Mutuo Soccorso i Beneficenza Unione Italiana*, em foto tirada em 1956 (Foto: Arquivo Sociedade de Socorros Mútuos de Ribeirão Preto)

³⁹ Representada nesta ocasião pelo italiano Valente Fantato, proprietário e morador do lote 34 A da Sede do NCAP, que se tornou vice-presidente da nova sociedade, além de Antonio Maggiorin e Enrico Zapparoli.

2. **Società di Mutuo Soccorsi e Beneficenza Patria e Lavoro**, fundada em 17 de setembro de 1903, esta sociedade teve como vice-presidente o morador do lote 17A da Sede do Núcleo Antônio Prado, o italiano Vicente De Bonis⁴⁰.

3. **Sociedade Dante Alighieri**, fundada em 1910⁴¹, incorporando membros da *Società Patria e Lavoro*. Em 1910, foi registrado o nome de Giulio Gallo, morador do Barracão, entre o Conselho Diretivo. A Associação, também com sede no centro da cidade, tem ainda hoje como objetivo unir a coletividade italiana, orientando os recém-chegados, além de manter um curso de língua italiana e auxiliar os sócios – exclusivamente italianos ou descendentes, diferentemente das outras associações pesquisadas. Segundo o a Ata de Fundação, Valente Fantato (vice-presidente da Sociedade União Italiana), morador do lote 34A da Sede fez parte da junta para a eleição, assim como a mesma teve outros moradores do núcleo como membros, embora poucos: Antonio Borsato, filho de Luigi Borsato, que era proprietário do Lote 5 da Segunda Seção, bem como Giulio Bonaccorsi e Irmãos Vecchi, que possuíam a firma de mesmo nome.

4. **Sociedade Ítalo-Brasileira**: era um clube construído por moradores do Barracão, onde os filhos de imigrantes eram alfabetizados, além de terem aulas de corte e costura. Possuía um time de futebol, cujo campo se localizava na atual Praça Antônio Prado. Assim como a Socorros Mútuos, providenciava médicos e medicamentos aos seus associados. Caso algum deles precisasse de dinheiro, as famílias se reuniam na

⁴⁰ Segundo a Ata de Fundação, os membros eleitos foram: Presidente: Michele De Martino; Vice: Vincenzo DeBonis; Tesoureiro: Battista Battaglia; Conselheiros: 1. Francesco Maurno, 2. Nicola Spinelli, 3. Vincenzo Lo Giudice, 4. Carmine Tenuta, 5. Luigi La Rocca, 6. Carmelo Fórmica, 7. Germano Barillari, 8. Fortunato Cessitore. Revisores: 1. Carlo Olivi, 2. Giuseppe Miceli, 3. Vincenzo del Fiorentino, 4. Francesco Ambrosi

⁴¹ SOCIEDADE DANTE ALIGHIERI - COMITATO DI RIBEIRÃO PRETO Domingo passado, 5 do corrente realizou-se a eleição do conselho administrativo e mais comissões da sociedade "Dante Alighieri" (Comitato di Ribeirão Preto) na antiga sede da sociedade "Pátria e Lavoro" hoje fundida com aquela. Foram eleitos: **Consiglio direttivo**: Gerolamo Ippolito; Dr. Giulio Gallo; Raffael Di Zinno; Oreste Fioretti; Luigi de Maio; Carlo Torre; Carlo Barbieri; Andréa Ippolito; Ovídio Stefani; Giovanni Prianti; Domenico Aceri; Michele Mancini; Giovanni Nociti; Francisco Palumbo; Pietro Sinieghi; Giovanni Beschizza; Enrico Taffo; Antonio Bellonzi; Filippo Strazzeri; Vincenzo lo Giudice. **Comissione dei scrutino**: Giovanni Prianti; Nicola De Luca; Isaia Grassi; Revisori dei conti; Luigi Restamo; Francisco Ambrosio; Battista Toso. **Giunta perl lê elezione**: Aristide Muscari; Clemente Beschizza; Valente Fantato. Membros da Sociedade Dante Alighieri (retirado da ata): Alfredo de Carvalho, Arlindo de Carvalho, Aldo de Carvalho, Alberto Coselli, Aldo Poggi, Alfredo Coselli, Ângelo Lollato, Antonio Chiarello, Antonio Parpirelli, Antonio de Cicco, Antonio Ciammarusti, Antonio Roselli, Antonio Borsato, Antonio Bergamini, Antonio Engracia, Cristoforo Prota, [] Pughesi, Cav. Carlo Tomanini, Cav. Vicente Vigário, Companhia Cervejaria Paulista, [] Bardaro, Domenico Tollani, Eugenio Marzola, Ercole Verri, Eurico Pierotti, Eugenio Basile, Francisco de Biase, Giulio Bonaccorsi, Giovanni Marzola, Guido Gambirini, Giuseppe Beschizza, Giovanni Ferrero, Giovanni Poritin, Giocondo Laguna, Giuseppe Bernardi, Isidoro Faccio, Isaia Graci, Ind. R. F. Matarazzo, Irmãos Vecchi, José Rossi, L [] Branco, Mario Barillari, Marcelo Santista, Pietro Giammaruste, Pasquale Innechi, Pietro Marzola, Pio Franceschini, Passalacqua Girolamo Galliano, Paschoal Baldassaire, Pedro Biagio, Rosário Greco, Raul [], Romeo Evaristo, Silvano Gualerba, Valentina Mussolin (Jornal "A Cidade" Anno VI 4ª. Feira 08.06.1910 n. 1672)

promoção de festas e bailes beneficentes. Assim como outras, esta sociedade teve seu nome alterado para "Palmeiras".

5. **Circolo Italiano**. Esta sociedade teve como membros⁴² da direção familiares de Vicente De Bonis, morador do núcleo (Sede), que havia integrado a diretoria de diversas outras sociedades.

6. **Sociedade "Campos Elíseos Unidos"**, entidade de finalidade benemérita, que tinha Nicolau Terreri como Presidente e João Batista R. Vivas como Secretario. Não foi encontrada a data de criação desta associação, apenas um ofício de 1949 onde o Presidente pedia melhorias urbanas ao Prefeito:

A Sociedade "Campos Elíseos Unidos", entidade de finalidade benemérita, vem respeitosamente depor em mãos de Vossa Excelência, em quem confia encontrar magnanimo acolhimento, as seguintes urgentes series de melhoramentos e outras a serem efetivadas em favor daquele próspero e populoso bairro:

1. Abertura da rua Goiás, entre Tamandaré e Sergipe, obra que reclama a demolição dos prédios de nºs. 11 e 11A , esquina da Avenida Saudade, conforme requerimento de 12 de fevereiro de 1948, assinado por Jabor Bittar e outros.
2. Reparos nos passeios da Avenida Saudade, entre as ruas Capitão Salomão e Pernambuco, cujo trecho, recentemente calçado exige - aqueles melhoramentos e os mesmos reparos devem ser efetuados em toda a praça Santo Antonio.
3. Melhoramento da iluminação da Avenida Saudade, serviço este de inadiável execução, em face das enormes e desagradáveis conseqüências que tem advindo das atuais condições de "meia-luz".
4. Calçamento no trecho das ruas Sergipe, Capitão Salomão ligadas a Avenida Francisco Junqueira e em todas travessas naquela parte do bairro
5. Não havendo possibilidade de se executar o calçamento nos trechos do item anterior, apelamos por uma irrigação diária, com que se evitariam os males a saúde e ao conforto da população, oriundos do grande e intenso movimento de toda a espécie de veículos.

**(Fonte: APHRP - Ofício de 8 de agosto de 1949 da Sociedade Campos Elíseos Unidos
Ribeirão Preto. Pasta Instituições, Sociedades e Clubes de Futebol)**

Por meio das atas das associações italianas na cidade, notou-se uma pequena participação dos moradores do Núcleo Colonial Antônio Prado, embora vários tenham

⁴² Segundo a Ata de 1919, os membros eram: Conselho Diretivo: Cav. Giovanni Beschizza, Luigi []mario, Ovídio Stefani, Giovanni Bogazzi, Antonio Barachini, Pasquale Innechi, Carlo Crosio, Nestore Fortunati, Michele Bronaimi, Galileo Maruggi, Suplentes: Pietro Marzola, Paolo Bitis, Abramo Geminioni, América De Luca, Luigi Boriella. Divisão de Contas: Umberto Catelli, Nicola Mignone, Nicola De Bonis. Presidente: Galileo Maruggi. Vice: Luigi De Bonis. Secretario: Antonio Barachini. Vice: Carlo Crosio. Tesoureiro: Ovídio Stefani

sido membros da diretoria (Valente Fantato foi vice-presidente da Sociedade União Italiana, Vicente De Bonis foi vice-presidente da Sociedade Patria e Lavoro e Luigi De Bonis foi vice-presidente da Sociedade Circolo Italiano). Também foi verificado que era comum os membros migrarem de uma associação para outra, como o italiano Carlo Olivi, que também havia sido secretário da Sociedade de Socorros Mútuos. Foi encontrado o nome do empreiteiro italiano Vicente Lo Giudice em três associações, todas com curta permanência (dois a três anos), por motivo de desavenças entre sócios, lideranças de greves e reivindicações diversas, segundo foi verificado em atas de associações das quais foi sócio.

Entretanto, entre as associações tradicionais que não tiveram ligação com a imigração (Sociedade Legião Brasileira, Rotary Clube, Sociedade Recreativa de Esportes, Clube de Regatas entre outras) não foram encontrados nomes de moradores da área de estudos entre seus sócios ou dirigentes, por serem provavelmente freqüentadas apenas pela elite.

A afirmação das qualidades pessoais de um indivíduo, passando a ocupar uma posição de prestígio – como os imigrantes que integraram a diretoria das associações apresentadas - , equivalendo a dizer ser “bem relacionado”, permitia o trânsito de uma posição social para outra, uma vez que não era possível se falar em camadas sociais. Conforme explicou QUEIROZ (1973), a partir de seu estudo sobre os bairros rurais paulistas e que apresentaram semelhanças já expostas com o núcleo em questão, embora o nível social fosse o mesmo para todos, a posição social de cada um dentro da constelação de “status” e de relações sociais que compunham o grupo de vizinhança apresentava diferenças. Casamento e herança também constituíam vias de ascensão social mais comuns, que qualquer um podia percorrer.

A colônia italiana era bem organizada, e as sociedades se reuniam para ações beneméritas, como a relatada pelo Jornal “A Cidade” em 1915:

Reunião da Colônia Italiana

Conforme a convocação feita pela imprensa local, realizou-se hontem, às 20 horas, na sede da Sociedade Dante Alighieri, uma grande reunião da colônia italiana desta cidade. Presente grande número de membros da colônia, o dr. Cav. Julio Gallo, regente do consulado assumiu a presidência, ladeado pelo sr. Carlos Barbieri, vice-presidente em exercício da Dante Alighieri e pelo Sr. Enrico Gregório, presidente da Sociedade Unione Operaria Italiana, e abriu a sessão sendo acolhido com uma prolongada salva de palmas.

(...) Discutida a idéia de se nomear um comitê de 15 membros para angariar donativos em favor da Cruz Vermelha italiana, foi ella approvada, ficando o comitê constituído pelos seguintes senhores: Dr. Julio Gallo, Dr. José de Toffoli, Dr. Félix Donadio, Carlos Barbieri, Cav. Jeronymo Ippolito, Vac. João Beschizza, José Malferrari, Quarto Bertoldi, Orestes Stefani, Carlos Croscio, Enrico Gregório, Theodosio Fedulo, José Pagano e mais dois nomes que nos escaparam (Jornal "A Cidade", Ano XI 5ª. Feira 27.05.1915 n. 3393)

Entretanto, no jornal "A Cidade", que teve maior influência na circulação de notícias desde seu lançamento em 1905, não eram comuns notícias de eventos sociais envolvendo imigrantes do Barracão, bem como outros importantes jornais como "A Tarde" e "Diário da Manhã". Segundo TRENTO (1989), chegou a circular na cidade dez jornais em língua italiana. Na ocasião do lançamento do jornal "La Voce Degli Italiani", assim homenageou seu concorrente em 1914:

La voce degli italiani

Tivemos hontem o praser de receber o primeiro numero deste novo collega, que ora inicia sua publicação nesta cidade.

Órgão da colônia italiana, em cujo idioma é redigido, propõe-se sobretudo e logicamente a deffender os interesses da collectividade italiana, preso à verdade e à justiça e sempre no propósito de contribuir para maior progresso do nosso grande Estado, ao qual progresso a colônia italiana se acha intimamente ligada por múltiplos interesses (...).(Jornal "A Cidade" Anno X 6ª. Feira 24.07.1914 n.3142).

Diversas destas associações também foram responsáveis pelo início do sistema de previdência social anteriormente à provisão pelo Estado após a década de 1930. Funcionavam autonomamente, desvinculadas do Estado e dos empregadores, com forte influência anarquista, controladas unicamente pelos próprios trabalhadores segurados (BONDUKI, 1994).

A partir da idéia de imigrantes e filhos de italianos que moravam nas proximidades da antiga estação da São Paulo-Minas no ano de 1916 formarem um time de futebol, em 1º de janeiro de 1917 foi legalizado o Palestra Itália Futebol Clube⁴³ (CIONE, 1997). Entre seus sócios-fundadores encontram-se moradores do Núcleo Colonial Antônio Prado.

⁴³ Fundado oficialmente em 01 de janeiro de 1917 no antigo Barracão (Atual Campos Elíseos), teve como sócios-fundadores: Antonio Pacagnela, Alexandre de Vera, Pedro Pacagnela, Gino Pacagnela, Natal Grachia, Natal De Lazzari, Nino Sportoni, Ernesto Squilacci, Guerino Battaglione, Alberto Battaglione, Pedro Sgobb, Guido Cantagalo, Sebastião Soma, Antonio Valezi, Rômulo Bernardini, Hélio Capreti, Santim Bortoli, Francisco Buzzolo, Primo Zambianchi.

O Jornal "A Tarde" de 9 de fevereiro de 1943 mostra uma foto da manifestação Integralista no antigo Campo do Palestra Itália. Este mesmo jornal também frequentemente anunciava notícias em italiano, voltadas para a colônia italiana, procedimento também adotado pelo jornal "Diário da Manhã", que também apresentava biografias e eventos envolvendo a comunidade italiana.

No ano seguinte à formação do Palestra Itália, os moradores da Vila Tibério criaram o Botafogo Futebol Clube, constituído principalmente de trabalhadores da Mojiana. Devido à proximidade com a Sede do Núcleo colonial, esta região passou também a se identificar com o Botafogo, contrapondo-se aos torcedores do Palestra Itália, na Terceira Seção. Este esporte logo se tornou uma diversão entre os moradores do município e, em 1911, já havia sido fundado no centro da cidade o Comercial Futebol Clube.

Além do futebol, as corridas eram muito comuns entre as pessoas que trabalhavam no núcleo como mecânicos e fundidores, pois produziam seus próprios carrinhos e bicicletas. *"Todo domingo corria de bicicleta até Sertãozinho, até Brodowski. Competi por treze anos (Antônio Henrique Giacheto)".*

4.3. A reprodução das desigualdades e de suas percepções

Embora o núcleo tenha sido constituído quando a cidade contava com trinta anos de existência e com poucos "ribeirãopretanos" de fato, seus moradores não faziam parte do antigo grupo, que aqui será chamado dos "estabelecidos", seguindo a denominação dada por ELIAS (2000). E além de não pertencerem ao antigo grupo, ainda passaram a disputar o mercado de trabalho nascente, pois parte deles aqui chegou com uma profissão urbana.

Na época de formação do núcleo, a cidade passava por sua fase de maiores transformações e começava a ser remodelada: na área central, os antigos prédios com influências neoclássicas e coloniais eram substituídos pelos modelos ecléticos. As transformações sofridas pela sociedade ribeirãopretana na época não se encerravam na remodelação física, por meio da implementação da infra-estrutura urbana, mas nas representações simbólicas que se consolidavam, seguindo o pensamento de Bourdieu, que situa as representações contidas na linguagem que se situa no centro de um jogo de poder, como explica SOUSA (2006):

Segundo este autor, através das palavras, um grupo, que está disposto num determinado espaço do campo social, e que detém um certo poder, participa de um enfrentamento político com outros grupos, com a finalidade de impor sua visão de mundo de acordo com os seus interesses num jogo de relações de poder. Estas tentativas de imposição de uma visão legítima do mundo social ("lutas de classificação"), são pautadas pela lógica da diferença, ou seja, elas visam – por meio da nomeação – fazer e desfazer grupos (SOUSA, 2006, p.12).

Para este autor, os grupos sociais são vistos como portadores de convenções, de valores socialmente compartilhados que se atualizam mediante um determinado estilo de vida. Tratam-se de bens simbólicos, em que a simples inserção dos indivíduos no processo de produção não é suficiente para explicar as diferenças entre grupos. Entre estes bens são incluídas as formas de consumo e produção não apenas de bens materiais, mas de informações. E as diferenças observadas entre os grupos, finalmente, estão diretamente vinculadas às trajetórias individuais ou de grupos, da cultura do qual fazem parte (SCOCUGLIA, 2000). Seguindo este conceito de "capital simbólico" (BOURDIEU, 1989) é que se partiu para o entendimento dos motivos pelos quais os moradores do núcleo sempre foram discriminados pelo restante da cidade, uma vez que por vezes possuíam até melhores condições financeiras do que antigos moradores.

Em 1887, a parte antiga de Ribeirão Preto já detinha não apenas o capital financeiro da cidade, mas o capital simbólico. Para os antigos moradores (ainda que pobres) da área central, as melhorias urbanas eram feitas, como se o restante da cidade não existisse. Embora tivessem chegado à cidade como trabalhadores livres e possuidores de capital financeiro (pois compraram seus lotes), os moradores do núcleo eram vistos como "bárbaros", assim como os demais imigrantes. Isso pode ser demonstrado por meio das ocorrências policiais, que os denominavam "italianos" ou "estrangeiros", ao relatar acontecimentos, sobretudo de mortes. Assim, ainda que tivessem melhorado suas condições, comprando mais terras ou montando indústrias e estabelecimentos comerciais, ao fazerem parte da classe trabalhadora, ainda eram vistos como inferiores em relação aos moradores do centro. Aliás, segundo LANNA (1996), muito cedo as autoridades brasileiras dissociaram o sonho do branqueamento civilizado da realidade da imigração, passando a ver o estrangeiro mais como um elemento nocivo do que como um agente civilizador. Em 1894, o secretário da Justiça do Estado de São Paulo afirmava que

No Brasil, estritamente falando, não existe miséria, porque são infinitos os meios de lícita e honradamente se conseguir trabalho ou subsistência, que ainda aos verdadeiros inválidos não falta, perante as casas de caridade e a generosidade de sua população. A maioria, pois, destes indivíduos,

vadios ou mendigos, que por aí vemos, quase que em sua totalidade estrangeiros são homens válidos e capazes, que em vez de se empregarem no serviço da lavoura, no interior do Estado, ou tomarem ocupação de qualquer utilidade, preferem arrastar uma vida miserável e ociosa nesta capital... Não fossem esses indivíduos, que aqui já chegam corrompidos, estragados pelo vício e pela ociosidade, de certo menor ainda seria o número de ataques à vida e à prosperidade, que houvéssemos registrar (LANNA, 1996, p.225).

Houve grande dificuldade na reconstituição histórica do Núcleo Colonial Antônio Prado e dos bairros que surgiram a partir dele, pois, não se tratando de uma área onde residia a elite, não era mencionada no principal jornal da época, exceto na coluna policial, onde foram narrados diversos acontecimentos envolvendo famílias de imigrantes, como assassinatos, suicídios, fugas, furtos, brigas, defloramentos etc. Abaixo, segue uma amostra de algumas transcrições feitas por Liamar Tuon (s/d) a partir de artigos do jornal "A Cidade" na segunda década do século XX. Esse periódico sempre constituiu o principal veículo de informação e formador de opinião na cidade:

Desastre - Hontem um dos trens da Mogyana atingiu no trajecto do Barracão até a estação desta cidade um homem de cor branca e de idade avançada. O infeliz foi recolhido a Santa Casa em estado bastante grave (Jornal "A Cidade", 15/06/1907).

Don Juan que foge - Bertivoglio Corado compareceu à polícia e denunciou a Paschoal Regiani como autor do defloramento de sua filha Virginia, de quem era namorado (...). O indigitado autor da desonra de Virginia está foragido (Jornal "A Cidade", 15/02/1913).

Suicídio - Com um tiro no ouvido direito, suicidou-se ontem pelas vinte horas à Rua Luiz Barreto, 6, Barracão, Pedro Barriquello, italiano de vinte de seis anos de idade. O suicida era casado e deixa viúva e cinco filhinhos (Jornal "A Cidade", 23/03/1915).

Um velho libertino - José Bignardi, italiano de cinqüenta anos, administrador da fazenda Fortaleza, trouxe para Ribeirão uma moça Rosinha Fávero para interná-la no Collegio Dante Alighieri, mas veio visitá-la depois e levou-a para dormir com ele em um hotel. A escola depois disso pediu que ele a retirasse de lá e ele a colocou em uma casa com uma família, e dizia que era sua filha, depois descobriu-se que a menor era filha de Jeronymo Favero, fiscal da fazenda. Foi instaurado processo (Jornal "A Cidade", 15/08/1916).

Agressão a tiros - (...) na Rua Parayba, no bairro Barracão, Paschoal Baliva desfechou dois tiros de revólver contra o preto Ignácio Roque, que foi atingido no pescoço e no ombro esquerdo (Jornal "A Cidade", 14/10/1919).

Insultada e com filho espancado - Maria Rita de Jesus tem como vizinho Antenor Marinho e reside no Barracão, à Rua dos Italianos e ontem apresentou-se à autoridade policial formulando uma queixa contra o mesmo, que a insulta diariamente e ontem espancou o filho da queixosa" (A CIDADE, 11/07/1920).

Como vimos, o perfil dos primeiros moradores do núcleo era em geral homogêneo: constituído na maior parte por imigrantes italianos, com pouca instrução (sabiam assinar

o nome, mas frequentemente as mulheres pediam que assinassem por elas), agricultores em sua terra natal, e formando um "proletariado de pequenos proprietários" (MONSMA et al., 2003). Considerando que em 1901, 51,5% da população italiana era analfabeta (MONSMA et al., 2003), o grau de escolaridade dos imigrantes não chegou a constituir um diferencial em relação os outros imigrantes que se dirigiram para as fazendas de café.

Os dados analisados também fornecem elementos para um estudo sobre o processo de formação das periferias. Para ZALUAR (1994), "periferia" é um conceito estratégico e relativo, e será utilizado para o entendimento da área em questão: a Terceira Seção possui uma parte chamada "Tanquinho", e seus moradores costumam dizer que moram no bairro Campos Elíseos, assim como moradores de conjuntos habitacionais localizados além do Ipiranga (Marincek, Vila Esperança, Valentina Figueiredo, Geraldo de Carvalho), dão como referência o Ipiranga e não o nome oficial de seus bairros. Entretanto, quando as redes de TV locais fazem matérias relacionadas à falta de infra-estrutura ou violência desses bairros, todos se reconhecem como "moradores da periferia", como um único conjunto, independentemente de serem do bairro Campos Elíseos, Ipiranga ou ramificações dos mesmos. Isso mostra que a relação centro-periferia acontece até mesmo na periferia. É muito mais vantajoso, por exemplo, morar na porção do bairro Campos Elíseos que faz divisão com os bairros da Quarta Seção do antigo núcleo colonial, pois os moradores usufruem a infra-estrutura do outro bairro, além de poderem trabalhar nele.



Fig.61: Tanquinho e COHABs, próximas aos Campos Elíseos e Ipiranga (Foto: SPGA)

Com esta "divisão social", os moradores do núcleo colonial, sobretudo Ipiranga (constituída da antiga Segunda Seção), foram estigmatizados, lembrando que foi nesta

seção que o Hospital de Isolamento e o Cemitério de Leprosos funcionaram. Chaves (1999) fez uma análise em um bairro semelhante ao Ipiranga, em Lisboa. No caso do bairro português Casal Ventoso, que também teve origem a partir da chegada de imigrantes rurais no início da industrialização, a sociedade os estigmatizou inicialmente como miseráveis, e nos dias atuais, como local do tráfico de drogas em Lisboa. Para eles, o narcotráfico se tornou uma opção de sobrevivência econômica para parte da população, em substituição à antiga atividade de seleção e venda de ferro-velho, pois possibilita o engajamento das pessoas em atividades interativas. Entretanto, Chaves (1999) não mostra a relação do Casal Ventoso com a cidade de Lisboa, de como as pessoas saem do bairro para trabalhar na cidade pois, para ele, o próprio tráfico cria as “estruturas de oportunidades”.

4.3.1. Desigualdades entre a Segunda e Terceira Seção

No início deste trabalho, pensava-se ter existido uma forte rivalidade entre os moradores da Sede e Terceira Seção. Não houve rivalidade a ponto de ter formado gangues ou guetos, mas o que se verificou foi, em princípio, uma dificuldade de acesso por parte da Sede até a Cidade, que não acontecia com a Terceira Seção, pois esta, geograficamente, se encontrava mais próxima do núcleo urbano principal. Pode-se, portanto afirmar que houve “desigualdade” e não “rivalidade” entre as diferentes seções. A rivalidade – ou melhor, uma “disputa” - mesmo ocorreu apenas por volta da década de 1960, quando o Barracão teve o nome alterado para Ipiranga, e daí em diante, devido às disputas de prêmios dados às Escolas de Samba, das quais as mais tradicionais da cidade realmente se encontram nos Campos Elíseos e Ipiranga, conforme mostra a Tabela 12:

TABELA 12
ESCOLAS DE SAMBA EXISTENTES EM RIBEIRÃO PRETO

Data	Nome	Local
1927	Sociedade Recreativa Dançante Bambas, alterada em 1931 para “Grêmio Recreativo Escola de Samba Bambas”	Campos Elíseos (Terceira Seção)
1967	Associação Comunitária e Cultural “Embaixadores dos Campos Elíseos”	Campos Elíseos (Terceira Seção)
Déc. 1970	Academia de Samba do Ipiranga	Ipiranga (Segunda Seção)
1989	Escola de Samba Camisa Preto e Branco	Campos Elíseos (Terceira Seção)

1995	Grêmio Recreativo Social, Cultural e Esportivo Escola de Samba Tradição do Ipiranga	Ipiranga (Segunda Seção)
1996	Escola de Samba Acadêmicos do Sudeste	Jd. Manoel Pena (sudeste)
2001	Grêmio Comunitário, Esportivo e Cultural Camisa 12 Corinthiana	Vila Tecnológica (Maria Casagrande – limite com a Segunda Seção)

Fonte: www.ribeiraopreto.sp.gov.br

Nota-se que entre as sete escolas de samba existentes na cidade, seis delas estão localizadas na área de estudo, entre a segunda e terceira seções e, das três mais tradicionais, duas são dos Campos Elíseos (Bambas e Embaixadores) e uma é do Ipiranga (Academia de Samba). O local que por muitos anos as escolas se apresentaram era na Avenida Costa e Silva, nos Campos Elíseos, que facilitava o acesso de pessoas e a locomoção dos carros alegóricos. Estas festas populares, a partir da década de 1970, tomaram o lugar das antigas festas juninas e das festas de Reis que eram tradicionais entre os bairros mais antigos. Quanto ao lazer, por exemplo, apenas o bairro Campos Elíseos apresentava opções aos moradores – festas organizadas pelas igrejas e algumas praças, onde se realizava o *footing* (passeio a pé) - , caso não quisessem ou não pudessem ir até o centro da cidade.

É provável que a percepção das desigualdades internas entre os bairros formados a partir do núcleo colonial esteja relacionada à questão dos acessos, na época da formação do núcleo. O acesso da Terceira Seção ao centro foi facilitado pela proximidade com o centro e também pela topografia, conforme já mostrado na Fig. 17. O acesso à Sede, Primeira e Segunda Seções, que já formavam o Barracão de Cima, começaram a acontecer apenas em 1904:

“esse serviço (...) era aliás de grande necessidade, attento o notável trânsito entre o centro da cidade e os Bairros Barracão, Dr. Olympio e Morro do Cipó, cujos moradores por elle constatemente reclamavam” (Relatórios da Prefeitura Municipal apresentado à Câmara Municipal na sessão de 7 de janeiro de 1905, *apud* SOUSA, 2005, p.50).

Portanto, mesmo que os lotes de todas as seções do núcleo tenham sido vendidos na mesma época, pelo mesmo valor (excetuando-se os da Sede), e tenham experimentado o mesmo processo de ocupação, praticamente na mesma época, enquanto chácaras, a Terceira Seção sempre foi mais valorizada que a própria Sede, devido à maior facilidade de acesso.

Tão logo o Núcleo Colonial Antônio Prado se desenvolvia e suas terras entravam no mercado imobiliário, sendo subdivididas, a Terceira Seção foi acumulando diferenciais em relação a outras áreas do núcleo. As associações italianas (esportivas, de socorros mútuos, de anarquistas etc.) já apresentadas, por exemplo, tinham suas sedes nessa área.

Em 1939, o bairro originado desta seção recebia oficialmente o nome de "Campos Elíseos", que era modismo na época, pois remetia ao "*Champs Elysées*" parisiense, símbolo de modernidade e beleza européia, agradando aos seus moradores, que passaram a "estabelecidos" em relação aos "outsiders" da Sede, que permanecia com o nome "Barracão". NEIBURG (2006) explica as definições de "estabelecidos" e "outsiders" empregadas por ELIAS (2000):

As palavras *establishment* e *established* são utilizadas, em inglês, para designar grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder. Um *establishment* é um grupo que se auto-percebe e que é reconhecido como uma "boa sociedade", mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência: os *established* fundam o seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros. Na língua inglesa, o termo que completa a relação é *outsiders*, os não membros da "boa sociedade", os que estão fora dela. Trata-se de um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os *established*. A identidade social destes últimos é a de um grupo. Eles possuem um substantivo abstrato que os define como um coletivo: são o *establishment*. Os *outsiders*, ao contrário, existem sempre no plural, não constituindo propriamente um grupo social. Os ingleses utilizam os termos *establishment* e *established* para designar a "minoria dos melhores" nos mundos sociais mais diversos: os guardiães do bom gosto no campo das artes, da excelência científica, das boas maneiras cortesãs, dos distintos hábitos burgueses, a comunidade de membros de um clube social ou desportivo. Os habitantes do povoado industrial no qual Norbert Elias e John Scotson realizaram a pesquisa que serve de base a este livro também descreviam a diferença e a desigualdade social como relações entre estabelecidos e outsiders (NEIBURG, 2006).

No inventário de Vicente de Bonis, feito no ano de 1902, o título "Campos Elíseos" já aparecia, ou seja, muito antes de sua oficialização, o que lhe conferia valor simbólico. Por outro lado, o Ipiranga, originado da Sede, Primeira e Segunda Seções permaneceu com o nome "Barracão" até o plebiscito de 1967. Além disso, mesmo depois dessa data, a população de Ribeirão Preto, incluindo-se os moradores dessa área, continuou utilizando o termo antigo, sendo hostilizada pelos próprios moradores do núcleo que moravam nos Campos Elíseos.

Em pleno "urbanismo sanitaria", quando os equipamentos de saúde indesejáveis eram construídos no Núcleo colonial, independentemente da seção, apenas uma obra de "embelezamento" foi feita na área, na década de 1920, e justamente na Terceira Seção,

que foi a arborização da Avenida Saudade em 1922, transformada em uma "alameda", por ocasião das comemorações do Centenário da Independência:

extensa e larga avenida de 1300 metros de comprimento, artisticamente arborizada por dois renques de árvores *Typuanas*, cujos galhos entrelaçados formavam uma linda abóbada em todo o percurso (GUIÃO, 1923, p.20).

Segundo MARX (1980), árvores e canteiros em vias e largos eram raros, exceto nas cidades principais. Segundo este autor, apenas

bem depois da criação dos primeiros jardins públicos, e coincidindo com a difusão pelas povoações de porte menor e interioranas, começaram os cuidados em arborizar e em ajardinar os logradouros existente ou os que iam surgindo. As ruas mais importantes e, especialmente, as praças foram enfeitadas com árvores e canteiros de plantas ornamentais. E o sucesso dessa transformação foi tal, que logo se perdeu a noção das peculiaridades diferentes de uma praça e de um jardim (...) Basta ver imagens, conhecer depoimentos e ou consultar os projetos dos setores, objeto de reforma urbanística no início do século, para saber da importância atribuída à vegetação na composição urbana (MARX, 1980.p.67).

Por este motivo, uma bela alameda do porte da Avenida Saudade em 1922 fazia a diferença entre os bairros surgidos do Núcleo Antônio Prado, pois naquela época a cidade possuía apenas quatro grandes praças ajardinadas, todas no centro da cidade – Praça XV de Novembro, Praça Carlos Gomes, Largo 13 de Maio, onde foi construída a Catedral Metropolitana, e Praça Rio Branco, onde foi construído o Palácio Rio Branco, que passou a ser a nova sede da Prefeitura. Por outro lado, as inúmeras fotografias da época evidenciam a modernidade urbana limitada apenas nas imediações do Quadrilátero Central, não sendo encontrados registros da Avenida Saudade e sua antiga arborização.

Enquanto isso, a Segunda Seção, que veio a formar o bairro Barracão (até o nome era usado de forma pejorativa), demorava mais a se urbanizar, pois era muito maior, e os moradores se encontravam distantes do centro, isolados entre si e do restante do Município, configurando-se como "*outsiders*".

Segundo Fernando Frighetto, antigo chefe da Estação São Paulo-Minas, nos anos de 1940 "*os Campos Elíseos era visto por quem chegava de fora como uma cidade, um grande centro, as pessoas iam na Saudade fazer compras e não na Cidade. Já a Dom Pedro (principal avenida do Ipiranga) era chão batido, eu ia lá andar de moto. O Ipiranga era mais de gente do Matarazzo, ficava aquela fila de gente andando na rua de manhã e no fim da tarde*".

Em suas recordações sobre o Matarazzo, revelou como conheceu sua esposa, a tecelã Laura Marques, filha de imigrantes italianos que moravam em Bonfim Paulista:

Ela morava na Vila Tibério e passava todo dia em frente à minha casa (ele morava na Estação da Ferrovia São Paulo-Minas, localizada à rua Marquês de Pombal, nos Campos Elíseos) para ir para o Matarazzo, era tecelã. Ela era a moça mais bonita da fábrica e eu ficava esperando ela passar todo dia, de manhã e no fim da tarde. Ficamos casados por cinquenta anos mas no ano passado ela me abandonou (faleceu).

Diante disso, pode-se compreender o processo de formação da zona norte excluída e de como esse processo de exclusão ocorreu dentro deste próprio espaço: os moradores dos Campos Elíseos, que junto com os moradores do Barracão constituíam os "outsiders" da cidade, passaram a "estabelecidos" em relação aos moradores do Ipiranga, que se tornaram os "outsiders".

O grupo social formado pelos moradores do Ipiranga é definido por princípios consensuais, entre os quais as noções de *habitus* e de *campo social* são fundamentais, pois operacionalizam o entendimento e a apreensão das "regras do jogo" de distinção entre os grupos sociais, expressas através das diferenças de situação e de posição social. O *habitus* está

na base dos princípios geradores das práticas e nos sistemas de classificações destas, bem como na base das representações. Está, ainda, presente nos objetos em geral, por exemplo, nos espaços habitados, na casa (SCOCUGLIA, 2000, p.17).

Estilo de vida e de representação se vinculam à noção de *habitus* – enquanto sistema gerador e classificador de práticas, capacidades que constituirão o mundo social representado. Este é visto como uma representação abstrata, dependente do trabalho de construção de estratégias simbólicas e manipulação de identidades.

As representações são entendidas a partir das práticas dos agentes, e suas formas de consumo e de reprodução ligadas a uma posição de relações de produção e às diferenças no plano das relações simbólicas, nas trajetórias de vida individuais e nas estratégias de manipulação das identidades. O pressuposto metodológico que fundamenta esta visão de realidade social, enquanto espaço simbólico, se dá justamente através da articulação de fatores "objetivos" (relação de força, coerções, classificações instituídas) com fatores "subjetivos" como estratégias simbólicas de manipulação de identidades, esquemas de percepção e apreciação inscritos na representação, no juízo de gosto, nos espaços arquitetônicos, etc (SCOCUGLIA, 2000, p.18).

Assim, desde o início, os moradores do Barracão acumularam desvantagens em relação a outras áreas do próprio núcleo: em primeiro lugar, tiveram o acesso dificultado, com

conseqüência direta sobre o valor dos lotes; não se beneficiaram de nenhuma obra de infra-estrutura; receberam sim equipamentos “indesejáveis” ao restante da cidade; e, por fim, simbolicamente, foram penalizados com a permanência do nome pejorativo de “Barracão”. O resultado foi o reforço do preconceito da sociedade inclusiva em relação aos moradores dessa área.

Até hoje, os moradores de bairros surgidos a partir da Segunda Seção, aqui aproximados como *outsiders*, vêm reproduzindo a dominação exercida sobre eles pelo restante da cidade, não lutando nem se organizando pelos seus direitos, aceitando o rótulo de “periferia” (no sentido pejorativo), refletindo na atual área mais perigosa do município. Seus jovens, antecipando o julgamento que farão deles (de bandidos, vagabundos, marginais), correspondem a estes pré-julgamentos, criando desordem e entrando para o mundo do crime.

4.4. Uma mobilidade social precária

Vários autores discutiram sobre a possibilidade de ascensão social do imigrante, no meio urbano ou rural, de forma a não haver opinião comum entre eles. Concordando com TRUZZI (1986), até a crise cafeeira de 1930, era enganosa a noção de que os colonos aos poucos se transformaram em pequenos proprietários e sitiantes, pois, com a renda de que dispunham, a possibilidade de poupança de um montante suficiente para a aquisição de alguns alqueires de terra era altamente improvável. Esta afirmação vai ao encontro de MARTINS (1973), segundo o qual, a “escalada ao topo” almejada pelos grandes industriais imigrantes de que temos conhecimento só foi possível porque eles chegaram com algum recurso. E a partir deste estudo, é possível se afirmar, de modo geral, que no caso do núcleo colonial em questão, nem mesmo os recursos que os diferenciaram das trajetórias dos imigrantes comuns empregados como colonos nas fazendas foram suficientes para o delineamento de trajetórias de pronunciada ascensão social. O que se verificou foi uma mobilidade social bastante intensa: imigrantes que adquiriram de início um único lote, ao prosperar, compraram outros lotes ou formaram pequenos comércios pela região.

Por outro lado, em função do preço da terra diferenciado em relação à área central, não havia mudança para a outra área, pois um único lote na região centro-sul, conforme o estudo mostrou, custava o preço de vários lotes na região norte, originada a partir do

antigo núcleo colonial. Assim, embora constituindo uma classe “privilegiada” em relação aos imigrantes que se dirigiam para os cafezais, podendo viver do que plantavam e ainda vender seus produtos na cidade ou então trabalharem temporariamente em outras fazendas, pode-se concluir que os moradores do Núcleo Colonial Antônio Prado no máximo fizeram parte da formação da chamada “classe média urbana” de Ribeirão Preto, reforçando a pequena camada de população que existia na cidade que não era nem possuidora de fazendas nem escrava ou totalmente pobre. Esta mesma classe média que, no pensamento de DEAN (1984), no período posterior a 1930, quando a crise levou ao fracionamento de muitas fazendas, “herdou” o município, não permitindo que a economia estagnasse.

Sempre houve dificuldade em se trabalhar o tema “classes médias urbanas” a começar pela dificuldade de seu contorno, devido ao alto grau de divisão do trabalho. Assim, para poder haver uma classificação, é necessário o estabelecimento de fronteiras materiais e simbólicas com outros grupos.

Os imigrantes do Núcleo Antônio Prado possuíam o dinheiro para a compra da terra e não precisavam se sujeitar aos regimes de colonato ou parceria vigentes nas fazendas da região. PETRONE (1990) defende a possibilidade de ascensão social do imigrante, contribuindo inclusive para a desmistificação da idéia de degradação do trabalho manual e da terra. À medida que se verificava a ascensão social do colono assalariado, desaparecia o preconceito em relação ao trabalho com a terra. Além disso, contribuíram para a aceitação da mulher no mercado de trabalho. Sendo assim, o maior aspecto a ser considerado com a introdução do imigrante no meio urbano é o social. Ainda de acordo com a autora, os colonos das fazendas se sentiam desenraizados, sem estímulo e sem participação na vida em grupo como era no país de origem. O despovoamento e as grandes distâncias que separavam as colônias de fazendas vizinhas impediam o contato mais freqüente com vilas e tornavam as relações sociais escassas.

Já em núcleos coloniais, como no Antônio Prado, essas relações poderiam ser mais intensificadas, pois o núcleo não era distante do centro da cidade, possuía uma Sede urbanizada e seus moradores tinham total liberdade de locomoção, o que não acontecia

com os colonos das fazendas. Com isso, puderam desenvolver desde que chegaram, como já argumentamos, um elo de afeto com o lugar⁴⁴.

Neste estudo, o início da formação dos bairros do núcleo tinha como traços comuns o fato de ser constituído em sua maioria por imigrantes não-colonos de fazendas, que possuíam certo pecúlio para a compra do lote - que foi vendido e não doado - e no caso dos proprietários de lotes da Sede, certa qualificação profissional de feição urbana, que constituía um dos critérios para a aceitação do candidato. Pode-se então entender que esta população constituiu uma segunda variação da classe média existente em Ribeirão Preto a partir de 1887: já havia a classe média residente no centro da cidade, constituída de profissionais liberais - médicos, advogados, professores e engenheiros - sem vínculo direto com o café, bem como uma primeira variação que residia a parte mais baixa do centro da cidade, próxima aos córregos, constituída de pequenos comerciantes e trabalhadores urbanos, também sem vínculo com as fazendas, que eram de procedência das cidades vizinhas - sobretudo do sul de Minas Gerais - e alguns poucos imigrantes.

Uma vez que constituíram uma "nova" classe média na cidade, pensou-se no início deste trabalho que estes imigrantes tivessem experimentado uma ascensão social "inédita", tanto devido à diferença que houve entre eles e a massa de imigrantes que trabalhou nas fazendas de café - pois possuíam alguns meios e vendiam sua força de trabalho apenas como opção - quanto porque eram mais politizados.

Contudo, conforme nos mostram os QUADROS ESQUEMÁTICOS (em anexo), o que se pôde verificar, ao contrário do que se supunha no início do trabalho, é que houve, de fato, mobilidade social entre aquelas pessoas: os próprios imigrantes investiam em mais terras próximas aos seus lotes, como os Golfetto, por exemplo, que na década de 1930, já haviam multiplicado suas terras em 40 alqueires. Os lotes originais foram vendidos ou subdivididos entre familiares, mas os bens finais inventariados ainda eram constituídos na maioria destas parcelas de lotes. Raros foram os casos de moradores que adquiriram lotes em outras regiões da cidade. Além disso, permaneceram com seus comércios que não foram muito ampliados nem diversificados, como já mostraram as tabelas de impostos sobre indústrias e profissões entre 1890 e 1962 já apresentadas neste trabalho.

⁴⁴ O geógrafo Yu-Fu Tuan denominou este sentimento de Topofilia no início dos anos de 1970.

Em continuação ao processo de urbanização, o início da comercialização das terras do núcleo coincidiu com a formulação das primeiras leis sanitárias que impuseram a divisão geográfica e social na cidade e que inseriram a área do núcleo definitivamente entre a porção pobre. Por isso, embora os moradores do núcleo pudessem obter rendimentos não apenas a partir de sua produção na chácara, mas com comercialização da própria terra, este permaneceu fora do circuito imobiliário valorizado, caracterizando-se como “reduto” de classes mais baixas.

MONSMA et al. (2003) apontam que a literatura comparativa mostra que havia mais oportunidades de mobilidade social entre imigrantes que se estabeleceram no Brasil e Argentina do que nos Estados Unidos, pois aqui eles podiam adquirir terras ou estabelecimentos comerciais. Isso de fato é verdade, mas no caso dos moradores do núcleo, o fato de terem possuído terras e estabelecimentos comerciais não garantiu grande mobilidade social, devido ao local em que se encontravam: na zona norte – reafirmando que o local interfere, e o valor simbólico a ele associado também.

Os inventários também mostraram que os bens inventariados eram muito simples e de pouco valor capital, principalmente quando referentes à Segunda Seção, quando comparados aos inventários de moradores do centro da cidade, como o exemplo do inventário de Luigi Borsato, feito por sua esposa, Regina Borsato, na ocasião de sua morte em 1903:

Um lote nº 5 na Segunda Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado com casa de morada, duas carroças com três burros, uma vaca com dois bezerras

Laudo de avaliação:

1. Uma mesa por dois mil réis (2\$000);
2. Dois bancos de madeira por dez mil réis (10\$000);
3. Uma carroça arreada por 120\$000;
4. 40 carroças de lenha por 80\$000;
5. Uma vaca pintada por 70\$000;
6. Duas vitelas pretas por 40\$000;
7. Três burros para carroça por 300\$000;
8. Um lote n.5 da Segunda Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado, no Barracão, com 3,5 alqueires, lado fechado de arame, confrontando com Santa Brussolo e Giroto Guerino pelos lados, fundo e frente com duas ruas cujos nomes ignoram, avaliado por 1:000\$000;
9. Casa de morada coberto de telhas por 1:000\$000;
10. Um lance de casa parte coberta de telhas e parte de capim por 100\$000;
11. Um pomar por 220\$000;
12. Uma cisterna por 80\$000

Inventário *post-mortem* de Luigi Borsato em 1903. Fonte: AFRP

Nos anos 30, Anillo Fávero inventariou os bens de sua mãe, Maria Fávero, mostrando ainda a pouca modificação das condições financeiras dos primeiros inventários. Por vezes, relataram o "mau estado" das casas de morada:

Uma área de 18 alqueires de terras, mais ou menos, situado na Segunda Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado, no lugar denominado "Córrego Secco" dos quais 6 alqueires mais ou menos em varjão e o restante em capoeira, contendo uma pequena casa em muito mau estado de conservação, um pequeno curral também em mau estado e pequenas benfeitorias, confrontando pela frente com o caminho particular por um lado com João Bevilacqua, e outro com Herculano Fernandes e Mansueto Bonacorsi por um caminho particular que dá acesso ao referido imóvel, caminho esse que vai desembocar na estrada do Campo das Cruzes cujo valor é de 9:000\$000 e pelos fundos com o córrego Ribeirão Preto, área de terras essa que foi havida pelo "finado Luiz Favero, conforme as transcrições nos 9018,9075,10740 e 11867, feitas no registro geral desta comarca.

Inventário *post-mortem* de Maria Fávero em 1936. Fonte: AFRP

Por fim, a situação não pareceu se alterar, segundo inventários feitos já na década de 1960, pela segunda geração de moradores do núcleo, como mostra o inventário de Paulo Stefanelli, feito em 1963 por sua esposa, Emília Guilarte Stefanelli, na ocasião de sua morte:

1. um prédio na Rua Anita Garibaldi nº 1,197, com seu respectivo terreno que mede 11m frente x 43m fundos, confrontando de um lado com Pedro Panazzollo, do outro a quem de direito e pelos fundos com Luiz Dal Porto, adquirido de Oswaldo Franco de Andrade e sua mulher, pela importância de 5.000\$000. Laudo de avaliação: 512.650.

2. um terreno na Rua Espírito Santo L18 Q3 da Vila Castelo, entre a Rua Cel. Américo Batista e Rua São Francisco, medindo 8,25m frente x 21,50m fundos, adquirido de Octacílio Coutinho de Freitas e sua mulher e outros, pela importância de 2.000. Laudo de avaliação: 35.474.

Inventário *post-mortem* de Paulo Stefanelli em 1963. Fonte: AFRP

Até a década de 1920, o Núcleo de fato possibilitou uma agricultura de mercado interno e, na seqüência, novos serviços urbanos e a pequena indústria. Como foi visto, os imigrantes mantiveram ao mesmo tempo profissões urbanas e atividades agrícolas. A aglomeração formada a partir daí veio a constituir mão-de-obra para a grande indústria, nas décadas seguintes.

Buscou-se para o trabalho informações acerca do sucesso ou fracasso de outros núcleos coloniais criados no Estado de São Paulo. Constatou-se que em 1877, ano em que foi criada a Comissão de Medição dos Lotes Coloniais, foram formados quatro núcleos

coloniais: Glória, São Bernardo, São Caetano e Santana. Entre eles, apenas o último fracassou enquanto futura área de povoamento. Foram encontradas semelhanças nas razões para o fracasso do núcleo de Santana e no Antônio Prado, embora em situações diferentes: enquanto o primeiro foi prematuramente emancipado e teve a maioria dos lotes abandonados e revendidos em hasta pública, o núcleo colonial Antônio Prado foi emancipado dois anos após sua formação, em 1887, com a maior parte dos lotes quitados. Mas tanto o núcleo Santana quanto o Antônio Prado serviram para abrigar tudo aquilo que deveria ser afastado do contato com a sociedade, ao contrário de outros que se integraram à cidade, por meio de venda de seus lotes a empreendedores interessados, como foi o caso do Núcleo Colonial da Glória, ou tornaram-se cidades como os núcleos coloniais de São Caetano e São Bernardo. No início do século, a Casa de Detenção já havia sido instalada na área do núcleo de Santana, o que levou à sua posterior desvalorização.

Foram entrevistados corretores antigos da cidade, que exercem a atividade há cerca de trinta anos, época em que o estudo se encerrou. Essas entrevistas foram úteis para a constatação de como a cidade entendia os bairros surgidos do núcleo e vice-versa. Todos indicaram o caminho segundo o qual foi sempre a proximidade com cemitérios e fábricas – no caso da terceira seção – e com a linha férrea – no caso da Segunda Seção – que mais interferiram na valorização imobiliária dos terrenos.

CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo analisar os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antônio Prado, principalmente os maiores deles, que foram os Campos Elíseos e Ipiranga, e que constituíram os territórios de pobreza em Ribeirão Preto. Para isso, três vertentes foram necessárias: sua definição territorial, suas características históricas e socioeconômicas e suas imagens culturais. Buscou-se identificar estes bairros como territórios de vida social, real e imaginária, entre a realidade e sua representação. Como resultado, pretendeu-se chegar às imagens que estes bairros construíram para si e para se apresentarem ao restante da cidade.

A área de estudo é complexa, de grande extensão, com uso misto, agregando patrimônio histórico e referências visuais da cidade. Além disso, ao longo de mais de um século de existência, foi apropriada por diferentes grupos de trabalhadores.

Sua trajetória ultrapassou o objetivo inicial de sua fundação, que foi o de constituir um "viveiro de mão-de-obra" para a lavoura de café e abastecer a cidade com gêneros de subsistência durante o auge da monocultura cafeeira: converteu-se no que LAPA (1995) chamou de "cidade invisível", abrigando as categorias que "precisavam" ser ocultadas – doentes, vadios, loucos, rebeldes, velhos, prostitutas ou menores órfãos ou abandonados, juntamente com os equipamentos poluentes, feios ou malcheirosos. Resolveu um problema da elite que não desejava pobres, operários e imigrantes para o seu contato, embora necessários ao trabalho, e lá os confinaram, para que não fossem vistos.

Assim que foi "emancipado" (com a quitação da dívida pela maior parte dos moradores) e teve início a comercialização dos lotes por parte dos imigrantes, também a população pobre da cidade não constituída por imigrantes lá se concentrou. Levando seus produtos para vender na "cidade", prestando serviços diversos principalmente como carroceiros e ambulantes, fica evidente a tentativa de os primeiros moradores do núcleo se integrarem à cidade que os recebia. Entretanto, o contrário não acontecia, pois os moradores da "cidade" não iam ao núcleo colonial, uma vez que era lá que os equipamentos indesejáveis se encontravam. As pessoas que se instalaram no núcleo colonial eram vistas como "o outro" do burguês, que lhes projetava suas frustrações e lhes atribuía toda a pobreza e causa de doenças. Por isso, após 120 anos e mesmo com toda a

diversidade urbana que o núcleo apresentou, seus moradores permaneceram confinados na "cidade invisível" contraposta à "cidade visível", saneada e embelezada.

Outros núcleos coloniais paulistas criados na mesma época prosperaram, tanto porque tiveram sua localização próxima a uma cidade, podendo se desenvolver com autonomia, quanto por não terem tido em suas terras nada que as desvalorizasse, despertando interesse de investidores. O único núcleo a fracassar, que foi o de Santana, em São Paulo, deveu-se primeiramente ao abandono por parte do poder público para a provisão de sementes, moradia, associado a um solo de qualidade ruim. Além disso, semelhantemente ao Núcleo Colonial Antônio Prado, o Núcleo de Santana se localizou na Zona Norte de São Paulo, região de várzea do Rio Tietê, abrigou os "excluídos da história" da capital, começando pela primeira Hospedaria dos Imigrantes da cidade em 1878 e, em 1911, a Penitenciária do Estado (inaugurada em 1920), fatores que levaram à sua posterior desvalorização.

O que no início do trabalho supunha-se ser uma vantagem, ao final demonstrou-se um empecilho ao seu desenvolvimento: a permanência, no interior da área do núcleo colonial, de atividades de moradia, comércio, indústria e também agricultura o mantiveram isolados do núcleo urbano central. Tal qual moradores de bairros rurais paulistas, freqüentemente chamados "caipiras ou gente de sítio" (QUEIROZ, 1973), eram denominados oficialmente de "colonos", embora não os fossem, pois habitavam e trabalhavam as próprias terras.

A análise dos inventários deixados pelos primeiros imigrantes que lá se estabeleceram permitiu uma reflexão sobre as condições enfrentadas por seus moradores ao longo do processo de expansão urbana da cidade. A não existência de tais documentos em quantidade suficiente e a descrição dos exemplares encontrados deu indícios da pouca acumulação de riquezas, uma vez que a maioria não deixou bens para inventariar nem dispunha de recursos para as despesas de cartório. Constatou-se, entre os bens analisados, a existência apenas de instrumentos de trabalho como enxadas e foices, alguns animais como galinhas e cavalos e a mobília simples da casa, além da própria terra, desprovida de melhorias urbanas, que por este motivo adquiriu preço muito baixo, desde os tempos em que os lotes constituíam seção rural.

Portanto, embora hoje os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antônio Prado tenham sido urbanizados e introduzidos na malha urbana da cidade, não é possível

afirmar que o núcleo prosperou da maneira como fora planejado, originando um conglomerado rico e próspero, se comparado à zona sul. Por outro lado, não significa que o núcleo fracassou e é possível se afirmar que houve mobilidade social entre os moradores. Se uma família chega ao núcleo com condições para comprar um lote e, trinta anos depois, possui dois ou mais imóveis, significa que ela melhorou sua condição em relação à sua chegada, ainda que vários lotes da área do núcleo não sejam suficientes para pagar um terreno na região centro-sul.

Ao final desta tarefa de reconstrução da trajetória de formação dos bairros originados a partir do Núcleo Colonial Antônio Prado em Ribeirão Preto, conclui-se que, a cada nova documentação empírica encontrada, foi sendo possível um contorno mais preciso acerca da caracterização social dessa região, cujas análises passaram por várias fases: primeiramente, se acreditava que a área do núcleo, juntamente com as pessoas que a ocupou, constituiu uma região diferenciada e privilegiada em relação ao restante da cidade, pois abrigou imigrantes com profissão urbana e pecúlio para aquisição do lote. Num segundo momento, verificou-se que a elite dominante na época se utilizou desta região para afastar de seu contato tudo o que deveria ser "invisibilizado" (entre construções e pessoas), impedindo a valorização de suas terras e confinando a região definitivamente ao território de pobreza de Ribeirão Preto. Por fim, num terceiro momento, concluiu-se que esta afirmação anterior deveria ser relativizada pois, de fato, os moradores do núcleo e seus descendentes experimentaram diversas formas de mobilidade social.

Entre a sua chegada na cidade, 120 anos atrás, com condições para adquirir apenas um lote e sua morte, deixando como herança dois ou mais lotes, bem como uma casa e até mesmo outros imóveis na mesma área, os imigrantes de fato prosperaram. Ainda que pese a impossibilidade de mudança para os bairros mais caros, pois são necessários muitos lotes na zona norte para se adquirir um terreno na zona centro-sul, este trabalho mostrou a importância que o Núcleo Colonial Antônio Prado teve para a expansão urbana de Ribeirão Preto, com a introdução de trabalhadores urbanos especializados, o abastecimento da cidade com gêneros de subsistência, a ampliação da oferta de imóveis para a classe trabalhadora e com a formação de uma área de comércio e indústria que teve condições de se desenvolver paralelamente à área privilegiada da cidade.

FONTES

- AGAZZI, Constantino. **Das Regiões Lombarda e Veneta ao Núcleo colonial de São Bernardo: acompanhando o imigrante italiano.** 1974. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.
- ALMANACH ILLUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO. Sá, Manaia & Cia. Editores. Ribeirão Preto: Typ. do Almanach, 1913.
- ALVIN, Zuleika Maria Forcioni. **Emigração, Família e Luta: os italianos em São Paulo, 1870-1920.** Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.
- ANDRADE, Margarida Maria de. Bairros além Tamanduatei: o imigrante e a fábrica no Brás, Moóca e Belémzinho. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- ARAÚJO, José Renato de Campos. **Imigração e Futebol: o caso Palestra.** Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uma rede fundiária em transição. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado & BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs). **Na estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista.** São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.
- _____. Apogeu cafeeiro na Alta Mojiana. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado & BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs). **Na estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista.** São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.
- BASSANEZI, Maria Silvia. **Fazenda Santa Gertrudes: uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade rural paulista.** Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1975.
- BASSETO, S. **Política de mão-de-obra na economia cafeeira do oeste paulista - período de transição.** Tese (Doutorado). Curso de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- BEGUIN, Francois. As maquinarias inglesas do conforto. In **Espaço e debates.** nº 34 p. 39-54. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos - NERU, 1991
- BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos.** São Paulo: Pioneira, 1978.
- BENÉVOLO, L. **História da Arquitetura Moderna.** São Paulo: Perspectiva. 1976.
- BERGAMASCHI, M. A. Memória: entre o oral e o escrito. In: **Reunião de Trabalho da Associação Sul-Riograndense de Pesquisadores em História da Educação,** São Leopoldo, 2001.
- BONDUKI, Nabil G. **Origens da habitação social no Brasil /1930-1954: o caso de São Paulo.** Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1994.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

- BOTTOMORE, T.B. **Introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. Capítulo 12: Os costumes e a opinião pública.
- BOURDIEU, P. - **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BRAZIL MAGAZINE. Revista Periódica e Ilustrada d'Arte e Actualidades, Paris: Graphica de Luxo Cussac e Chaponet, 1911.
- BRIOSCHI, Lucila Reis. Caminhos do ouro. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado & BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs). **Na estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.
- _____. Fazendas de criar. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado & BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs). **Na estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.
- CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. Sergio Buarque de Holanda (org.) In: **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1990. Tomo II, v.4.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.
- CIONE, Rubem. **História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Légis Summa, 1996. vol 5.
- CÓDIGO de Posturas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 03/08/1889.
- CÓDIGO de Posturas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Typ. a Vapor do Diário da Manhã de Ribeirão Preto, 1902.
- CÓDIGO de Posturas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: TYP. Livro Verde, 1921.
- CORAUCCI SOBRINHO, Valdemar. **Os Coraucci, 100 anos de trabalho no Brasil**. Ribeirão Preto: s/e, s/d;
- CORCUFF, Phillippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. São Paulo: EDUSC, 2001.
- CORDEIRO, Graça Índias. Territórios e identidade: sobre escalas de organização sócio-espacial num bairro de Lisboa. In: **Revista Estudos históricos**, número 28, 2001. Sociabilidades Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. p.125-142.
- _____. **Um lugar na cidade**. Quotidiano, memória e representação no Bairro da Bica. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.
- CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Conviver e Sobreviver: estratégias educativas de imigrantes italianos (1880-1920)**. Tese (Doutorado) - Curso de História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950**. São Carlos: Rima, 2004
- COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Difel, 1984.
- _____. **Rio Claro:: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DENIS, Pierre. **O Brazil no seculo XX**. Lisboa: José Bastos e Cia Editores, s/d.
- DEVESCOVI, Regina C. Balieiro. **Urbanização e acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos**. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea da UFSCar, 1987.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. **Assimilação e Mobilidade: a história do imigrante italiano num município paulista**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Nacional, 1966.
- EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos – escravos e trabalhadores livres no Brasil séculos XVIII e XIX**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.
- ELIAS, Norbert. **Estabelecidos e outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.
- _____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FARIA, Rodrigo S. Ribeirão Preto, uma modernidade Entre-Rios: higiene, beleza e progresso no discurso da metrópole do interior paulista (1902-1930). In: **REVISTA RISCO**, EESC-USP, 2006.
- FAUSTO, Boris. **A revolução de 30- historiografia e história**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. **Historiografia da imigração para São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1991.
- _____. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- FERES, Cristina de Lourdes Pellegrino. **Famílias Imigrantes em São Caetano do Sul: história oral de vida**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FOCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martons Fontes, 2000.
- FRANCO, Maria Sylvia de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática, 1976.
- FRIDMAN, F. De núcleos coloniais a vilas e cidades: Nova Friburgo e Petrópolis. In: IX Encontro Nacional da ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional, 2001. v. 2. p. 610-623.

- GADELHA, Regina Maria D'Aquino Fonseca. **Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920): contribuição ao estudo da colonização em São Paulo**. Dissertação (Mestrado) - Cursos de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- GARCIA, Maria Angélica Momenso. **Trabalhadores rurais em Ribeirão Preto: trabalho e resistência nas fazendas de café,1890-1920**. Franca: UNESP/FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.
- GIDDENS, A. **Capitalismo e a Moderna Teoria Social**. Lisboa: Editorial Presença, 1994
- GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Laurent León Schafter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA.,1990.
- HOLLOWAY, Thomas. **Imigrantes para o café – café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Trad. Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOMEM, Maria C. Naclério. **O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira : 1867-1918**. São Paulo: Martins Fontes, 1996
- IANNI, Octavio. O progresso econômico e o trabalhador livre. Sergio Buarque de Holanda (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. 4.ed. São Paulo: Difel, 1990. Tomo II, v.3.
- JUNQUEIRA, Marili Peres. **Nas entrelinhas dos jornais: cotidiano do imigrante italiano na imprensa de São Carlos (1880-1900)**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1998.
- _____. **São Carlos em tempos de epidemia: imigração, saúde pública e urbanização (1877-1900)**. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2004.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LAGES, J. A. C. **Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro**. Ribeirão Preto: VGA Editora e Gráfica, 1996. v. 1000. 264 p.
- LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da Grande São Paulo: estudo da geografia urbana**. Rio de Janeiro: IBGE,1971.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição. Santos: 1870 – 1913**. São Paulo-Santos, Editora Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **Cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 1995.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo, Martins Fontes, 2001

- LOPES, Luciana Suarez. *A formação do Município de Ribeirão Preto e o surgimento do comércio e da indústria*. In: **Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto – 1904-2004. Um espelho de cem anos**. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, 2004.
- MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MAKINO, Miyoko. **Contribuição ao estudo de legislação sobre núcleos coloniais no período imperial. Anais do Museu Paulista XXV, 1971-4, p. 79-130**
- _____. **Jundiaí: povoamento e desenvolvimento (1655-1854)**. Dissertação (Mestrado) – Curso de História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- MARASCHI, Katia. **A construção/reconstrução de identidades no contexto migratório: a narrativa de dirigentes imigrantes na cidade de Pomerode**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Administração de Empresas, Centro de Ciências Sociais, Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2006.
- MARCONDES, Renato Leite & GARAVAZO, Juliana. Comércio e Indústria de Ribeirão Preto de 1890 a 1962. In: **Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto – 1904-2004. Um espelho de cem anos**. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, 2004.
- MARICATO, Ermínia (org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- MARTINS, José de Souza. **A comunidade na sociedade de classes: estudo sociológico sobre imigrante italiano e seus descendentes no subúrbio de São Paulo (Núcleo colonial de São Caetano)**. Tese (Doutorado) – Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1970.
- _____. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.
- _____. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. **Subúrbio - vida cotidiana e história do subúrbio na cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha**. São Caetano do Sul: Hucitec, Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.
- MARX, Karl. O processo de produção capitalista. In: **O Capital**. Trad. Reginaldo Santana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Livro 1, v.2.
- MARX, Murillo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1980
- MICELI, S. **História das Ciências Sociais**. São Paulo: IDESP/FAPESP, Sumaré, 1995.
- MEMÓRIAS de Ribeirão Preto - rumo ao novo milênio. Ribeirão Preto: Clips Editora, 1999-2000.
- Ministério da Saúde**. Disponível em: www.portaldasaude.gov.br. Acesado em 10 de dezembro de 2007.
- MERTZIG, Lia Romano Leite. **As dificuldades de adaptação do imigrante no estado de São Paulo. Repatriação e reintegração**. Dissertação (Mestrado), Curso de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.
- NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Tese (Doutorado) – Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- NEIBURG, Federico & WAIZBORT, L. (Org.) . **Norbert Elias. Escritos e Ensaios 1 - Estado, processo, opinião pública**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. v. 1. 239 p.
- NOVA, Sebastião Vila. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Atlas, 2000.
- OLIVEIRA, José Osvaldo Soares de. Domingos Jaguaribe e os núcleos coloniais – faces agrárias da planificação moderna no Brasil: a ideologia. In: V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 1998, Campinas. **Anais do V Seminário de História da cidade e do Urbanismo, Temporalidades em Confronto**. Campinas: Alta Resolução Multimídia, 1998. v. 1.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, catalã e ideologia étnica. **Revista Mana**, vol.1, n.1, p.09-47, 1995.
- PECHMAN, Robert Moses. **Cidades Estreitamente Vigeadas: O Detetive e o Urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- PETRONE, Teresa Schorer. Imigração. In: FAUSTO, Boris (org.) **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1990. Tomo III, v.2.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. Maneiras de morar. In PERROT, Michele (org). **História da Vida Privada**. São Paulo. Cia das Letras, 1995 v.4. p 307-323
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: **História geral da civilização brasileira**. Boris Fausto (org.) São Paulo: Difel, 1990. Tomo III, v.2.
- _____. O proletariado industrial na primeira República. In: **História geral da civilização brasileira**. Boris Fausto (org.) São Paulo: Difel, 1990. Tomo III, v.2.
- PINTO, Luciana Suarez Galvão. **Crise e ajustamento da economia de Ribeirão Preto: 1930-1956**. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1997.
- _____. **Ribeirão Preto: A dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930**. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Econômica, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2000.
- PIRES, Julio Manoel. Crise e recuperação: as décadas de 1930 a 1950. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado & BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs). **Na estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.
- _____. *O desenvolvimento econômico de Ribeirão Preto: 1930-2000*. In: **Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto – 1904-2004. Um espelho de cem anos. Ribeirão Preto**: Gráfica São Francisco, 2004.

- PIRES, Walter. Configuração Territorial, Urbanização e Patrimônio: Colônia da Glória (1876- 1904). In: **REVISTA DO CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL USP**, São Paulo, v.1, n.1, p. 75-90, nov. 2005/ abr. 2006
- PLANO DIRETOR** da cidade de Peruíbe. Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Peruíbe, 2006. Disponível em: www.peruibe.sp.gov.br/planodiretor/downloads. Acesso em 10 de dezembro de 2007.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas – dinâmica das relações bairro rural – cidade**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar – Brasil: 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- REALE, Ebe. **Brás, Pinheiros, Jardins – três bairros, três mundos**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Estudos Brasileiros – Editora da Universidade de São Paulo, 1982.
- RELATÓRIO Annual do Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo em Campinas, 1892.
- RIBEIRO, Evanice Maria Högler. **Os Alemães dos Núcleos Coloniais de Santo Amaro e Itapeverica da Serra (1831/1914)**. Tese (Doutorado) – Curso de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **História sem fim... inventário da saúde pública**. São Paulo: EdUNESP, 1993.
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.
- RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1992.
- SALLES, Maria Izabel Bernardes Moreira. **Santana: imigração e colonização. Um núcleo paulista de colonização oficial**. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.
- SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo: 1822-1940**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.
- SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy C. **Cidade, habitus e cotidiano familiar**. João Pessoa: Centro de Tecnologia/Editora Universitária, 2000.
- SEMEGHINI, Ulisses C. **Do café à indústria – uma cidade e seu tempo**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1991.
- SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia Das Letras, 1998. 4 v. (Volume 3).
- SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e identidade étnica: notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem européia no sul do Brasil. **Revista de Antropologia**, v. 29, p.57-71, 1986.
- SILVA, Adriana Capretz Borges da. Cem anos do desenvolvimento urbano de Ribeirão Preto. In: **Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto – 1904-2004: um espelho de cem anos**. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, 2004.

- _____. **Imigração e urbanização: o Núcleo Colonial Antônio Prado em Ribeirão Preto.** Dissertação (Mestrado) – Curso de Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.
- SILVA, Ligia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio – efeitos da Lei de 1850.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- SINGER, Paul. **A formação da classe operária.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1986. Coleção *Discutindo a História*.
- _____. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.
- SOUSA, Hugo de Freitas. **A produção social da cidade. Os discursos legitimadores da segregação sócio-espacial no interior paulista: Ribeirão Preto 1889-1930.** Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.
- STOLCKE, Verena. **Cafecultura, homens, mulheres e capital / 1850-1980.** Trad. Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- STRAUSS, Anselm. **Espelhos e máscaras.** São Paulo: EDUSP, 1999.
- TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. **Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo.** São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- TÖNNIES, Ferdinand. Normas sociais: características gerais. In: CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Octavio (orgs.) **Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral.** São Paulo: Nacional, 1968.
- TOPALOV, Christian. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do séc. XX. In: RIBEIRO, Cesar de Queiroz Ribeiro e PECHMAN, Robert Pechman (orgs.). **Cidade, Povo e Nação. Gênese do Urbanismo Moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil.** São Paulo: Nobel: 1989.
- TRUZZI, Oswaldo. **Café e indústria. São Carlos: 1850-1950. São Carlos:** Arquivo de História Contemporânea da UFSCar, 1986.
- _____. Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo. In: **Revista Estudos históricos**, número 28, 2001. Sociabilidades Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. p.143-166.
- _____. *et al.* **Imigração e política em São Paulo.** São Paulo: IDESP/FAPESP, Sumaré, 1995.
- TUON, Liamar. **Transcrições** dos jornais Diário da Manhã, A Tarde e A Cidade. Ribeirão Preto, Arquivo Público e Histórico, s/d.
- VALADÃO, Valéria. **Memória arquitetônica em Ribeirão Preto - política de preservação e plano diretor.** Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Faculdade de História, Direito e Ciências Sociais do Trabalho. Universidade Estadual Paulista, Franca, 1998.
- VANGELISTA, Chiara. **Os braços da lavoura. Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista, 1850-1930.** São Paulo: Hucitec, 1991.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978.

VELHO, Otávio G. (org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. **As Indústrias Matarazzo no Interior Paulista: Arquitetura Fabril e Patrimônio Industrial (1920-1960)**. Mestrado – Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

WALKER, Thomas & BARBOSA, Analdo de R. **Dos coronéis à metrópole – fios e tramas da sociedade política em Ribeirão Preto no século XX**. Trad. Mariana Carla Magri. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

WALLERSTEIN, I. **Análise dos sistemas mundiais**, In: Anthony Giddens e Jonathan Turner, Teoria Social Hoje, UNESP, 1999.

WEBER, Max. Conceito e categorias de cidade. In: **VELHO, Otávio G.** (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **Ensaio de sociologia**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WILHEIM, Jorge. **Cidades: o substantivo e o adjetivo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ZAMBONI, Ernesta. **Processo de formação e organização da rede fundiária da área de Ribeirão Preto (1874-1900): uma contribuição ao estudo da estrutura agrária**. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

ZAMBONI, Maria Célia. **A Mojiana e o café – contribuições para a história da estrada de ferro Mojiana**. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Faculdade de História, Direito e Ciências Sociais do Trabalho, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1993.

Entrevistas

Abigail Castaldelli
Amélia Roberti
Ana Roberti
Anillo Fávero
Antônio Henrique Giacheto
Cirene Luchesi
Divo Marino
Dulce Casadio
Luís Ventrúsculo
Margarida Egedos Freguinelli
Maria Madalena Egedos
Miguel Jorge
Lurdes Zampolo
Paulo Alves de Oliveira
Reinaldo Roberti
Ricardo Figueiredo de Castro
Santo Barban
Sônia Giroto
Theodoro Papa
Vicente Golfetto

ANEXOS

Tabela 6
Naturezas das indústrias e profissões na área de estudo entre 1890 e 1927

natureza	1890	1900	1910	1918	1927
açougue		1		3	4
alfaiate/alfaiataria		1	2	3	1
armarinhos/fazendas/ferragens				1	
barbeiro/barbearia			1	5	5
botequim		6	1	6	10
Carpinteiro/marceneiro/marcenaria		1		1	2
construtor				1	1
Costureira/modista				1	1
depósito de areia/depósito de telhas				2	1
depósito de lenha/madeira			6	1	3
empreiteiro de obras			1		
engenho de cana		1			
engraxate					1
fábrica de cervejas, bebida e licores	1	4	1	1	2
fábrica de colchões					1
fábrica de ladrilhos				1	
fábrica de massas		1		1	
fábrica de sabão		2	6	3	2
fábrica/conserto/oficina de carroças	1	5	2	4	2
fábrica/depósito de móveis e cadeiras			1	2	1
ferreiro/ferrador		1	1		
Mercador de cereais/frutas/casa de frutas				1	4
fundição		1	1		
funileiro			1		
máquina de beneficiamento de café/arroz		1	2		
Marmoraria/marmorista		1			1
Moinho/moinho de fubá			1	2	1
negócios de fazenda/fazenda				1	
oficina de consertos/oficina de máquina				2	2
oficina mecânica					2
olaria	2	1	1	2	5
ourives	1	0			
padaria/confeitaria		1		4	3
pensão					1
relojoeiro/consertador de relógios/relojoaria	1	0			
restaurante				1	
sapateiro/sapataria		2	1	6	2
secos e molhados/xarques	7	31	15	30	28
serraria/serralheria				1	1
não consta	2				
total na área de estudo:	15	62	44	89	89

Fonte: Memória ACI, 2004

Tabela 7
Indústrias e profissões na área de estudo entre 1890 e 1927

1890			
Seção	Rua	Nome	Natureza
Segunda ou Terceira	Barracão	Atilio Sacce	tabelião
	Barracão	Adolpho Sydae Jr.	não consta
	Barracão	Atilio Janine	fáb./cons./ofic.carroças
	Barracão	Antonio Oliva	secos e molhados
	Barracão	Angelo Spereta	secos e molhados
	Barracão	Alexandre Alexandrino	olaria
	Barracão	José Fajolino	secos e molhados
	Barracão	José Falto Parabole	secos e molhados
	Barracão	José Damiano	secos e molhados
	Barracão	João Bernardes	fáb.cerveja,bebidas e licores
	Barracão	João Ciarbariello	olaria
	Barracão	Miguel Bortilae	secos e molhados
	Barracão	Malteck Josep	secos e molhados
	Barracão	Samoel e Bianchi	não consta
Barracão	Seriali e Capritz	ourives	
1900			
Seção	Rua	Nome	Natureza
Segunda ou Terceira	Barracão	José Marques Vianna	secos e molhados
	Barracão	José Leite Castilho	secos e molhados
	Barracão	Francisco Paula Arruda	secos e molhados
	Barracão	Antonio Campa	secos e molhados
	Barracão	Thereza Pizanelli	fábrica de massa
	Barracão	Vicente de Bones	secos e molhados
	Barracão	Miguel Monzini	secos e molhados
	Barracão	Miguel Monzini	secos e molhados
	Barracão	Atilio Gianini	fáb.conserto de carroças
	Barracão	João Bertolote	secos e molhados
	Barracão	Adolpho Perlini	secos e molhados
	Barracão	João Bernardi e Irmão	fáb.bebidas, cervejas e licores
	Barracão	Miguel Bertolay	secos e molhados
	Barracão	Maria Farnochi	secos e molhados
	Barracão	Adolpho Bianchi	fundição
	Barracão	Monsueto Bonacorsi	fábrica de sabão
	Barracão	Giacomo Aldo	botequim
	Barracão	Bertolino Natali	botequim
	Barracão	Luiz Sugaroti	botequim
	Barracão	Josefato Paraboli	secos e molhados
	Barracão	Manoel Francisco de Carvalho	açougue
	Barracão	Eugenio Gallo	fáb.conserto de carroças
	Barracão	Alexandre Caldo	secos e molhados
	Barracão	João Betoni	fáb.bebidas, cervejas e licores
	Barracão	Rogero Trucolo	secos e molhados
	Barracão	Caetano Manzeroli	secos e molhados
Barracão	Vicente Deralini	secos e molhados	
Barracão	Antonio Manzeroli	sapateiro/sapataria	

1900			
Seção	Rua	Nome	Natureza
Segunda ou Terceira	Barracão	Italico de Barbara	fáb.conserto de carroças
	Barracão	Cezar Boare	secos e molhados
	Barracão	Italico de Barbara	secos e molhados
	Barracão	Siro Funagari	secos e molhados
	Barracão	Luiz Saron	ferreiro/ferrador
	Barracão	Bortalo Barqueiro	fábrica de sabão
	Barracão	Carlos Barberi	marmorista
	Barracão	José Portelli	secos e molhados
	Barracão	Lourenço Xandrim	secos e molhados
	Barracão	Pedro Pacanhella	secos e molhados
	Barracão	Domingos Dotta	secos e molhados
	Barracão	Henrique Martinelli	fáb.conserto de carroças
	Barracão	Angelo Frelega	secos e molhados
	Barracão	Pedro Negreto	alfaiate/alfaiataria
	Barracão	Josefato Poraboli	secos e molhados
	Barracão	Vinhard José	botequim
	Barracão	Salvador Zacaro	sapateiro/sapataria
	Barracão	Vicente Minardi	carpinteiro
	Barracão	Luiz Ciampa	secos e molhados
	Barracão	Antonio Sarti	padaria/confeitaria
	Barracão	Livi de Bertoldi	fáb.bebidas, cervejas e licores
	Barracão	José Ruccini	secos e molhados
	Barracão	Arthur Orlandini	botequim
	Barracão	Adolpho Berliini	botequim
Barracão	Tardelli e Primo	secos e molhados	
Barracão	José Leite Castilho	secos e molhados	
Barracão	José Fermino d'Abreu	máq.beneficiamento de café/arroz	
Terceira	Tanquinho	Rodolpho Jardim	engenho de cana
	Tanquinho	Victorio Pelegrini Campo	secos e molhados
	Tanquinho	Victorio Pelegrini Campo	secos e molhados
	Tanquinho	Ernesto Esquibole	fáb.bebidas, cervejas e licores
	Tanquinho	Marco Golfeto	olaria
	Tanquinho	Oreste Guilherme Golfeto	fáb.conserto de carroças
	Saldanha Marinho	Antonio Bonacorsi	não consta
1910			
Seção	Rua	Nome	Natureza
Segunda ou Terceira	Barracão	Livi & Bertoldi	fáb.bebidas, cervejas e licores
	Barracão	Firmino di Paula Assis	máquina de café
	Barracão	Teixeira de Andrade e Cia	máquina de café
	Barracão	Eugenio Rizo	secos e molhados
	Barracão	Adolpho Bianchi e Irmão	fundição
	Barracão	Henrique Martilli	fáb.conserto de carroças
	Barracão	Demetrio Pitol	fábrica de sabão
	Barracão	Vichio e Irmão	fábrica de sabão
	Barracão	D. Luiza Zanzin	secos e molhados
	Barracão	Santo Manfrini	secos e molhados
	Barracão	Angelo Pelicano	fábrica de sabão

1910			
Seção	Rua	Nome	Natureza
Segunda ou Terceira	Barracão	Barbara e Dini	fábrica de sabão
	Barracão	Barrichero Pedro	fábrica de sabão
	Barracão	Daniel Soares	fábrica de sabão
	Barracão	Fancisco Sampaio	botequim
	Barracão	André Formachi	secos e molhados
	Barracão	Antonio Sarranhagon	secos e molhados
	Barracão	Baptista Barbutti	secos e molhados
	Barracão	Bazilio Baldo	secos e molhados
	Barracão	Gerido Carlitti	secos e molhados
	Barracão	José Bernardi e Irmão	secos e molhados
	Barracão	Luis Bernardi	secos e molhados
	Barracão	Virgilio Zanzin	secos e molhados
	Barracão	Joaquim Cabello	secos e molhados
	Barracão	Mathias José de Souza	funileiro
	Barracão	Antonio Malvasio	depósito de lenha/madeira
	Barracão	Emilio Tavares	fáb.conserto de carroças
	Barracão	João Araujo	depósito de lenha/madeira
	Barracão	José Cavazonni	depósito de lenha/madeira
	Barracão	José Rufatto	depósito de lenha/madeira
	Barracão	Luis Cratto	depósito de lenha/madeira
	Barracão	Zamprani Luis	barbeiro/barbearia
	Barracão	Pedro Cassani	depósito de lenha/madeira
	Barracão	Giovani Pacagnelli	empreiteiro de obras
	Barracão	Antonio Fizio	sapateiro/sapataria
Barracão	Antonio Lago	fáb. De cadeiras de palha	
Barracão	Antonio Brissolo	alfaiate/alfaiataria	
Barracão	Salvador Frachoni	alfaiate/alfaiataria	
Barracão	Manoel da Silva Cardozo	moinho de fubá	
Terceira	Tanquinho	Carmelo Fermuto	secos e molhados
	Tanquinho	Eugenio Rosa	secos e molhados
	Tanquinho	Sisto Stefanelli	secos e molhados
	Tanquinho	João Puccetti	ferreiro/ferrador
	Tanquinho	Marcos Golfetto	olaria
1918			
Seção	Rua	Nome	Natureza
Segunda	Acre	Antonio Bussolo	alfaiate/alfaiataria
	Antonio Prado	Antonio Marques	botequim
	Antonio Prado	Joaquim Cabello	botequim
	Pará	José Boischi	depósito de telhas
	Pará	André Maschietto	secos e molhados
	Pará	Antonio Bursato	secos e molhados
	Pará	Giacomo Boischio	secos e molhados
	Pará	Luiza Zonzin	botequim
	Paraíba	Dante Bergo	fáb.conserto de carroças
	Rio Grande do Norte	Demetrio Pitol	fábrica de sabão
	Rio Grande do Norte	Victorio Sperandini	secos e molhados
	Rio Pardo	Jeronymo Ippolito	olaria
	Rio Pardo	Elias Tavares	restaurante

1918			
Seção	Rua	Nome	Natureza
Terceira	Av. Saudade	Luis Gallo	fáb.conserto de carroças
	Av. Saudade	Vecchi e Mora	fáb.conserto de carroças
	Av. Saudade	Thomas Chiampa	fábrica de massa
	Av. Saudade	Angelo ?	fábrica de sabão
	Av. Saudade	Carlos Barbere	fábrica de ladrilhos
	Av. Saudade	Francisco Mussumeche	sapateiro
	Av. Saudade	José De La Nina	sapateiro
	Av. Saudade	José Polezan	sapateiro
	Av. Saudade	Naldemarco Biage	sapateiro
	Av. Saudade	André Alexandre Salvador	barbeiro
	Av. Saudade	Augustinho Croste	barbeiro
	Av. Saudade	José Antonio Marreiros	barbeiro
	Av. Saudade	Manoel Gonçalves	barbeiro
	Av. Saudade	Martinho Piovezan	marceneiro
	Av. Saudade	Eduarda Gonçalves	costureira
	Av. Saudade	José Zangaro	oficina de consertos
	Av. Saudade	Emiliano Antonio	armarinhos e fazendas
	Av. Saudade	Abrahão Issa	secos e molhados
	Av. Saudade	Angelo Fumagalli	secos e molhados
	Av. Saudade	Arthur Orlandini	secos e molhados
	Av. Saudade	Carlos Pelenuce	secos e molhados
	Av. Saudade	Cezar Montane	secos e molhados
	Av. Saudade	Elias Nahas	secos e molhados
	Av. Saudade	Ernesto Schibuolo	secos e molhados
	Av. Saudade	Frederico Massoni	secos e molhados
	Av. Saudade	Hermenegildo Ferrerin	secos e molhados
	Av. Saudade	João Comellini	secos e molhados
	Av. Saudade	José Zambianche	secos e molhados
	Av. Saudade	Luis Bistele	secos e molhados
	Av. Saudade	Luis Coró	secos e molhados
	Av. Saudade	Luis Salomão Abrahão Jorge	secos e molhados
	Av. Saudade	Manoel Aché	secos e molhados
	Av. Saudade	Miguel Bertolai	secos e molhados
	Av. Saudade	Salvador Zumpane	secos e molhados
	Av. Saudade	Torquato Rissi	secos e molhados
	Av. Saudade	Viuva Caldo	secos e molhados
	Av. Saudade	Thomas Rodrigues	botequim
	Av. Saudade	Xisto Stefanelle	botequim
	Av. Saudade	Francisco Faseina	padaria/confeitaria
	Av. Saudade	José Canolato	padaria/confeitaria
	Av. Saudade	José Sembenelle	padaria/confeitaria
	Av. Saudade	Burone Antonio	açougue
	Av. Saudade	Romulo Bernardino	açougue
Av. Saudade	Francisco Fabiano	mercador de frutas	
Capitão Salomão	Quarto Bertoldi	fáb.bebidas, cervejas e licores	
Capitão Salomão	Adolpho Bianche	oficina de máquinas	
Capitão Salomão	João Paschoal	serraria e serralheiro	
Capitão Salomão	J. Simões e Cia.	moinho de fubá	

1918			
Seção	Rua	Nome	Natureza
Terceira	Capitão Salomão	Irmãos Vecchis	secos e molhados
	Capitão Salomão	Baptista Barbute	botequim
	Capitão Salomão	Arlindo Chesico	açougue
	Capitão Salomão	João Paschoal	depósito de areia
	Ceará	José Bufato	fáb.e dep.de móveis e cadeiras
	Liberdade	Dr. José Tofolli	engenheiro
	Liberdade	Arestides Finote	construtor
	Liberdade	José Aissum	secos e molhados
	Luiz Barreto	Eugenio Barichelli	fábrica de sabão
	Luiz Barreto	Primo Paganholo	fáb.e dep.de móveis e cadeiras
	Marques de Pombal	Amadeo Scavaletto	moinho
	Minas	Julio Franceschini	alfaiate/alfaiataria
	Paraíba	Dante Bergo	fáb.conserto de carroças
	Paraíba	Aniceto Scaravelho	guarda-livros
	Rio de Janeiro	Serapião de Oliveira	secos e molhados
	São João	Arnaldo Pereira	advogado
	São João	Francisco Mardoche	sapateiro/sapataria
	São João	Zephiro Trentino	barbeiro/barbearia
	São João	José Toniolli	secos e molhados
	São João	Raphael Grinaldi	padaria/confeitaria
	São Paulo	Guido Ungareti	alfaiate/alfaiataria
	Tamandaré	Luis Bo	sapateiro/sapataria
	Tamandaré	André Aneche	dep.lenha/dep.madeira/lenha
	Tamandaré	Anacleto Scatena	secos e molhados
	Tamandaré	Bortolo Rigon	secos e molhados
	Tamandaré	José Portella	secos e molhados
	Tanquinho	Vicente Golfeto	olaria
Tanquinho	Silvio Tenuta e T.	negócio de fazendas/fazendas	
1927			
Seção	Rua	Nome	Natureza
Segunda	Acre	Antonio Brussalo	alfaiate/alfaiataria
	Acre	Candodo Favero	oficina de consertos
	Acre	Virgilio Zonzin	botequim
	Palmeiras	Dante Bim	olaria
	Palmeiras	Felippe Andrade	olaria
	Palmeiras	Thereza da Cunha	olaria
	Pará	André Maschietto	secos e molhados
	Pará	Favero Sassiloto	fáb.conserto de carroças
	Pará	Gucrim Bassatto	secos e molhados
	Pará	Viuva Rossi	secos e molhados
	Rio Grande do Norte	João Farestes	secos e molhados
	Rio Pardo	Candido Alves Teixeira	olaria
	Rio Pardo	Dr. Abilio Sampaio e Cia.	depósito de areia
	Rio Pardo	Henrique	botequim
	Terceira	Alagoas	Paschoal Palmerci
Amazonas		José Luciardi	fáb.de cadeiras
Amazonas		Lamproni Angelo	secos e molhados

1927			
Seção	Rua	Nome	Natureza
Terceira	Anita Garibaldi	Eugenio Barricheli	fábrica de sabão
	Anita Garibaldi	Nicolau Terreri	construtor
	Anita Garibaldi	Viuva de Agostinho	dep. de madeira e lenhas
	Capitão Salomão	Alfredo Benzene	oficina mecânica
	Capitão Salomão	Guido Dovichi	açougue
	Capitão Salomão	Helena Montovani	botequim
	Capitão Salomão	Irmãos Vecchi	fábrica de sabão
	Capitão Salomão	Irmãos Vecchi	xarques
	Capitão Salomão	João Spinelli	secos e molhados
	Capitão Salomão	José de Andréa	padaria/confeitaria
	Capitão Salomão	Quarto Bertoldi	fáb.bebidas, cervejas e licores
	Capitão Salomão	Luiz Francisco Sartori	açougue
	Capitão Salomão	Roque Bianchi	oficina mecânica
	Capitão Salomão	Rozzeto e Irmão	secos e molhados
	Capitão Salomão	Santo Manfrini	moinho de fubá
	Luiz Barreto	João Sper	barbeiro/barbearia
	Luiz Barreto	Manoel Cardoso Junior	secos e molhados
	Luiz Barreto	Vicente Galfetto	olaria
	Marques de Pombal	Raniero Faraoni	secos e molhados
	Metallurgica	Annibal Correa	pensão
	Metallurgica	Joaquim Marques	botequim
	Minas	Thomas Romero	marceneiro
	Padre Euclides	De Bortoli e Bulgarelli	marmoraria
	Parayba	Augusto José de Carvalho	botequim
	Parayba	Nulló Coranssi	marceneiro
	Pernambuco	Irmão Panazzolla	fáb.colchões
	Pernambuco	José Correa Rangel	serraria/serralheria
	Rio de Janeiro	Amadeu Tarla	sapateiro/sapataria
	Rio de Janeiro	Ludovina Capelozzi	frutas/casa de frutas
	Rio de Janeiro	Marcello Bufforim	agente de negócios
	Rio de Janeiro	Pedro Redigolo	secos e molhados
	Rio de Janeiro	Sada Demetrio	secos e molhados
	São Paulo	João Ferreira Ribeiro	fáb.bebidas, cervejas e licores
	São Paulo	Leão Moyses Secaf	secos e molhados
	São Paulo	Lindolpho de Almeida	dentista
	Saudade	Abrahão Issa	secos e molhados
	Saudade	Albino Guinto	barbeiro/barbearia
	Saudade	Antonio Orlandin	secos e molhados
	Saudade	Arthur Orlandini	secos e molhados
	Saudade	Carlos Tanaka	botequim
	Saudade	Celeste Clemente	oficina de consertos
	Saudade	Cezar Montagnana	secos e molhados
Saudade	Eugenio Bataglia	secos e molhados	
Saudade	Felicio Jorge	secos e molhados	
Saudade	Francisco Suad	secos e molhados	
Saudade	Guido Garibaldi	açougue	
Saudade	João Baptista Potan	barbeiro/barbearia	
Saudade	João Bitonde	secos e molhados	

1927			
Seção	Rua	Nome	Natureza
Terceira	Saudade	João Del Ciampa	barbeiro/barbearia
	Saudade	Joaquim João de Oliveira	engraxate
	Saudade	Joaquim Ratto	botequim
	Saudade	José Sembinelli	padaria/confeitaria
	Saudade	Kilaton Tomuzan	barbeiro/barbearia
	Saudade	Luintino Bertulucci	depósito de lenha/madeira
	Saudade	Luis Bestetti	secos e molhados
	Saudade	Luiz Del Pinto	frutas/casa de frutas
	Saudade	Luiz Gallo	fáb.conserto de carroças
	Saudade	Manoel Salado	frutas/casa de frutas
	Saudade	Maria Nechi	secos e molhados
	Saudade	Nicola Caldo	secos e molhados
	Saudade	Nicola Caldo	açougue
	Saudade	Paschoal Hespanhol	frutas/casa de frutas
	Saudade	Ragib Macarrão	sapateiro/sapataria
	Saudade	Salvador Orlando	padaria/confeitaria
	Saudade	Silveria Loria	modista
	Saudade	Vicente José Ferreira	botequim
	Saudade	Viuva Stefanelli	botequim
	Segipe	Miguel Bortolai	secos e molhados
	Tamandaré	Alfredo Peogi	secos e molhados
	Tamandaré	Américo Pelicani	secos e molhados
	Tamandaré	André Nechi	depósito de lenha/madeira
Tamandaré	José Partelli e Filho	secos e molhados	

Fonte: Projeto Memória ACI, 2004

Tabela 11
Naturezas das indústrias e profissões na área de estudo em 1939, 1950 e 1962

natureza	1939	1950	1962
açougue	3	10	10
agência assist. revista/ Agência/agente de negócios		5	5
agência de automóveis		1	1
álcool para atacado	1		
alfaiate/alfaiataria		12	12
alugador de bicicletas/bicicletas		1	1
armazinhos/fazendas/ferragens /Quinquilharias/artefatos	2	8	8
Arquiteto/engenheiro		3	3
artigos de madeira		5	5
artigos para automóveis/autopeças		1	1
astrólogo	1		
barbeiro/barbearia	9	19	19
belchior /charutaria	1	1	1
Beneficiam. de cereais/ máquina de beneficiam. de café/arroz	1	3	3
bomba gasolina/posto	1		
Botequim/café e bar	16	58	57
carpintaria/oficina de carpintaria/carpinteiro	3	2	2
casa de modas/modas		1	1
Cerâmica/olaria	1	1	1
Cereais/comprador de milho	3		
cinema		1	1
construtor /empreiteiro de obras		6	6
contador /escritório de registros		7	7
cortume	1	1	1
cotação de café	1		
dentista	2	8	8
depósito de bebidas/depósito de vinhos/dep.cigarros	1	2	2
depósito de lenha/madeira		1	1
depósito de materiais/depósito fechado	2	12	12
eletricista		1	1
empresa de transporte/cargas	1		
engraxate		1	
fábrica de artigos de borracha		1	1
fábrica de rapaduras/balas/doces	1	6	6
fábrica de barris/vasilhames de madeira		3	3
fábrica de bonecas de pano		1	1
fábrica de calçados/chinelos/tamancos	1	6	6
fábrica de carrocerias /fábrica de correias	2		
fábrica de cervejas, bebida e licores	2		1
fábrica de chapéus/fábrica de bonés		2	2
fábrica de cigarros		1	2
fábrica de colchões	3	7	7
fábrica de garrafas/vasilhames em madeira/copos para sorvete/ tanoaria	1	3	3
fábrica de instrumentos/ fab. de jóias /fab. aparelhos dentários		3	3
fábrica de máquinas agrícolas		1	1
fábrica de perfumes		2	2

natureza	1939	1950	1962
fábrica de produtos veterinários		1	1
fábrica de refresco/fábrica de xaropes		2	2
fábrica de sabão/ fábrica de velas	3	3	3
fábrica de sacos de papel/ fábrica de vassouras		3	3
fábrica/conserto/oficina de carroças	2	4	4
fábrica/depósito de móveis e cadeiras /fábricas de gaiolas		9	9
farmácia	1	7	7
ferragens/casa de ferragens		3	3
ferreiro/ferrador	1	2	2
ferro velho	1	4	4
florista/flores naturais/flores artificiais		3	2
fotógrafo		1	1
frigorífero /fábrica de salame	1	1	1
frutas/casa de frutas/ quitanda	13	28	28
Fundição/ tornearia	1	6	6
guarda-livros		5	5
instituto de beleza		3	3
lactoeiro/latoeiro/ laticínios/ usina pasteurização leite	1	2	2
lavagem e lubrificação de autos/garagem de oficina		2	2
lavanderia		6	6
lenhadora	10	7	7
louças		1	1
Marcenaria/marceneiro	1	1	1
Marmoraria/marmorista	2	5	5
materiais elétricos/ materiais para construção		2	2
médico		7	8
mercador de bebidas		1	1
mercador de cereais/frutas	2	8	7
mercador de lenha/carvão/sacos usados		6	6
Moinho/moinho de fubá	1		
oficina de bicicletas		3	3
oficina de calçados	4	15	15
oficina de consertos de jóias/móveis/rádios	1	3	3
oficina de costuras		2	2
oficina de funilaria/ oficina mecânica/funileiro		17	17
padaria/confeitaria	1	4	4
pedreira/empresário de pedreira		1	1
pensão		1	1
pintores/pintor		1	1
posto de serviços /regulagem de bomba		2	2
relojoeiro/consertador de relógios/relojoaria		1	1
sanatório		1	1
Armazéns gerais/secos e molhados	36	54	52
serraria/serralheria/serralheiro		6	6
Tecelagem/tecidos/tinturaria	1	9	9
vidraçaria/vidros/vidraceiro		2	2
não consta	21		
total na área de estudo:	164	462	459

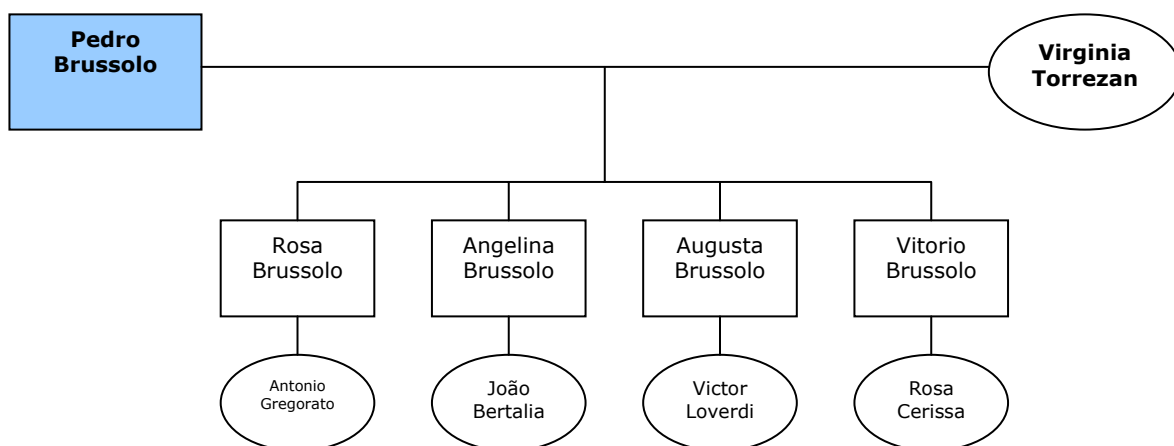
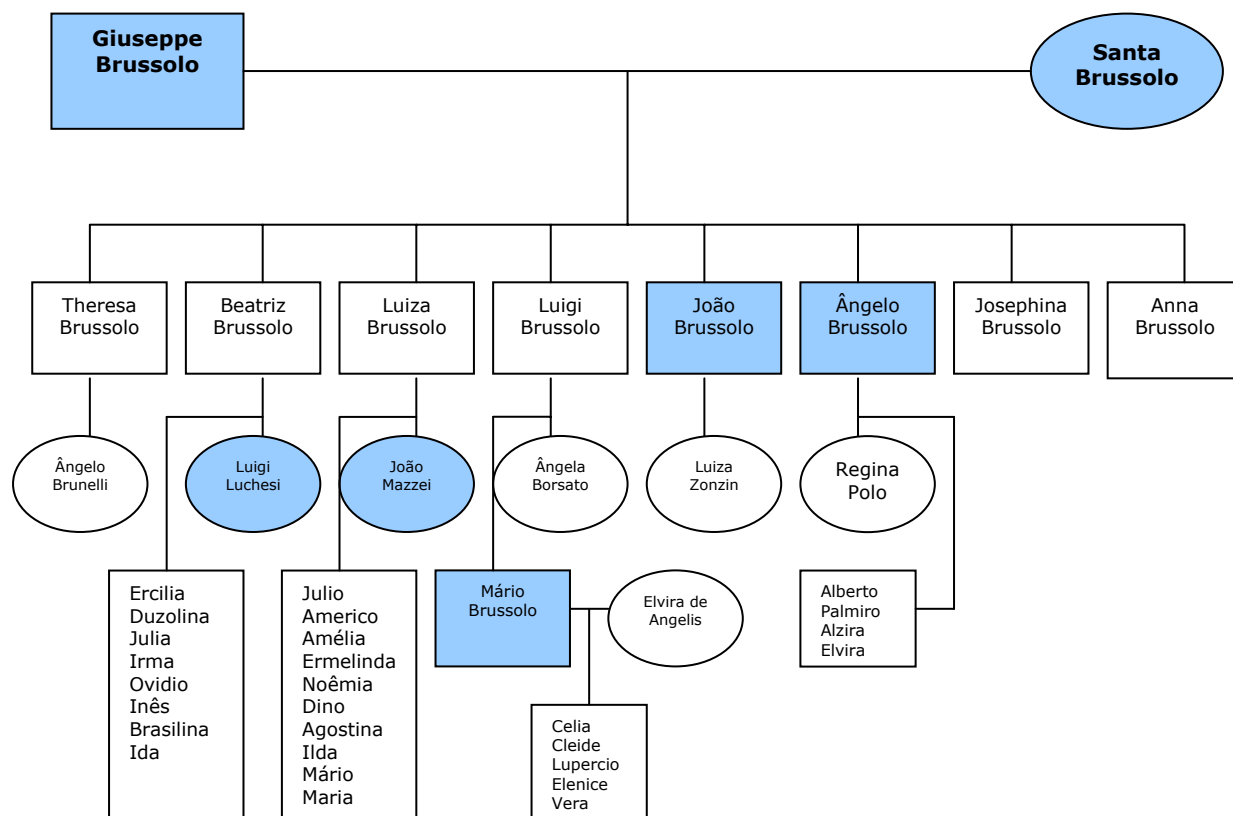
Fonte: Memória ACI, 2004

QUADROS ESQUEMÁTICOS

1. FAMÍLIA BRUSSOLO

Título de Propriedade: **Giuseppe Brussolo**¹: Lote 4, 2ª Seção

Título de Propriedade: Jacintho Brussolo: Lote 4A, Sede



1 Os nomes destacados correspondem às pessoas cujos inventários foram encontrados e utilizados na formação dos Quadros Esquemáticos.

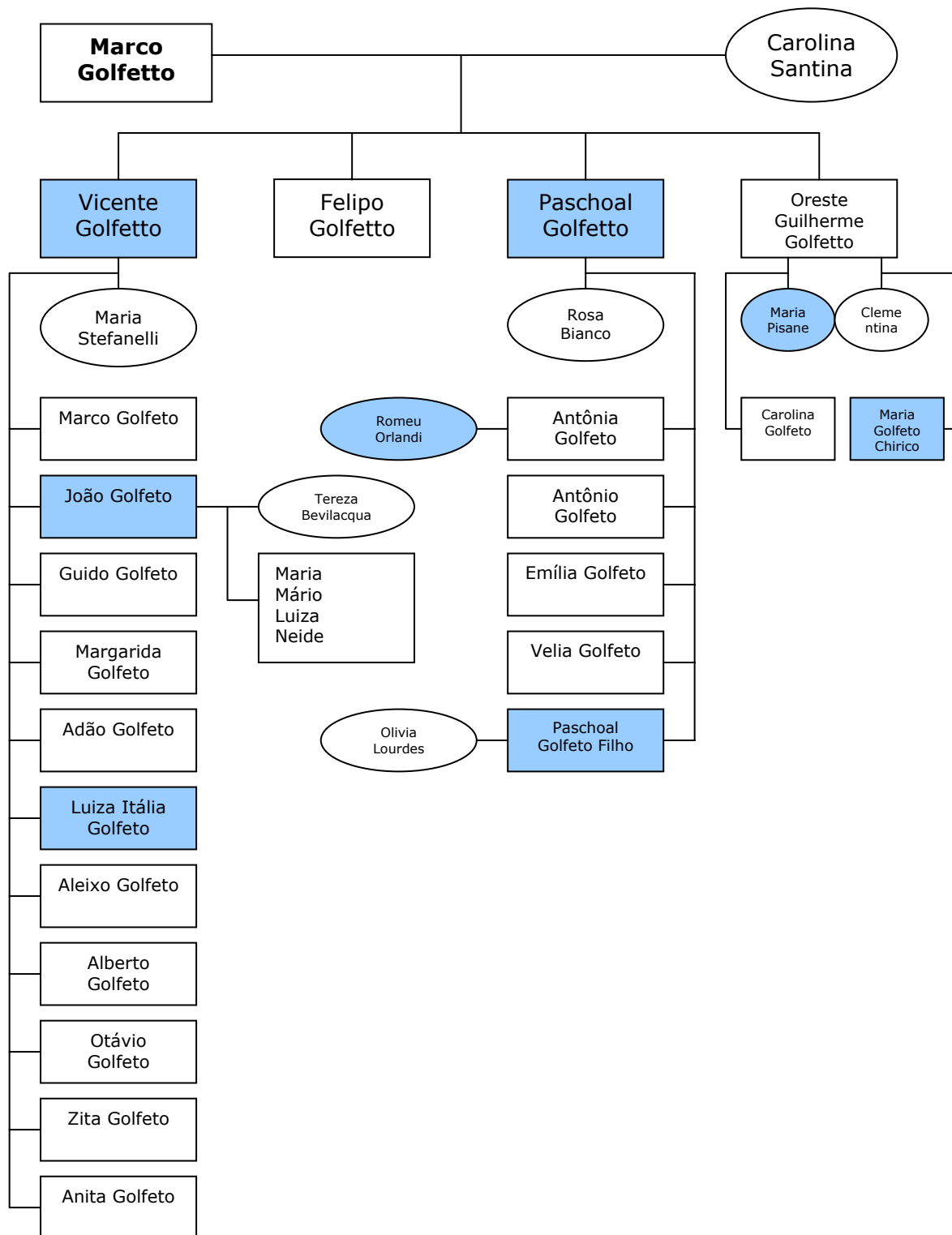
Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1903	Santa Brussolo	Giuseppe Brussolo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Theresa Brussolo, casada com Angelo Brunelli; 2. Beatriz Brussolo, casada com Luigi Luchesi; 3. Luiza Brussolo, casada com João Mazzei; 4. Luigi; 5. Ângelo; 6. João; 7. Josephina Brussolo, 5 anos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. dois alqueires de terras sitos no Lote n. 4 da 2ª seção do Barracão, dividindo com "Borçato de tal", Jacintho Brussolo e com duas ruas sem nomes, avaliados em 300\$000 (trezentos mil réis); 2. um alqueire de terras anexo às mesmas, contendo madeiras diversas, avaliado em 300\$000; 3. uma casa de morada, paredes de tijolos, coberta de telhas, com uma porta e duas janelas de frente, com quatro compartimentos e um puxado para casinha, avaliada em 1100\$000 (mil e cem réis); 4. três varandas cobertas de telhas destinadas a paiol, conheira e chiqueiro, avaliada em 200\$000 (duzentos mil réis); 5. uma cisterna avaliada em 50\$000 (cinquenta mil réis); 6. um pomar avaliado em 50\$000 (cinquenta mil réis); 7. uma carroça em bom estado, com arreo para 3 animais, avaliada em 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis); 8. alguns móveis, avaliados em 30\$000 (trinta mil réis); 9. cercas de arame, avaliadas em 70\$000 (setenta mil réis); 10. um burro por nome "Gigante" avaliado em 220\$000 (duzentos e vinte mil réis); 11. um dito de nome "Dourado", avaliado pelo mesmo preço; 12. um dito de nome "Poninho", avaliado em 160\$000; 13. dois porcos, avaliados em 30\$000 (trinta mil réis).
1924	Ângelo Brussolo, lavrador	Santa Brussolo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ângelo Brussolo (suplicante) e seus irmãos; 2. Thereza Brussolo, casada com Angelo Brunelli; 3. Beatriz Brussolo, casada com Luiz Luchesi; 4. Luiza Brussolo, casada com João Mazzei; 5. Luiz Brussolo (falecido e repres. por esposa Ângela Brussolo e filhos); 6. Anna Brussolo; 7. João Brussolo; 8. Josephina Brussolo 	<ol style="list-style-type: none"> 1. um lote de terras e pequena casinha sito no Núcleo Colonial Antônio Prado, n. 4, com mais ou menos três alqueires de terras, confrontando de um lado com a Rua Acre, de outro com a Rua Pernambuco, com herdeiros de Maria Sigura e Luiz Borsatti. O referido terreno era de propriedade de seu pai, José Brussolo, que faleceu em 1903 e deixou inventário. Este lote foi partilhado entre Santa Brussolo e herdeiros. Com o falecimento de Santa Brussolo, inventário da metade deste terreno no valor de 3:000\$000
1935	Beatriz Brussolo	Luiz Lucchesi (Luchezi)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ercília Lucchezzi, casada com Marino Peterline; 2. Duzolina Lucchezzi casada com Armando Vecchi;; 3. Brazilina Lucchezzi casada com Antonio Ardoni; 4. Julia Lucchezzi; 5. Irma Lucchezzi; 6. Ovídio Lucchezzi; 7. Inês Lucchezzi; 8. Ida Luchezi, filha do inventariado, falecida, deixa os filhos Álvaro e 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Uma casa com o seu respectivo terreno situado no bairro do Barracão, a rua André Rebouças nº 12 sendo casa construída de tijolos coberto de telhas com 5 cômodos e cozinha e cujo terreno mede 100m de frente para a rua André Rebouças e 115m para a rua que divide com Mario Della Rizza e Demetrio Pitól, sendo a largura de 100m conservado da frente gera o fundo até a distância de 57,5m e daí em diante até alcançar os fundos a largura do terreno passa a ser de 50m; Dividido de um lado com a rua Mario Della Rizza e Demetrio Pitól de outro lado com a David Pezzelli e João Massei e pelos fundos com a rua João Massei e a rua Acre, imóvel esse havido

			Amir, netos menores impúberes filhos de David Pazzelli	pelo inventariado parte por compra feita a Crepaldi Antonio e parte por compra feita a Orlando Orsolini imóvel este estimado em 4:000\$000.
1959	Luiza Zonzin Brussolo	João Brussolo, natural da cidade, funcionário público municipal, residente à rua Acre 580, filho de José Brussolo e Santa Brussolo	Não há herdeiros obrigados a colação.	1. Um prédio sito nesta cidade, a rua Acre nº 393 (antigo 17), de uma construção antiga, com um terreno, onde existe cômodos de despejo, que mede 12,20m de frente para a rua Acre, 17 ditos nos fundos, confrontando com Luiz Perussi – 31,50m de um lado, da frente aos fundos, confrontando com a rua Pará, com a qual faz esquina, e 31,80m do outro lado, confrontando com Antonio Gugola, imóvel esse havido pelo “de cujus”, nela escritura publica de divisão e de demarcação amigável, lavrada nas notas do terceiro ofício desta cidade em 1954 pela importância de Cr\$ 35.153,60. Tudo avaliado por Cr\$ 101.940,00. O espólio possuía dívidas passivas.
1956	Elvira de Angelis Brussolo	Mario Brussolo, operário, falecido em 1956 aos 37 anos, filho de Luiz Brussolo e Angela Borsato, residente à rua Espírito Santo 346.	1. Célia 2. Cleide 3. Lupercio 4. Elenice e 5. Vera – menores e residentes com a inventariante	1. uma parte ideal no valor de 2.631,78 cruzeiros no valor de 18.422,50 cruzeiros – avaliação atribuída a uma parte ideal no lote de terras com área total de 57.500m², no Núcleo Colonial Antonio Prado, confrontando com sucessores de Giroto Girano, Rua Acre nº 16 e Rua Pernambuco (parte esta que os pais do “de-cujus” Ângela Borsato Brussolo e Luiz Brussolo houveram em inventario dos bens de Regina Borsato). 2. uma parte ideal no valor de 5.062,98 cruzeiros no valor de 35.440,90 cruzeiros – avaliação atribuída a uma parte ideal no prédio nº 642 na Rua Acre e o respectivo terreno que mede 57.500m², confrontando pelos fundos com a Rua Pernambuco, de um lado com sucessores de Guerino Borsato e de outro com José Brussolo e sucessores (parte esta que os pais do “de-cujus” Ângela Borsato Brussolo e marido houveram em inventario de Luiz Borsato). 3. uma parte ideal no valor de 2.191,78 cruzeiros no valor de 15.342,50 cruzeiros – avaliação atribuída a um terreno retangular com 6.317m², divisando de um lado com sucessores de Maria Siguri, de outro com uma passagem de 4m de largura, com outro com Tereza Brussolo ou sucessores e de outro com a Cia Mojiana de Estradas de Ferro, possuindo uma casa de tijolos coberta de telhas, que pertence ao herdeiro Ângelo Brussolo.
1955	Regina Polo Brussolo	Ângelo Brussolo, natural de Venza, Itália, falecido em 1931 aos 45 anos, lavrador, filho de José Brussolo e Santa Zorzete	1. Alberto Brussolo, militar, casado com Leonor Port Brussolo 2. Palmiro Brussolo, casado com Natalia Bacellar 3. Alzira Brussolo da Silva, casada com Geraldo Sebastião da Silva 4. Elvira Brussolo Lucchezzi, casada com João Lucchezzi	1. um prédio na Rua Acre nº 526 e respectivo terreno medindo 47,50m frente x 135m fundos, confrontando de um lado com João Brussolo, de outro com Maria Securi e fundos com a estrada de ferro Mojiana. 2. um terreno na Rua Baía antigo Núcleo Colonial Antonio Prado, medindo 56,49m frente x 95m fundos, confrontando de um lado com Anna Brussolo, de outro com quem de direito e fundos com herdeiros de Maria Securi. Laudo de avaliação reportando aos valores da época do falecimento do inventariado: a) 10.000 b) 3.000.
1954	Luiza Brussolo Mazzei	João Mazzei, operário aposentado, natural de	1. Julio Mazzei casado com D. Isabel Ponce Mazzei; 2. Américo Mazzei casado com Marina Tinazzo Mazzei ;	1. Uma casa nº 1 antigo, a rua Rio Grande do Sul, feita de tijolos, coberta de telhas, de construção antiga, com 5 cômodos, 3 forrados, 2 com piso de tacos e os demais com piso de cimento, dispendo de água e luz elétrica, com a

		Luca, Itália, falecido em 1953 aos 79 anos. Filho de Miguel Mazzei e Maria Santoni Mazzei. Residente à Rua Rio Grande do Sul 865	<ol style="list-style-type: none"> 3. Amélia Mazzei Silva casada com João Batista Santos Silva; 4. Ermelinda Mazzei Bignardi casada com Luiz Bignardi Filho; 5. Moemia Mazzei Bártoli casada com Marcelino Antonio Bártoli; 6. Dino Mazzei casado com D.Ana Toffano Mazzei; 7. Agostinha Mazzei Abbade casada com Casiano Abbade; 8. Ilda Mazzei Silva casada com Oswaldo Silva; 9. Mario Bruno Mazzei falecido representado por seus filhos: Eunice Mazzei Cologna, Edmar Mazzei, Aparecido Mazzei, Walter Augusto Mazei, Wison João Mazzei Neto, Mario Bruno Mazzei Filho; 10. Mario Mazzei falecido representado por seus filhos: João Osmar Mazzei e Maro Mazzei. 	<p>área construída de 69,80m² e o seu terreno que mede 13,80m de frente por 29m de frente aos fundos. A casa descrita foi avaliada no valor de Cr\$ 400,00 o m², dando total de Cr\$ 27.920,00. Já o terreno foi avaliado por Cr\$ 1.500,00o m², e ele todo avaliado por Cr\$ 20.700,00;</p> <p>2. Contíguo ao terreno descrito, existe outro sem benfeitorias, medindo 10m de frente por 29m de frente aos fundos, avaliado em Cr\$ 15.000,00;</p> <p>3. Na mesma quadra, com frente para rua Acre, esquina da rua Rio Grande do Sul, existe um terreno sem benfeitorias, que mede 14m de frente por 25,60m de frente aos fundos, avaliado por Cr\$ 21.000,00;</p> <p>Na rua Acre, na mesma quadra, fazendo esquina com uma rua particular, existe mais um terreno medindo 10m de frente por 25,60m de frente aos fundos, também sem benfeitorias, avaliado por Cr\$ 15.000,00.</p> <p>Valor total dos bens: Cr\$ 99.620,00</p>
1950	Virginia Torrezan	Pedro Brussolo , lavrador, natural de Veneza, Itália, falecido em 1935 aos 64 anos,	<ol style="list-style-type: none"> 1. Rosa Brussolo, casada com Antonio Gregorato 2. Angelina Brussolo, casada com João Bertalia 3. Augusta Brussolo, casada com Victor Loverdi 4. Victorio Brussolo, casado com Rosa Cerissa 	<p>A metade ideal de um prédio (construído de tijolos e cobertos de telhas e que se acha em péssimo estado, 8 cômodos tijolados e sem forro) e respectivo terreno na Rua Acre nº 609 e 615, antigos 9 e 9-A, medindo 100m frente, 115m pela Rua Bahia, 100m pela Rua André Rebouças e 115m no lado que confronta com herdeiros de Ângelo Trez.</p> <p>Imóvel avaliado em seu todo por 40.000 cruzeiros e a metade pertencente ao espólio em 20.000 cruzeiros, sendo o terreno a razão de 2,50 cruzeiros o m², construção a 100,00 cruzeiros o m².</p>

2. FAMÍLIA GOLFETTO (GOLFETO)

Título de Propriedade: **Vicenzo Golfetto** – Lote 19, 3ª. Seção
 Título de Propriedade: **Paschoal Golfetto** – Lote 20, 3ª. Seção
 Título de Propriedade: **Oreste Golfetto** – Lote 21, 3ª. Seção



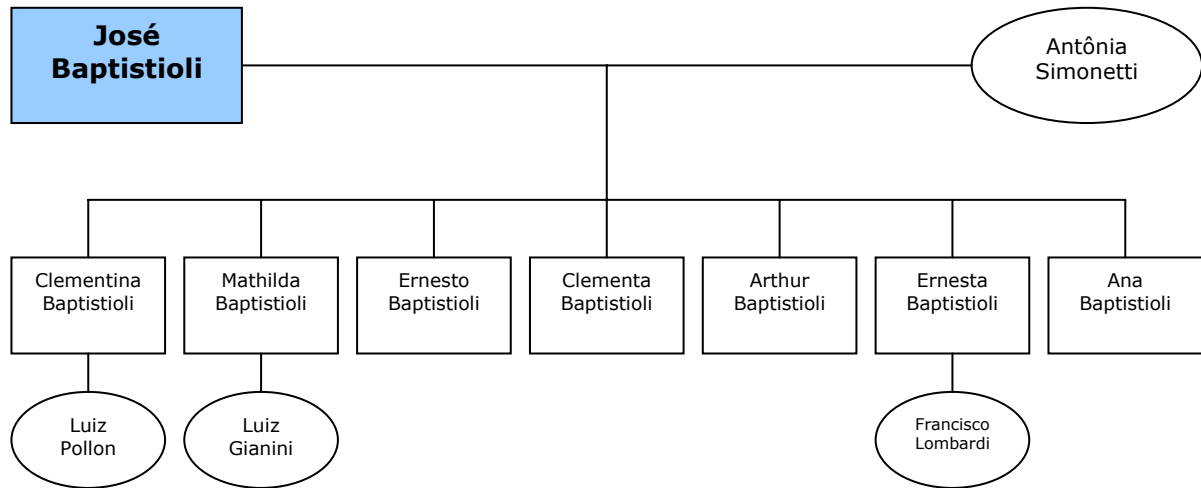
Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1903	Orestes Guilherme Golfetto	Maria Pisanelli	1. Carolina Golfetto, com 12 anos, única herdeira, vive com sua avó materna Assunta Pisanelli	<ol style="list-style-type: none"> Um lote de terras sito no lote n. 21 da Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado (somando 105 alqueires mais ou menos), na Fazenda Ribeirão Preto Abaixo, lugar denominado Tanquinho, medindo cerca de 60 metros em quadra, onde tem uma oficina de serralha, carpintaria, e uma pequena casa de morada, somando 2:000\$000. O terrenos divide com o córrego Tanquinho, com terras da família Golfetto e com terras de João Barreto; uma pequena casa de morada construída de tijolos, uma porta, duas janelas, sita nas terras do lote 21, avaliada em 200\$000 (duzentos mil réis); outra casa de tijolos no mesmo lote coberta com telhas construída para moinho com servidão de direito no Córrego das Águas (conforme cláusula contratante de escritura pública) avaliada em 1:000\$000 (um conto de réis); outro terreno sito na Fazenda Ribeirão Preto Abaixo, Núcleo Colonial Antônio Prado, n.19, sito à margem da estrada num segmento da Rua Saldanha Marinho, medindo 30 metros de frente por 40 de fundo, avaliado em 200\$000 (duzentos mil réis); fechos de muros de tijolos e cercas de arames avaliadas em 200\$000 (duzentos mil réis); uma casa grande para oficina, construída com tijolos, coberta de telhas, com 3 compartimentos, uma porta e uma janela, sita no referido lote 19, avaliada em 2:000\$000 (dois contos de réis); uma casa de morada sita no mesmo lote 19, construída de tijolos, coberta de telhas, com quatro compartimentos, uma porta, duas janelas de frente, ladrilhada de tijolos, avaliada em 1100\$000 (um conto e cem mil réis); outra casa de morada sita no mesmo lote, de tijolos e telhas, quatro cômodos, duas portas e duas janelas, avaliada em 1:000\$000 (um conto de réis); outra casa, nos fundos da supra, de tijolos e telhas, com uma porta e duas janelas, avaliada em 900\$000 (novecentos mil réis); móveis, utensílios e ferramentas existentes na casa da oficina: uma bancada de carpinteiro, avaliada em 20\$000 (vinte mil réis); um dito para carpinteiro com prensa, avaliado em 25\$000; um dito com torno, avaliado em 100\$000; um dito com torno para furar forno, avaliado em 300\$000; um dito com torno para limar ferro, avaliado em 80\$000; um foles grande avaliado em 20\$000; uma bigorna, 15\$000; 6 atanazes, 2 marretas, 2 martelos, avaliados em 20\$000; sete maçanetas, duas chaves, sendo uma inglesa, avaliadas em 10\$000; duas tarraxas e um compasso para torno, avaliados em 10\$000; uma serra portuguesa e uma mesa para jantar, 18\$000; quatro rodas para carroça, de madeira, não ferradas, 70\$000; duas outras rodas para carroças sem cambotas e duas ornações para carrinho, 50\$000;
1964	Arlindo Chirico, brasileiro, viúvo, lavrador,	Maria Golfeto Chirico , falecida em 1964 com 67 anos, brasileira, filha de Orestes Golfeto e Clementina Golfeto	Arlindo Aparecido Chirico, farmacêutico, seu único filho e herdeiro	Uma pequena propriedade afrívola denominada "Cruzeiro do Sul", situada nas Palmeiras, neste município e comarca, composta de cinquenta e dois alqueires de terras, mais ou menos, com casa de moradia e mais pequenas benfeitorias, havido conforme escritas devidamente transcritas sob nº de ordem 6.779, na 1ª Circunscrição Imobiliária e 10.022 e 10.021 na 2ª Circunscrição Imobiliária da comarca, destacada da fazenda pró-indiviso das Palmeiras. Obs: não existe dívida ativa e tão somente dívida passivas e que são as seguintes - 1) funerais a Empresa Racho CR\$ 113.035,00; 2) Sta Casa de Misericórdia 1ª conta CR\$ 827.878,00 e 2ª conta CR\$ 104.083,00, Farmácia Sta Catarina CR\$ 52.157,00 Dr Adymar Jardim CR\$ 300.000,00 Dr Milton Camargo CR\$ 450.000,00
1913	Roza Bianco Golfetto	Paschoal Golfetto	1. Antonia Golfetto casada com Romeu	1. Dois e meio alqueires de terra no lote nº 20, subúrbio desta cidade, da 3ª secção do núcleo colonial Antonio

			Orlando; 2. Antonio Golfetto; 3. Emilia Golfetto; 4. Vêlia Golfetto; 5. Paschoal Golfetto (Filho).	Prado situado no lago denominado Franquinho com os respectivos pastos e uma casa velha existente; Valendo 1:500\$000 o alqueire dado o total de 2:500\$000; 2. Uma casa contendo uma porta e duas janelas de frente, feita de tijolos e sem forro em mau estado por 150\$000; cercas de arame por 100\$000. Somando tudo por 2:750\$000. Obs. Deixa ele uma olaria postada em terras do Cap. José Maximiano Junqueira, após o falecimento, Vicente Golfetto irmão do inventariado tomou posse da olaria e de todos os bens [] fazendo uma avaliação particular de tudo
1950	Olívia Lourdes Golfetto (Olivia de Lollo)	Paschoal Golfeto também conhecido como Paschoal Golfeto Filho, lavrador, falecido em 1942 aos 47 anos, filho de Paschoal Golfetto e Rosa Bianco	1. Aparecida Golfeto 2. Aparício Golfeto 3. Agraice Golfeto 4. Odília Golfeto	1. uma quinta parte ideal em um terreno contendo um pequeno prédio, no lugar denominado "Tanquinho", constituído pelo lote nº 20, terceira seção deste, situado no cruzamento da Rua Luiz Barreto com a Rua do Bugre, indo do lado até o futuro prolongamento da Rua Humberto de Campos e de outro lado além do prolongamento da Rua Sergipe, confrontando ainda com Vicente Golfeto, Marcos Golfeto e Orestes Golfeto ou seus sucessores, havida como pagamento de quota hereditária no inventário dos bens deixados por seu pai Paschoal Golfeto
1944	Antonia Golfeto Orlandi, viúva, italiana e outros	Romeu Orlandi , pedreiro, filho de Domingos Orlandi e Santina Orlandi, falecido em 1944 aos 67 anos. Natural de Pizza, Itália.	1. Rosina Orlandi, desquitada 2. Santina Orlando Marabesi, casada com Ângelo Marabesi 3. Clotilde Orlandi 4. Américo Orlandi 5. Elvira Orlandi Rosa, casada com João Guilherme Rosa 6. Otelo Orlandi, casado 7. Guido Orlandi 8. Rafael Orlandi 9. Olga Orlandi 10. Wanda Orlandi 11. Rubens Orlandi	Uma propriedade imóvel, situada na Rua Saldanha Marinho nº 38-A, 40, 40-A e 42, compondo-se de quatro casas construídas de tijolos e cobertas de telhas, com respectivo terreno medindo 17,20 frente x 44 fundos, confrontando do lado da cidade com o prédio nº 44 de Estevam Isidoro de Melo, e mais com propriedades de Antonio e Jorge Darahen, Geraldo de Oliveira, Orlando Pontieri e Ambroso Parducci, do lado oposto com o prédio nº 38 de José D'Ambrosio e Edilio de Vincenzo e fundos com Mariano Casadio.
1937	Maria Stefanelli Golfeto, italiana, viúva de Vicente Golfeto	Vicente Golfeto , oleiro, (natural da Itália - Veneza) falecido em 1937 aos 72 anos. Residente à rua Paraíba 62. Era filho de Marcos Golfeto e Carolina Santina Golfeto	1. João 2. Marco 3. Guido 4. Margarida 5. Adão 6. Itália 7. Aleixo 8. Alberto 9. Octávio 10. Zita 11. Annita	(Não aparecem os bens)
1959	Tereza Bevi-lacqua Golfeto	João Golfeto	1. Maria Golfeto, viúva de José dos Santos 2. Mario Golfeto, casado com Maria de Lourdes Guidelli Golfeto 3. Luiza Alice Golfeto Henrique, casada com Mario Henrique 4. Neide Aparecida Golfeto, menor	As quadras 2 e 4 cada uma com 20 lotes; quadra 6 composta dos lotes 1 a 8, 9 e 10, 13 a 18 e parte dos lotes 11 e 12; na quadra 10 os lotes 1 a 6, 13 a 18, 9 e 10 e fundos dos lotes 11 e 12; na quadra 14 os lotes 5 e 6, 17 a 20 e fundos dos lotes 11 e 12, contendo um prédio nº 197 da Avenida Saudades ou Rua Dr. Luiz Barreto, construído no lote nº 20; compreendendo-se neste quinhão metade da Rua C desde a Rua Paraíba até a Avenida Saudade ou Rua Dr. Luiz Barreto e mais os trechos das ruas compreendidos entre os quarteirões 2, 4, 6, 10, 14; todos na Vila Lapa havidos na doação que lhe fez Vicente Golfeto e sua mulher. Laudo de avaliação dos bens: a) L17 Q14 - Avenida Saudade, medindo 10m x 30,50m, confrontando de um lado com Otávio Golfeto - 4.000 cruzeiros. b) L18 Q14 - Avenida Saudade, medindo 10m x 30,50m, contendo um prédio sob nº 191, prédio de propriedade do herdeiro Mario Golfeto - 4.000 cruzeiros. c) L19 Q14 - Avenida Saudade, medindo 10m x 30,50m - 4.000 cruzeiros. d) L20 Q14 - Avenida Saudade esquina com Rua Humberto de Campos, medindo 10m x 30,50m, contendo um salão ladrilhado de mosaicos e forrado, constituído de tijolos e coberto de telhas nº 197 e mais uma casa de 6 cômodos tijolados e sem forro,

				<p>com instalação de luz e afastado do alinhamento da rua – 30.000 cruzeiros.</p> <p>e) L12 Q14 – Rua Humberto de Campos, medindo 12m x 42m, confrontando de um lado com Guido Golfeto – 4.000 cruzeiros.</p> <p>f) L11 Q14 – metade do lote, correspondente ao fundo, na Rua Humberto de Campos, medindo 12m x 42m, confrontando de um lado com Guido Golfeto – 1.500 cruzeiros (metade).</p> <p>g) L5 e 6 Q14 – Rua Paraíba, medindo 10m x 30,50m, confrontando de um lado com Guido Golfeto e por outro com quem de direito – 6.000 cruzeiros.</p> <p>h) L13, 15, 16, 17, 18 Q10, Rua Paraíba, medindo cada um 10m x 34,50m, exceto lote 13 que mede 12m frente, confrontando com Guido Golfeto e lote 13 faz esquina com Rua dos Aliados – 15.000 cruzeiros.</p> <p>i) L14 Q10 – Rua Paraíba, medindo 10m x 34,50m, contendo um prédio duplo construído de tijolos e coberto de telhas, para dentro do alinhamento, composto de 6 cômodos atijolados e sem forro – 25.000 cruzeiros.</p> <p>j) L9 e 10 Q10 – Rua dos Aliados, medindo 10m x 42m – 6.000 cruzeiros.</p> <p>k) L11 e 12 Q10 – metade do lote, correspondente ao fundo, na Rua Humberto de Campos, medindo cada lote 12m x 42m, confrontando de um lado com Guido Golfeto – 2.500 cruzeiros (metade).</p> <p>l) L1 a 6 Q10 – Rua Major Carvalho, medindo cada lote 10m x 34,50m, exceto lote 1 que mede 12m frente, confrontando com Guido Golfeto e lote 1 faz esquina com Rua dos Aliados – 18.000 cruzeiros.</p> <p>m) L13 a 18 Q6 – Rua Major Carvalho, medindo cada lote 10m x 36m, exceto lote 13 que mede 12m x 36m, confrontando com Guido Golfeto e lote 13 faz esquina com Rua dos Aliados – 18.000 cruzeiros.</p> <p>n) L11 e 12 Q6 – metade do lote, correspondente ao fundo, medindo cada lote 24m x 42m, confrontando com Guido Golfeto – 2.600 cruzeiros (metade).</p> <p>o) L 1 a 8 Q6 – Rua Sergipe, medindo cada lote 10m x 36m, exceto lotes 1 e 8 que medem 12m x 36m, confrontando com a Rua dos Aliados onde lote 1 faz esquina, Rua Humberto de Campos onde lote 8 faz esquina e pelos fundos com Guido Golfeto – 24.000 cruzeiros.</p> <p>p) L1 a 20 Q4 – os lotes 1, 8, 13 e 20 medindo 12m x 32m, os lotes 9, 10, 11 e 12 medindo 12m x 42m, os demais lotes medindo 10m x 32m, formando todos os lotes a quadra que fica entre a Rua Sergipe, Rua Pompeu de Camargo, Rua dos Aliados e Rua Humberto de Campos – 60.000 cruzeiros.</p> <p>q) L1 a 20 Q2 – os lotes 1, 8, 13 e 20 medindo 12m x 37,75m, , os lotes 9, 10, 11 e 12 medindo 12m x 42m, os demais lotes medindo 10m x 37,75m, formando todos os lotes a quadra que fica entre a Rua Pompeu de Camargo, Luiz Barreto, Rua dos Aliados e Humberto Campos – 60.000 cruzeiros. Somam as avaliações acima o total de 284.500 cruzeiros.</p>
1949	Maria Stefanelli Golfeto, natural da Itália, viúva, residente à rua Paraíba n. 68	Luiza Golfeto, ou Luiza Itália Golfeto, ou Italia Golfeto, filha de Maria Stefanelli Golfeto, falecida em 1949 aos 54 anos, solteira	Maria Stefanelli Golfeto, mãe de Luiza, única herdeira	Um prédio sito nesta cidade, a rua Saldanha Marinho,33, 1ª circunscrição da comarca, construído de tijolos e coberto de telhas, no alinhamento da rua, contendo um salão ladrilhado de mosaicos e forrado, na frente, com 3 portas, 3 cômodos assoalhados e forrados, 3 ladrilhados de mosaicos, 1 cômodo no quintal, com instalações de luz, água e esgoto, em seu terreno que mede na frente 11,90m por 27m de frente aos fundos, confrontando de um lado com Atilio Mazoli, de outro com José Botossi ou sucessores e nos fundos com Argentino Scarpino, imóvel esse avaliado em seu todo por Cr\$ 68.000,00.

3. FAMÍLIA BAPTISTIOLI

Título de Propriedade: **José Baptistioli**- Lote 9, Sede



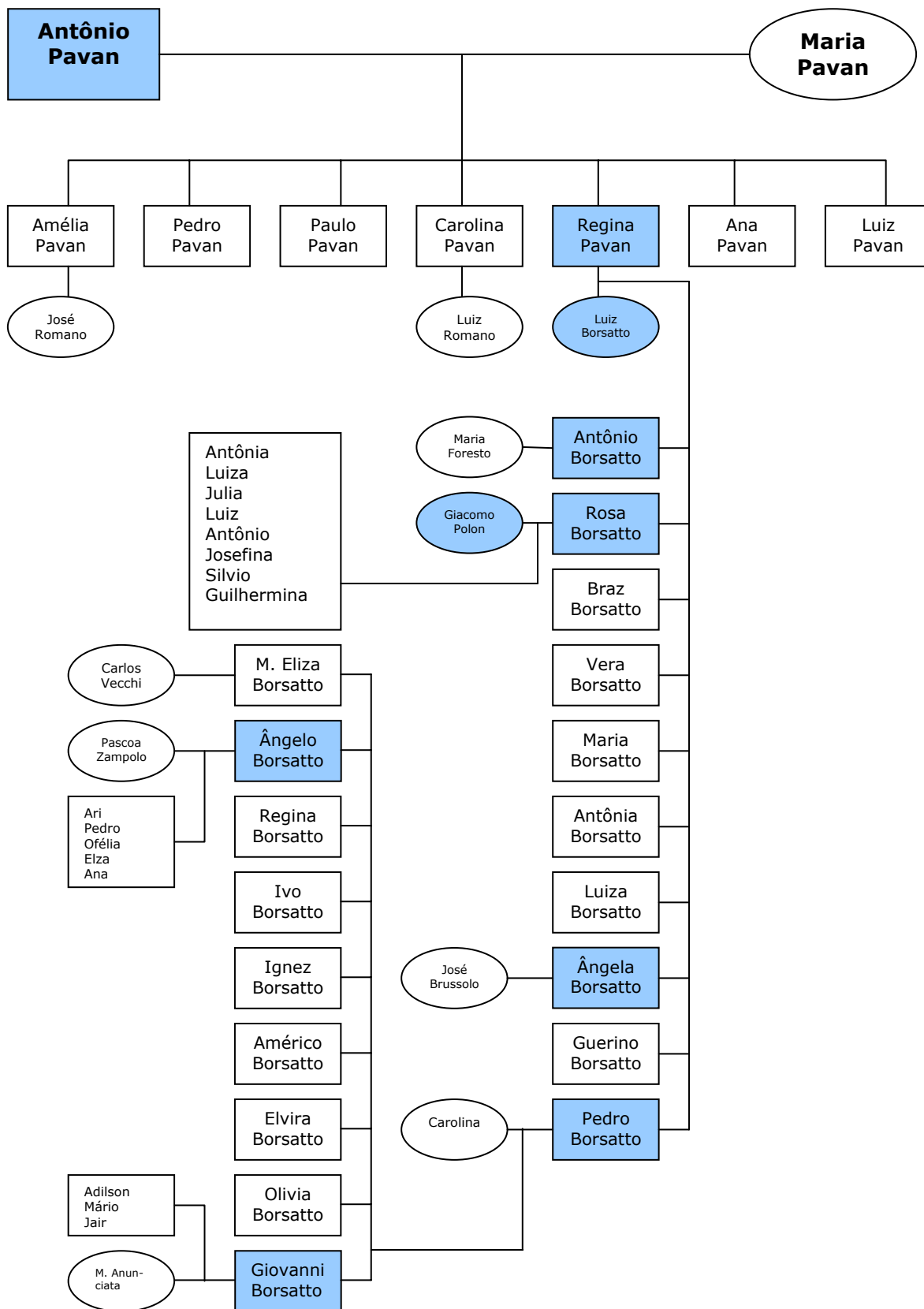
Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1908	Antonia Simonetti	José Baptistioli	1. Clementina Baptistioli, casada com Luiz Pollon; 2. Mathilda Baptistioli, casada com Luiz Gianini; 3. Ernesto Baptistioli; 4. Anna Baptistioli; 5. Clementa Baptistioli; 6. Arthur Baptistioli; 7. Ernesta Baptistioli, casada com Francisco Lombardi	1. Chácara, único imóvel que constitui o espólio, situada no Núcleo Colonial Antônio Prado, Barracão, na Avenida Capitão Salomão sob nº 14, constituindo 11.500 m ² de terreno ou seja o lote n. 9 da 2º seção, com casa de morada, cercas de arame e mais outras benfeitorias existentes, arrasada em consequência da tempestade de 24 de março, avaliada em 6:050\$000 (seis contos e cinqüenta mil réis)

4. FAMÍLIA PAVAN

5. FAMÍLIA BORSATTO (BORSATO)

Título de Propriedade: **Antonio Pavan**- Lote 11, 2ª. Seção

Título de Propriedade: **Luigi Borsato** – Lote 5, 2ª Seção



Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1912	Maria Pavan	Antonio Pavan	<ol style="list-style-type: none"> 1. Amélia Pavan casada com José Romano; 2. Pedro Pavan; 3. Paulo Pavan; 4. Carolina Pavan casada com Luiz Romano; 5. Regina Pavan; 6. Anna Pavan; 7. Luiz Pavan. 	Constitui unicamente do lote nº 11 do Núcleo Colonial Antonio Prado Com a área de 28.689m ² confinado ao norte e leste com terrenos particulares, ao sul com o lote nº 10, e a oeste com a entrada, contendo uma pequena casa de morada em mau estado pela quantia de 1:500\$000, sendo o lote por 1:300\$000 e a casa por 200\$000.
1903	Luiz (Luigi) Borsato	Regina Borsato	<ol style="list-style-type: none"> 1. Braz Borsato; 2. Pedro Borsato; 3. Vera Borsato; 4. Maria Borsato; 5. Antonia Borsato; 6. Luiza; 7. Ângela; 8. Antonio; 9. Guerino. 	Um lote n. 5 na Segunda Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado com casa de morada, duas carroças com três burros, uma vaca com dois bezerros Laudo de avaliação: <ol style="list-style-type: none"> 1. Uma mesa por dois mil réis (2\$000); 2. Dois bancos de madeira por dez mil réis (10\$000); 3. Uma carroça arreada por 120\$000; 4. 40 carroças de lenha por 80\$000; 5. Uma vaca pintada por 70\$000; 6. Duas vitelas pretas por 40\$000; 7. Três burros para carroça por 300\$000; 8. Um lote n.5 da Segunda Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado, no Barracão, com 3,5 alqueires, lado fechado de arame, confrontando com Santa Brussolo e Giroto Guerino pelos lados, fundo e frente com duas ruas cujos nomes ignoram, avaliado por 1:000\$000; 9. Casa de morada coberto de telhas por 1:000\$000; 10. Um lance de casa parte coberta de telhas e parte de capim por 100\$000; 11. Um pomar por 220\$000; 12. Uma cisterna por 80\$000
1928	Carolina Vidotto Borsato	Pedro Borsato	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ângelo casado com Paschoalina Zampollo 2. Maria Eliza casada com Carlos Vecchi; 3. Regina; 4. Ivo; 5. Ignez; 6. Americco; 7. Elvira; 8. Olívia. 	Um terreno no lote nº 5 no núcleo colonial Antonio Prado estimada no valor de 1:000\$000 []; Os bens são no valor de 10:000\$000 mais ou menos, a inventariar; requerimento da pessoa que estiver na posse dos bens para dar a inventario, fazendo a declarações de stylo.
1938	[]	Luis Borsato	<ol style="list-style-type: none"> 1. Biagio Borsato que era casado com Guilhermina Faria Borsato deixando seus filhos de nomes: Alberto, Juina, Adelaide, Aniolia, Antonio, Augusta, Americo ; 2. Pedro Borsato que era casado com Laulina Videtto Borsato deixando seus filhos de nomes: Ângelo, Maria, Regina, Giacomo, Elvira, Américo, Olívia e Laner; 3. Antonia Borsato; 4. Luiza Borsato; 5. Rosa Borsato; 	A metade justa do prédio e respectivo terreno situado nesta cidade, distrito de Paz, circunscrição de Ribeirão Preto, [] a rua Acre nº 16, no bairro do Barracão, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, antigo núcleo colonial Antonio Prado, cujo terreno acha-se cercado de arame, e área total de 57.520m ² , e confronta no seu todo com herdeiros de Jose Brussolo de um lado, de outro lado com sucessor de Guerino Borsato na frente com a rua Acre e nos fundos com a rua Pernambuco, metade essa no valor de 2:000\$000.

			6. Maria Borsato; 7. Ângela Borsato; 8. Antonio Borsato; 9. Guerino Borsato.	
1943	Pascoa Zampollo Borsato (brasileira, Viúva)	Ângelo Borsato, natural de Ribeirão Preto, filho de Pedro Borsato e Maria Carolina Vidotto	1. Ari Borsato 2. Pedro Borsato 3. Ofélia Borsato 4. Elza Borsato 5. Ana Borsato	<p>1. um pequeno prédio para residência na Rua Baia – Beco s/nº, construído de tijolos, coberto de telhas, com quatro cômodos, com respectivo terreno que mede 13m frente x 42m fundos, sendo o prédio ladrilhado, sem forro, confrontando de um lado com a Cia Mogiana de Estradas de Ferro, de outro e fundos com herdeiros de Luiz Borsato. Avaliação 5.000 cruzeiros.</p> <p>2. a importância de 5.143,20 cruzeiros, depositada na Caixa Econômica do Estado, caderneta nº 21.297.</p> <p>3. fundos de um pequeno armazém de secos e molhados na Rua Capitão Salomão nº 159, no valor de 2.500 cruzeiros. Avaliação 3.889,90 cruzeiros.</p> <p>4. Quantia de CR\$ 33, em dinheiro, mais uma parte ideal de 1.000 cruzeiros, para cada um, um pequeno prédio cito nesta cidade no bairro do Barracão, Rua Bahia, beco s/nº, avaliado por 5.000 cruzeiros.</p> <p>Imagem 2565: mercadorias e bens existentes no comércio de Angelo Borsato Img. 02600 – 1945 – Requerente: Ana Borsato e outros; Requerido: Marcos Meucheli</p> <p>Pequeno prédio situado, situado nesta cidade, circunscrição da comarca, no Núcleo Colonial Antonio Prado, a Rua Bahia, s/nº, próximo a linha férrea Mogiana, ramal de Sertãozinho, prédio edificado, para dentro do terreno, construído de meio tijolo, coberto de telhas, com uma porta e duas janelas de frente, não forrado dividido em 3 compartimentos e cozinha, ladrilhos de tijolos, terreno que mede 13 metros, 40 ditos de fundos, fechado na frente, confrontando na frente com um beco; de um lado com propriedade da Companhia Mogiana, ou quem de direito e do outro lado e no fundo com herdeiros de Borsato, o qual avalio por quatro mil e oitocentos cruzeiros que a margem sai em algarismos CR\$ 4.800,00.</p> <p>Um pequeno prédio situado nesta cidade, na atual 2ª Circunscrição da Comarca, a Rua Duque de Caxias sob nº 103, no quarteirão entre as Ruas Floriano Peixoto e Marechal Deodoro, no perímetro ainda não calçado, construído de tijolos, afastado 3,50 mts, mais ou menos, da rua, dividido em três compartimentos e cozinha, com alpendre na frente, água encanada, tanque para lavagem e privada de fossa ou buraco, com o respectivo terreno no qual está o mesmo edificado, que mede, no seu todo, nove metros mais ou menos, medidos de frente ao fundo, fechado na frente, de um lado e no fundo a cercas de madeira, arame e pinhão, e do outro lado em abalô, confrontando na frente com a dita Rua Duque de Caxias, de um lado e toda a linha com Leocádia de tal e de outro lado e no fundo com terrenos pertencentes ao proprietário Marcos Mevicheli e que não avaliados, cujo prédio tem a sua construção 50 metros, mais ou menos, o seu piso é todo</p>

				cimentado, e contém, além do alpendre, uma janela na frente e uma outra janela na parede lateral, imóvel que avalio, no todo, por dezessete mil cento e cinquenta e cinco cruzeiros CR\$ 17.155,00, que a margem sai em algarismos – sendo a construção e benfeitorias por CR\$ 195,00 por metro quadrado, e no terreno por CR\$ 7.600,00, na base de CR\$ 800,00 por metro corrido.
1948	Maria Foresto Borsato	Antonio Borsato , falecido em 1948 aos 55 anos, comerciante, filho de Luiz Borsatto e Regina Pavan	<ol style="list-style-type: none"> 1. Hermelindo Borsatto, casado com Alayde Leal Borsatto 2. Nair Luiza Borsatto 3. Mario Luiz Borsatto 4. Maria Amélia Borsatto 5. Zelinda Borsatto, todos domiciliados no Rio de Janeiro 6. Elza da Conceição Borsatto, domiciliada em companhia da mãe, a inventariante 	<ol style="list-style-type: none"> 1. um prédio construído de tijolos e coberto de telhas, na Rua Saldanha Marinho nº 19, esquina com Rua Padre Euclides, com nove cômodos inclusive dois quartos sobrados, com respectivo terreno que mede 12m frente x 30m fundos, confrontando pelos fundos com João De Bertoli. 2. um prédio construído de tijolos e coberto de telhas, na Rua Saldanha Marinho nº 21, para residência familiar com nove cômodos, com respectivo terreno que mede 8m frente x 30m fundos, confrontando de um lado com Pedro Giroto e pelos fundos com João De Bertoli. 3. duas partes ideais, sendo uma de valor de 138,50 cruzeiros na avaliação de 2.400 cruzeiros, constante do inventario dos bens deixados pela mãe do inventariado, Regina Borsatto e outra no valor de 222,20 cruzeiros no inventario dos bens deixados pelo pai do inventariado, Luiz Borsatto, consistente no prédio e respectivo terreno situado na Rua Acre nº 15 no bairro do Barracão, confrontando no fundo com a Rua Pernambuco, de um lado com sucessores de Guerino Borsatto e de outro com José Brussolo ou herdeiros deste. <p>23/12/1948: Termo de renuncia - todos os herdeiros renunciaram a herança que lhe deveriam caber.</p>
1948	Luiz Polon, filho	Giacomo Polon , italiano, viúvo, lavrador, residente à rua Acre n.9 e sua esposa, Rosa Borsato , natural de Treviso, Itália, falecida em 1948 aos 65 anos, filha de Luiz Borsatto e Regina Pavan	<ol style="list-style-type: none"> 1. Antonia Polan Roma 2. Luiza Polan Marzola 3. Julia Polan Tojano 4. Luiz Polan 5. Antonio Polan 6. Josefina Polan Favero 7. Silvio Polan 8. Guilhermina Polan Russo 	<ol style="list-style-type: none"> 1. uma parte de CR\$ 138,55 na avaliação de CR\$ 2.400,00 no lote de terras com 3 alqueires e meio dividido, no Núcleo Colonial Antonio Prado, 1ª Circunscrição da Comarca, 2ª seção, distrito e município de Ribeirão Preto, confrontando com Santo Borsolo, Giroto Guerino, parte esta assim descrita: nas terras do Núcleo Colonial Antonio Prado, 60\$744, na casa de morada 55\$555, no lance de casa de folhas de capim, 55\$555, no pomar 12\$222, na cisterna 4\$446. Essa parte foi havida pela inventariada Rosa Borsato no sexto pagamento do inventário de sua mãe d. Regina Borsato, processado pelo Cartório do 2º Ofício, julgado por sentença do M.M. Juiz de Direito da comarca em 12/12/1903. 2. uma parte de CR\$ 222,22 na avaliação da meação de CR\$ 2.000,00 havido pelo inventariado Giacomo Polan ou Jacob Polan, conforme inventário processado pelo Cartório do 2º Ofício, devidamente transcrito sob nº 6.286, livro 3-F, fls 192 da 1ª circunscrição da comarca, parte ideal essa, assim descrito no primeiro pagamento feito no referido inventariado, no inventário de Luiz Borsato na metade justa, do prédio e respectivo terreno, situados nesta cidade, distrito de Paz e Circunscrição de Ribeirão Preto, 1ª circunscrição da comarca, a Rua Acre nº 16 no Bairro do Barracão, do antigo Núcleo Colonial Antonio Prado, cujo terreno é todo cercado de arame e mede no seu todo 57.500 metros quadrados, confrontando na frente com a Rua Acre, no fundo com a Rua

				<p>Pernambuco (atual Cel. Américo Batista) de um lado com Guerino Borsato, de outro com José Brussolo ou herdeiros, metade casa havida pelo inventariado (Luiz Borsato) no pagamento de sua meação no inventário de sua finada mulher, d. Regina Borsato. Uma parte somente sobre essa quantia de CR\$ 2.000,00 do valor de \$222,22.</p> <p>Img. 638 - assim os herdeiros possuem hoje uma parte de CR\$ 138,55 mais \$222,22 no total de CR\$ 360,77 na avaliação então feita de CR\$ 2.400,00 e CR\$ 2.000,00 ou seja na avaliação total de CR\$ 4.400,00, conforme se vê das descrições feitas nas letras "a" e "b", partes estas que estimam atualmente, em CR\$ 10.000,00.</p> <p>3. uma pequena casa e respectivo terreno, situado nesta cidade, no Barracão, antigo Núcleo Colonial Antonio Prado, a Rua Acre nº 5 (antigo) atual nº 905, a casa em péssimo estado de conservação e o terreno que é todo cercado de arame e pinhão, mede cem metros de frente por cento e quinze ditos de frente asos fundos, se confrontando e dividindo com a mencionada rua, com a Rua Espírito Santo, onde faz esquinas e fundos coma Rua André Rebouças. Dessa área, entretanto, deve-se excluir a metragem de 36 metros de frente para a Rua André Rebouças, por 30 metros de fundos, que o inventariado vendeu a Alberto de Oliveira, Orestes Riveiro e Amafeu Bologna. O imóvel foi havido pelo decujus, por herança no inventário de Josué Polan, conforme transcrição feita no Cartório de Registros a Públicos da 1ª Circunscrição da Comarca, sob nº 12.173, livro 3-I, fls 231, pelo valor de CR\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros)</p>
1956	Paschoa Zampollo Borsatto	<u>Angelo Borsatto</u> , falecido em 1943 aos 39 anos, filho de Pedro Borsato e Maria Carolina Vidoto, ambos italianos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ari 2. Pedro 3. Ophelia 4. Elza 5. Anna 	<ol style="list-style-type: none"> 1. uma parte ideal no valor de Cr\$ 55,,00 (cinquenta e cinco cruzeiros) sobre o valor de Cr\$1.000,00 em parte do imóvel "Núcleo Colonial Antonio Prado" na Rua Acre, em virtude do inventario dos bens deixados por Pedro Borsatto (pai), que por sua vez houve em virtude do inventário de Regina Borsatto, cujas características e confrontações são as mesmas descritas nos bens abaixo. 2. uma parte ideal no valor de Cr\$13,88 cruzeiros numa avaliação de Cr\$2.000,00 feita pelo espólio de Luiz Borsato conforme inventario, em uma metade de um prédio na Rua Acre nº 16 bairro do Barracão, antigo Núcleo Colonial Antônio Prado, com seu respectivo terreno de 52.500m confrontando na frente com a rua Acre e nos fundos com a rua Pernambuco, de uma lado com o sucessor de Guerino Borsato e de outro com herdeiros de José Brussolo. Considerando que a avaliação deverá se reportar à data de falecimento do inventariado: 57.500m² de terreno a Cr\$1,00 = Cr\$57.500,00 casa nº 16, atual 642 da Rua Acre, com área construída de 110m² a Cr\$100,00/m² = Cr\$11.000,00 valor total dos bens: Cr\$68.500,00 valor da metade: Cr\$ 34.250,00.
1956	Mara Anunciata Rotiroti Borsato, italiana, viúva	<u>Giovanni Borsato</u> , pedreiro, natural desta cidade, filho de	<ol style="list-style-type: none"> 1. Adilson Borsato; 2. Mario Borsato; 3. Jair Borsato 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Um prédio situado nesta cidade, distrito de Paz, 1ª circunscrição de Ribeirão Preto, a rua Alagoas nº 499 (antigo43), de construção própria com 4 cômodos ladrilhados, construído de tijolos coberto de telhas, com água e luz, fora do alinhamento, com o seu respectivo terreno que mede 12m de frente por 37m de frente aos

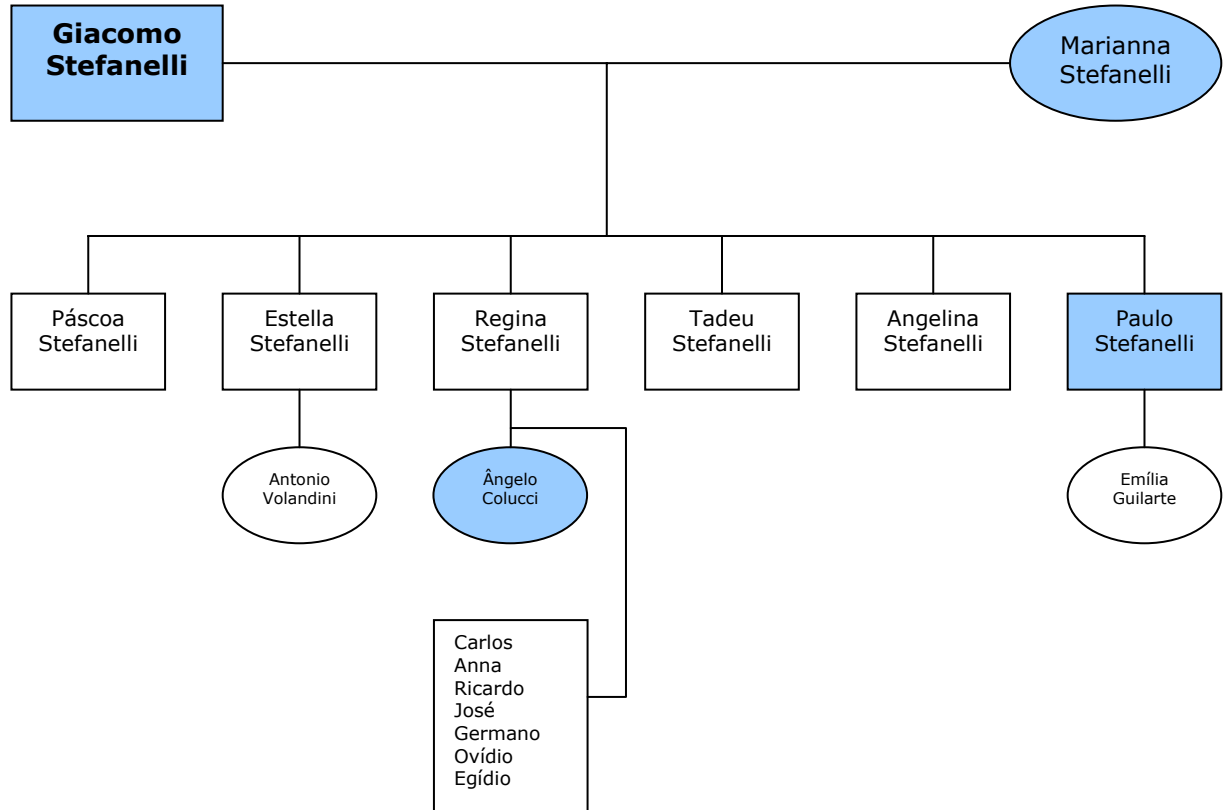
		Pedro Borsato e Carolina Vidotto, falecido em 1949 aos 39 anos	fundos, confrontando de um lado com os irmãos Baldini de outro com sucessores de Antonio Borsato e nos fundos com Carmo Barra e seus sucessores, tudo avaliado por Cr\$ 19.800,00, (imovel esse avaliado: a construção por Cr\$150,00 o metro quadrado e o terreno a razão de Cr\$1.000,00 o metro linear, por ser regular); 2. Um terreno sito a rua Pará, s/n. nesta cidade, distrito e 1ª circunscrição de Ribeirão Preto, medindo 13m de frente por 30m de frente aos fundos, sem benfeitorias, em aberto, localizado ao quarteirão entre as ruas André Rebouças e Acre, confrontando com a referida rua Pará, pela frente, de um lado com João Stefaneli e Dlingos R. Filho, imóvel esse avaliado por Cr\$3.900,00, a razão de Cr\$300,00 o metro linear, por ser regular; 3. Um depósito na Caixa Econômica Federal, agencia local, as importâncias de Cr\$7.991,80, mais os juros respectivos, conforme caderneta n. 08976. Laudo de avaliação de 1956: trata-se de uma parte ideal do valor de Cr\$55,00 na avaliação de Cr\$1.000,00 do imóvel sito núcleo colonial Antonio Prado, rua Acre nº 16 antigo e atual 642, com área de 57,500m2, que se confronta com a referida rua Acre, com a rua Pernambuco, com sucessores de Ana Brussolo e com sucessores de Giroto Giraino; Mais uma parte ideal de Cr\$ 13,88 na avaliação de Cr\$2.000,00 da metade do mesmo imóvel acima descrito. Considerando que a avaliação deverá de reportar à data do falecimento do inventariado que ocorreu em 1949, avalio os bens supra, pela maneira seguinte: 57,500m2de terreno à Cr\$ 2,00 por Cr\$ 115.000,00; A casa de nº 16antigo e atual 642 da rua Acre, com área construída de 110m2, a razão de Cr\$100,00 o metro quadrado e por Cr\$22.000,00. Valor total dos bens: Cr\$ 137.000,00
1964	José Brussolo	Ângela Borsato Brussolo, natural de Treviso, Itália, filha de Luiz Borsatto e Regina Borsatto, falecida em 1953 aos 62 anos	Deixou bens a inventariar alçados no valor de 100.000 cruzeiros. 1. a metade justa do prédio e respectivo terreno, a rua Acre antigo 16, no bairro do Barracão, antigo Núcleo Colonial Antonio Prado, cujo terreno se acha cercado e sua área tal é de 57.500m²confontando no seu todo com herdeiros de Jose Brussolo, de um lado uo sucessores, de outro com sucessores de Guerino Giroto, de outro lado com herdeira de Jose Brussolo e nos fundos com a rua Pernambuco.

6. FAMÍLIA STEFANELLI

Título de Propriedade: **Giacomo Stefanelli- Lote 10, Sede**

Concessionário: **Lote 1, Sede**

Concessionário: **Lote 10, 2ª. Seção**

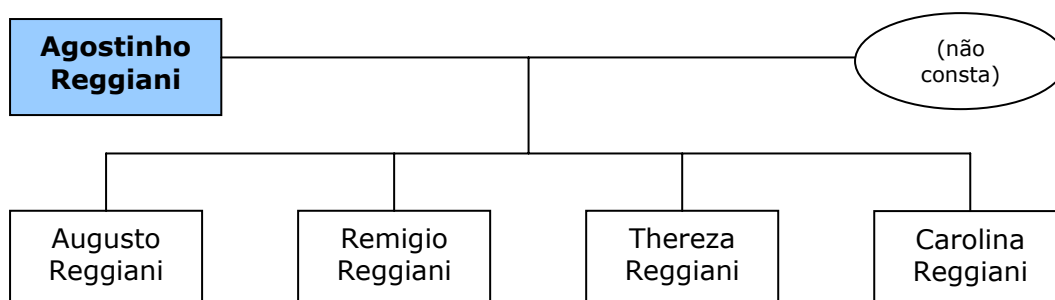


Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1903	Giacomo Stefanelli	Marianna Stefanelli	1. Pascoa, casada com Martillino [] 2. Estella, casada com Antonio Vollandini; 3. Regina 4. Tadeu 5. Ângela 6. Paulo	1. Uma casa e um terreno em Santa Cruz do José Jacques; 2. três alqueires de terra no Núcleo Colonial Antonio Prado; 3. outros 3 alqueires no referido núcleo colonial Total avaliado por 3:340\$000 liquido os bens em imóveis.
1935	Regina Stefanelli	Angelo Colucci	1. Carlos Colucci, casado 2. Anna Colucci 3. Ricardo Colucci 4. José Colucci 5. Germano Colucci 6. Ovidio Colucci 7. Egídio Colucci Obs. Odete Colucci, menor, representada pela mãe Herminia Trevisan, residentes e domiciliadas em Uberaba-MG. A menor (filha do primeiro marido de sua mãe Ricardo Colucci - falecido; e neta de Regina Stefanelli) é proprietária de bens deixados por sua bisavó na	1. a metade da chácara situada no lugar denominado Campos das Cruzes, constituída de um terreno de 2 alqueires e pouco, contendo uma casa de morada construída de tijolos e coberta de telhas, cocheira, rancho para guardar carroças, cisterna, árvores frutíferas, atravessada pela Estrada do Lazareto e pela Estrada de Ferro da Mojiana, confrontando com Olivio Urbano, Vicente Casanova, Eugenio Bevilacqua, Luiz Zacarias e Angelo Polo por uma estrada ali existente. Chácara de 5 alqueires avaliada em 9:000\$000. Como este possui apenas a metade, sua parte é de 4:500\$000. 2. Uma pequena chácara no antigo lote 16 da 2ª Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado, no lugar denominado antigo Bairro Lazareto ou Bairro Campo das Cruzes, medindo cerca de 4 alqueires, dividida em duas glebas, sendo um

			cidade de Ribeirão Preto.	para o lado de cimada Linha da Mojiana, toda fechda de arame, contendo uma casa de morada, cocheira, pasto e árvores frutíferas, fazendo frente para a rua que vai ter no Lazareto e fundo para a linha da Mojiana, medindo 120m de frente por 800 m de fundo, confrontando de um lado com Vicente Casanova, de outro com João Pazello e Augusto Ginatti, e fundo com a Mojiana. E a outra gleba que se acha para baixo da linha da Mojiana com 120 palmos de frente por 200 de fundo, até encontrar o leito do Ribeirão Preto, contendo cerca de arame de um lado e dos demais aberto. Avaliada em 5:000\$000; 3. um terreno neste município, na fazenda Santo Antonio de Boa Vista, no lugar denominado Córrego de Jatobazinho, com área de 2 alqueires e um quarta de terras, ocupada com pastos e cerrados, 2:250\$000. 4. um terreno no mesmo lugar, fazenda Santo Antonio de Boa Vista, Córrego de Jatobazinho, com área de 3 alqueires e uma quarta e meia de terras, ocupado com pastos e cerrados. 3:250\$000 Total dos bens: 15:000\$0000.
1956	Angelina Stefanelli, filha de Giacomo	Giacomo Stefanelli , italiano, falecido em 1922 aos 74 anos, filho de Angelo e Maria Stefanelli, viúvo de Mariana Stefanelli	1.Thadeu Stefanelli e sua mulher Joanna Zanellato 2.Paulino Stefanelli e sua mulher Elisa Ghilardi 3.Regina Stefanelli e seu marido Ângelo Coluci 4.Stela Stefanelli e seu marido Antonio Orlandini 5.Paschoa Fortunata, casada com Ardrino Marcelino 6.Angelina Stefanelli, viúva	Prédio na Freguesia de São Sebastião de Ribeirão Preto na Rua Alagoas nº 2 e 4, atuais nº 538 e 544, constituído de duas casas de construção muito antiga, quase em ruínas, com respectivo terreno medindo 12,50m frente x 49m fundos, confrontando de um lado com Anselmo Mazer, de outro com Mario Barilari e fundos com Irmãos Vecchi. Avaliação retroagida a data de falecimento do inventariado, que ocorreu em 1922: 5.000 cruzeiros.
1963	Emilia Guilarte Stefanelli	Paulo Stefanelli		1. um prédio na Rua Anita Garibaldi nº 1,197, com seu respectivo terreno que mede 11m frente x 43m fundos, confrontando de um lado com Pedro Panazzollo, do outro a quem de direito e pelos fundos com Luiz Dal Porto, adquirido de Oswaldo Franco de Andrade e sua mulher, pela importância de 5.000\$000. Laudo de avaliação: 512.650. 2. um terreno na Rua Espírito Santo L18 Q3 da Vila Castelo, entre a Rua Cel. Américo Batista e Rua São Francisco, medindo 8,25m frente x 21,50m fundos, adquirido de Octacílio Coutinho de Freitas e sua mulher e outros, pela importância de 2.000. Laudo de avaliação: 35.474.
1963	Fazenda do Estado de São Paulo	Maria Pazelli Stefanelli, falecida em 1960 aos 67 anos, filha de João Pazelli e Marina Utibolio	1. Ângelo 2. Orestes 3. Aristides 4. Laurinda 5. Nair 6. Arlindo 7. Octávio 8. José Antonio	A Fazenda do Estado dando ao presente o valor de 50.000 cruzeiros, Maria Pazelli Stefanelli faleceu sem deixar bens a inventariar.

7. FAMÍLIA REGGIANI

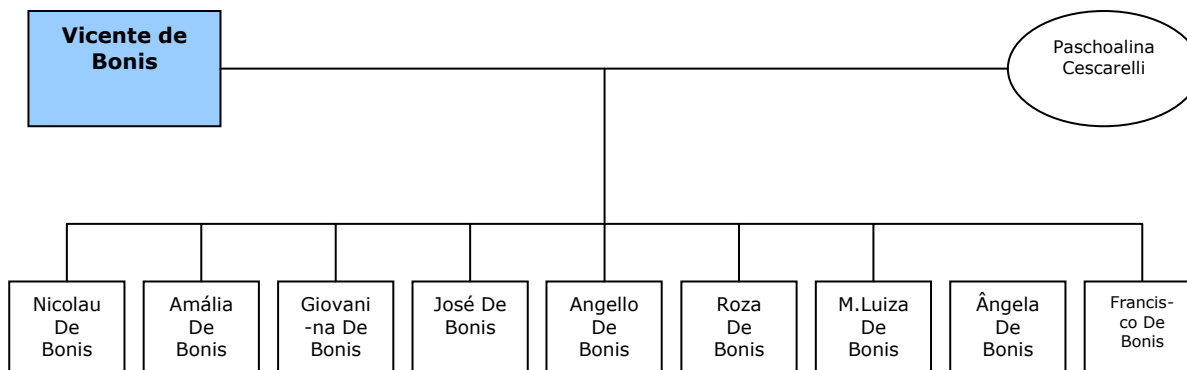
Título de Propriedade: **Agostinho Reggiani** – Lote 15, 4ª. Seção



Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1903	Augusto Reggiani	Agostinho Reggiani	1. Augusto Reggiani; 2. Remigio Reggiani; 3. Thereza Reggiani; 4. Carolina Reggiani	1. Uma chácara no Morro do Cipó com casa, cafezais e mais benfeitorias; 2. Um burro e uma carroça com os respectivos arreios

8. FAMÍLIA DE BONIS

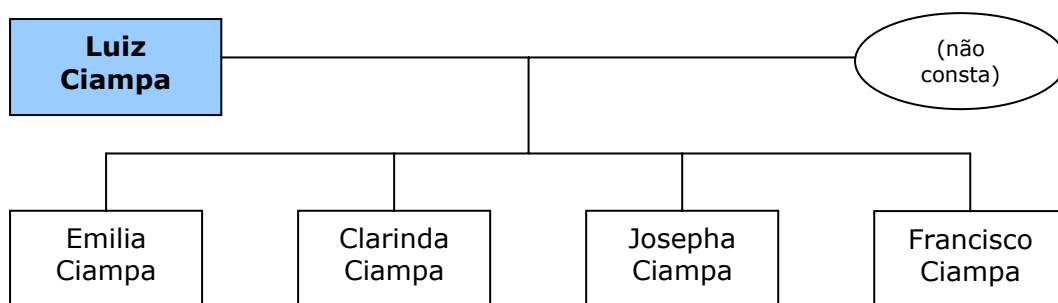
Título de Propriedade: **Vicente de Bonis** – Lote 17A, Sede



Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1902	Vicente De Bonis	Paschoalina Cescarelli De Bonis	1. Nicolau De Bonis; 2. Amália De Bonis; 3. Giovanina De Bonis; 4. José De Bonis; 5. Angello De Bonis; 6. Roza De Bonis; 7. Maria Luiza De Bonis; 8. Ângela Maria; 9. Francisco Os três últimos, menores,	1. Uma casa em São Paulo na Rua da Consolação nº 318; 2. uma casa em Ribeirão Preto na Rua Álvares Cabral nº 51 e Rua Tibiriçá; 3. um lote de terras com duas casas no Núcleo Colonial Antônio Prado com frente para a Rua Paraíba,; 4. um terreno em Ribeirão Preto à Rua Prudente de Moraes; 5. meio lote de terras no núcleo colonial com plantação de capim; 6. uma casa à Rua Tibiriçá, além do Córrego do Retiro 7. quatro datas de terras nos Campos Elíseos, Núcleo Colonial Antônio Prado; Rurais: 1. Um terreno cercado de arame, plantado a capim no núcleo colonial Antonio Prado tendo de frente 256 palmos e 450 palmos de fundo, confrontando com Agustinho de tal e por outro lado com duas ruas, avaliado por 300\$000; 2. Um lote sob o nº 17 em dito núcleo, com 450 palmos de frente e 517,5 de fundo, dividindo com a rua nº 3, com a rua nº 14 e rua nº 13, tendo dentro desse terreno 2 casas construída de tijolos, avaliado por 6:000\$0000; 3. Um terreno em seguimento a rua Tibiriçá, avaliado por 400\$000; 4. Uma data de terreno no núcleo colonial Antonio Prado, no lugar denominado Campos Elysios com 56 palmos de frente por 200 de fundo, dividindo por um lado e fundo com Alfredo Vianna e por outro lado com quem de direito, avaliado por 200\$000; 5. Um terreno no Campos Elysios com 168,5 palmos de frente e 166,5 de fundo, dividindo com Rodolpho Guertor por outro com Adaltho Sidow , pelo fundo com quem de direito, avaliado por 200\$000; Urbanos: 1. Uma casa a rua Alves Cabral nº 51, nesta cidade, com 1 porta e 3 janelas de frente, edificada em um terreno ferreiro, que de frente tem 90 palmos e 200 de fundo, dividindo por um alado com [] do Nascimento de outro com Manoel Antonio Teixeira e fundo com quem de direito, avaliado por 4:000\$000; 2. Um terreno todo murado a rua Prudente de Moraes com 50 palmos de frente e 100 de fundo, dividindo com o Padre Vicente Ebalí e pelo lado e fundo com quem de direito, avaliado por 200\$000.

9. FAMÍLIA CIAMPA

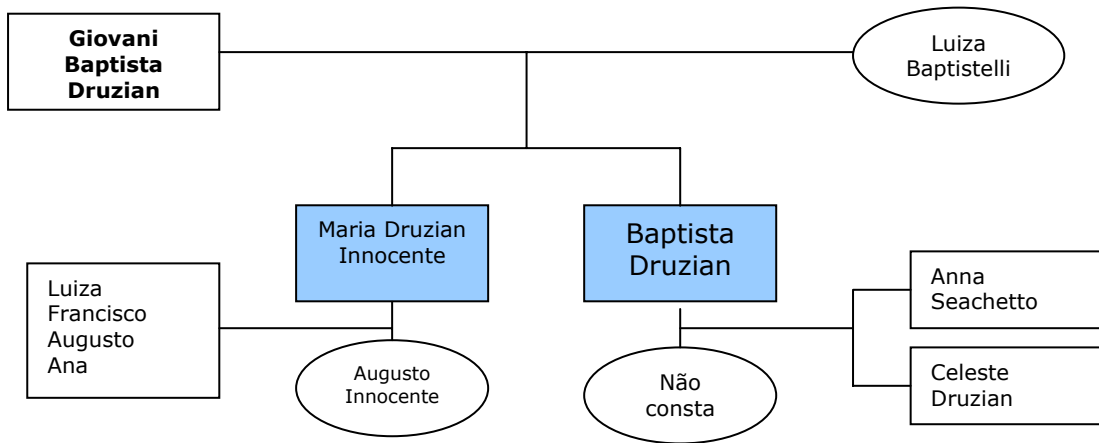
Concessionário: **Luiz Ciampa** – Lote 31, Sede



Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1906	Emilia Ciampa (filha, 25 anos)	Luiz Ciampa	1. Emilia Ciampa; 2. Clarinda; 3. Josepha; 4. Francisco	1. Um alqueire de terra no Barracão, cercado de arame, divisa com Antônio M. Vieira avaliado em 400\$000 (quatrocentos mil réis) 2. casa de morada no mesmo terreno com uma porta e três janelas avaliada em 1:000\$000 (um conto de réis); 3. uma casa coberta de telhas (cocheira) avaliada em 40\$000 (quarenta mil réis); 4. uma cisterna avaliada em 20\$000 (vinte mil réis); 5. mil pés de café com nove anos mais ou menos avaliados em 500\$000 (quinhentos mil réis); 6. noventa arrobas de café avaliadas em 3 réis cada, somando 270\$000 (duzentos e setenta mil réis).

10.FAMÍLIA DRUZIAN

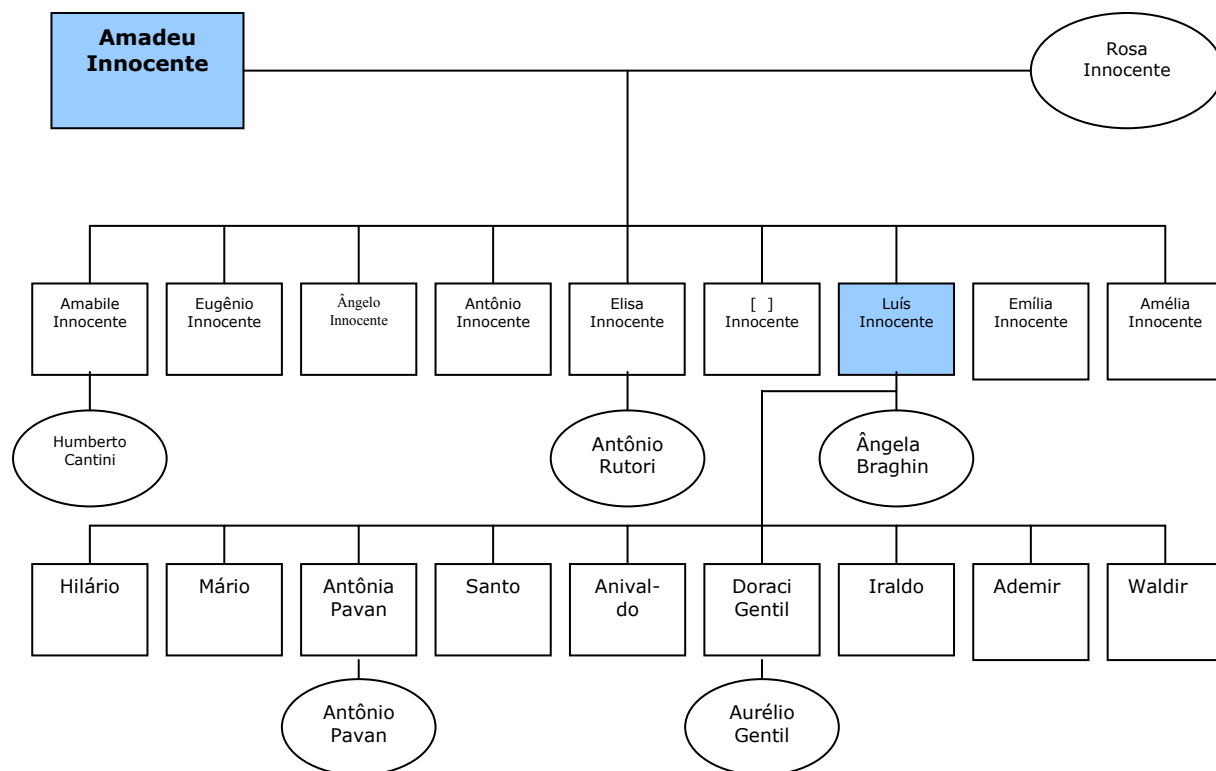
Título de Propriedade: Giovanni Baptista Druzian – Lote 14, 2ª Seção



Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1917	Maria Druzian Innocente	Baptista Druzian, falecido aos 21 anos, filho de Luiza Baptistelli (falecida em 1916)	1.Maria Druzian Innocente 2.Anna Sechetto, casada com Antonio Sechetto, residente em Piován, Itália 3.Celeste Druzian, casado com Angélica, Casanova, ambos falecidos, ficando os filhos: Josephina Druzian, casada com Pedro Bresson e Augusto Druzian	1. Terreno com cerca de 3 alqueires com uma casa de morada no bairro do Lazareto, em um dos subúrbios desta cidade. A casa é construída de tijolos, coberta de telhas com uma porta na frente, janelas em péssimo estado avaliada em 150\$000 2. Cerca de 3 alqueires de terra, cercado, muito baixo, a 200\$00 cada (somando 600\$000). Essas terras dividem com: Giacomo Colucci; José Cozenza e com a Estrada do Lazareto. Cerca de arame a cem braças a 50\$000.
1956	Augusto Inocente	Maria Druzian Inocente, italiana, falecida em 1941 aos 74 anos, filha de João Batista Druzian e Luiza Baptistelli	1.Luiza Inocente e seu marido Antonio Battaglioni 2.Francisco Inocente, casado 3.Augusto Inocente, casado 4.Ernesta Inocente 5.Ana Inocente (falecida), foi casada com Joaquim da Silva Martello, representada pelos filhos: Odila da Silva Martello, Elizardo da Silva Martello, casado, Edgard da Silva Martello	1. um terreno com frente para a Rua dos Postes, medindo 104,40m frente x 44,50 fundos, confrontando de um lado com Ermelinda Cerrado, por outro e fundos com Luiz Augusto Borges de Almeida e outros, contendo plantações e uma casa em regular estado de conservação. 2. um terreno urbano na Rua Rio Grande do Norte, medindo 25m frente x 76,50m fundos, confrontando de um lado com João Inocente, de outro com João Tezo e fundos com Amadeu Inocente, terreno também existe uma pequena casa. Avaliação repondo-se aos valores de 1941: a) casa 5.300, terreno (considerando a sua localização distante) 31.350 b) casa 7.270, terreno 12.500.

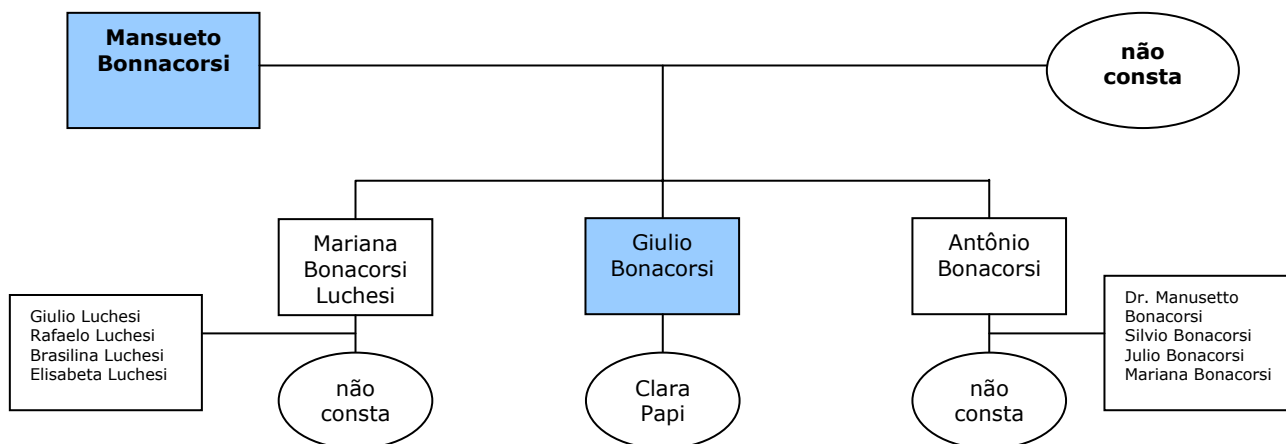
11.FAMÍLIA INNOCENTE

Título de Propriedade: Francisco Innocente – Lote 30A, Sede



Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
	Roza Innocente	Amadeu Innocente	<ol style="list-style-type: none"> 1. Amabile Innocente, casada com Humberto Cantini 2. Eugenio Innocente 3. Ângelo Innocente 4. Antonio Innocente 5. Elisa, casada com Antonio Rutori 6. [] 7. Luis 8. Emilia 9. Amelia 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Um lote de terreno situado na Primeira Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado com frente para a entrada da Fazenda Monte Alegre, onde existe uma pequena casa que esse lote ela declarante houve penhora de seu pai Ângelo Codognoto que está em comunhão com a viúva deste dona Elisabeth Zorzetto; 2. Meio lote de terreno vizinho àquele, situado no mesmo núcleo; 3. Três datas de terras no Bairro do Barracão, na rua Paraná sem número; 4. Uma casa de morada com o respectivo terreno à rua Rio Grande do Sul n.11; 5. Duas datas de terrenos onde tem anexo uma data. O declarante não deixou dívidas.
1965	Ângela Braghin Innocente	Luiz Innocente, falecido em 1965 aos 64 anos, filho de Amadeu Nocente e Rosa Codognoto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Hilario Nocente, casado com Regina Zandarin Nocente 2. Mario Nocente, casado com Helena Galina Nocente 3. Antonia Nocente Pavan, casada com Antonio Pavan 4. Santo Nocente, casado com Guiomar Nocente 5. Anivaldo Nocente, casado com Tereza Batistini Nocente 6. Doraci Nocente Gentil, casada com Aurélio Gentil 7. Iraldo Nocente, casado com Doralice Claro Nocente 8. Ademir Nocente, casado com Maria José C. Nocente 9. Waldir Nocente 	<p>Um prédio na Travessa Santa Catarina nº 42 (antiga Travessa Lages), localizado entre a Rua Santa Catarina e Rua Paraná, e seu respectivo terreno medindo 19m frente x 12m fundos, confrontando de um lado com Luiz Guelleri e fundo com Augusto Pim, imóvel adquirido por compra feita a Dina Lagnardo, pela importância de 7.000 cruzeiros.</p> <p>Avaliação em 1966: 2.109.500 cruzeiros.</p>

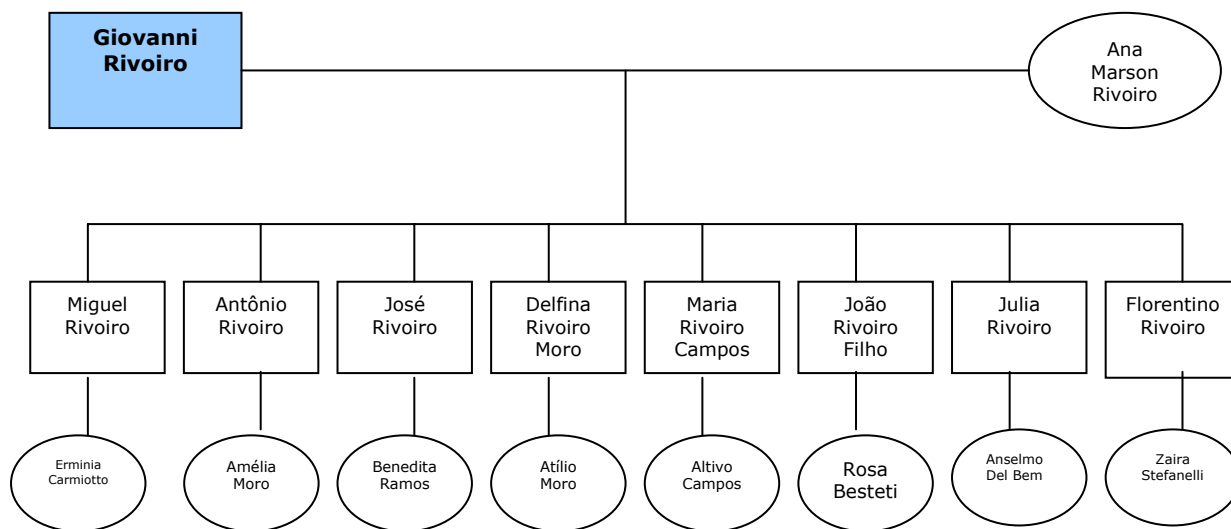
12.FAMÍLIA BONACORSI (BONNACCORCI)
Título de Propriedade: Antônio Bonacorsi – Lote 64, 2ª Seção
Concessionário: Mansueto Bonacorsi – Lote 7, 1ª Seção



Data	Inventariante	Invent.do	Herdeiros	Bens
1946	Brasilina Lucchesi, desquitada, residente em São Paulo, herdeira de Mariana, segundo o testamento deixado pela mesma	Mariana Bonacorsi (tia), falecida em Lucca, Itália, em 1943. Era filha de Mansueto Bonacorsi e irmã de Giulio	1. Brasilina Lucchesi (sobrinha) 2. Julio Bonacorsi (irmão)	Bens deixados em testamento de Mariana Bonacorsi à sobrinha Brasilina Lucchesi: 1. casa da Rua General Osório; 2. Casa em Gallicano, Itália, via Cavour n.21, que ficou para usufruto do irmão Giulio 3. Soma de 41.000 liras italianas Bens de Mansueto Bonacorsi inventariados que pertenciam a Mariana: a) o prédio nº 57 da Rua General Osório, edificado em terreno foreiro e que confronta com propriedades de Rafael Lucchesi, de José Branco e de Calisto Passalacqua. 10.000 cruzeiros; b) uma área aproximada de 181.500m ² , correspondente a mais ou menos 7,5 alqueires de terras na fazenda "Ribeirão Preto Abaixo", que pertenceu ao antigo Núcleo Colonial Antônio Prado, lugar conhecido por "Campos das Cruzes", havido em comum com Giulio Bonacorsi na partilha dos bens deixados por Mansueto Bonacorsi, somando 20 alqueires. A área confronta por cima com a antiga estrada de rodagem que vai até Jardinópolis, pelo lado de baixo com o córrego conhecido como córrego do "Baixadão" ou Córrego Grande, de um lado com propriedade que foi ou é de Felipe de Tal e de outro com propriedade que foi ou é de Felipe Barnabé. 12.000 cruzeiros ou 1.600 cruzeiros por alqueire.
1954	1. Julio Bonaccorsi Sobrinho, casado, agricultor, domiciliado em Batatais 2. Dr. Mansueto Bonaccorsi, brasileiro, médico, domiciliado em Casciana Alta, Pizza, Itália,	Giulio Bonacorsi , tio de Julio e Mansueto	Viúva – Maria Pappi Sobrinho 1. Sílvio Bonaccorsi Sobrinho 2. Julio Bonaccorsi Sobrinho 3. Mariana Bonaccorsi Irmão – Antonio Sobrinho, Julio Lucchesi Sobrinho, Rafael Lucchesi Sobrinho, Brasilina Lucchesi Sobrinho, Elisabeta Lucchesi Santa Casa de Ribeirão Preto	1. bens imóveis situados no município de Gallicano 2. uma casa na Rua Campos Sales nº 38 e a outra a Rua Álvares Cabral nº 61-63 e 63A, 3. fazenda "Boa Esperança" situada em Jardinópolis 4. crédito hipotecário originalmente contra Miguel João Salomão e hoje contra os seus herdeiros. 5. fazenda "Santa Teresinha" em Guará 6. casas de Bebedouro 7. o terreno em Gallicano, no lugar denominado "Bardarello" 8. soma de 800 contos e 30 mil réis 9. 30 mil liras

13.FAMÍLIA RIVOIRO

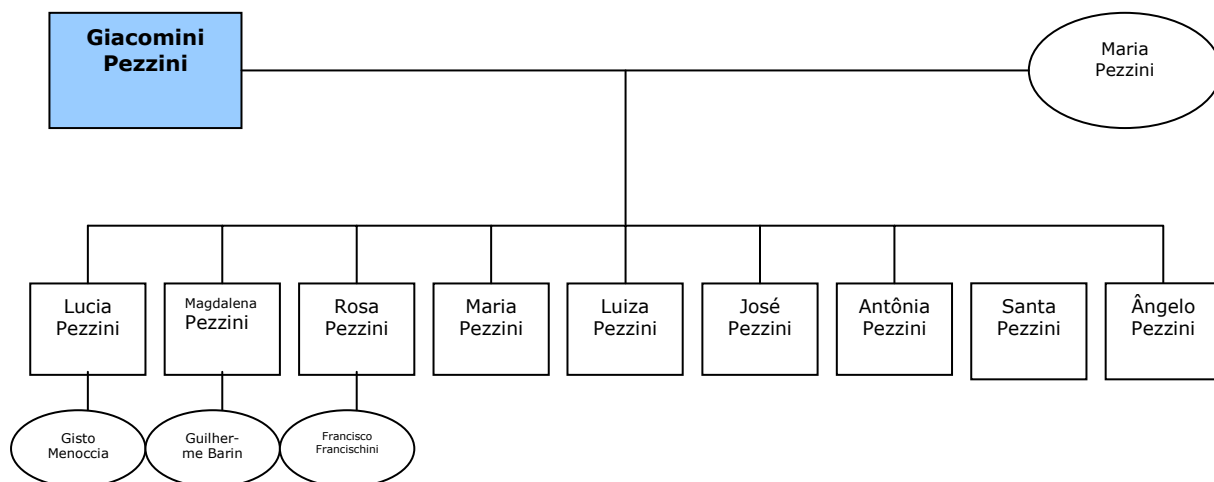
Título de Propriedade: **Giovanni Rivoiro** – Lote 1, Sede



Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1954	Ana Marson Rivoiro	João Rivoiro, lavrador, natural de Ozasso, Itália, falecido em 1952 com 80 anos	1. Miguel Rivoiro casado com Erminia Carmiotto Rivoiro; 2. Antonio Rivoiro casado com Amélia Moro; 3. José Rivoiro casado com Benedita Ramos Rivoiro; 4. Delfina Rivoira Moro casada com Atilio Moro; 5. Maria Rivoiro Campos casada com Altivo Campos; 6. João Rivoiro Filho casado com Rosa Besteti; 7. Julia Rivoiro viúva de Anselmo Del Bem; 8. Florentino Rivoiro casado com Zaira Stefanelli.	1. Um sitio á margem direita do Córrego das Cruzes, no Campo das Cruzes com 9 alqueires mais ou menos de terras, e constituído de terras de cerrados baixos, de terceira qualidade, aproveitável somente para pasto, considerando a distancia e a qualidade das terras, foi avaliado por Cr\$ 25.000,00 o alqueire e os 9 alqueires por 225.000,00; 2. Um deposito na Caixa Econômica do Estado, conforme caderneta expedida, sob nº 20665, com um saldo de Cr\$ 264,90 e respectivos juros. Possui dividas passivas de: Cr\$ 9.158,00 relativas ao funeral.

14. FAMÍLIA PEZZINI

Título de Propriedade: **Giacomini Pezzini** – Lote 1, 1ª Seção



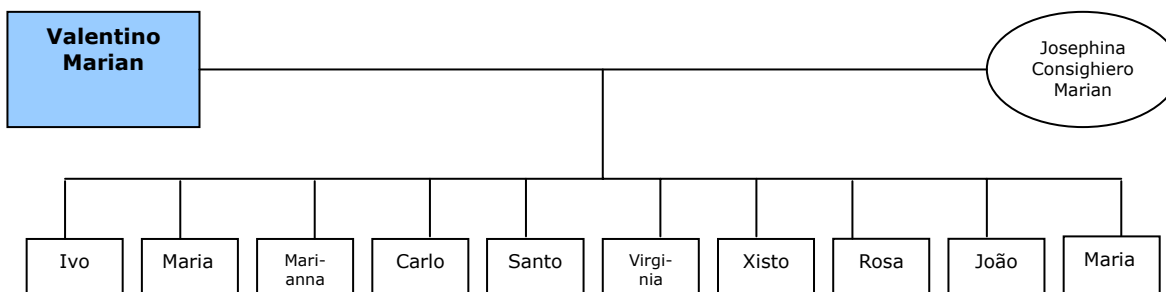
Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1902	Maria Pezzini	Giacomini Pezzini	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lucia casada com Gisto Menocchia; 2. Magdalena casada com Guilherme Barin; 3. Rosa casada com Francisco Francischini; 4. Maria; 5. Luiza; 6. José; 7. Antonia; 8. Santa; 9. Ângelo. 	Um lote de terra, nº 1 da 1ª secção do Núcleo Colonial Antonio Prado com área de 85.200m ² , que confronta com propriedade de Ângelo de tal, com Antonio Augusto de Franco, com uma casa de morada muito estragada, e um pequeno paiol, tudo avaliado por 2:000\$000.

15. FAMÍLIA MARIAN

Título de Propriedade: Valentino Marian – Lote 21, 2ª Seção

Título de Propriedade: Carlo Marian – Lote 22, 2ª Seção

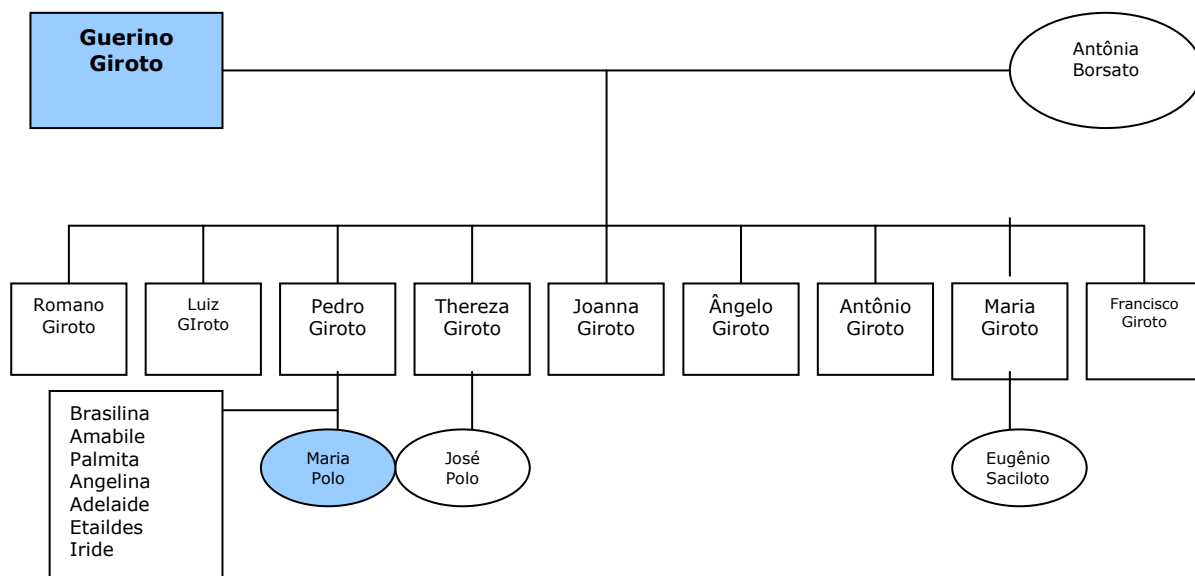
Título de Propriedade: Olivo Marian – Lote 23, 2ª Seção



Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1902	Josephina Consighiero Marian	Valentino Marian, italiano, falecido em 1901 aos 59 anos	1. Ivo Marian, 2. Maria Marian; 3. Mariana Marian; 4. Carlo Marian; 5. Santo Marian; 6. Virginia Marian; 7. Xisto Marian; 8.. Vera Marian; 9. João Mrain; 10. Maria.	1. Três lotes de terras no núcleo colonial Antonio Prado, na 2ª secção, sob nº 21, 22 e 23, por 3:000\$000; 2. Duas vacas com cria a 100\$000 cada uma, dando total de 200\$000; 3. Três ditas, sem cria, a 70\$000 cada uma, total de 210\$000; 4. Um touro [] por 100\$000; 5. Uma novilha por 40\$000; 6. Duas bezerras por 60\$000; 7. Um cavalo [] por 60\$000; 8. Uma casa coberta de telhas por 200\$000.

16.FAMÍLIA GIROTO

Título de Propriedade: Guerino Giroto: Lote 6, 2ª Seção

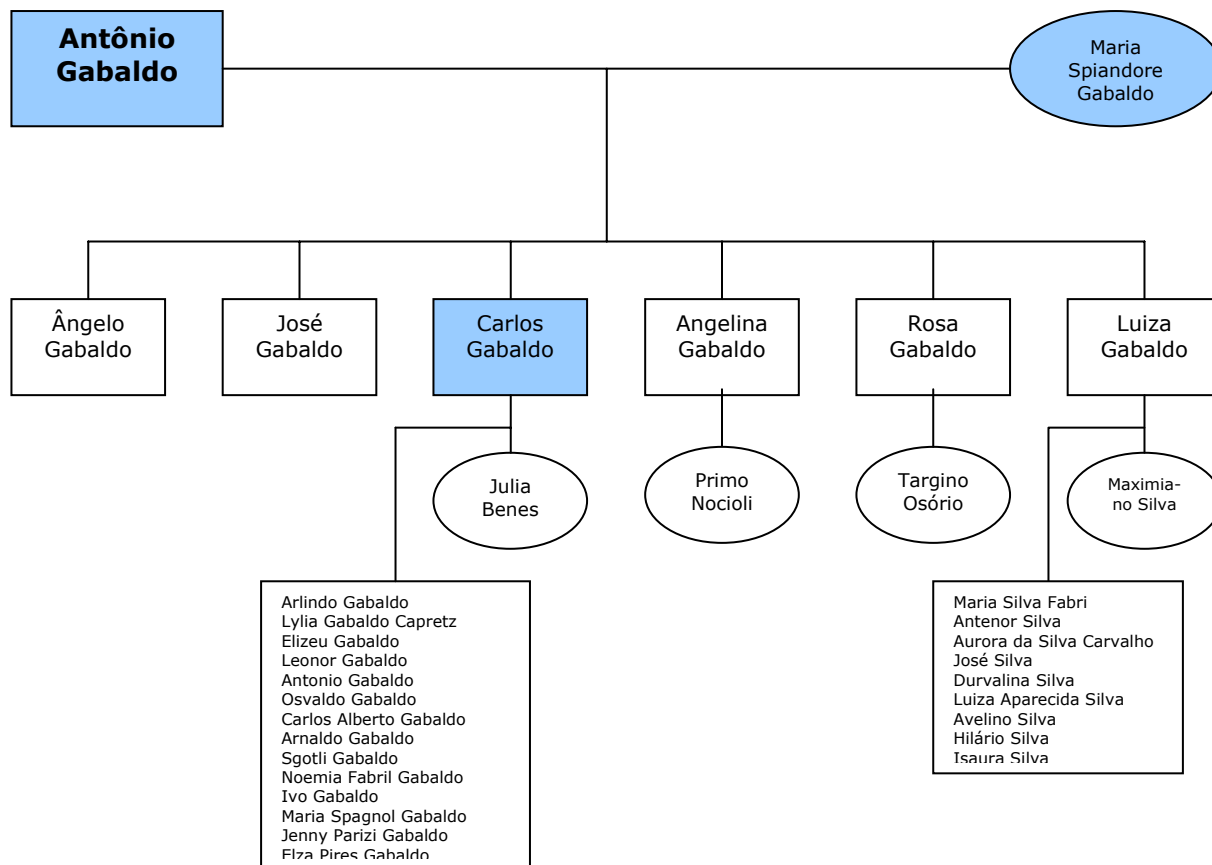


Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1927	Antônia Borsato Giroto, casada com Guerino Giroto na Itália. Ela era natural de Treviso, falecida em 1945 aos 89 anos.	Guerino Giroto, falecido em 1927	<ol style="list-style-type: none"> 1. Romano Giroto 2. Luiz Giroto 3. Pedro Giroto 4. Thereza Giroto (falecida em 1931 aos 43 anos) casada com José Polo 5. Joanna Giroto, falecida casada que foi com José trigueri, representada por sua filha menor impúbere Leonilda Trigueri, de 7 anos 6. Ângelo Giroto 7. Antônio Giroto 8. Maria Giroto cassada com Eugenio Saciloto 9. Francisco Giroto, italiano 	<p>Os bens referidos são no valor de 10:000\$000 (dez conto de réis) mais ou menos.</p> <p>1. Uma pequena casa à rua Acre nº 14 construída de tijolos, coberta de telhas. Com seu respectivo terreno que mede Seiscentos (600) metros pela rua Espírito Santo por cem (100) ditos pela rua Acre contendo ainda em dito terreno que é todo cercado, uma pequena casa em mau estado, bens esses situado nesta cidade de Ribeirão Preto, nucleo colonial Antônio Prado; Mandato de Avaliação: uma pequena casa á rua Acre nº 14 construída de tijolos e coberta de telhas avaliado em 500\$00 (quinhentos mil réis); uma outra casa á rua Espírito Santo construída de tijolos e coberta de telhas, tendo como [] uma cocheira e um pequeno paiol e como benfeitorias algumas árvores frutíferas 5:000\$000 (cinco conto de réis) o respectivo terreno todo cercado com cercas de arames, medindo 600m de extensão pela rua Espírito Santo e 100m pela rua Acre, confrontando com Guerino Giroto rua Acre, rua Espírito Santos e seguimento da rua Pernambuco situado nesta cidade distrito e município de Ribeirão Preto por 10:900\$000 (dez contos e novecentos mil réis). Somando tudo 16:400\$000 (dezesseis contos e quatrocentos mil réis).</p> <p>2. Um terreno medindo 115m pela rua Espírito Santo por 50m pela rua Acre e André Rebouças confrontando com Ângelo Três e as citadas ruas, cujo terreno contém de acordo com a praxe desta cidade o numero de 16 datas avaliadas a razão de 300\$000 cada uma dessas datas e todos pela quatia de réis 4:800\$000;</p> <p>3. Três burros, uma carroça arreada e duas vacas.</p> <p>Mandato de Avaliação: 3 Burros a 200\$000 cada um; 1 carroça arreada por 400\$000; 2 vacas a 150\$000 cada uma.Total 1:300\$000.</p>

1950	Pedro Giroto, italiano, viúvo de Maria Pólo, filho de Guerino Giroto, que falecera em 1927 e Antônia Borsato Giroto, falecida em 1945	Maria Pólo Giroto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Brasilina Giroto Ramos, casada com Joaquim Ramos 2. Amabile Pedreschi, casada com Ângelo Egydio Pedreschi 3. Palmita Giroto Domiciano, casada com Pedro Domiciano 4. Angelina Giroto Zilioto, casada com Antonio Zilioto 5. Adelaide Giroto Marcarian, casada com Marcos Marcarian (armênio) 6. Etaildes Giroto 7. Iride Giroto. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. a metade do lote de terra nº 1 na Rua Acre esquina com Rua Espírito Santo, medindo todo o terreno 50m frente x 115m fundos, confrontando de um lado com quem de direito e pelos fundos com a Rua André Rebouças, metade de terra havida pelo inventariante por herança de seu finado pai Guerino Giroto, metade esta que deve ser inventariada, a outra metade pertence exclusivamente ao inventariante pois havida a morte da inventariada. 2. as casas nº 18, 20, 22 atuais 650, 658, 662, 670, 680 da Rua Luiz Gama, edificadas em um só terreno que mede 30m frente x 44m fundos, confrontando de um lado com Justino Nicola, de outro com a Vila América e pelos fundos com a estrada de ferro São Paulo-Minas. 3. um terreno na Rua Capitão Salomão, medindo 13,60m frente x 30m fundos, no qual o inventariante construiu após falecimento da "de cujus" um prédio sob nº 349, confrontando de um lado com João Tonioli, de outro com Leopoldo de tal e pelos fundos com Justino Nicola. 4. um terreno na Avenida Saudade nº 375 (Antiga Rua Saldanha Marinho n. 23) medindo 14m frente x 30m fundos, no qual o inventariante construiu após falecimento da "de cujus" um barracão. 5. casa e terreno na Rua Padre Euclides nº 99 atual 756, medindo o terreno 10m frente x 22m fundos, confrontando de um lado com Guerino Rochetti, de outro com Salvador de tal e pelos fundos com quem de direito. 6. casa e terreno na Rua Pará nº 379 (antiga Avenida do Lazareto) medindo o terreno 20m frente x 50m fundos, confrontando de um lado com Pedro Colinia, de outro com José de tal e pelos fundos com herdeiros de Albino Leite. 7. lotes de terras nº 18 e 19 da quadra 125 da Vila Elisa na Rua Itanhaem, medindo cada 10m frente x 34m fundos; os imóveis descritos nas letras b, c, d, e, f, g foram comprados de Quarto Bertoldi e sua mulher. 8. um prédio na Rua Silveira Martins nº 365, edificado posteriormente a morte da inventariada. <p>1950 - Termo de renuncia: todos os herdeiros renunciaram suas quotas da respectiva herança.</p>
------	---	-------------------	---	---

17.FAMÍLIA GABALDO

Título de Propriedade: Santo Gabaldo - Lote 17, 1ª Seção



Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1934	Maria Spiandore Gabaldo, casada com Antonio Gabaldo em Vincenza, Itália	Antonio Gabaldo , lavrador, natural de Pádua, Itália, falecido em 1934 aos 75 anos, filho de Lourenço Gabaldo e Magdalena Veronesi	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ângelo Gabaldo; 2. José Gabaldo; 3. Carlos Gabaldo; 4. Angelina Gabaldo casada com Primo Nocioli; 5. Rosa Gabaldo casada com Targino Ozrio; 6. Luiza Gabaldo, falecida, casada que foi com Maximiano Silva, também falecido, deixa os seguintes filhos (netos do inventariado): Marai da Silva casada com Ricieri de tal, Guilherme da Silva, Antenor da Silva, Aurora da Silva casada com Pedro de tal, José da Silva, Durvalina da Silva, Avelino da Silva e Isaura. 	Dois lotes de terras no bairro do Barracão, no núcleo colonial Antonio Prado, lotes esse sob nº 15 e 16 cujas confrontações são as seguintes: <ol style="list-style-type: none"> 1. O lote nº 15 da Primeira Seção com área de 46.176m², confrontando esse lote, no qual existe uma casa residencial, pela frente com a rua Espírito Santo, de um lado com a Viúva Inocente de outro com o lote 16 e pelos fundos com uma rua em aberto. Lote esse adquirido por Lourenço Gabaldo, pai do inventariado, do governo do Estado em 1891, pelo valor de 76\$652, dando o valor atual de 5:000\$000; 2. O lote nº 16 da Primeira Seção com área de 54.201m², confrontando atualmente pela frente com a rua Espírito Santo, de um lado com o lote 15, do outro com Luiz Trevisan e pelos fundos com quem de direito, existindo dentro dele uma pequena casinha, foi adquirido pelo inventariado pelo governo do Estado em 1891 pela importância de 89\$993, dando o valor atual de 5:000\$000.
1936	Carlos Gabaldo (filho)	Maria Spiandore Gabaldo , natural da Itália, que faleceu e havia sido casada com Antônio Gabaldo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ângelo Gabaldo; 2. José Gabaldo; 3. Carlos Gabaldo; 4. Angelina Gabaldo Nocioli, casada com Primo Nocioli; 5. Rosa Gabaldo Osório, casada com Targino Osório; 6. Luiza Gabaldo (falecida, repres. pelos seus filhos Maria Silva Fabri, Guilherme Silva, Antenor Silva, Aurora da Silva 	Lote nº 16 do Núcleo Colonial Antônio Prado, Segunda Seção, no lugar denominado bairro do Barracão na Rua Espírito Santo, com área de 54.201 m ² no valor de 5:000\$000 (cinco contos de réis). O lote faz limite de um lado com o lote nº 15, de herdeiros de Antônio Gabaldo e de outro com Luiz Trevisan. Residente à rua Espírito Santo sem número

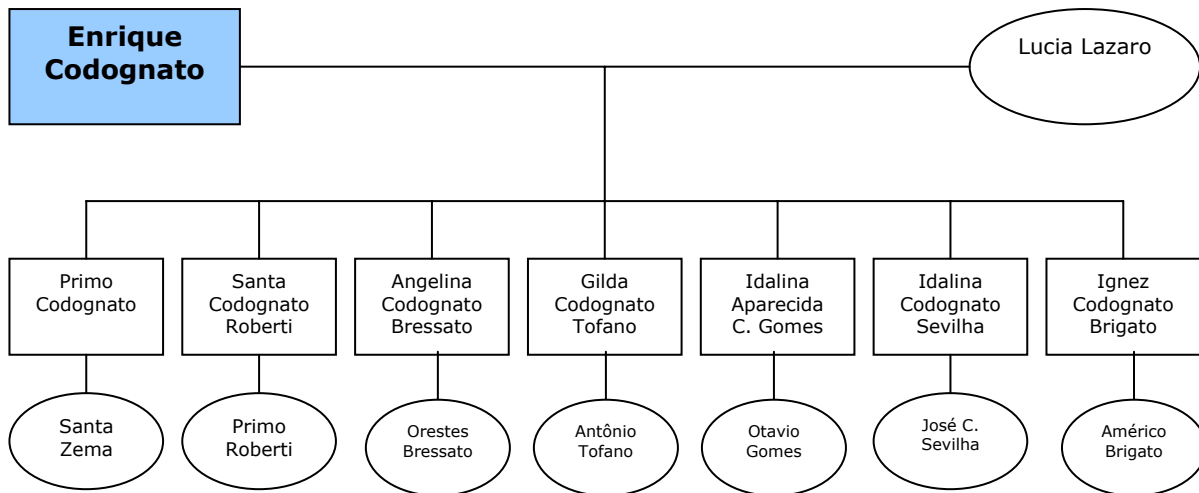
			Carvalho, casada com Pedro Carvalho, José Silva, Durvalina Silva, Luiza Aparecida Silva, casada com Nelson Cardoso Durvalino Silva, Hilario Silva, Isaura Silva)	
1959	Fazenda do Estado de São Paulo	Orlando Gabaldo	Maria Aparecida Gabaldo (filha), Laura Bovo Gabaldo (viúva)	A Fazenda do Estado dando ao presente o valor de 10.000 cruzeiros. Uma parte ideal no valor de 287,49 cruzeiros, no prédio da Rua Dois de Julho antigo nº 9, com respectivo terreno medindo 32m x 12m pela Rua Dr. Loiola, confrontando de um lado com Ângelo Gebelin, de outro com Abílio Ferreira. Avaliação em 1960: 56.400 cruzeiros.
1961	Julia Benes Gabaldo	Carlos Gabaldo , lavrador, natural desta comarca, falecido em 1942 aos 52 anos, filho de Antonio Gabaldo e Maria Splendor	1. Arlindo Gabaldo 2. Lylia Gabaldo Capretz 3. Elizeu Gabaldo 4. Leonor Gabaldo 5. Antonio Gabaldo 6. Osvaldo Gabaldo 7. Carlos Alberto Gabaldo 8. Arnaldo Gabaldo 9. Sgotli Gabaldo 10. Noemia Fabril Gabaldo 11. Ivo Gabaldo 12. Maria Spagnol Gabaldo 13. Jenny Parizi Gabaldo 14. Elza Pires Gabaldo	Carlos Gabaldo, cujos bens estão sendo arrolados no presente processo, adquiriu juntamente com seu irmão Angelo Gabaldo, um prédio situado nesta cidade no bairro do Barracão a Rua Rio Grande do Sul, nº 23, antigo prédio esse construído de tijolos, e coberto de telhas, com tres janelas de fentre e cinco cômodos, inclusive cozinha, edificado em um terreno que mede trinta e um metros e dez centímetros de frente por quarenta ditos de frente aos fundos, todo cercado a frente de arame, confrontando-se e dividindo-se pela frente com a Rua Rio Grande do Sul, de um lado a Rua Paraná, onde faz esquina, de outro com a propriedade de Bernado Neves e fundos com Bernardo Clemente. Esta compra foi feita a Dona Rosa Inocente e outros. Com o falecimento de Ângelo Gabaldo, ocorrido nesta cidade no dia 1º de dezembro de 1938, em estado solteiro, sem deixar testamento ou qualquer disposição de ultima vontade, e não deixando herdeiros colaterais, coube a Carlos Gabaldo, seu irmão, a tarefa de inventariante dos bens deixados e assim, passou a ter posse e propriedade de todo o imóvel acima descrito, cuja metade já lhe pertencia. O formal foi registrado no livro 3-B de transcrição das transmissões sob nº da ordem 6.531 a fls 249, no dia 12 de dezembro de 1939. Através de transações havidas, foram vendidas do imóvel inicial, vinte metros e noventa centímetros de frente por dez metros de fundos, restando por ocasião da morte de Carlos Gabaldo, ocorrido em 18 de novembro de 1942, dez metros e vinte centímetros de frente por trinta metros de fundo do imóvel, que é tão somente o que se pretende arrolar. O espólio não tem dividas a pagar. Julia Benes Gabaldo e seus filhos, no processo de arrolamento dos bens deixados por morte de seu pai, marido e sogro Carlos Gabaldo, dizem que desistem, como de fato desistido tem de sua meação e quinhão hereditários a favor do herdeiro Eliseu Gabaldo, casado com Elza Pires Gabaldo, requerido se digne determinar que todos os bens do espólio constantes da declaração junto aos autos sejam atribuídos ao herdeiro aludido que ficará com a responsabilidade do pagamento dos impostos e custas do processo. Obs: valor 350.910,00 – Escritura de Cessão e Transferência de Direitos de Meação e Hereditário – traslado pertence a Eliseu Gabaldo.
1969	Maria Spagnol Gabaldo e seu marido Oswaldo Gabaldo, ambos brasileiros	Antônio Spagnol, lavrador, falecido em 1937 aos 40 anos, por hemorragia interna causada por ferimento a bala, e Tarcelina Curtarello Spagnol, falecida em 1969 aos 74 anos	1. Maria Spagnol Gabaldo, casada com Oswaldo Gabaldo 2. Ana Spagnol Bortoletto, casada com Alcides Bortoletto 3. João Spagnol, casado 4. Arlindo Spagnol, casado	Prédios situados na Rua Rio grande do Sul nº 237, 243 e casa 1, com o respectivo terreno que mede 75 palmos frente x 341 palmos fundos, havido por compra feita a Alexandre Paschoalin e sua mulher. (terreno em mts 16,60m x 75m). Foi avaliado o imóvel pela Prefeitura Municipal – NCR\$ 8.800 (terreno 2.303, casa 6.577) Obs.: Aparece Hespanhol e Spagnollo

18. FAMÍLIA CODOGNATO

Título de Propriedade: Giovanni Codognato- Lote 11, 1ª Seção

Título de Propriedade: Lorenzo Codognato- Lote 4, Sede

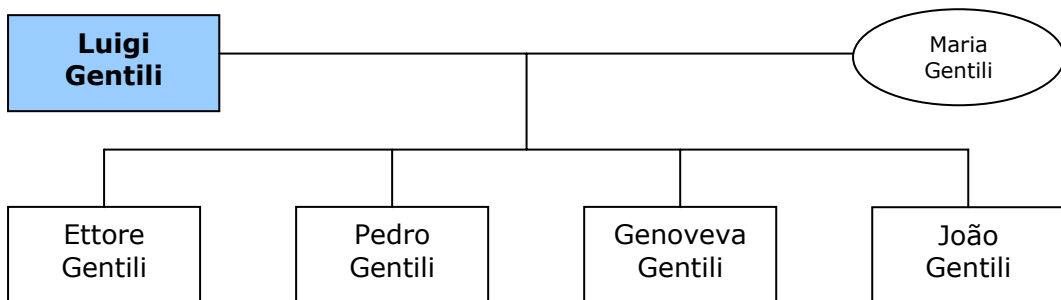
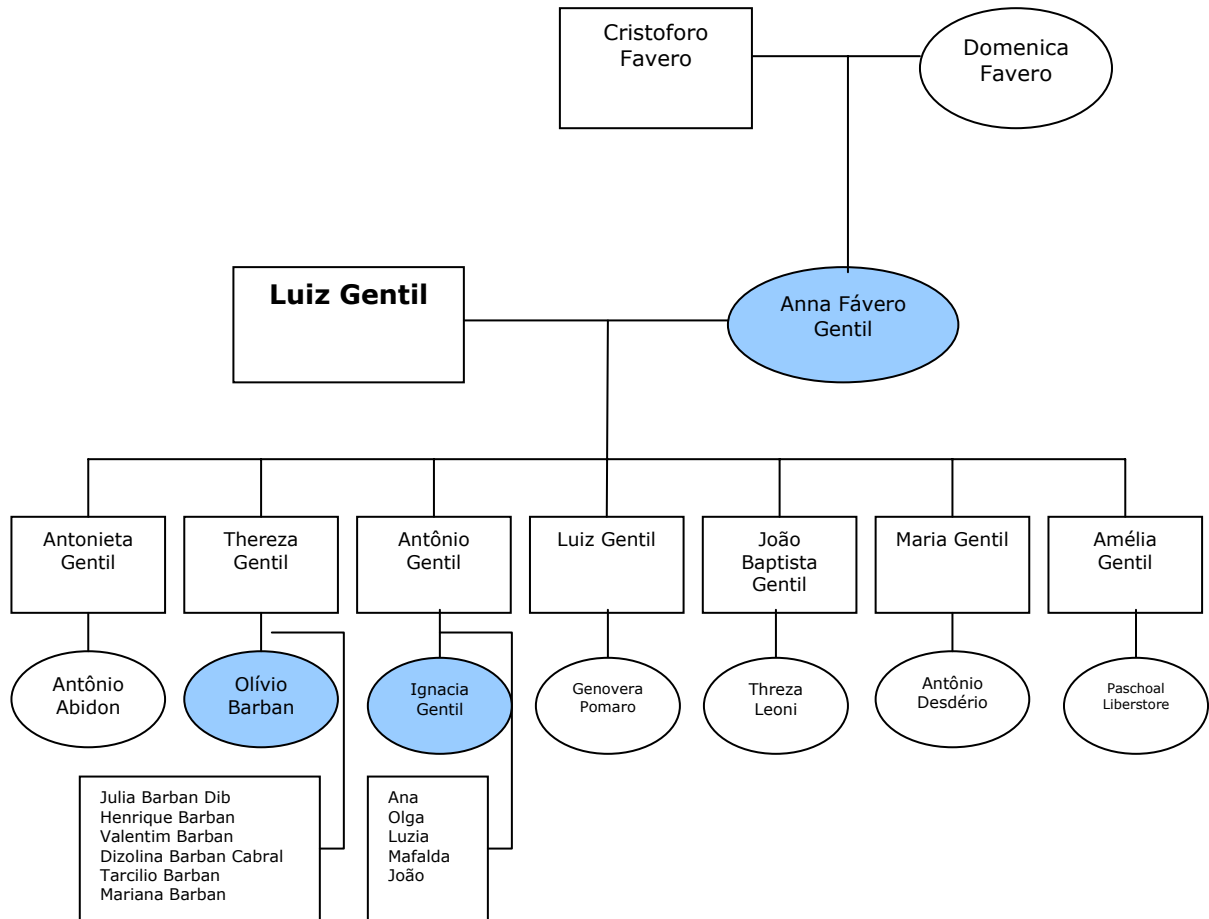
Título de Propriedade: Giovanni Codognato- Lote 9, 3ª Seção



Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1950	Lucia Lazara Codognato	Enrique Co-dognato, carroceiro, natural de Vicenza, Itália, falecido em 1949 aos 60 anos	1. Primo Codognato casado com Santa Zema Codognato; 2. Santa Codognato Roberti casada com Primo A. Roberti; 3. Angelina Codognato Bressato casada com Orestes Bressato; 4. Gilda Codognato Tofano casada com Antonio Tofano; 5. Idalina Aparecida C. Gomes casada com Otavio Gomes; 6. Idalina Cognato Sevilha casada com José C. Sevilha; 7. Ignes Codognato Brigato casada com Américo Brigato.	1. Um terreno, sito nesta cidade, no Bairro Barracão, Primeira Circunscrição desta comarca, localizado nos fundos do quarteirão compreendido entre as ruas: Pará - Mato Grosso - Baía - Maranhão, todo cercado a arame, servido por uma travessa de de 12,00m por 40,00 ditos mais ou menos pela Rua Mato Grosso, medindo dito terreno em sua totalidade 26,00m de frente por 18,70 ditos de fundos, confrontando em sua integridade com referida travessa e sucessores de Felipino de Tal, com sucessores de Giuseppe Boneco vulgo "Brejão", com sucessores de Henrique Codognato (espólio) e com quem mais de direito - imóvel esse adquirido pelo "de-cujus", em maior porção, por compra feita a Antonio Codognato, conforme escritura pública lavrada nas notas do 4º tabelião desta cidade, em 31 de dezembro de 1925 e devidamente transcrito no Registro Geral de Hipotecas e Anexos da Primeira Circunscrição desta comarca, livro 3-V sob nº de ordem 15.448, as fls 110, em 29 de janeiro de 1925. Obs: avaliação do terreno CR\$ 30.000,00, venda e compra do espólio Henrique Codognato a José Mario de Moraes no valor de CR\$ 168.000,00. 2. um prédio e respectivo terreno, sito nesta cidade, a Rua André Rebouças, nº 1095, com 52 metros de frente, construído de tijolos e coberto de telhas, com 7 cômodos e mais 2 cômodos de tijolos e coberto de telhas, com digo telhas, no quintal, separado da casa, adquirido por escritura publica lavrada no 4º Tabelionato e transcrito no livro 3-1 a fls 123, nº 9157 no Cartório de Registros da 1ª circ. da comarca. 3. um prédio e respectivo terreno nesta cidade, no bairro do Barracão a rua Baía nº 452 e 442, antigos 28 e 28A, com 26,50 metros de frente para a citada rua por 26 metros de um lado, onde confronta com um corredor, e 22,80 metros nos fundos, em linha reta, e mais 7,20 metros de forma irregular, no canto, onde confina com o referido corredor, prédio este dividido em dois, com 8 cômodos ao todo, construído de tijolos e coberto de telhas, adquirido por escritura pública lavrada no 4º Tabelionato local e registrado sob nº 15.488 no livro 2-U, a fls 110 no cartório da 1ª circ. desta comarca. 4. um prédio e respectivo terreno, na Rua André Rebouças sob nº 752, com 13,15 mts de frente com a citada rua, por 26,50 mts de fundos e confrontando de um lado com Luiz Giroto, e de outro e dundos com Primo Roberto, prédio esse de 3 cômodos, construído de tijolos e coberto de telhas, laudo por escritura pública registrado sob nº 11.258, no livro 3-P. fls 60, no Cartório de Registro da 1ª circ. da comarca. 5. a importância de CR\$ 1.818,40 em dinheiro, referente a aposentadoria, retirada na IAPETEC, e não recebida em vida pelo segurado.

19.FAMÍLIA GENTIL

Título de Propriedade: Fiorando Gentil- Lote 5, 3ª Seção

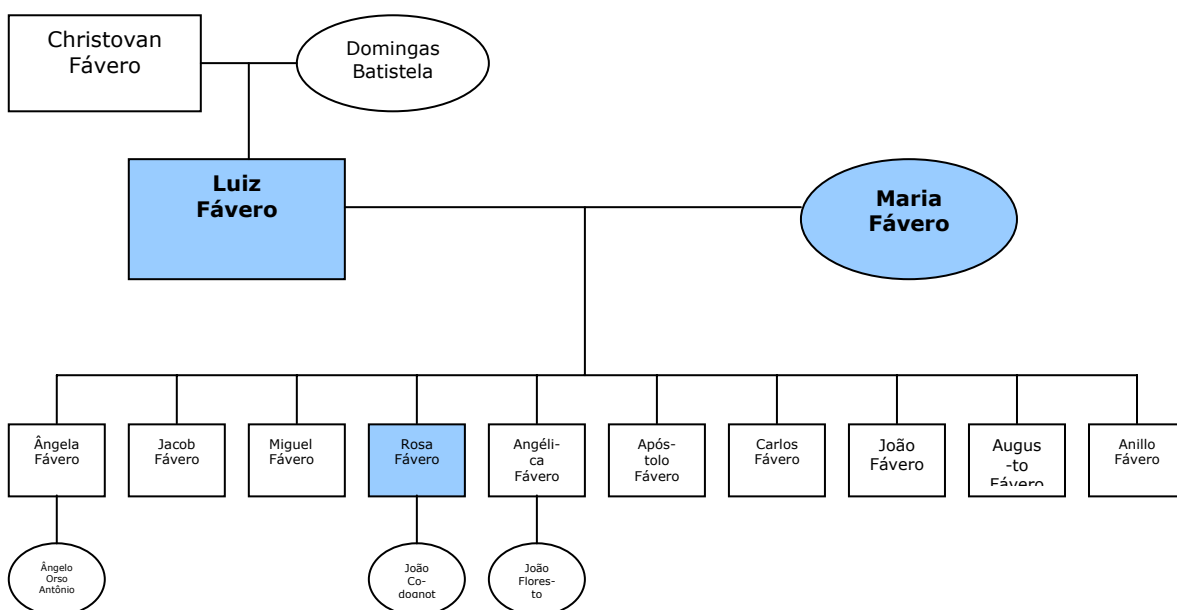


Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1935	Luiz Gentil	Anna Gentil , natural de Rovigo, Itália, filha da Christoforo Favero e Domenica Favero, falecida em 1935 aos 75 anos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Antonietta Gentil Abidon casada com Antonio Abidon; 2. Thereza Borban casada com Olívio Borban; 3. Antonio Gentil casado com Ignacia Doglianique; 4. Luiz Gentil casado com Genoveva Pomaro; 5. João Baptista Gentil Casado com Thereza Leoni; 6. Maria Gentil casada com Antonio Desderio; 7. Amélia Gentil casada com Paschoal Liberstore. 	Duas pequenas casas, de três cômodos cada uma, a rua Pernambuco nº 2 e 10 do atual emplacamento municipal, com o respectivo terreno em comum, bastante irregular, medindo mais ou menos 350m de frente e tendo ao todo um alqueire e pouco, mais ou menos, sendo atravessado por um rego d'água, confrontando pela frente com a dita rua Pernambuco de um lado com a estrada de ferro São Paulo e Minas de outro lado com a Olívio Urbano e nos fundos com Pedro Bianchi e quem mais de direito, no bairro do Barracão avaliado por 8:000\$000
1953	Antonio Gentil, viúvo, operário	Ignacia Gentil , industrial, nascida em São Paulo SP, falecida em 1955 aos 42 anos, filha de Paulo Dohanik e Victoria Dohanik	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ana Gentil 2. Olga Gentil 3. Luzia Gentil 4. Mafalda Gentil 5. João Gentil 	<ol style="list-style-type: none"> 1. um prédio na Rua Pernambuco nº 209, construído pelo casal do inventariado, com três cômodos, ladrilhado, com respectivo terreno medindo 20m frente x 64m fundos, confrontando de um lado com Ana Gentil, por outro com imóvel que pertenceu a Ana Gentil e que pertence a Municipalidade de Ribeirão Preto como acervo da antiga Empresa de Água e Esgoto. 2. um prédio localizado em terreno remanescente de uma chácara que ligada ao imóvel anterior pelos fundos, com frente para a Rua Pedro II, sendo o prédio de construção antiga, tijolado, sem forro e em mau estado de conservação, medindo 8.365m². 3. um terreno em forma de cunha encravado entre o imóvel acima e terrenos que pertencem a Pedro Bianchi ou seus sucessores, com área de 3.500m, cuja maior porção vai ser absorvida com o prolongamento da Rua Pedro II, estimado pelo inventariante em 20.000 cruzeiros.
1945	Tereza Gentil Barban	Olívio Barban , italiano, carroceiro, falecido em 1937 aos 51 anos, filho de Valentin Barban e Mariana Scrococo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Julia Barban Dib, casada com Elias Dib 2. Henrique Barban 3. Valentim Barban 4. Dizolina Barban Cabral, casada com Pedro Cabral 5. Tarcílio Barban 6. Mariana Barban 	Uma quarta parte de um terreno situado na Rua Pernambuco, medindo 95,50m frente x 220m do lado que divide com a Estrada de Ferro São Paulo e Minas x 216m de outro que confronta com Pedro Bianchi e com o quinhão dos herdeiros Antonio, Luiz e João Baptista Gentil x 83m pelos fundos onde confronta com quem de direito.
1916	Maria Gentili	Luigi Gentili	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ettore Gentili 2. Pedro Gentili 3. Genoveva Gentili 4. João Gentili 	Três e meio alqueires de terras no bairro do Barracão onde existe uma casa de morada, rancho e outras benfeitorias, sem importância [] ao serviço da casa, que existem plantadas nas suas aludidas terras, [] mil pés de café.

20. FAMÍLIA FAVERO

Títulos de Propriedade:

1. Giordano Fávero – Lote 12, 1ª. Seção
2. Francisco Fávero – Lote 7, 2ª. Seção e Lote 3, Sede
3. Fortunato Fávero – Lote 1A, Sede
4. Giuzué Fávero – Lote 10, 2ª. Seção



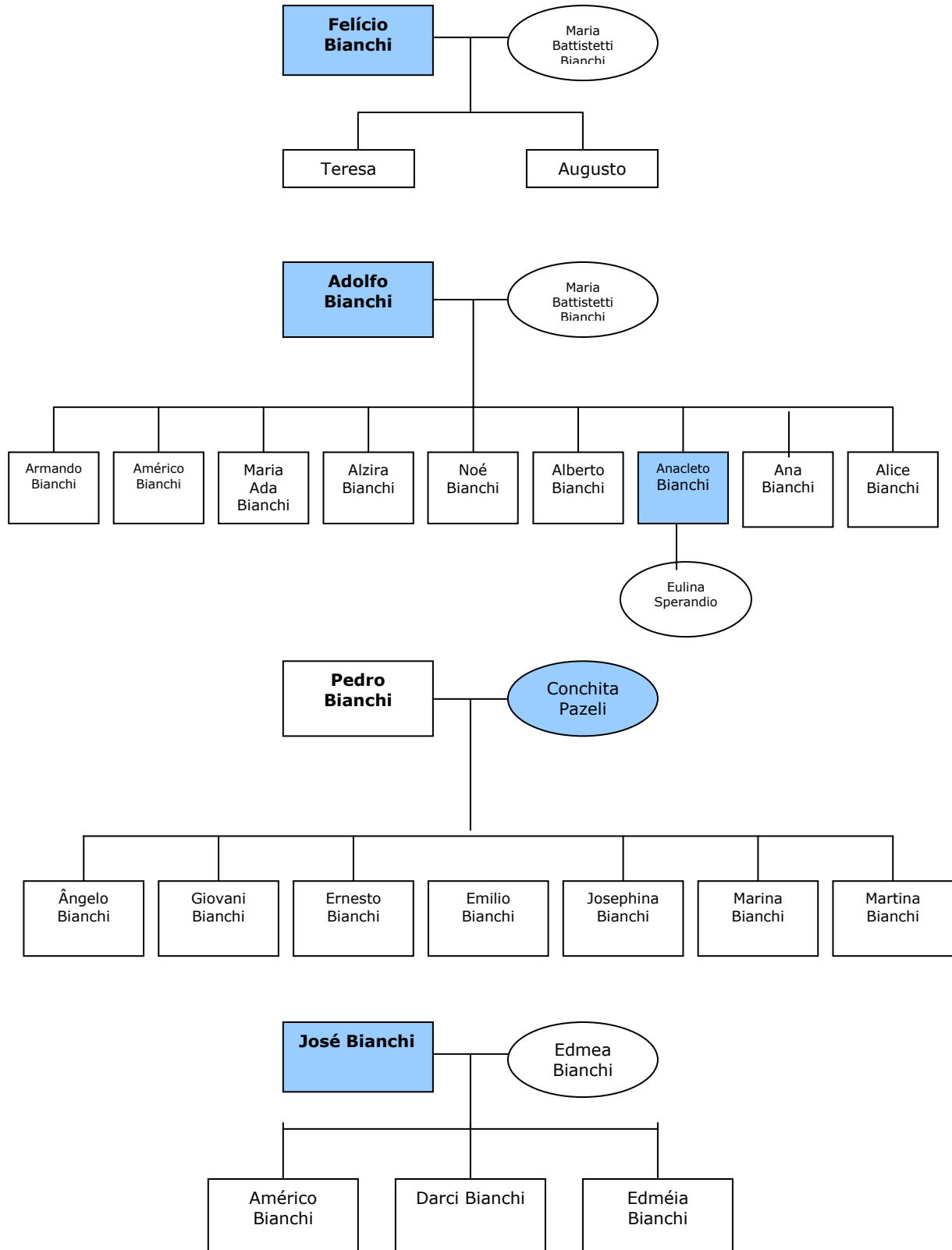
Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1936	Anilo Favero	Maria Favero e Luiz Favero , falecida em 1936. Este era italiano, falecido em 1926 aos 66 anos, filho de Christovan Favero e Domingas Batistela, casado com Maria Favero.	1. Angela Favero, casada com Angelo Orso Antonio; 2. Jacob Favero, casado; 3. Miguel Favero, casado; 4. Rosa Favero, casada com João Codognoto; 5. Angélica Fávero, casada com João Floresto; 6. Apostolo Favero (falecido, repres. pelos menores Mario Favero, (4 anos); Rubens Favero (3 anos) e Eunice (2 anos); 7. Carlos Favero, casado; 8. João Favero, casado; 9. Augusto Favero, maior, solteiro; 10. Annilo Favero, maior, casado.	1. Uma área de 18 alqueires de terras, mais ou menos, situado na Segunda Seção do Núcleo Colonial Antônio Prado, no lugar denominado "Córrego Secco" dos quais 6 alqueires mais ou menos em varjão e o restante em capoeira, contendo uma pequena casa em muito mau estado de conservação, um pequeno curral também em mau estado e pequenas benfeitorias, confrontando pela frente com o caminho particular por um lado com João Bevilacqua, e outro com Herculano Fernandes e Mansueto Bonacorsi por um caminho particular que dá acesso ao referido imóvel, caminho esse que vai desembocar na estrada do Campo das Cruzes cujo valor é de 9:000\$000 e pelos fundos com o córrego Ribeirão Preto, área de terras essa que foi havida pelo "finado Luiz Favero, conforme as transcrições nos 9018,9075,10740 e 11867, feitas no registro geral desta comarca"; 2. Uma chácara sita nesta cidade de Ribeirão Preto no Bairro Barracão, à rua Acre nº 06, com área de três alqueires mais ou menos contendo um paiol e concheira no quintal e algumas árvores frutíferas, com o seu respectivo terreno que tem a área de três alqueires mais ou menos atravessado pelo leito da estrada de Ferro do Ramal de Sertãozinho, confrontando pela frente com a citada rua, de um lado com a Geronimo Augusto Barbosa, de outro com

				<p>Marino Paterlino e herdeiros de José Codonhoto e fundos com João Soares de Oliveira cujo imóvel avaliarão em 2:750\$000.</p> <p>3. O terreno contém uma casa de moradia, uma cocheira e outras pequenas benfeitorias, e foi havida pelo finado Luiz Favero, conforme Título de Propriedade fornecido pelo Governo do Estado de São Paulo, em 16 de Dezembro digo de Novembro de 1891, e conforme transcrição feita no Registro Geral desta comarca sob nº de ordem 6536.</p> <p>Total de bens 11:750\$000.</p> <p>Dívidas: não havia dívidas nem activas nem passivas.</p> <p>Obs</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Maria Fava, residente à Rua Acre n. 6. 2. O casal era proveniente da Itália. 2. Anillo Favero, analfabeto, assina Maria P. Pavan
1956	João Codognoto	Rosa Favero Codognoto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dionísio Codognoto e sua mulher Gelsumina Paterlini Codognoto 2. Antonia Maria Codognoto Ferracini (falecida), casada com Anacleto Ferracini 3. Horacio Codognoto e sua mulher Lourdes Lourenço Codognoto 4. Reinaldo Codognoto e sua mulher Isaura Codognoto 5. Pedro Codogoto e sua mulher Dirce Ferreira Codognoto 6. Oscar Codognoto e sua mulher Audomia Fechini Codognoto 7. Leonilda Luzia Codognoto, menor 	<ol style="list-style-type: none"> 1. um terreno que mede 47m x 52,10m x 51,50m, dividindo com Eugenio Codognoto, José Fávero, Luiz Fávero e a Estrada de Ferro Mogiana, ramal de Sertãozinho, com entrada por um corredor que vai ter a Rua Acre, contendo o prédio nº 976, em mau estado de conservação. 2. um terreno que mede 91m x 49,36m x 43,30m, com saída para a Estrada de Ferro Mogiana, ramal de Sertãozinho, confrontando com José Fávero, Luiz Fávero, Carolina C. Bressan e Itália Codognoto. 3. um terreno com frente para a Estrada de Ferro Mogiana, ramal de Sertãozinho, medindo 56m frente x 202m fundos, desmembrado do prédio antigo 6 da Rua Acre, havido por compra feita a Anillo Fávero e outros. <p>Avaliação após a morte de Rosa Favero Codognoto: a) prédio 14.700 cruzeiros, terreno 18.915 cruzeiros b) terreno 32.910 cruzeiros c) terreno 84.840 cruzeiros, pequena casa 2.450 cruzeiros. TOTAL 153.815 cruzeiros.</p>
1950	Vicenza Bongiovanni, viúva, italiana	Achille Favero, industrial, natural de São Simão, falecido em 1950 aos 55 anos, filho de Luiz Favero e Luiza []	<ol style="list-style-type: none"> 1. Santina Fávero Vicentini casada com João vicentini; 2. Joana Fávero; 3. Rosa Fávero Rosseto casada com Gildo Rosseto; 4. Maria Arminda Fávero. 	<p>1. Um prédio geminado de construção recente em bom estado, feito de tijolos e coberto de telhas, tipo francesas, com 6 cômodos, banheiro e W.C., todos ladrilhados, dos quais 4 são forrados com alpendres e áreas, contendo o prédio 77m² de construção, os alpendres 17,20m² e as áreas 18,60m², dispoendo de água, luz e esgoto, em rua sem calçamento e o respectivo terreno que mede 10m por 25m de frente aos fundos, confrontando pela frente com a rua Sergipe, de um lado com Pedro Panazelo e Romano Coro e pelos fundos com Umberto Celin. Avaliado tudo por Cr\$ 65.660,00.</p>
1967	Aurélio Zeferino	Yolanda Fávero Zeferino, natural da cidade, filha de Domingos Fávero e Maria Tonetto Fávero, falecida em 1967 aos 43 anos.	<ol style="list-style-type: none"> 1. D. Ana Maria Zeferino Geroldo casada com Arlindo Geroldo; 2. Orivaldo Zeferino; 3. Evanilde Aparecida Zeferino; 4. Cleonice de Lourdes Zeferino. 	<p>1. Casa de morada construída de tijolos e coberta de telhas, construção modesta, em regular estado de conservação, com alpendre e 4 cômodos, piso de ladrilho e tacos forrados, no quinta W.C. e coberto de taque com área de 12,60m², seu solo e terreno anexos, situado na cidade e comarca de Ribeirão Preto, a rua Santos Dumont, 1.206, medindo todo o imóvel que é de forma retangular 10,00m de frente, por 32,37m de frente aos fundos, confrontando, em sua integridade, com os proprietários do lote 4, 6, 10 e 4, e na frente com a rua de sua situação, existindo, nos fundo dessa morada uma outra casa popular, a mesma rua sob nº 1212 possui um prédio construído de tijolos coberto de</p>

				<p>telhas, construção operaria, com 3 cômodos, piso de ladrilhos e cimento, forro em parte com área construída de 44,80m², no quintal W.C. e tanque com área de 12,00m², cujas construções foram feitas por determinação do ora declarante, sendo que dito imóvel foi adquirido por força de transcrição sob nº 24.293, fls. 225, do livro 3-R, do cartório de registro da 1º circunscrição, comarca de Ribeirão Preto, estimada no valor de NCr\$ 8.107,15;</p> <p>2. Casa de morada construída de tijolos e coberta de telhas, construção modesta, com 3 cômodos, piso de ladrilhos e cimento, forrado, no quintal coberto de tanque, varanda e W.C. com área de 12,00m², seu solo e terreno anexos, situado na cidade e comarca de Ribeirão Preto, a rua Dr. Loiola, 1.131, medindo todo imóvel, é de forma retangular, 6,00m de frente, por 32,06m de frente aos fundos, confrontando, em sua integridade, com a rua de sua situação, e com propriedade que são ou foram de: Vicente dos Santos Dias, Antonio Ferreira de Andrade, Nicanor Pereira Maia; cuja construção foi erguida por determinação do ora declarante, sendo que dito imóvel foi adquirido por força de transcrição sob nº13.148, fls. 162, do livro 3-J, do cartório de registro de imóveis de 1ª circunscrição e ora é estimado no valor de NCr\$4.854,00;</p> <p>3. O lote de terreno sem possuir benfeitorias, situado na cidade e comarca de Ribeirão Preto, com frente para a rua Itapura, s/nº constituindo o lote nº 5 da quadra 19, do "Jardim Paulistano", de forma retangular, medindo 9,00m de frente por 31,00m de frente aos fundos, confrontando com a rua de sua situação, lotes 6, 4 e quem mais de direito; sendo que dito imóvel foi adquirido por força de transcrição nº 23.19, do cartório de registro de imóveis de 2ª Circunscrição e ora é estimado pelo valor de NCr\$ 837,00;</p> <p>4. O lote de terreno, sem possuir benfeitorias, situado na Cidade e comarca de Ribeirão Preto, com frente para a rua Patrocínio- entre as ruas Itapura e Iguape- de forma retangular, medindo 30,00m de frente, por 88,00 de frente aos fundos, ou seja 2.640,00m², confrontando com a rua de sua situação e ruas Itapura, Iguape e Teraza Cristina; sendo que dito imóvel foi adquirido por força de transcrição sob nº 22.334, fls.63, do livro 3-P, do cartório de registro de imóveis da 2º circunscrição, estimado pelo valor de NCr\$ 3.018,00;</p> <p>5. O lote de terreno, sem possuir benfeitorias, na cidade e comarca de Ribeirão Preto, com frente para Avenida Portugal, s/nº, de forma retangular, medindo 10,00m de frente, por 24,50m de frente aos fundos confrontando com a avenida de sua situação e com Domingos Javaroni ou quem mais de direito, constituindo o lote nº 2, quadra 1, de um mapa particular em poder do referido Domingos Javaroni, sendo que dito imóvel foi adquirido por força de transcrição sob nº 22.735, fls.158, do livro 3-P, do cartório de registro de imóveis da 2ª circunscrição, estimado no valor de NCr\$637,50.</p> <p>Total avaliado por NCr\$17.453,65.</p>
--	--	--	--	---

21.FAMÍLIA BIANCHI

Irmãos: Felício, Adolfo, Pedro e José



Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1896	Maria Battistetti Bianchi	Felício Bianchi Morado-res do Núcleo Colonial Antônio Prado, bairro Barracão	Teresa; Augusto	<p>1. um alambique novo com serpentina; um dito arado novo, obras em bronze acabadas; debulhadores de milho; 15 luvas de pressão; 12 mancaes de ferro; 3 ditos suportes de ferro; abrigo de serra; 6 cruzetas de ventiladores; 6 polias torneadas; 4 rodas de engrenagem; 8 mancaes de de elevador; ferro em barras; 3 rodas de elevadores e 5 volrantes para registro de moinho e 1 vodete; 3 polias; 34 cubos; 1 volante; 5 pares de molas de troles; 1 eixo de serra com 2 mancaes ; 1 bomba de []; 360 metros de escova para separador; ferragens de semitroles; porção para bancada; barras ferragens mais molas; bronze lavrado; 1 engetor, torneira e bomba para o vapor; luvas de pressão; 2 excêntricos e 1 cruzeta para roda de água; várias ferragens; 5 dobradiças para carroça; 10 parafusos para caixão; 7 ditos para carroça; 6 ferros para segurar tampa de carroça; 5 ditas para moinho de madeira; porcas atarrachdas e parafusos; parafusos velehos; curvas de canos e porcas; bronze velho; 1 volante de serra; 1 moinho para tintas; 2 folhas de cobre; ferro em barra sortido; ito redondo para eixo; dito velho sortido; obras diversas em ferro fundido; obra dita em bronze; 2 polias; 10 ditos; 1 cavalete para []; 2 polias; 1 []; 1 [] de []; 1 dito de descascador; 15 engrenagens; 4 portas baga[]eiros; 1 polias; diversas ferragens; cilindros para descascador; 5 centros; 1 engrenagem; 1 [] para fazer molas de []; 1 tonelada de ferro velho; 10 chapas de cobre; meia barrica de breu; 1 folha de serra circular; 70 metros de escova de separador; [] metros de camos de 1 1/4"; 1 chapa galvanizada de 8x4; 23,5 metros de 1a. ; 44,5 metros de ditos de 3/4 "; 4 metros de ditos de 1 1/2; 3 metros de ditos de 1oitocentros e vinte réis).</p> <p>2. Móveis e utensílios: 1 vapor locomóvel Coliton[] com fornalha econômica da força de 10 cavalos; 1 forno pequeno para ferro; 1 forno grande; 1 forno para sec 1/4; [] de ditos de 2"; 16,10 metros de ditos de 8 "; 10 metros de ditos sortidos em pedaços; cobre velho; diversas peças de bronze; curvão de cobre;</p>

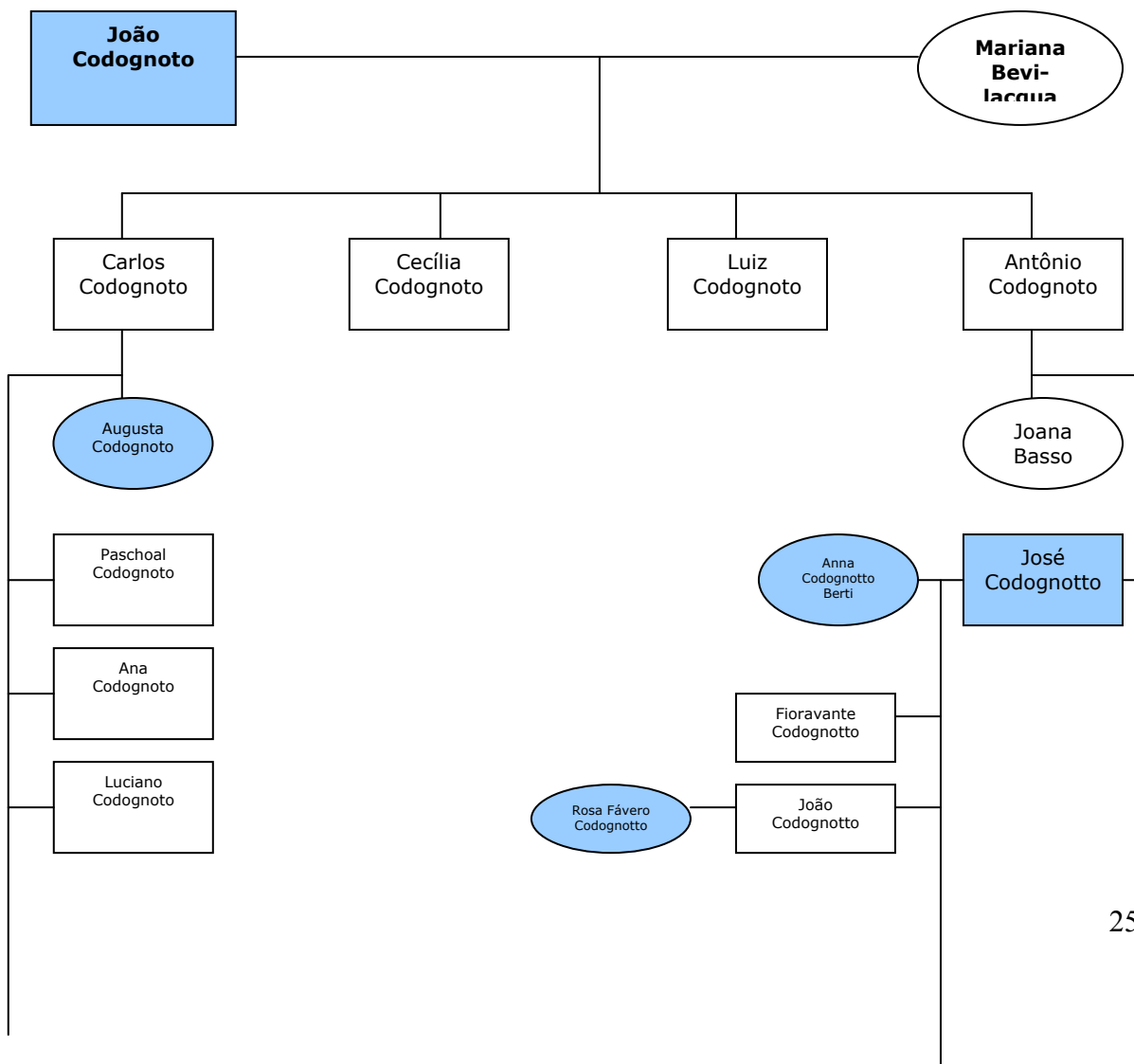
				descascadores econômicos; 1 vapor completo usado; 4 rodas de troles; 2 [] de
--	--	--	--	---

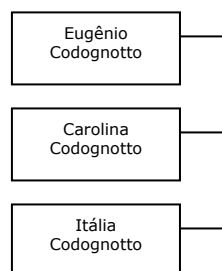
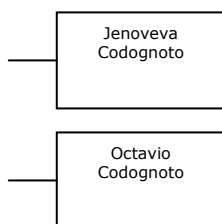
				<p>semitroles; tudo prefaz a quantia de 11:736\$820 (onze contos, setecentos e trinta e seis mil, adeira; 4 máquinas para furar ferro; 1 plaina para ferro; 1 ponsão para cortar e furar ferro; 1 ventilador para forja; 3 forjas de ferreiro; 8 fornos de bancada; 1 serra circular completa; 1 moinho de fubá; 1 desempeno grande ferreiro; 3 bigornas de ferreiro; 1 estampa; 1 transmissão completa; 1 contra-eixo para o torno grande; 1 dito pequeno; 1 dito para máquina de furar, 1 dito para torno alugado; 1 dito para máquina grande de furar; 1 dito para plaina; 1 armário para guardar ferramentas; 1 esmeril completo; 2 caixas d'água grandes; 1 bomba de cistena tocada a vapor; 1 escrivaniinha; metade do depósito e prateleiras; 1 portão para o mesmo; metade de uma balança; 1 bancada com 13 gavetas; ferramenta da bancada; dita dos tornos; 2 lampiões; diversas ferramentas de ferreiro, 3 bancos de carpinteiro; metade de uma relógio; metade de uma prensa com banco; dita de uma grande de madeira; dita de 3 cadeiras; 1 carroça para puxar palha; 1 carrocinha com molas; 1 animal arreado; madeiras diversas; 1 moenda de cana de 10 x 15; 3 bicas de secador, que tudo faz a quantia de 17:392\$557 (dezesete contos; trezentos e noventa e dois mil e quinhentos e cinquenta e sete réis).</p> <p>Total dos bens avaliados: 29:129\$377 (vinte e nove contos, cento e vinte e nove mil, trezentos e setenta e sete réis).</p> <p>3. Imóveis:</p> <p>5 datas de número 95,96,97,98 e 99 com frente para a rua Philipina tendo cada uma 12,5 metros de frente x 45 de fundo e dividindo as datas de Manoel Cardoso e F. Battistetti; 3 ditas na rua Misericórdia n. 116, 117 e 118 com 12,5 metros de frente x 45 metros de fundo, dividindo com os mesmos acima, tudo prefazendo a quantia de 4 contos de réis. Total de todos os seus bens: 33:129\$377 (trinta e três contos, cento e vinte e nove mil, trezentos e setenta e sete réis).</p> <p>Devedores: Tenente Isaías; José Pieri; Anton Bonifácio; Pedro Giachetto; Antonio Barbosa Ferraz; Aureliano Duphes; Etc. Ver fotos 921;922</p> <p>Total de todos os seus bens: 33:129\$377 (trinta e três contos, cento e vinte e nove mil, trezentos e setenta e sete réis).</p>
1948	Maria Batistetti italiana viúva	Adolfo Bianchi , industrial, natural de Varese, Itália, falecido em 1948 aos 74 anos, filho Carlos Bianchi e Maria Bianchi	<ol style="list-style-type: none"> 1. Armando Negro Bianchi; 2. Américo Mario Bianchim mecânico; 3. Maria Ada Bianchi; 4. Alzira Arminda Bianchi; 5. Noe Alfredo Bianchi; 6. Alberto Bianchi; 7. Anacleto Adolfo Bianchi; 8. Ana Bianchi casada com Pedro S. Cintra; 9. Alice Bianchi (falecida) foi casada com Jean Cristian Ondella Ribeiro, cujo consórcio deixa um filho de nome Ricardo Cristiano Ribeiro. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Um prédio residencial, sito nesta cidade, a rua Sergipe nº 55, construído de tijolos e coberto de telhas, construído pelo "de cujus" em parte do terreno que constituíam as datas 92, 93, e 94 da antiga rua Filipina, hoje Sergipe, tendo op prédio a seguinte metragem, 14,55m de frente para citada rua Sergipe por 31,50m de frente aos fundos, avaliado por Cr\$ 45,000.00; 2. Duas pequenas casas em mau estado de conservação, situada a rua Sergipe 55-fundos, edificada pelo "de cujus" em terreno que corresponde a parte dos fundos da aquisição feita ao Cel. Joaquim da Cunha Bueno, tendo sido a esse terreno anexada parte do terreno que correspondia as datas 92, 93 e 94 da antiga rua Filipina, hoje rua Sergipe, o terreno das referidas casas atualmente tem a seguinte metragem, 22,90m de frente por 73m de frente aos fundos, avaliado por CR\$ 50,000,00; 3. Um prédio para industria, construído de tijolos e coberto de telhas, a rua Capitão Salomão, 179 dos Campos Elisios, edificado pelo "de cujus", em terreno adquirido pelo Cel. Joaquim Cunha Bueno, cuja metragem ficou hoje reduzida a 26,80m de frente por 47,80 de frente aos fundos onde é mais largo atingindo a largura de 40,50m, confrontando com propriedade de Roque Bianchi, Alfredo Benzoni ou sucessores doa mesmos, avaliado por Cr\$ 107.000,00; 4. Um prédio constuído de tijolos e coberto de telhas, nesta cidade, a rua Duque de Caxias nº 20 e 20-A, do atual emplacamento municipal, fazendo esquina com a rua Jose Bonifácio, prédio esse de 3 andares, sendo 1 térreo e 2 superiores, assoalhado e forrado, tendo um salão anexo que correspondia ao antigo nº 25 da rua Jose Bonifácio e seu respectivo terreno que mede 14,20m de frente pela rua Duque de Caxias, por 23,30 dito de fundos a rua Jose Bonifácio, confrontando com as referidas rua Duque de Caxias e Jose Bonifácio, com propriedade do espólio e com quem mais de direito, havido por compra a Santo Lania e outros, avaiado por Cr\$ 276.000,00; 5. Um prédio a rua Duque de Caxias nº 14, construído de tijolos, coberto de telhas, parte ladrilhado e parte mozaico, e seu respectivo terreno que mede 20,55m de frente por 44m de frente aos fundos, confrontando com a rua Duque de Caxias, com propriedades do espólio e com quem mais de direito, avaliado por Cr\$ 340,000.00; 6. Um prédio construído de tijolos e coberto de telhas, situado a rua Jose Bonifácio nº 25 antigo 11, e seu respectivo terreno que mede 13m de frente pela referida rua, por 22m de frente aos fundos, confrontando com a referida rua, propriedade do espólio, propriedade de Pedro Biagi e quem mais de direito, avaliado por Cr\$ 150.000,00; 7. Um prédio construído de tijolos e coberto de telhas, a rua Duque de Caxias nº 16, com 1 porta e 12 janelas de frente, tendo um portão ao lado da chapa ondulada, onde da entrada ao quintal no qual existe diversas benfeitorias, e seu respectivo terreno, de forma irregular, no qual mede 35,20m pela referida rua Duque de Caxias, seguindo para o fundo, de lado onde confronta com o nº 14, que também pertence ao espólio, numa distancia de 42,20m, aí deflete a esquerda numa distancia de 18,20m, aí deflete a direita, seguindo numa distancia de 23,60m, confrontando com um lado com o nº 14 e com propriedade dos herdeiros Trivelini, deflete a direita seguindo uma extensão de 43,40m onde faz divisa com propriedade de Paschoal Innechi, daí deflete a direita numa distancia de 44,30m, confrontando Poe esse lado com propriedade do espólio, do Dr. Francisco Gugliano e Pedro Biagi, prédio esse edificado em parte pela firma Adolfo Bianchi e Irmão, da qual o "de cujus" era sócio e se tornou sucessor e parte do terreno adquirido de Santo Lania e outros, sendo esta parte de 10,50m mais ou menos por 44m de fundo, avaliado por Cr\$ 800.000,00; <p>Total de bens Cr\$ 1.768.000,00.</p>
1964	Eulina	Anacleto	1. Leniza	1.a quarta parte do terreno e lote 6 quadra 5 com um prédio-salão (em muito

	Sperandio Bianchi, viúva de Anacleto	Adolpho Bianchi , falecido em 1964 aos 50 anos, filho de Adolpho Bianchi e Marieta Batistetti	Sperandio Bianchi 2. Eleuza Sperandio Bianchi 3. Heloisa Sperandio Bianchi	mal estado de conservação) na Rua Dr. Guião nº 47 Vila Virginia, com 50 m2, medindo 5m frente x 14m fundos, situado em calçada com rede de água e luz sem esgoto. Confrontando com o lote 7, com Baudilio Biagi e com quem mais de direito, parte essa havida pelo inventário em comum com seus irmãos Nôe Alfredo Bianchi, Armando Negro Bianchi e Arnaldo Bianchi. 2. a quarta parte de um prédio de tijolos e telhas (um barracão próprio para oficina completamente abandonado) com repartição para almoxarifé e escritório e seu terreno na Rua Capitão Salomão nº 748, antigo 179, medindo o terreno 26m frente x 47,80 fundos sendo que a largura de 26m é conservada até a distancia de 30m, medindo 40,50m de largura até encontrar o fundo, em rua calçada com todos os melhoramentos públicos. Confrontando com Roque Bianchi, Alfredo Bonini e com quem mais de direito, parte essa havida pelo inventário em comum com seus irmãos Nôe Alfredo Bianchi, Armando Negro Bianchi e Arnaldo Bianchi. c) .a quarta parte do prédio de tijolos e telhas (casa em ruínas) na Rua Sergipe nº 529/539, antigo 55, com o respectivo terreno que mede 14,55m frente x 31,50m fundos, em rua calçada com todos os melhoramentos públicos. Confrontando com o espólio de Adolpho Bianchi ou sucessores e por outro lado com Roque Bianchi, parte essa havida pelo inventário em comum com seus irmãos Nôe Alfredo Bianchi, Armando Negro Bianchi e Arnaldo Bianchi. 4. a quarta parte do prédio de tijolos e telhas na Rua Sergipe nº 527, antigo 55-A, com o respectivo terreno de 22,90 frente x 73m fundos. No alinhamento da rua, em mal estado de conservação, prédio duplo, contendo habitação, 5 cômodos, piso de assoalho e ladrilhos, forrados em parte e com área construída, cada um, de 65 m2. Situado em rua calçada, com todos os melhoramentos públicos. Confrontando com o espólio de Adolpho Bianchi, Roque Bianchi ou sucessores pelos demais lados, parte essa havida pelo inventário em comum com seus irmãos Nôe Alfredo Bianchi, Armando Negro Bianchi e Arnaldo Bianchi. 5. um terreno situado no lado impar da numeração predial no quarteirão compreendido entre as Ruas Eliseu Guilherme e Altino Arantes, a 24m desta última medindo 15,20m frente para a Rua Floriano Peixoto por 40,70m fundos, confrontando com a Associação de Estigmatinos, com José Newton Ferreira, com Eunice Rodrigues Teixeira, com os lotes 4 e 5 da quadra 6 do Jardim América. 6. metade do prédio na Rua Benedito Calixto nº 26, com seu respectivo terreno constituído pela metade do lote 76 da Vila Balneária, em Andina, da planta do sítio Piraguira, do distrito e município de Itanhaem, comarca de Santos. 7. um prédio de tijolos e telhas na Rua Humberto de Campos nº 579, antigo 569, medindo o terreno 10m frente x 44m fundos. 8. um terreno composto do lote nº 1 quadra 5 no Jardim Santos Dumont na Rua Ceará, medindo 10m frente x 30m fundos, dividindo com a Rua Tambaú, com o lote nº 2 e com o Moinho Santista e com quem mais de direito. 9. Com frente para a Avenida da Saudade nº 2.280, um prédio para comércio onde se acha instalado um bar; na mesma avenida, sob o nº2.286 e outro sob o nº 2.294, dois salões comerciais, em rua não calçada, sem esgoto, sem água, apenas com luz elétrica . mais um prédio geminado sob nº 563 e 573 na Rua Humberto de Campos, medindo 22m frente x 35m fundos, dividindo com Herminio Genari e Nerina Paterlini. 10. dois prédios residenciais na Rua Conselheiro Saraiva nº 881 e 991, com seu respectivo terreno de 12m frente x 51m fundos, terreno que é o antigo lote 654 da V. Lobato. 11. uma gleba de terras, com área de 4,30 alqueires, contendo casa de moradia, outra casa, árvores frutíferas, em parte desanexada da fazenda "Barrinha" e parte do imóvel S. José, situada no distrito e município de Jardinópolis. 12. um prédio de tijolos e telhas na Rua Luiz Barreto nº 504, antigo 66, esquina da Rua Patrocínio, com seu respectivo terreno de 22m frente x 18m fundos. 13. um terreno constituído pelo lote nº 8 quadra 7 da Vila Gertrudes na Avenida da Saudade, medindo 11m frente x 33m fundos, confrontando com a Rua Bugre e pelos lados com quem de direito.
1955	Pedro Bianchi, italiano, viúvo	Conchita Pazeli Bianchi, falecida em 1940 aos 62 anos, natural de Rovigo, Itália, filha de João Pazelli e Marina Otoboni, casada na Itália com Pedro Bianchi	1. Ângelo Bianchi, casado, carroceiro 2. Giovanni Bianchi, casado, carroceiro 3. Ernesto Bianchi, casado, carroceiro 4. Emilia Bianchi, casada com Arcílio Bertolucci 5. Josefina Bianchi, casada com Santo Moreti 6. Marina Bianchi, casada com Antonio Plaina	1. prédio na Rua Luiz Barreto nº 125, contendo oito cômodos, coberto de telhas, ladrilhado, sem forro, edificado no terreno que mede 27,75m frente x 14,60m fundos, confrontando com terreno de Umberto Pazelo, 366,20 de um lado e confrontando ainda com terreno do mesmo Umberto Pazelo e 377,20 de outro lado, onde faz divisa com terrenos de Santa Bevilacqua, propriedade que havia sido comprada em 1914 por Santo Bevilacqua em comum com Umberto Pazelo. 7.000 cruzeiros. 2. terreno com entrada para a Rua Luiz Barreto, bairro do Barracão, medindo de um lado 22,20m confrontando com Gentil Fiorin, por outro lado com o mesmo Gentil Fiorin medindo 239m, por outro lado onde mede 40m com José Colucci e Olívio Urbano, por outro lado onde mede 237m com Pedro Castroviejo, terreno sem benfeitoria, brejo e atravessado pelo córrego Ribeirão Preto, terreno este que era de Antônio Dovichi e sua mulher em 1930. Valor: 3.000 cruzeiros.

			7. Martina Bianchi, casada com Antonio Di Marchi	
1951	Edmea Bianchi	José Bianchi , mecânico, natural de Castiglione, Itália, filho de Carlos Bianchi e Maria Chiesa, falecido em 1951 aos 72 anos.	Américo Felício Bianchi; Darci José Bianchi; Edmeia Bianchi.	<p>1. O terreno sito a rua Padre Euclides nº 332 com 25m de frente por 77m de frente aos fundos, em rua sem calçamento, terreno aberto, sem benfeitorias, consistem as datas nº 125 e 126, confrontando pela frente com a referida rua Padre Euclides de outro lado com José Fonseca e de outro com o lote nº 127, pelos fundos com uma vala, avaliado a razão de Cr\$2.500,00 o metro de frente, e ele todo por Cr\$ 62.500,00;</p> <p>2. Um prédio a rua Saldanha Marinho, sob nº 369 e 371, antigo nº 110, com frente própria para comercio e mais 4 cômodos e um corredor, sendo 2 assoalhados e os demais cimentados, de construção antiga, e em mau estado de conservação, com área constituída de 107,90m² e o respectivo terreno que mede 6,50m de frente, por 24,25m de fundos, confrontando pela frente com a referida rua, de um lado com a Luiz Rosielo, pelos fundos com Tonica Cabral e por outro lado com quem de direito, com instalações de água, luz e rede de esgoto, localizada em rua calçada e na parte comercial da cidade. O prédio localizado a rua Saldanha Marinho foi avaliado a razão de Cr\$250,00m² de construção e ele todo por Cr\$26.975,00; Já o terreno, devido a sua privilegiada localização no centro comercial desta cidade foi avaliado por Cr\$ 25.000,00 o metro de frente e ele todo por Cr\$162.500,00.</p> <p>Valor total dos bens acima descritos: Cr\$ 251.975,00.</p> <p>3. Um terreno foreiro sito a rua Itaguaia, na cidade de Sertãozinho, medindo 26m de frente por 44m de fundo, confrontando pela frente com cita rua, de um lado com sucessores de José de Costa Souza e nos fundos com Torquato Rizzo, ou com quem de direito;</p> <p>4. Uma casa situada em Bebedouro, deste estado a rua Adolfo Pinto, esquina da rua Sete de Setembro, 651, um barracão construído de tijolos e coberto de zinco a mesma rua Adolfo Pinto, outra casa a rua Sete de Setembro, nº 611 construída de tijolos e coberta de telhas, todas em terreno comum, foreiro, que mede 66m para a rua Sete de Setembro por 43,40m pela rua Adolfo Pinto, confrontando em sua integridade, com aquelas ruas e com Brasil Warrant Agency e Finance Company Ltda., e com herdeiros de Salvino Antonio de Silva ou sucessores.</p>

22.FAMÍLIA CODOGNOTTO



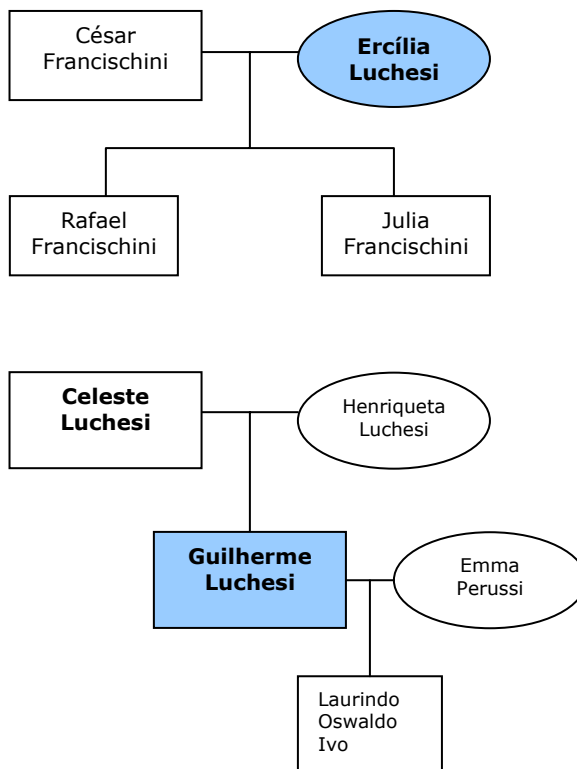


Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1913	Marianna Bevilaqua	João Codognoto, natural de Treviso, Itália, filho de Antônio Codognoto e Joana Codognoto	1. Carlos Codognoto 2. Cecília Codognoto 3. Luiz Codognoto 4. Antonio Codognoto	1. Uma chácara com 2500 pés de café e casa de morada.
1914	Carlos Codognoto	Augusta Codognoto	1. Paschoal 2. Anna 3. Luciano 4. Jenoveva 5. Octavio	O pai de Carlos Codognoto após a morte, deixou uma chácara no Barracão avaliada em 5:200\$000. Após a partilha, seu filho, Carlos Codognoto ficou com 591\$863. Entretanto, com a morte de sua esposa, Augusta, foi deixado 295\$500 ao inventariante e 59\$100 a cada um dos cinco herdeiros menores.
1949	João Codognotto, filho	Anna Codognotto Berti; natural de Treviso, Itália, falecida em 1923 aos 71 anos e José Codognotto, lavrador, natural da Itália, filho de Antonio Codognoto e Joana Basso,	1. Fiorante Cadognotto; 2. João Cadognotto; 3. Eugenio Cadognotto casado com Amália Calefi Cadognotto; 4. Carolina Cadognotto Bressan casada com José Bressan; 5. Itália Cadognotto Mariani casada com Sixto Mariani.	1. Uma área de terreno, sito nesta cidade no bairro do Barracão, à rua Acre, na 1ª circunscrição desta comarca, distante da Estação da Barracão, mais ou menos, constituído por parte do lote nº 8 da 2ª secção do núcleo colonial Antonio Prado, dividido em 2 glebas pelo leito da Estrada de Ferro Mogiana, começando na rua Acre, com largura de 54m e vai até alcançar a cerca de arame de divisa com a referida estrada de ferro, onde termina com a largura de 51,50m, medindo até aí 135m de extensão, depois continua na margem oposta da referida estrada, daí na mesma direção principando com a largura de 51m, vai alcançar a rua Pernambuco com a distancia de 40,05m e codetermina com a largura de 43m todo cercado, com 26.737m2, contendo uma casa sob o nº 962, antigo 8-A, em mau estado, construído de tijolos e coberto de

		falecido em 1927.		telhas, com 3 cômodos atijolados, sala ladrilhada, e cozinha cimentada, uma pequena cobertura de telhas na porta dos fundos, sem instalações de luz ou esgoto, água de cisterna, medindo a construção 26m ² , confrontando em linha reta, desde a rua Acre até a rua Pernambuco, com José Favero, de outro também em linha reta com os herdeiros de Luiz Fávero, com Mario Peterline e com Sixto Mariani, confrontando pela frente com a rua Acre, fundo com a rua Pernambuco, medindo a faixa ocupada pela estrada de ferro 30m de largura, terreno esse avaliado: a construção a Cr\$ 100,00 o metro quadrado e a terra a Cr\$2,00 o metro quadrado, demais benfeitorias existentes a Cr\$ 3.000,00, tudo no total de Cr\$ 59.000,00.
1956	João Codognoto	Rosa Favero Codognoto	1.Dionísio Codognoto e sua mulher Gelsumina Paterlini Codognoto 2.Antonia Maria Codognoto Ferracini (falecida), casada com Anacleto Ferracini 3.Horacio Codognoto e sua mulher Lourdes Lourenço Codognoto 4.Reinaldo Codognoto e sua mulher Isaura Codognoto 5.Pedro Codogoto e sua mulher Dirce Ferreira Codognoto 6.Oscar Codognoto e sua mulher Audomia Fechini Codognoto 7.Leonilda Luzia Codognoto, menor	1. um terreno que mede 47m x 52,10m x 51,50m, dividindo com Eugenio Codognoto, José Fávero, Luiz Fávero e a Estrada de Ferro Mogiana, ramal de Sertãozinho, com entrada por um corredor que vai ter a Rua Acre, contendo o prédio n° 976, em mau estado de conservação. 2. um terreno que mede 91m x 49,36m x 43,30m , com saída para a Estrada de Ferro Mogiana, ramal de Sertãozinho, confrontando com José Fávero, Luiz Fávero, Carolina C. Bressan e Itália Codognoto. 3. um terreno com frente para a Estrada de Ferro Mogiana, ramal de Sertãozinho, medindo 56m frente x 202m fundos, desmembrado do prédio antigo 6 da Rua Acre, havido por compra feita a Annillo Fávero e outros. Avaliação após a morte de Rosa Favaro Codognoto: a) prédio 14.700 cruzeiros, terreno 18.915 cruzeiros b) terreno 32.910 cruzeiros c) terreno 84.840 cruzeiros, pequena casa 2.450 cruzeiros. TOTAL 153.815 cruzeiros.
1935	Rosa Codognotto	Elisabeth Zorzetto Codognoto, italiana, falecida em 1917 aos 70 anos, filha de João Zorzetto e Regina Zorzetto, viúva de Angelo Codognotto e casada em segundas núpcias com Amadeu Codognotto, já falecido.	Elisabeth não teve herdeiros e Rosa era filha de Amadeu, portanto, sua herdeira universal.	Um terreno na Rua Espírito Santo, no bairro do Barracão, na 1ª seção do Núcleo Colonial Antônio Prado, medindo mais ou menos 45m frente x 600m fundos, confrontando de um lado com herdeiros de Antonio Gabaldo, de outro com herdeiros de Amadeu Innocente e fundos com quem de direito, havido no inventário de seu marido Angelo Codognoto, estimado em 4 contos de réis.
1965	Lindo Codognoto, brasileiro, operário, residente à rua Silveira	Arcilia Prudencio Codognoto, natural de Sertãozinho , falecida em 1965 aos 42 anos	1.Francisco de Paula Codognoto 2. Izabel Cristina Codognoto 3. Elisabete Maria Codognoto, todos menores residentes com o inventariante.	1. um prédio na Rua Silveira Martins n° 1413, construído de tijolos e coberto de telhas, com respectivo terreno que mede 12m frente x 14m fundos, confrontando de um lado com Alcindo Prudêncio, de outro com João Gaona e pelos fundos com Otávio Mاتيoli. Avaliação: prédio 882.000, rancho 19.800 e terreno 840.000 – total 1.741.800

	Martins.			2. um terreno na Rua João Ribeiro bairro de Campos Elíseos, medindo 13m frente x 30m fundos, composto pelo lote 88 e parte do lote 87 do loteamento Vila dos Bandeirantes, confrontando de um lado com o restante do lote nº 87, de outro com lote nº 89 e fundos com os lotes nº 101 e 102. Avaliação: 780.000. total: 2.521,80 cruzeiros novos.
--	----------	--	--	---

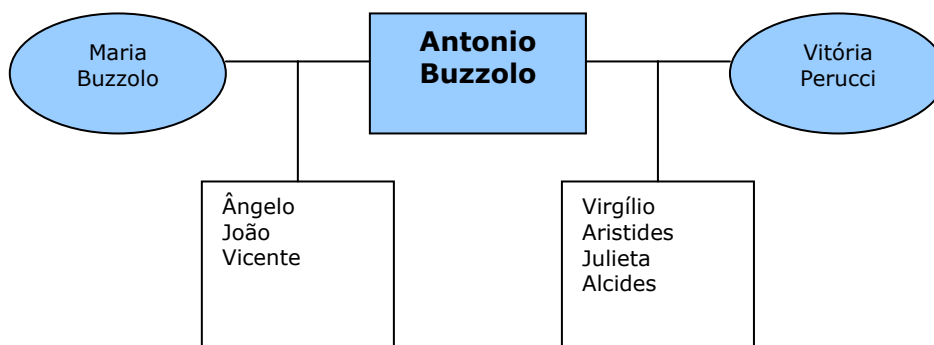
23.FAMÍLIA LUCHESI



Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1911	Cezar	Ercília	1. Raphael;	1. uma casa e terreno na Rua Saldanha

	Francischi ni	Luchesi Francischini	2. Julia	Marinho nº 142, confrontando com Valente Fantato e outros Divida hipotecária no valor de 7:333\$000;
1938	Herdeiros de Guilherme Luchesi	Guilherme Luchesi, falecido aos 29 anos, filho de Celeste Luchesi, italiano, e Henriqueta Luchesi. Casou-se em 1907 com Emma Perussi Luchesi, filha de João Perussi e Luiza Soato, ambos italianos.	1.Laurindo 2.Oswaldo 3.Ivo	Guilherme Luchesi, morador da Rua Pará n.3. Emma Perussi era moradora da Rua Maranhão n.9. Foram morar na Rua Pará n.3.

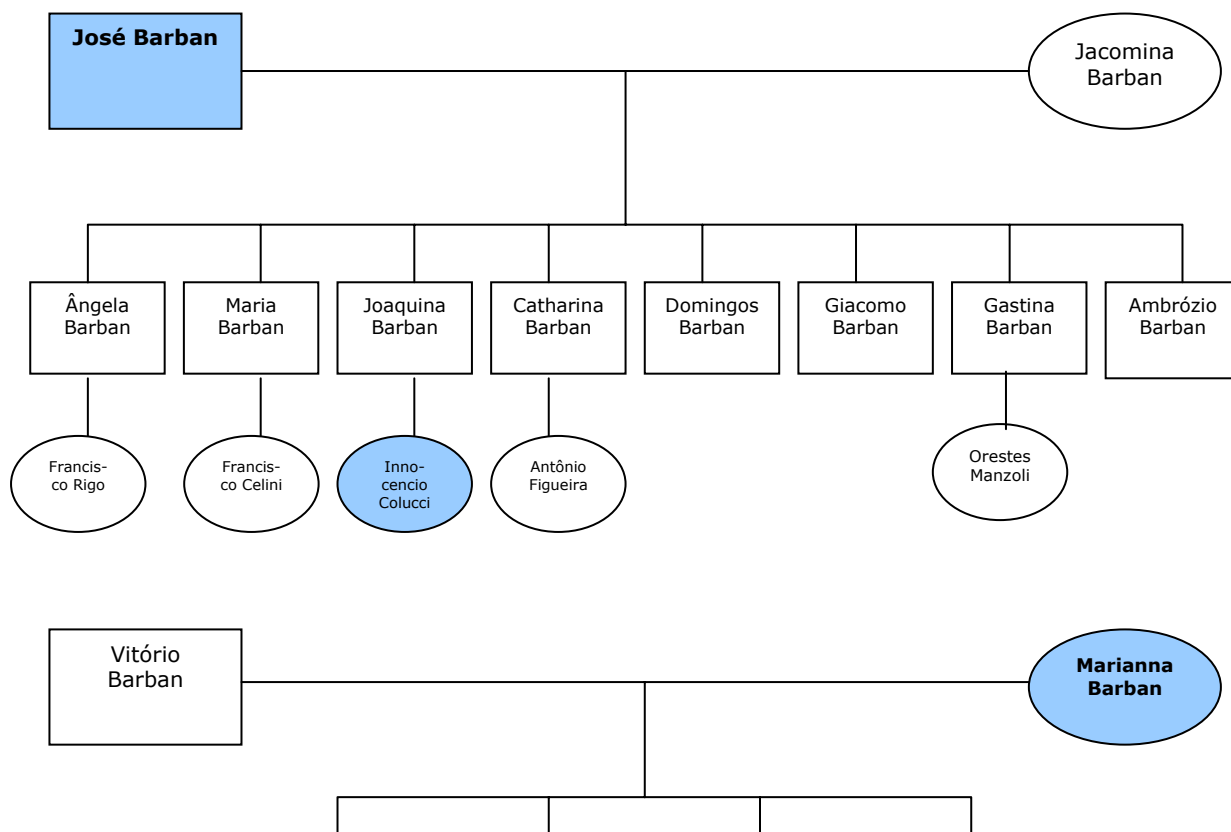
24.FAMÍLIA BUZZOLLO (BUSOLO)

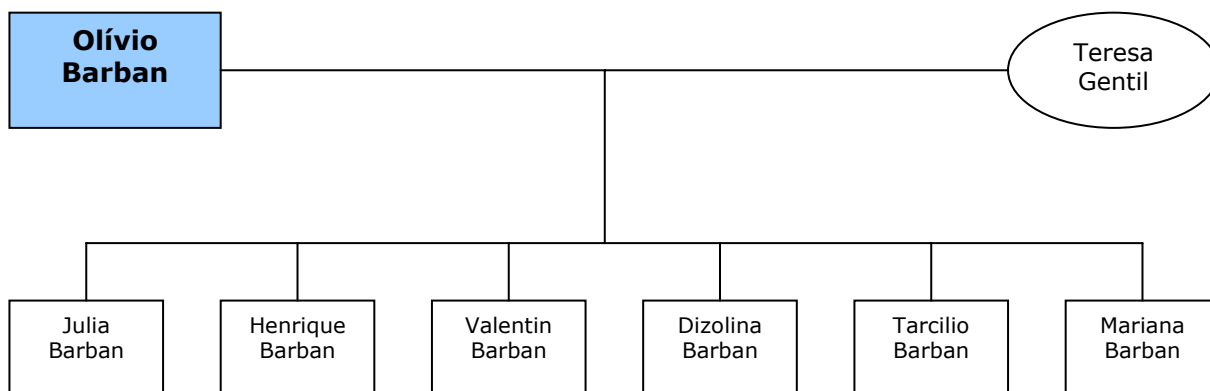
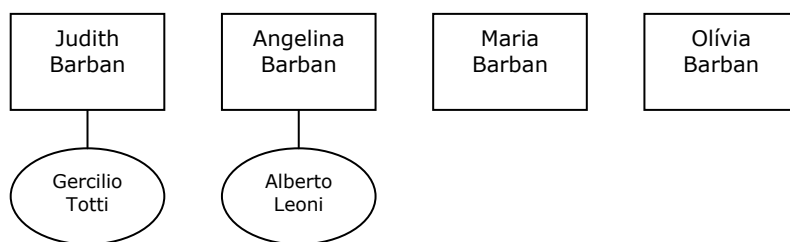


Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1923	Vicente Buzzollo	Antonio Buzzollo (falecido em 1902) e Maria Buzzollo	1. Ângelo Buzzollo; 2. João Buzzollo; 3. Vicente Buzzollo (filho do inventariado)	1. Um terreno com uma pequena casinha na medindo 115m de frente para a Rua Bahia no valor de 2:000\$000 (dois contos de réis).
1947	Antonio Busolo, viúvo	Vitória Perucci Busolo	1. Virgilio Bussolo, casado com dona Angelina Giroto Bussolo, domiciliados na Rua André Rebouças nº 10 2. Aristides Bussolo, casado com dona Isaura Bataglião Bussolo,	Bens de raiz superior a 10.000 cruzeiros a. um prédio de residência no bairro Campos Elíseos, antigamente Barracão, na Rua Acre nº 15, construído de tijolos e coberto de telhas, com seu respectivo terreno que mede 12m frente, de cuja quantidade 5m só tem de fundo 24,5m e o restante, ou seja 7m, a quantidade de 29,5m de frente ao fundo, com cisterna e outras bem-feitorias, confrontando de um lado e fundos com

			<p>domiciliados na Rua Paraná nº 17</p> <p>3. Julieta Bussolo Beloube, casada com Benedito Beloube, domiciliados na Rua Martinico Prado nº 65</p> <p>4. Alcides Bussolo, domiciliado na Rua Acre nº 15</p>	<p>herdeiros de Zonzin, de outro com herdeiros de Fazoloni, esse imóvel foi adquirido pelo inventariante por compra feita a Virgílio Zonzin, o inventariante estima o imóvel no valor de 10.000 cruzeiros.</p> <p>b. um prédio duplo no bairro Campos Elíseos, Antigamente Barracão, na Rua Paraná nº 15 e 17, construído de tijolos e coberto de telhas, com seu respectivo terreno que mede 14m frente x 44m fundos, confrontando de um lado com Luiz Muniz da Silva, de outro com Maria Paiva e pelos fundos com Antonio Muniz, esse imóvel foi adquirido pelo inventariante por escritura feita a José Guimarães e sua mulher, o inventariante estima o imóvel no valor de 12.000 cruzeiros.</p> <p>c. uma maquina Singer em regular estado de conservação.</p>
--	--	--	--	---

25. FAMÍLIA BARBAN

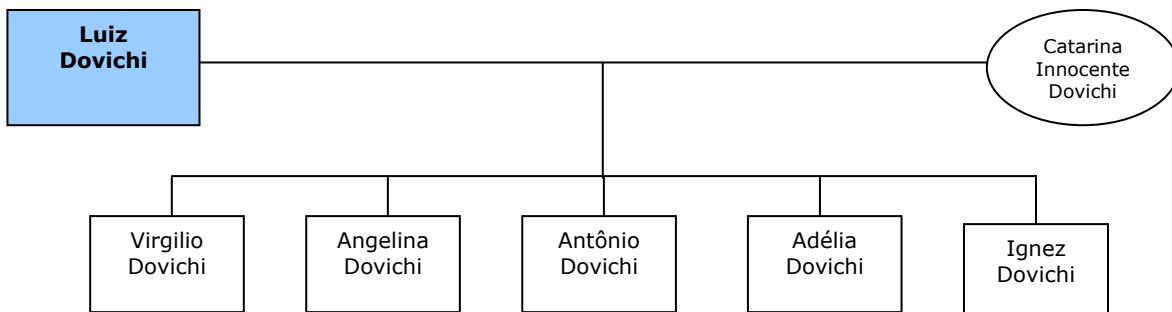




Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1915	Vitório Barban	Marianna Barban	1. Judith Barban, casada com Gercilio Totti 2. Angelina Barban, casada com Alberto Leoni 3. Maria Barban (menor) 4. Olívia Barban	Casa e terreno na Rua Pernambuco - 1:800\$000, sendo a parte do terreno desmembrada avaliada em 100\$000, localizada na Rua Força e Luz
1927	Jacomina Barban	José Barban	1. Ângela Barban casada com Francisco Rigo 2. Maria Barban casada com Francisco Celini 3. Joaquina Barban casada com Innocencio Colucci, filho de Vicente Colucci 4. Catharina Barban casada com Antonio Figueira 5. Domingos Barban 6. Giacomo Barban 7. Gastina Barban casada com Orestes Manzolli 8. Ambrozio Barban.	Um prédio na Rua Rio de Janeiro nº 61 com respectivo terreno, todo fechado. Os bens somam 10:000\$000 mais ou menos
1945	Joaquina Barban Colucci	Innocencio Colucci, cocheiro, natural de Benevento, Itália, falecido em 1945 aos 56 anos, filho de Vicente Colucci e Maria	1. Sebastião José Colucci 2. Victor Colucci 3. Lourival Colucci 4. Jandira C. Monteiro, casada com Álvaro Monteiro 5. José Colucci 6. Pascoal Colucci 7. Antonieta Colucci 8. Vicente Colucci, desquitado	1. um prédio na Rua General Osório nº 188, terreno com esquina Rua Sete de Setembro, construído de tijolos e telhas, prédio antigo, com cinco cômodos, terreno medindo 11m frente x 20,30m fundos, confrontando de um lado com Ângelo Scavazzini e fundos com Domingos Gavavani. (25.000 cruzeiros). 2. um terreno no povoado de Santa Cruz do José Jacques, medindo 25m frente x 200m fundos, com frente para a Rua Portugal, confrontando de um lado com Antonio Daraben, de outro com Vicente Colucci e fundos com sucessores de José Paulino da Costa. (1.000 cruzeiros).

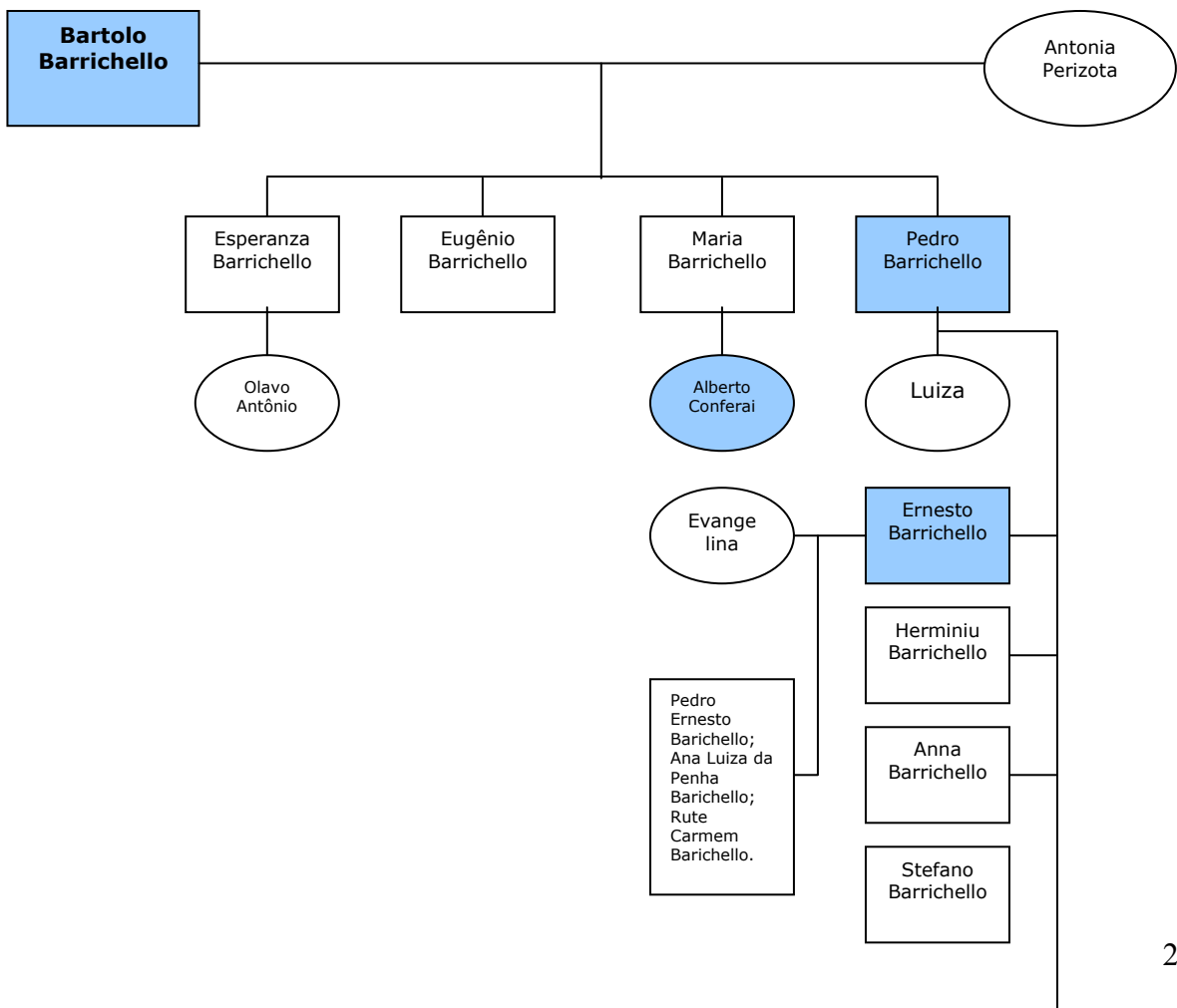
		Antônia Chúfalo		<p>3. um terreno na Rua São Paulo, bairro Campos Elíseos, subordinado no lote nº 26 da Vila Olivon, medindo 11,50m frente x 33m fundos, confrontando de um lado com Carlos Marani, de outro com Nicolau Reglioni e fundos com Vital de Paiva. (1.500 cruzeiros).</p> <p>4. um terreno na Rua Tereza Cristina, bairro Campos Elíseos, subordinado no lote nº 27 da Vila Olivon, medindo 12m frente x 44m fundos, confrontando de um lado com João Thomaz, de outro com Dante Viola e fundos com Manuel Pires. (1.600 cruzeiros).</p> <p>5. um lote de terras medindo um alqueire e uma quarta de terras, no povoado de Santa Cruz do José Jacques, terreno em forma irregular em triangulo, confrontando por dois lados com a estrada de rodagem e de outro com propriedade de sucessores de José Paulino da Costa.</p>
1945	Tereza Gentil Barban	Olívio Barban , italiano, carroceiro, falecido em 1937 aos 51 anos, filho de Valentin Barban e Mariana Scrocolo	<p>1. Julia Barban Dib, casada com Elias Dib</p> <p>2. Henrique Barban</p> <p>3. Valentin Barban</p> <p>4. Dizolina Barban Cabral, casada com Pedro Cabral</p> <p>5. Tarcilio Barban</p> <p>6. Mariana Barban</p>	Uma quarta parte de um terreno situado na Rua Pernambuco, medindo 95,50m frente x 220m do lado que divide com a Estrada de Ferro São Paulo e Minas x 216m de outro que confronta com Pedro Bianchi e com o quinhão dos herdeiros Antonio, Luiz e João Baptista Gentil x 83m pelos fundos onde confronta com quem de direito.

26. FAMÍLIA DOVICHİ



Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1947	Catarina Innocente Dovichi	Luiz Dovichi , operário, natural de São Vito, Itália, falecido em 1946 aos 57 anos, filho de Casemiro Dovichi e Angelina Dovichi	<p>1. Angelina Dovichi Ferdinando</p> <p>2. Antonio Dovichi</p> <p>3. Adélia Dovichi</p> <p>4. Ignez Dovichi</p>	Não deixou bens a inventariar. Havia comprado um lote de terras na Vila Mega em 1925, de propriedade dos comerciantes José Mega e sua esposa, Maria Victoria Mega

27. FAMÍLIA BARRICHELO



Maria
Barrichello

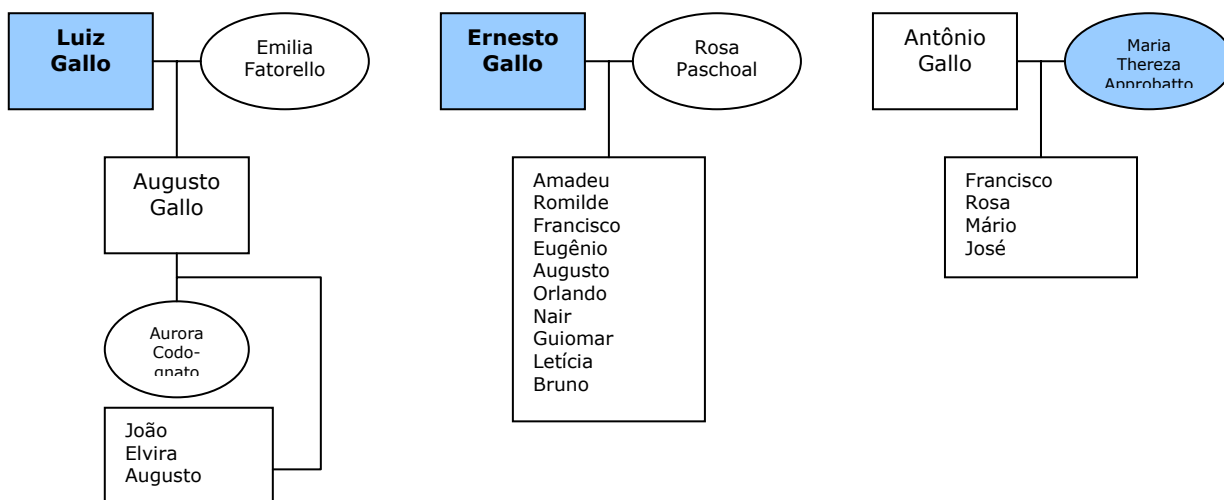
Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1929	Antonia Perizota	Bartolo Barichello , italiano, falecido em 1928 aos 88 anos	1. Esperanza Barichello casada com Olavo Antonio; 2. Eugenio Barichello; 3. Maria Barichello viúva; 4. Pedro Barichello Falecido casado que era com D. Luiza Barichello, representado por seus filhos: Ernesto, Anna, Hermínio, Stefano, Maria.	1. Um prédio térreo, construção antiga em mau estado de conservação, construído de tijolos e coberto de telhas, ladri frente aos fundos, confrontando pela frente com dita rua Luiz Barreto, sob nº 46 de dita rua de um lado com a rua Anita Garibaldi com a qual faz esquina, de outro lado com Francisco Casemiro e Ferdinando Giacometti, avaliado por 6:250\$000; 2. Um prédio a rua Luiz Barreto, sob nº 35, do atual emplacamento municipal, em mau estado de conservação, construção antiga de tijolos, coberto de telhas, ladrilhados, dividido em 5 cômodos, medindo com o respectivo terreno que é fechado a arame, 67m de frente por 80m de frente aos fundos, confrontando pela frente com dita rua Luiz Barreto, de um lado com futuro prolongamento da rua Anita Garibaldi onde faz esquina, do outro com Luiz Pontim e [] Silva Cardoso e pelos fundos com a rua Marques de Pombal. Na dimensão da frente do terreno descrito está compreendido o espaço do prolongamento da rua Anita Garibaldi avaliado por 4:750\$000, somando assim essas duas parcelas o total de 11:000\$000.
1918	Luiza Barichello	Pedro Barichello	1. Ernesto Barichello; 2. Herminiu Barichello; 3. Anna Barichello; 4. Stefano Barichello; 5. Maria Barichello.	1. Um prédio sob nº 47 e 47 A na Avenida, outra sob nº 35 e 35 A, construído de tijolos, coberto de telhas, assoalhado e forrado dividido em duas habitações em forma de chalet e de construção nova, com seus respectivo terreno e com área de 13m de frente para 200 [palmos] de fundo, fechado e confrontando pela frente com dita avenida de Saudade, de uma lado com propriedade de Natale Farnecchi de outro com Luiza Devera e no fundo com José Henduscalo, avaliado com o seu respectivo terreno por 4:500\$000; 2. Um terreno à mesma avenida da Saudade com 26m de frente por 44m de fundo confrontando de um lado com o prédio acima descrito, de outro lado com Eugenio Barichello e no fundo com José Durchusco, avaliado por 700\$000; 3. A metade do prédio sob nº 26 A e 28 da dita avenida da Saudade, prédio esse construído de tijolos e coberto de telhas, ladrilhado e dividido em duas habitações com o respectivo terreno e que mede 17m e 40cm de frente, por 30m de fundo, confrontando de um lado com a rua Rio de Janeiro onde faz esquina, do outro e no fundo com a Igreja de Santo Antonio, pertencendo a outra metade à Eugenio Barichello com quem esta em comum, cujo a metade avaliaram em 2:500\$000; 4. Metade do prédio sob nº 18 e 20 da rua São Paulo esquina da rua Rio de Janeiro, construído de tijolos coberto de telhas e já velhos com seu terreno de 13m e 20cm de frente por 34,5m de fundo, fechado e confrontando com essas ruas e mais com propriedade de Ângelo Milani e Manoel Rodrigues de Aguiar e em comum com Maria Confenai a quem pertence a outra metade, cuja parte pertencente ao espólio o avaliaram por 1:100\$000; 5. A metade do prédio sob nº 8 de rua Luiz Barretto, prédio esse velho e em mau estado, pertencendo a outra metade a Eugenio Barichello com quem esta em comum, com o respectivo terreno fechado a arame, que mede 56m de frente por 45m de fundo, confrontando de um lado com a rua Anita Garibaldi de outro com a rua Ceará na quais faz esquina e no fundo com quem de direito, cujo a metade do prédio e terreno o avaliaram por 6:030\$000; Total de bens avaliados 9:430\$000.
1909	Maria Barichello	Alberto Conferai	1. Elvira Conferai	1. Metade do prédio situado à rua Amador Bueno nº 16 e 18 desta cidade;

			<p>2. Angelo Conferai</p> <p>3. Emilio Conferai</p>	<p>2. Um terreno de 120 metros de frente por 31m ditos de fundo situadas no lote nº 12 da 3ª secção do núcleo colonial Antônio Prado fechado a arame e plantado a capim;</p> <p>3. Doze mil francos recebidos pelo inventariado, por intermédio da casa Bicda de São Paulo – aos Bancos de Roma e Trevizo.</p>
1968	Evangelina de Tulio Barichello	Ernesto Barichello falecido em 1967	<p>1. Pedro Ernesto Barichello;</p> <p>2. Ana Luiza da Penha Barichello;</p> <p>3. Rute Carmem Barichello.</p>	<p>1. Um prédio construído de tijolos e coberto de telhas a rua Luiz Barreto nº 340, no bairro do Campos Elíseos, de construção antiga em regular estado de conservação, com 7 cômodos, sendo 2 assoalhados, 3 ladrilhados, 1 taqueado e 1 cimentado, todos forrados de madeira, tendo nos fundos uma varanda, nos fundos há um quarto para despejos e uma garagem cimentada e sem forro, o terreno respectivo mede 30,85m de frente para rua Luiz Barreto por 45,50m de frente aos fundos e pela rua Anita Garibaldi com o qual faz esquina;</p> <p>2. A avenida da saudade nº 245 e 255 existe um prédio geminado, construído de tijolos e coberto de telhas, construção antiga, em mau estado de conservação, tendo cada habitação 4 cômodos, sendo 3 assoalhados e 1 cimentado, 3 com forro de madeira, nos fundos há uma dependência própria para depósito, com 2 cômodos, sem forro, sendo 1 assoalhado e 1 taqueado, há ainda uma pequena habitação com 2 cômodos e W.C. , em péssimo estado de conservação, o terreno respectivo mede 12,76m de frente por 30,20 de frente aos fundos;</p> <p>3. A rua Ceara nº 642 existe um prédio de construção modesta, em regular estado de conservação, feito de tijolos e coberto de telhas, com alpendre e 5 cômodos, sendo 3 taqueados e 2 com piso de mosaicos, forro de lage-pre, tendo a cozinha e o banheiro azulejos ate 1,50m de altura, o terreno respectivo mede 8,50m de frente por 20m de frente aos fundos;</p> <p>4. A rua Anita Garibaldi nº 506 existe um prédio construído de tijolos e coberto de telhas, construção modesta em regular estado de conservação, com alpendre e 5 cômodos, sendo 3 taqueados e 2 com piso de mosaicos, forro de lage pre, tendo a cozinha e o banheiro azulejos ate 1,50m de altura, o terreno respectivo de 8,50m de frente por 20m de frente aos fundos;</p> <p>5. A rua Tamandaré nº 981 e 991 existe um prédio geminado, construído de tijolos e coberto de telhas, construção antiga, em péssimo estado de conservação, cada habitação com 4 cômodos, todos sem forros, piso de tijolo, o terreno respectivo mede 22m de frente pela rua Tamandaré, 20m pela rua João Ramalho e 69m, mais ou menos, pela rua Ceara;</p> <p>Todos os imóveis ate agora citados estão situados em vias publicas com todos os melhoramentos públicos.</p> <p>6. A rua Ceará, esquina com a rua João Ramalho existe um terreno medindo 6,50m de frente por 20m de frente aos fundos em ruas que contam com todos os melhoramentos públicos;</p> <p>7. A rua Luiz Barreto, entre as ruas Anita Garibaldi e Ceará existe um terreno de forma irregular, medindo 10m de frente, 45,50m de um lado e do outro 20,90m defletindo depois a direita numa distancia de 3m e defletindo novamente a esquerda segue até a linha dos fundos numa distancia de 25m, tendo 7m na linha dos fundos em rua que conta com todos os melhoramentos públicos;</p> <p>8. A rua XI de Agosto nº 2.290 existe uma chácara com área aproximada de um alqueire e meio, ou seja, 3,63,00Hs de terras de cultura de 1ª categoria tendo uma casa subordinada ao numero acima referido, com 8 comodos, piso de cimento e sem forro;</p> <p>9. A rua Washington Luiz entre as ruas Tereza Cristina e João Clapp, existe um terreno medindo 11m de frente por 33m de frente aos fundos, correspondente ao lote nº 7 da quadra nº 29 da vila Tamandaré;</p> <p>10. Mais um terreno situado com frente para as ruas Bugre, por onde mede 57,20m, Vicente Golfeto (antiga Major Carvalho) por onde mede 60m mais ou menos, e Colho Neto onde mede 55m mais ou menos, confrontando no lado oposto a rua Vicente Golfeto com herdeiros de Pachoal</p>

				<p>Golfeto, contando com água encanada e luz elétrica, com área de 3.022,80m²;</p> <p>11. Encravado entre as ruas Erminio Morandini, Jose da Alencar, Pernambuco e Frei Santo existe um terreno de forma irregular, medindo 45m de um lado onde confronta com Benedito da Silva, Ana Belmudan, Benedito Furtado, Jose Bombardi e Maria Cabral, 32m do outro lado onde confronta com Abílio Baraldo, 18m nos fundos onde confronta com Augusto Gonçalves, sendo a linha de frente inclinada e mede mais ou menos 22m onde confronta com Vila São Bernardo com área de 693,00m²;</p> <p>12. Uma chácará com área de 2.238,00m² confrontando na parte de cima com o loteamento da Vila São Bernardo, nos fundos com o córrego do Educandário e dos outros lados com quem de direito, sem benfeitorias;</p> <p>13. No loteamento Vila São Bernardo existe os seguintes lotes: Na Quadra 1: lote nº 8 e 11 com frente para rua Hermínio Morandini entre as ruas Goiás e Amazonas, medindo o de nº 8 10x25m e o de nº 11 12x25m, rua desprovida de qualquer melhoramento público;</p> <p>Na Quadra 2: lote 1 e 3 com frente para rua Amazonas, medindo o nº 1 11,50x44m e o nº 3 10x44m ;</p> <p>Na Quadra 3: lote nº 6 com frente para rua Hermínio Morandini, medindo 12x25m e lote nº 16 com frente para rua Ceara medindo 11x44m, tendo luz elétrica;</p> <p>Na Quadra 4: lote 3 e 4 com frente para rua Ceara, medindo cada um 10x44m, tendo luz elétrica, lote 7 medindo 10x25m com frente para rua Hermínio Morandini, tendo luz elétrica, lotes nº 13 e 16 com frente para rua Patrocínio, medindo cada um 10x44m, tendo luz elétrica;</p> <p>Na Quadra 5: lote nº 6, com frente para rua Patrocínio e João Bim, medindo 12m por aquela e 14m por esta, tendo luz elétrica e água;</p> <p>Na Quadra 7 : lotes nº 4, 5, 7, 8 e 9 todos com frente para rua Hermínio Morandini, medindo os de nº 4 e 5 12x30m e 7, 8 e 9 10x30m, tendo apenas luz elétrica;</p> <p>Na Quadra 8: lotes nº 1, 2 e 3 com frente para rua João Clapp, medindo respectivamente 11m, 10,50m, e 10m de frente por 39m de frente aos fundos, lotes nº 4, 7 e 8 com frente para rua Hermínio Morandini, medindo o nº 4 12 e os outros 10m de frente por 30m de frente aos fundos em ruas sem qualquer melhoramento público, e lote 11, 12 e 13 medindo cada um 10x39m em rua também sem qualquer melhoramento público;</p> <p>Na Quadra 10: lote nº 3 medindo 12x25m com frente para rua Hermínio Morandini, esquina da rua Goiás, em rua sem qualquer melhoramento público;</p> <p>Na Quadra 11: lote nº 1 medindo 10,81x 44m com frente para rua Amazonas, em rua sem qualquer melhoramento público, lotes nº 5, 6 e 8 com frente para rua Hermínio Morandini medindo cada um 10x31m em rua sem qualquer melhoramento público;</p> <p>Na Quadra 12: lote nº 3, 5 e 9 com frente para rua Hermínio Morandini, medindo os de nº 3 e 9 12m e o nº 5, 10m de frente por 30m de frente aos fundos, em rua sem qualquer melhoramento público;</p> <p>Na Quadra 13: lote nº 1 medindo 10,90 de frente para rua Ceara, por 44m de fundo, lote nº 2 com frente para rua Hermínio Morandini, esquina da rua Ceara medindo 12x28,50m, lote nº 5 medindo 10x27m com frente para rua Hermínio Morandini, lote nº 10 com frente para rua Patrocínio, medindo 10,24x24m, todos em rua que conta com luz elétrica;</p> <p>Na Quadra 14: lote nº 14 com frente para rua João Bim, medindo 12 de frente, 45 de um lado, 40 de outro e 10m de fundo em rua que conta com água, luz, esgoto e asfalto;</p> <p>Na Quadra 15: lote nº 6 medindo 10m de frente, por 32m de um lado, 31,75 de outro, e lote nº 7 medindo 10 de frente, 31,75 de um lado, 31,50m de outro, ambos com frente para rua Hermínio Morandini, entre as ruas Tereza Cristina e João Clapp, em ruas que tem apenas luz elétrica;</p> <p>Na Quadra 16: lote nº 1 medindo 12m de frente para rua Hermínio Morandini, 31,50 de um lado, 30m de outro, em</p>
--	--	--	--	---

				<p>rua que tem apenas luz elétrica;</p> <p>Na Quadra 17: lots nº 1, ,2, 3, 4, 5 e 6 tendo o primeiro 12m de frente e os demais 10m para rua Hermínio Morandini por 27m de frente aos fundos, em rua sem qualquer melhoramento público;</p> <p>Na Quadra 9: lote nº 1 de forma triangular, medindo 20m de frente para rua Jose de Alencar, 28m de um lado, e 34m de outro em rua sem qualquer melhoramento público, área de 280,00m², lote nº 4 medindo 10m de frente para rua Hermínio Morandini, por 30m de frente aos fundos, em rua sem qualquer melhoramento público, e lote nº 6 de forma triangular, medindo 40m mais ou menos, frente para rua Hermínio Morandini, 29m mais ou menos de um lado e 48m mais ou menos de outro lado em uma rua sem qualquer melhoramento público;</p> <p>Na Vila Santa Teresinha, antiga Vila Japão, existe um terreno constituído pelos lote nº 25 e 26 da citada Vila, medindo ambos 23m de frente pela rua Cerqueira Cezar, por 32m de frente aos fundos, em rua asfaltada e com todos os melhoramentos públicos.</p> <p>Bens avaliados por NCr\$ 64.501,23.</p> <p>OBS: Deixou o "de cujus" uma dívida de NCr\$ 350,00, referente com as despesas do funeral.</p>
--	--	--	--	--

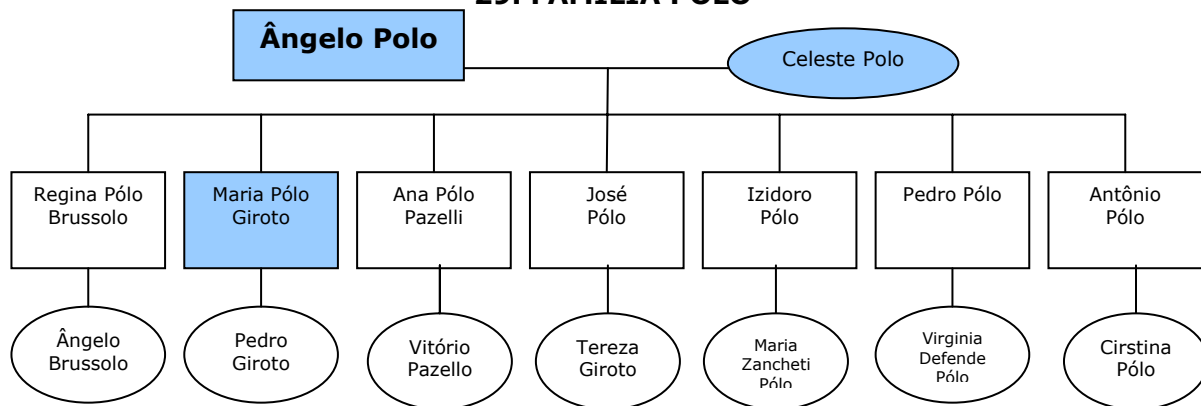
28. FAMÍLIA GALLO



Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1936	Augusto Gallo, mecânico, e sua mulher, Aurora Codognato Gallo	Luiz Gallo , natural de San Angelo di Salla, Província de Treviso, Itália, falecido em 1936 aos 63 anos, e Emilia Fatorello Gallo, italiana, falecida em 1932 aos 56 anos, filha de Antonio Fatorello e Josephina	1. João Gallo 2. Elvira Gallo 3. Augusto Gallo, casado	<ol style="list-style-type: none"> 1. uma casa na Avenida Saudade nº 7-A, construída de tijolos e coberta de telhas em um terreno que mede 9,20m frente x 88 fundos, confrontando de um lado com espólio de Luiz Gallo e Emilia Gallo, de outro com Augusto Gallo e Abrão Issa e fundos com Rua Parahyba. 2. uma casa composta de salão na Avenida Saudade nº 9, construída de tijolos e coberta de telhas, com respectivo terreno medindo 14,65m frente x 88m fundos. 3. uma casa dupla na Avenida Saudade nº 11, construída de tijolos e coberta de telhas, constituída de 9 cômodos, sendo de construção antiga, adquirido apenas o terreno por escritura devido a morte de Luiz Gallo e Ernesto Gallo, e no qual foi construído posteriormente o imóvel acima descrito; 4. um quarteirão de terras sito à rua Paraíba medindo 51 m de frente por 88 de fundo, terreno este adquirido por inventário entre si e Ernesto Gallo, 5. 2:500\$000 em dinheiro depositados no Banco Franceza e Italiano Per L´America der Sud. <p>Laudo de Avaliação:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. uma casa na Avenida Saudade no. 7A construída de tijolos e

		Thomazini Fatorello. Ambos eram pais de Augusto e residiam na Avenida Saudade n.7A		<p>coberta de telhas em um terreno que mede 9,20m frente x 88 fundos, com portão, 7 cômodos, forrada e assoalhada, com casinha de tijolos. Valor:10:000\$000;</p> <p>2. uma casa composta de salão na Avenida Saudade n° 9, construída de tijolos e coberta de telhas, própria para oficina de ferreiro, com respectivo terreno medindo 14,35m frente x 88m fundos. Valor: 10:000\$000;</p> <p>3. uma casa dupla na Avenida Saudade n° 11, composta de duas moradias, uma com quatro e outra com cinco cômodos, com seu respectivo terreno que mede 15,80m frente x 88m fundos, confrontando pelos lados com espólio de Luiz Gallo e Emilia Gallo e fundos com Rua Parahyba. 4:000\$000;</p> <p>4. uma casa dupla na Avenida Saudade n° 13, construída de tijolos e coberta de telhas, com nove cômodos, medindo 11,95m frente x 88m fundos, confrontando de um lado com Ernesto Gallo, de outro com espólio de Luiz Gallo e Emilia Gallo e fundos com Rua Parahyba, sendo de construção antiga. 6:000\$000; Total avaliado: 30:000\$000.</p>
1954	Rosa Pascoal Gallo, italiana, residente à Avenida Saudade n. 681, viúva	Ernesto Gallo , italiano de Veneza, falecido em 1953 aos 82 anos. Era comerciante e filho de Eugenio Gallo e Philomena Longhini Gallo	<p>1. Amadeu Gallo, casado</p> <p>2. Romilda Gallo Pedrazzi, casada com Constantino Pedrazzi, mecânico</p> <p>3. Francisco Gallo</p> <p>4. Eugenio Gallo, comerciante</p> <p>5. Augusto Gallo, pedreiro</p> <p>6. Orlando Gallo, operador de cinema</p> <p>7. Nair Gallo</p> <p>8. Guiomar Gallo</p> <p>9. Leticia Gallo</p> <p>10. Bruno Gallo, sapateiro</p>	<p>1. imóvel compreendendo terreno medindo 11,50 x 40, na Avenida da Saudade n° 681 e um prédio construído de tijolos e telhas, com nove cômodos em mau estado com mais dois cômodos nos fundos, confrontando pelos fundos com o de-cujus, Renato Garrafini, Clara Rosa, José Alves Leite, Wladimir Meireles e quem mais de direito. 69.160,00 cruzeiros, mais a dependência por 3.290 cruzeiros</p> <p>2. imóvel situado na Praça Santo Antonio n° 44, compreendendo terreno que mede 10m frente x 18,20m fundos, e um prédio de tijolos e telhas com cinco cômodos, confrontando com Abrão Assed, Celso Manfioli, Clara Rosa, com o de-cujus e quem mais de direito. 138.000 cruzeiros.</p>
1962	Antonio Gallo, italiano	Maria Thereza Approbatto Gallo , falecida em 1962 aos 61 anos	<p>1. Francisco Maria Gallo</p> <p>2. Rosa Carmen Gallo de Freitas, casada com Aristeu de Freitas</p> <p>3. Mario Orlando Gallo</p> <p>4. José Gallo</p>	<p>1. os prédios na Avenida Saudade n° 796, 798 e 802 e respectivo terreno.</p> <p>2. o lote de terreno n° 14 da quadra 17, da Vila Tamandaré na Rua Pernambuco, medindo 11m frente x 31,50 fundos. Laudo de avaliação: a) prédios 798-802 valor 141.400 cruzeiros, prédio 796 valor 191.400 cruzeiros, terreno 333.150 cruzeiros; b) 100.650.</p>

29. FAMÍLIA POLO



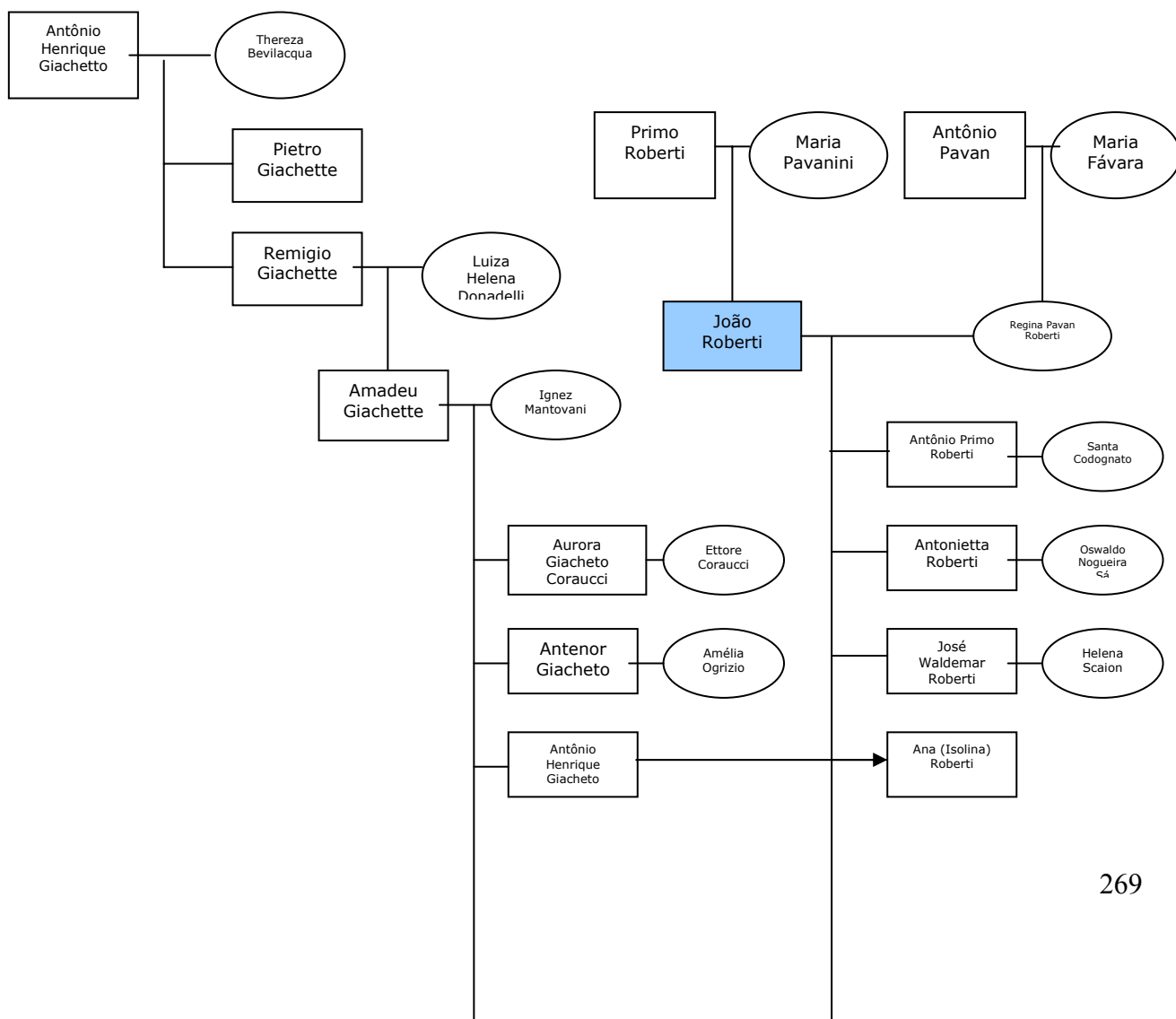
Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1954	Regina Polo Brussolo, filha de Angelo e Celeste	Ângelo Polo , italiano, falecido em 1906 e sua esposa Celeste Polo , italiana, falecida em 1931	<p>1. Regina Polo Brussolo, viúva de Ângelo Brussolo (italiano, lavrador, falecido em 1931 aos 45 anos, filho de José Brussolo e Santa Zorzete)</p> <p>2. Maria Polo Giroto (falecida), representada pelo viúvo Pedro Giroto e pelas filhas:</p> <p>a. Brasilina Giroto Ramos, casada com Joaquim Ramos;</p> <p>b. Amabile Fredeschi, casada com Ângelo Egydio Fredeschi</p> <p>c. Angelina Giroto Zilioto, casada com Antonio Zilioto;</p> <p>d. Palmira Giroto Domiciano, casada com Pedro Domiciano; e. Adelaide</p>	<p>O lote de terras n° 27 da 2ª seção do Núcleo Colonial Antonio Prado, com frente para a Rua Bonfim, com área de 95.823m², confrontando com os lotes n° 26 e 28 e pelos fundos com quem de direito, havido por compra feita ao Governo do Estado de São Paulo em 06.11.1891.</p> <p>Total de bens superior da Cr\$10.000.</p>

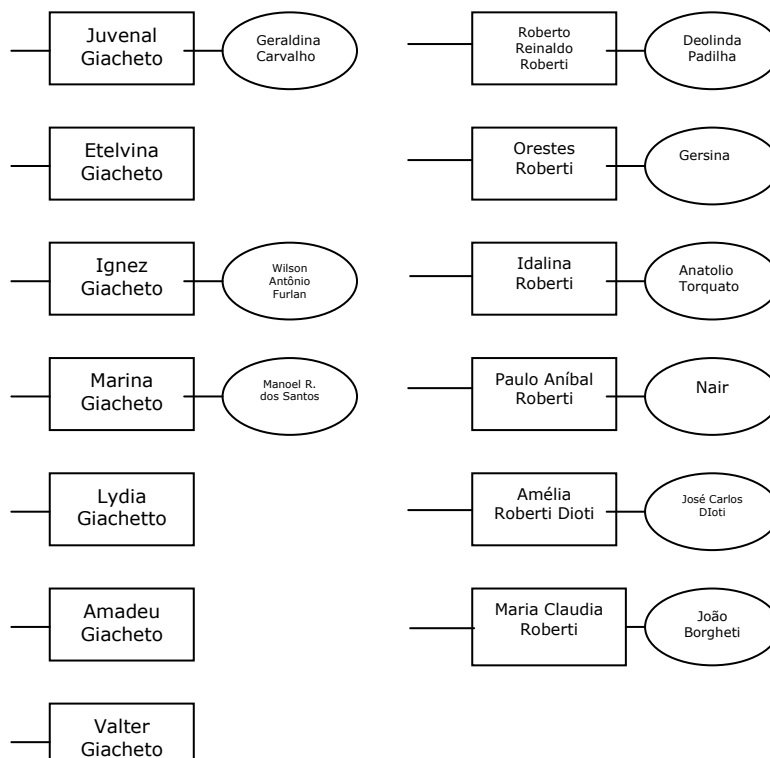
			<p>Giroto Marcarian, casada com Marcos Marcarian; f. Etailde Giroto Magano, casada com Moraes Magano; g. Iride Giroto Barreto, casada com Rubens Caifes Barreto</p> <p>3. Ana Polo Pazelli (falecida em 1940 com 42 anos), sendo representada pelo viúvo Vitório Pazello e pelos filhos: a. Silvino Pazello, desquitado; b. Ermelinda Pazello Rodrigues, casada com Virgilio Rodrigues; c. Aracy Pazello Russo, casada com Humberto Russo</p> <p>d. Mario Pazello, casado com Guiomar Cavazani Pazello; e. Renato Pazello, casado com Dezolina Latre Pazello; f. Oscar Pazello; g. Guilherme Pazello, casado com Mercedes Pazello; h. Branca Marilena Pazello</p> <p>4. José Polo, também conhecido por Giusepe Polo (falecido), casado com Tereza Giroto (falecida), deixando os seguintes filhos: a. Celeste Polo de Soyza, casada com Daniel de Souza; b. Arlindo Pólo; c. Ida Polo Felipin, casada com Leonildo Felipin; d. Lídia Polo Ferussi, casada com Gildo Ferussi; e. Jacob Polo, casado com Natalina Lassali Pólo; f. Olimpio Pólo; g. Desolina Polo Pincerno, viúva de Salvador Pincerno; h. Josefina Polo da Silva, viúva de Antonio Moreira da Silva, representado por seu filho: Antronio Moreira dos Santos. Casado em 2ª núpcias com Ana Polo, também conhecida por Ana Gasparina de Jesus (falecida), deixando um único filho: a. Antonio Polo</p> <p>5. Izidiro Polo (lavrador, falecido em 1939 aos 50 anos), casado com Maria Zancheti Polo (falecida em 1964 aos 68 anos), deixando os seguintes filhos: a. Maria Polo</p> <p>b. Ângelo Polo, casado com Luiza Zigante Polo</p> <p>c. Luiza Palmira Polo, casada com José Batistao</p> <p>d. Francisco Polo, casado com Gabriela de Andrade Pólo; e. Vitório Polo</p> <p>f. João Pedro Polo</p> <p>g. Mario Polo</p> <p>h. Idelina Polo Guelli, casada com Luiz Guelli</p> <p>i. Ida Polo Scalioto, casada com Salvador Scalioti</p>	
--	--	--	---	--

			<p>j. Brasilina Polo Bagini, casada com Ângelo Bagini</p> <p>6. José Polo, (italiano, falecido em 1951 aos 67 anos) também conhecido por Pedro Polo, casado com Virginia Defende Polo</p> <p>7. Antonio Polo, casado com Cristina Polo</p>	
1950	Pedro Giroto, italiano, viúvo	<p>Maria Pólo Giroto, falecida em 1929 aos 37 anos, natural de Ribeirão Preto, filha de Angelo Polo e Celeste Polo.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Brasilina Giroto Ramos casada com Joaquim Ramos; 2. Amabile Pedreschi casada com Ângelo Egydio Pedreschi; 3. Palmira Giroto Palmiciano casada com Pedro Domiciano; 4. Angelina Giroto Zilioto casada com Antonio Zilioto; 5. Adelaide Giroto Marcarian casada com Marcos Marcarian; 6. Etaildes Giroto; 7. Iríde Giroto. 	<p>1. A metade do lote nº 1 sito esta cidade a rua Acre, fazendo esquina com a rua Espírito Santo, 1ª circunscrição, medindo no seu todo 50m de frente por 115m de fundos, confrontando com ditas ruas e com quem mais de direito, metade essa avaliada por Cr\$ 5.750,00, ou seja a razão de Cr\$ 2,00 o m²;</p> <p>Cinco casas sendo duas duplas, sita nesta cidade, a rua Luiz Gama, sob nº 605, 658, 662, 670, 680, na 1ª circunscrição desta comarca, construída de tijolos, coberta de telhas, contendo os sob os nº 650 e 658, 4 cômodos em cada parte, as sob nº 662 e 670 3 cômodos em cada parte, a 680 5 cômodos, sendo 4 tijolados e ladrilhados de mosaicos, medindo de construção a 1ª, 74m²; a 2ª, 97m²; e a 3ª, 69m², com instalações de água, luz, construídas em um só terreno que mede em seu todo 30m de frente por 44 ditos de frente aos fundos, confrontando de um lado com herdeiros de Maria Nicola, de outro com quem de direito, e nos fundos com a linha de ferro São Paulo- Minas, imóvel esse avaliado no seu todo por Cr\$ 72.000,00;</p> <p>2. Um terreno sito nesta cidade, a rua Capitão Salomão, onde existe um prédio sob nº 349, de propriedade exclusiva do inventariante, na 1ª circunscrição da comarca medindo 13,60m de frente por 30 dito de fundos, confrontando de um lado com Joana Antonioli, de outro e nos fundos com quem de direito, terreno esse que excluído o prédio foi avaliado por Cr\$ 10.800,00;</p> <p>3. Um terreno sito nesta cidade, a Avenida da Saudade nº 375, antigo 23, da rua Saldanha Marinho, onde existe um barracão de uso exclusivo do inventariante medindo 14m de frente por ditos 30 de frente aos fundos, confrontando de um lado com Antonio Borsato, de outro com André Necchi e fundos com Regina Saciloto, terreno esse que excluindo a construção foi avaliado em Cr\$ 70.000,00;</p> <p>4. Um prédio e respectivo terreno sito nesta cidade, a rua Padre Euclides nº 756, da 2ª circunscrição da comarca, construída de tijolos, coberta de telhas, em bom estado de conservação, para dentro do alinhamento da rua, com alpendre, ladrilhado e forrado, 5 cômodos assoalhados e forrados, banheiro e cozinha ladrilhado de mosaicos, tanque e coberta no quintal, medindo a construção do prédio 99m², com instalações de luz, água e esgoto, medindo seu respectivo terreno 10m de frente por 22 ditos de fundos, confrontando de um lado com Quirino Roquetti, de outro e fundos com Salvador</p>

				<p>Rocca, imóvel avaliado em seu todo por Cr\$ 80.000,00;</p> <p>5. Um prédio e seu respectivo terreno sito a rua Pará nº 979, da 1ª circunscrição da comarca, construído de tijolos e coberto de telhas, com 5 cômodos, em mau estado, medindo seu respectivo terreno 20m de frente por 50 ditos de fundos, confrontando com quem de direito, imóvel avaliado em Cr\$ 8.000,00;</p> <p>6. Dois lotes de terras sito nesta cidade sob os nº 18 e 19, quadra 125 da Vila Elisa, com frente para rua Itanhaen medindo 10m de frente por 34 ditos de fundos, avaliado por Cr\$ 4.000,00;</p> <p>7. Um terreno sito a rua Silveira Martins, medindo 12m de frente por 45 ditos de frente aos fundos, contendo um prédio sob o nº 365, construído de tijolos e coberto de telhas, com 6 cômodos, instalações de água e luz, medindo sua construção 49m², confrontando com quem de direito, imóvel esse avaliado no seu todo por Cr\$ 17.000,00.</p>
--	--	--	--	---

30. FAMÍLIA GIACHETTE (GIACHETO) e FAMÍLIA ROBERTI
Título de Propriedade: Pietro Giachette – Lotes 6 e 12, 3ª. Seção





Data	Inven.te	Inven.do	Herdeiros	Bens
1966	Regina Roberti Pavan	João Roberti, lavrador, natural da Província de Mântua, Itália, falecido em 1956 aos 72 anos, filho de Primo Roberti e Maria Pavanini	<ol style="list-style-type: none"> 1. Primo Antonio Roberti casado com Santa Codognatto Roberti; 2. Antonieta Roberti Nogueira de Sá casada com Oswaldo Nogueira de Sá; 3. José Waldemar Roberti casado com Helena Scaion; 4. Roberto Ronaldo Roberti casado com Deolina Roberti; 5. Ana Izolina Roberti Giachette casada com Henrique Giachette; 6. Orestes Roberti casado com Gersina Roberti; 7. Idalina Roberti Terquato casada com Anatelio Terquato; 8. Paulo Roberti casado com Nair Roberti; 9. Amélia Roberti. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Uma casa e o respectivo terreno subordinado ao nº 705, da rua Rio Grande do Norte, medindo o terreno 11m de frente por 29m de fundo, sendo a casa de construção rudimentar, adquirida que foi pelo "de cujus" à Horacio Pangrácio, s/m e outros conforme transcrição aquisitiva sob nº 21.183, às fls. 250, do livro 3-P, de 1956, da 1ª circunscrição, local. 2. Uma casa e o respectivo terreno subordinado ao nº 802, da rua Espírito Santo, medindo o terreno 10m de frente por 20m de fundo sendo a casa de rudimentar construção, adquirida que foi pelo "de cujus" à João Ortega, s/m e outros conforme transcrição aquisitiva sob nº 16.842, às fls. 223, do livro 3-P, de 1956, da 1ª circunscrição, local. 3. Uma área de terra de inferior qualidade medindo cerca de 1 alqueire, localizada no final do bairro do Barracão, local conhecido por "Campo das Cruzes" contendo uma pequena casa em péssimo estado de conservação, adquirida que foi pelo "de cujus" à João Penazzele, s/m e outros conforme transcrição aquisitiva sob nº 2.038, 2.040, 1.739 e 4.158 (transcrições anteriores) e atual nº 4.333 às fls. 162, do livro 3-C, de 1936, da 1ª circunscrição, local. A transcrição 4.333 acima se refere a 4 alqueires, dos quais, o de cujus já alienaram anteriormente à sua morte, 3 alqueires.